2013

Relatório
Gestão Anual

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2013

Relatório
Gestão Anual

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça
Orlando Rochadel Moreira

Corregedora-Geral
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Coordenador-Geral
Ana Christina Souza Brandi

Ouvidor
José Carlos de Oliveira Filho

Colégio de Procuradores
Orlando Rochadel Moreira – Presidente
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Maria Creuza Brito de Figueiredo
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rollemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana
Paulo Lima de Santana

Comissões Permanentes

Assuntos Institucionais
Carlos Augusto Alcântara Machado
Josenias França do Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário

Assuntos Administrativos
Rodomarques Nascimento
Celso Luís Dória Leó
Ernesto Anízio Azevedo Melo

Secretário-Geral do MPSE
José Rony Silva Almeida

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Manoel Cabral Machado Neto

Sergipe. Ministério Público de Sergipe

S484m

Relatório de Gestão Anual 2013 do Ministério Público do Estado de Sergipe – Aracaju: Ministério Público do Estado de Sergipe, 2014

1. Ministério Público 2. Relatório

CDU : 347.921.5

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
AV. CONSELHEIRO CARLOS ALBERTO SAMPAIO, 505 - CENTRO ADMINISTRATIVO GOV. AUGUSTO FRANCO - Bairro: CAPUCHO
ARACAJU - SERGIPE - CEP: 49081-000 - Tel:79-3209-2400 - *Site:* www.mpse.mp.br - *E-mail:* ouvidoria@mpse.mp.br

“Uma instituição é como uma canção; não é formada por sons individuais,
mas pelas relações entre eles”.

Peter Drucker

CRÉDITOS

EDITOR
Ministério Público do Estado de Sergipe

ORGANIZAÇÃO
Orlando Rochadel Moreira
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH

José Ailton Nunes da Silva
Diretor de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil

Alessandra Souza de Santana
Coordenadora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos

Givanilson Santos de Jesus
Coordenador da Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatística

Érika Valéria Cabral Tavares Rezende
Assessora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos

PRODUÇÃO GRÁFICA, DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO
Vanderley dos Santos Rodrigues
Assessor da Diretoria de Tecnologia da Informação

FOTOGRAFIA
Mirailton Silva Oliveira
Assessor da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Celene Socorro de Moraes Oliveira
Agente Administrativo

Géssica Santos Souza
Assessora de Eventos

Hebert da Silva Ferreira
Técnico do Ministério Público

Mônica Barbosa Lima Ribeiro
Assessor da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Paulo José de Freitas Filho
Coordenador da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

APRESENTAÇÃO

"Nenhuma nação se legitima na história se desprezar a liberdade e se ignorar o valor da igualdade."

Marcelo Déda Chagas

O Relatório de Gestão Anual integra a prestação de contas do Ministério Público de Sergipe junto ao Tribunal de Contas do Estado, dando à sociedade as principais informações relativas à gestão orçamentária, administrativa e institucional do Órgão.

O exercício de 2013, que corresponde ao 3º ano de nosso mandato de Procurador-Geral de Justiça, deixou-nos enlutados pela perda irreparável do Governador Marcelo Déda Chagas, que, em vida, não se furtou a atender e apoiar as demandas do Ministério Público Estadual junto ao Executivo e ao Legislativo.

Fazemos esse especial registro de pesar a título de homenagem ao grande homem público, pelo legado de competência, honradez e seriedade com que atuou nos diversos cargos que ocupou, nas esferas municipal, estadual e federal.

Foi lançada em Sergipe, em abril, a **Campanha "Brasil contra a Impunidade"**, com a participação de representantes do MP, do Poder Judiciário Sergipano, da Procuradoria-Geral do Estado, lideranças sindicais, servidores do MP, representantes da sociedade civil organizada e de toda a imprensa de Sergipe.

A Campanha, deflagrada a nível nacional, teve como finalidade tratar do cerceamento do poder investigatório do Ministério Público e seus nefastos efeitos no que concerne ao combate à criminalidade, objeto do **Projeto de Emenda Constitucional Nº 37/2011 – PEC/37**.

No mês de junho, realizamos Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - CNPG em terras sergipanas, cuja abertura foi prestigiada pelas mais altas autoridades do Estado de Sergipe, Membros, Servidores e por diversos representantes da sociedade civil.

O Procurador-Geral de Justiça de Sergipe foi eleito, por aclamação, **Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH**, Órgão daquele Colegiado, que tem por objetivo a promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos do Povo Brasileiro.

Do dia 16 a 18 de outubro do ano em foco, realizou-se, em Aracaju, a III Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, encontro que contou com a participação de mais de 120 (cento e vinte) Procuradores e Promotores de Justiça de vários Estados da Federação.

Fatos inéditos como esses, sem dúvida, deram nova dimensão ao Ministério Público de Sergipe, por projetar a Instituição, historicamente, no contexto do Ministério Público Brasileiro.

Internamente, o Relatório de Gestão registra os demonstrativos dos resultados das ações desenvolvidas pelos diversos órgãos das áreas fim e meio do MPSE, destacando-se, entre outras, as proficientes atividades dos Centros de Apoio Operacionais – CAOps e das Promotorias, com novos projetos e inovações que alavancaram uma série de benefícios à sociedade, a exemplo do **1º *Workshop* sobre População em Situação de Rua do Estado de Sergipe**; **do II Seminário do 3º Setor – Projeto "ONG Transparente**"; e do **Fórum de Transporte Público Coletivo Urbano**.

A par de todas essas atividades, procuramos conduzir nossa gestão em 2013 diligenciando pelo fortalecimento da Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade, mantendo vivos e atuantes os diversos projetos criados nessa área, a exemplo do **Coral "VOZES DA CIDADANIA"**, formado por 80 (oitenta) servidores do Órgão, que se apresentou em diversos eventos, internos e externos, culminando com brilhante apoteose, no Teatro Tobias Barreto, em conjunto com a Orquestra Sinfônica de Sergipe – ORSSE e o Coro Sinfônico, em evento que homenageou o bicentenário do compositor italiano Giuseppe Verdi.

Inauguramos, no mês de agosto, o **"Espaço de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade"**, disponibilizando aos Membros e Servidores do MPSE um ambiente agradável, dotado de arquitetura moderna, silencioso, onde as pessoas podem meditar e refletir nos intervalos do horário de serviço.

Lançamos o bem sucedido **Projeto "SENSIBILIZAR: O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM"**, visando beneficiar estudantes de escolas públicas e adolescentes que residam em Entidades de Acolhimento ou estabelecimentos congêneres, com idade de 12 a 16 anos, proporcionando-lhes acompanhar a jornada de trabalho de um Membro do Ministério Público, Promotor(a) ou Procurador(a) de Justiça e a estes, em contrapartida, vivenciar o cotidiano desses estudantes.

Implementamos as atividades do **"CENSO SOCIAL E EDUCACIONAL"** e do **Projeto "BOM SAMARITANO"**, cabendo destacar as ações do **"MP ITINERANTE"**, que, utilizando o **"ÔNIBUS DA CIDADANIA"**, fez-se presente em diversas comunidades do interior do Estado, oportunizando o atendimento direto por parte da Instituição à população residente em locais de difícil acesso.

Administramos os recursos orçamentários disponibilizados, de forma democrática e proativa, utilizando-os, em sua totalidade, para garantir a plena funcionalidade Ministerial, dentro do planejado para o exercício, mantendo as Despesas com Pessoal abaixo do Limite Prudencial previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mantivemos os benefícios conquistados pela Classe e pelos servidores durante nossa gestão, fazendo menção específica ao Auxílio-Alimentação dos servidores, instituído no período por Lei Estadual, regulamentada pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.

Nossos Procuradores(as) e Promotores(as) de Justiça atuaram com brilhantismo, determinação e coragem em todas as áreas, seja na atividade judicial, seja na extrajudicial, conforme consta deste Relatório.

Concluímos o exercício primando pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, convictos de que não teríamos a profusão de atividades registradas neste Relatório de Gestão, sem a inestimável participação e comprometimento dos Membros e Servidores da Instituição, a quem manifestamos todo o nosso agradecimento.

Que Deus nos abençoe a todos!

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH

"Devemos promover a coragem onde há medo, promover o acordo onde existe conflito, e inspirar esperança onde há desespero."

Nelson Mandela

Administração do Ministério Público do Estado de Sergipe

Foto 1 - Administração do Ministério Público do Estado de Sergipe

SUMÁRIO

1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO 15

1.1. ESTRUTURA 15

1.1.1. PROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA 15

1.1.2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA 18

1.1.3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 20

1.1.4. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 21

1.1.5. COORDENADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 22

1.1.6. OUVIDORIA 23

1.1.7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA 24

1.1.8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA 27

1.1.8.1. ÁREA CRIMINAL 30

1.1.8.2. ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE 30

1.1.8.3. EXTRAJUDICIAL 31

1.1.8.4. MILITAR 31

1.1.8.5. TRABALHO EM PARCERIA COM ÓRGÃOS DE APOIO 32

1.1.8.5.1. CENTRO MÉDICO 32

1.1.8.5.2. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO– GAECO 32

1.1.8.5.3. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI 33

1.1.8.5. 4. DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO 33

1.1.8.5.5. PERÍCIA TÉCNICA 34

1.1.8.5.6. DIVISÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL 38

1.1.8.5. 7. DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL 39

1.1.9. SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 41

1.1.10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP 42

1.1.11. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL – CAOps 43

1.1.11.1. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS 43

1.1.11.2. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 44

1.1.11.3. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA 47

1.1.11.4. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 48

1.1.11.5. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES 50

1.1.11.6. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA 52

1.1.11.7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR 53

1.1.11.8. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO, PATRIMÔNIO SOCIAL E CULTURAL 54

1.1.11.9. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO 57

1.1.11.10. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À SAÚDE 60

1.1.11.11. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER 61

1.1.12. ÁREA ADMINISTRATIVA 65
1.2. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL 66
1.2.1. RECURSOS HUMANOS 66
1.2.1.1. CONVOCAÇÕES DE APROVADOS EM CONCURSOS 67
1.2.1.2. NOVO CONCURSO 68
1.2.1.3. ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS 69
1.2.1.4. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO 69
1.2.1.5. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO OBRIGATÓRIO 69
1.2.2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 70
1.2.3. RECURSOS PATRIMONIAIS 75
1.2.4. RECURSOS TECNOLÓGICOS 76
1.3 ORGANOGRAMA 78
1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE MELHOR ESTRUTURADO PARA O CIDADÃO 80
1.4.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO COBERTO 80
1.4.2. REFORMA DA SUBSEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CIDADE DE ESTÂNCIA 81
1.4.3. PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE 81
1.4.4. CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE 83

2. DESTAQUES DO PERÍODO 86
2.1. PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICO - PRIVADAS/ACORDOS DE COOPERAÇÃO 86
2.2. EVENTOS IMPORTANTES 87
2.2.1. FÓRUM "TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO" 87
2.2.2. DIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – COMEMORAÇÃO 89
2.2.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE SEDIA GRANDES EVENTOS NACIONAIS 90
2.2.3.1. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA – CNPG 90
2.2.3.2. III REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH 94
2.3. DESTAQUES DA ÁREA FIM 97
2.3.1. PROJETOS SOCIAIS 97
2.3.1.1. CENSO EDUCACIONAL 97
2.3.1.2. CENSO SOCIAL 99
2.3.1.3. PROJETO "BOM SAMARITANO" 103
2.3.1.4. PROJETO "MP ITINERANTE" 106
2.3.1.5. PROJETO "MINISTÉRIO PÚBLICO DE PORTAS ABERTAS" 115
2.3.1.6. PROJETO FLORESCER "CONSTRUINDO A LIBERDADE" – LIVRO OUTRAS VOZES 116
2.3.1.7. PROJETO "SENSIBILIZAR – O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM" 120
2.3.1.8. PROJETO "REFORÇO CRIATIVO ESCOLAR – RECRIARTE" 121
2.3.1.9. PROJETO "ÁRVORE DA SOLIDARIEDADE" 121
2.3.2. DIREITOS DA MULHER 123
2.3.2.1. ADESÃO AO PROGRAMA "MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA" 123
2.3.2.2. PALESTRAS ÀS MULHERES DO ESTADO DE SERGIPE 125
2.3.3. DIREITOS HUMANOS 125
2.3.3.1. 1° *WORKSHOP* SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SERGIPE 125

2.3.3.2. PROJETO "SALVE IDOSO" 127
2.3.3.3. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO 127
2.3.3.4. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS 128
2.3.3.5. ATIVIDADES COMEMORATIVAS DOS 10 ANOS DO ESTATUTO DO IDOSO 128
2.3.4. EDUCAÇÃO 129
2.3.4.1. FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO INFREQUENTE – FICAI 129
2.3.4.2. PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDO – PAE 130
2.3.4.3. PROJETO "SEGURANÇA NAS ESCOLAS: PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO" 132
2.3.5. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 132
2.3.5.1. AÇÕES INTEGRADAS PARA O FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 132
2.3.5.2. PARCERIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE COM O DISQUE DIREITOS HUMANOS – 100 133
2.3.5.3. PROJETO "PATERNIDADE RESPONSÁVEL" 134
2.3.5.4. PROJETO "TRANSFORMANDO PELA FÉ" 134
2.3.5.5. SISTEMA DE AVISO LEGAL POR VIOLÊNCIA, MAUS TRATOS E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – SALVE 135
2.3.5.6. SISTEMA INFORMATIZADO DOS ABRIGOS – S.I.A. 136
2.3.6. MEIO AMBIENTE 136
2.3.6.1. PROJETO DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES "O MP SALVANDO OS RIOS" 136
2.3.6.1.1. CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DO MEIO AMBIENTE 137
2.3.6.2. ATUAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO E POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITABAIANA 137
2.3.6.3. ATUAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "ÁGUAS DE SERGIPE" EM ITABAIANA 138
2.3.6.4. ATUAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE 138
2.3.6.5. ATUAÇÃO PARA TRATAMENTO DAS INVASÕES ÀS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO 138
2.3.6.6. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – ADEMA. 139
2.3.6.7. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SERGIPE – CAU... 139
2.3.6.8. INTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO 139
2.3.6.9. PROMOÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO 140
2.3.7. SAÚDE 140
2.3.7.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE MANUAL DE ATUAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE 140
2.3.7.2. PROJETO FRIGORÍFICOS REGIONAIS 140
2.3.7.3 GARANTIA DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA SERGIPANA 141
2.3.8. SEGURANÇA PÚBLICA 141
2.3.8.1. ATUAÇÃO PARA COIBIR O PAGAMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR SERGIPANA ... 141
2.3.8.2. ATUAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ANÁLISE E PESQUISA FORENSE DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE 142
2.3.8.3. ATUAÇÃO PARA RESOLVER PROBLEMA DAS SUPERLOTAÇÕES NAS CARCERAGENS DAS DELEGACIAS 142
2.3.9. TERCEIRO SETOR 142
2.3.9.1. PROJETO ONG TRANSPARENTE 142
2.3.9.1.1. II SEMINÁRIO DO TERCEIRO SETOR 143

2.3.9.2. SISTEMA DE CADASTRO DE ONGs 145
2.3.10. CUMPRIMENTO DA META 2 DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA 145
2.3.11. ATUAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA INTEROPERABILIDADE COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA 145
2.4. GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - GNDH 146
2.4.1. PROJETO DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH: "MINISTÉRIO PÚBLICO E MOBILIDADE URBANA" 147
2.4.2. CRIAÇÃO DA NOVA LOGOMARCA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH 148
2.4.3. CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO SÍTIO DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH NA *INTERNET* *150*
2.5. CAMPANHA DE COMBATE À APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37 - PEC 37. 150
2.6. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE 154
2.7. DOAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO 154
2.8. AVANÇOS NA GESTÃO DE PESSOAS 155
2.8.1. ESTAGIÁRIOS 155
2.8.2. MEMBROS E SERVIDORES 155
2.8.2.1. AVANÇO POR TITULAÇÃO 156
2.9. VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO 158
2.9.1. PROJETO "EVOLUÇÃO HUMANA" 158
2.9.2. PROJETO "CORAL VOZES DA CIDADANIA" 162
2.9.3. PROJETO "MOVIMENTO PRÁTICA ESPORTIVA" - MPE 164
2.9.4. EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS/ANUAIS 165
2.9.5. ESPAÇO DE EVOLUÇÃO HUMANA, ÉTICA, ESPIRITUALIDADE E FRATERNIDADE 168
2.9.6. PROJETO "CAFÉ, DIVERSÃO E ARTE" 170
2.9.7. DOCUMENTÁRIO DE EVOLUÇÃO HUMANA 172
2.10. EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS 173
2.10.1. ECONOMIA COM LICITAÇÕES 173
2.11.1. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA MAIS SEGURAS 174
2.11.2. VISITAS DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL 174
2.12. APRIMORANDO SEUS PROCESSOS DE TRABALHO 174
2.12.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA AS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE 174
2.13. PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA 175
2.13.1. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPSE – 5º LUGAR GERAL NO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP 175
2.13.2. PARTICIPAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NO PROJETO PILOTO DO CNMP 175
2.14. DESTAQUES DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 176
2.14.1. EVOLUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO ARQUIMEDES 176
2.14.2. SISTEMA DE GESTÃO DE EVENTOS DA ESCOLA SUPERIOR 176
2.14.3. PORTAL *WEB* DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOPS 177
2.14.4. EVOLUÇÃO DO *ENTERPRISE RESOURCE PLANNING* – ERP 180
2.14.5. ATENDIMENTO E SUPORTE 180
2.15. APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO 181

2.15.1. PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO PERMANENTE 181
2.15.2. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR 181
2.15.3. VIABILIZAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA - PLATAFORMA *MOODLE* *181*
2.15.4. BIBLIOTECA 182
2.15.5. BIBLIOTECA DIGITAL FÓRUM DE DIREITO 182
2.15.6. DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL 183

3. APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE 190
3.1. DA OUVIDORIA 190
3.2. DA TRIAGEM TÉCNICA 191

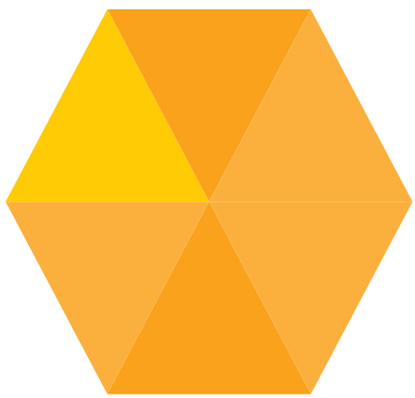
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 194
4.1. REALIZAÇÃO DO 1º *WORKSHOP* CAOPS E PROMOTORIAS EXECUTANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. 194
4.2. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE SERGIPE QUANTO A TEMAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 197
4.3. TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS ÓRGÃOS 197
4.4. UTILIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO COMO INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO DO ANDAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 199

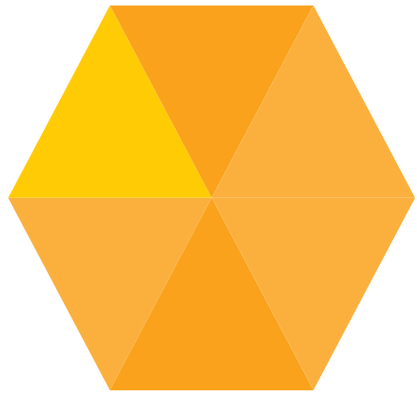
5. INDICADORES DE GESTÃO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 201

6. ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE 204

7. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NA MÍDIA 208

8. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL 214





1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO

1.1. ESTRUTURA

1.1.1. PROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão executivo da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, tendo por titular o Procurador-Geral de Justiça, que é nomeado pelo Governador do Estado para um mandato de 2 (dois) anos, após integrar uma lista tríplice, composta pelos Membros mais votados, dentre os Procuradores e Promotores de Justiça com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de carreira no quadro ativo da Instituição.

A tabela a seguir demonstra algumas das atribuições do Procurador-Geral de Justiça:

Área	Atribuições
Administração financeira, orçamentária, patrimonial e de pessoal	Despachar o expediente do Ministério Público com o Governador do Estado
	Integrar, como Membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão de Concurso
	Submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e seus respectivos vencimentos, e a de orçamento anual
	Encaminhar ao Poder Legislativo Estadual os Projetos de Lei de iniciativa do Ministério Público
	Prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como os casos de promoção, remoção, convocação e demais formas de provimento derivado
	Editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem em desprovimento de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares
	Resolver os conflitos de atribuições entre os órgãos do Ministério Público
Processual	Velar pela observância, aplicação e execução da Constituição, das Leis e Decretos
	Representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de Leis ou Atos Normativos Estaduais ou Municipais, face à Constituição Estadual
	Promover a ação penal, nos casos de competência originária do Tribunal de Justiça
	Promover a ação penal em qualquer juízo, quando discordar do pedido de arquivamento proposto pelo Promotor de Justiça ou designar outro órgão do Ministério Público para fazê-lo
	Expedir notificações
	Requerer o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusão das Comissões Parlamentares de Inquérito ou inquérito policial, quando a ação penal for de competência originária do Tribunal de Justiça
Outras	Representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial
	Exercer as atribuições do art. 118 da Constituição do Estado, nos casos em que a autoridade reclamada possuir prerrogativa de função
	Delegar a Membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução

Tabela 1 - Atribuições do Procurador-Geral de Justiça

A seguir, estão demonstrados os resultados alcançados pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça através de sua Assessoria Técnica, que desempenha funções relacionadas às atividades meio e fim do Ministério Público, chefiadas por Promotores de Justiça Assessores:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO GABINETE DA PGJ - 2013

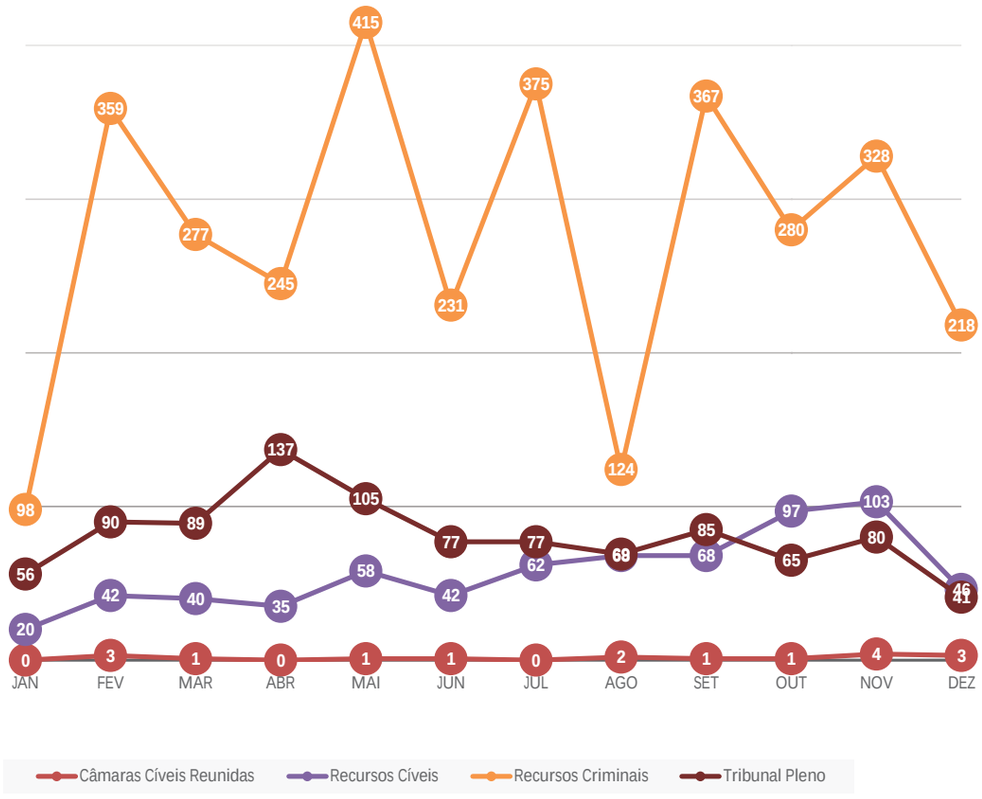


Gráfico 1 - Movimentação Processual do Gabinete da PGJ

MOVIMENTAÇÃO TOTAL DO GABINETE DA PGJ - 2013

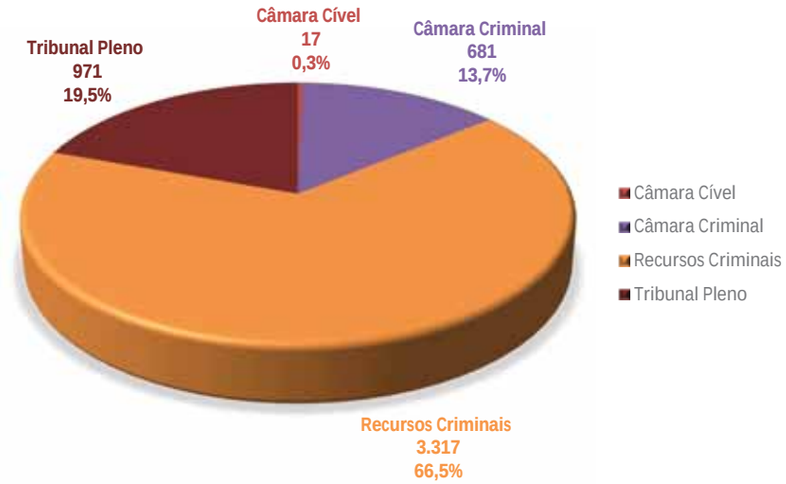


Gráfico 2 - Movimentação Total do Gabinete da PGJ

MANIFESTAÇÕES DA PGJ NO TRIBUNAL PLENO - 2013

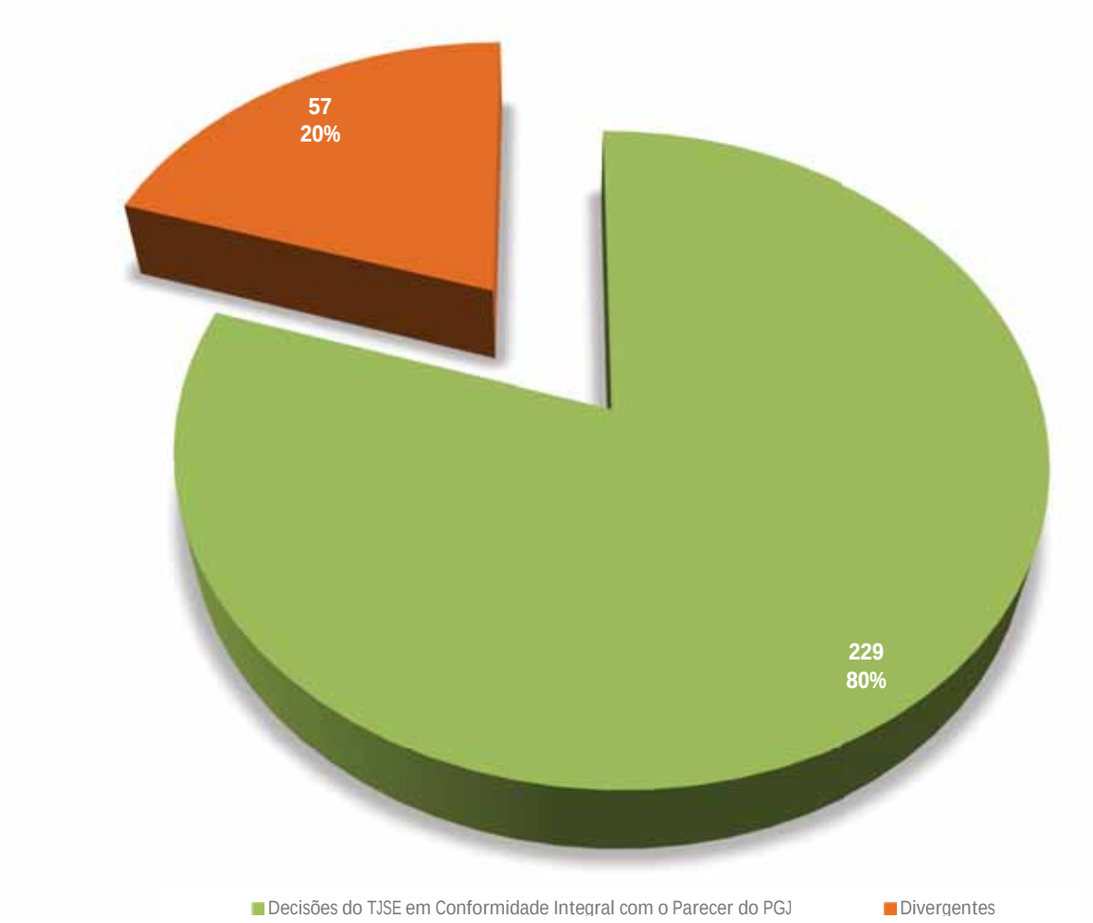


Gráfico 3 - Manifestações da PGJ no Tribunal Pleno

RECURSOS INTERPOSTOS PELA PGJ POR TRIBUNAL - 2013

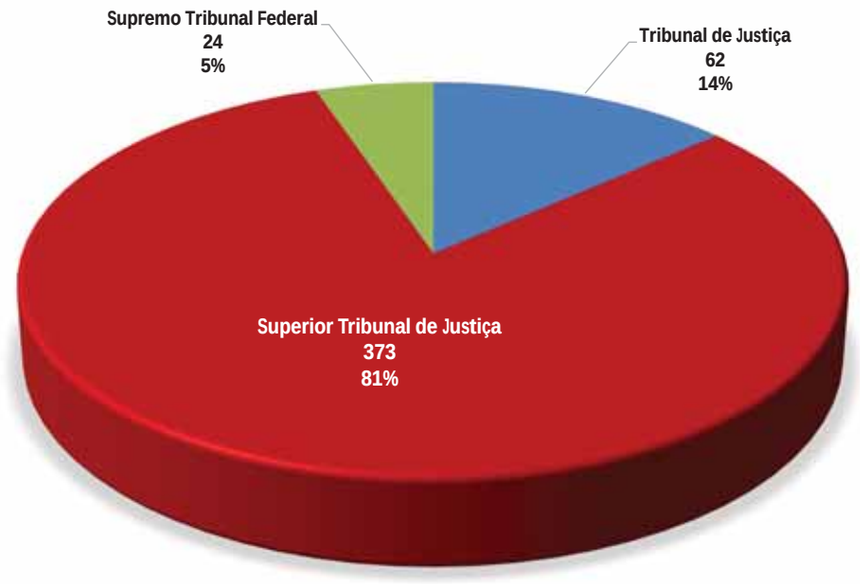


Gráfico 4 - Recursos Interpostos pela PGJ por Tribunal

1.1.2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão opinativo e deliberativo da Administração Superior, é integrado por 14 (quatorze) Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, conforme apresentado na foto a seguir:

Foto 2 - Colégio de Procuradores de Justiça

O Colegiado opina sobre matéria de estrito interesse institucional e reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus membros.

Ao Colégio de Procuradores de Justiça compete, dentre outras atividades:

- opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/4 (um quarto) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público e sobre outras de interesse institucional;
- propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público;
- aprovar, previamente, a indicação e a destituição do Coordenador-Geral do Ministério Público;
- recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra Membro do Ministério Público;
- rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;
- dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Conselho Superior e ao Corregedor-Geral;
- desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

O Colégio de Procuradores de Justiça, no exercício do Poder Regulamentar, editou 16 (dezesseis) Resoluções durante o ano de 2013, conforme apresenta a tabela a seguir:

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES - 2013		
N.º/Ano	**Data**	**Ementa**
Resolução nº 001/2013 - CPJ	10/01/2013	Aprova Projeto de Lei que "fixa o subsídio dos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe e estabelece providências correlatas"
Resolução nº 002/2013 - CPJ	10/01/2013	Dispõe sobre as Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, prevê regras de vinculação e dá outras providências
Resolução nº 003/2013 - CPJ	31/01/2013	Aprova Projeto de Lei que "altera a nomenclatura de unidade administrativa e de cargo de provimento em comissão de natureza especial do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, dando providências correlatas"
Resolução nº 004/2013 - CPJ	07/02/2013	Aprova Projeto de Lei Complementar que "transforma cargo de Promotor de Justiça e dá providências correlatas"
Resolução nº 005/2013 - CPJ	07/02/2013	Dispõe sobre a concessão de diárias aos Membros e servidores do Ministério Público e dá outras providências
Resolução nº 006/2013 - CPJ	28/02/2013	Aprova Projeto de Lei Complementar que "transforma cargo de Promotor de Justiça e dá providências correlatas"
Resolução nº 007/2013 - CPJ	11/04/2013	Altera o art. 4º, *caput*, da Resolução nº 006/2008 – CPJ, de 16 de junho de 2008, que trata das visitas a Delegacias de Polícia e estabelecimentos prisionais
Resolução nº 008/2013 - CPJ	11/04/2013	Dispõe sobre a divisão de atribuição para atuar em procedimentos administrativos nas Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão e de Defesa do Consumidor de Aracaju e dá outras providências
Resolução nº 010/2013 - CPJ	25/07/2013	Aprova Projeto de Lei que "Institui auxílio-alimentação, em pecúnia, aos servidores ativos do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências"
Resolução nº 011/2013 - CPJ	28/08/2013	Aprova a Proposta Orçamentária do Ministério Público de Sergipe para o Exercício 2014
Resolução nº 012/2013 - CPJ	09/09/2013	Disciplina a alocação das Promotorias de Justiça da Curadoria de Família e Sucessões de Aracaju
Resolução nº 013/2013 - CPJ	09/09/2013	Disciplina a alocação das Promotorias de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju
Resolução nº 014/2013 - CPJ	09/09/2013	Altera o art. 1º da Resolução nº 007/2011 – CPJ, de 21 de julho de 2011, que "define as atribuições, a estrutura e o âmbito de atuação das Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju e cria os Centros de Apoio Operacional no âmbito do Ministério Público"
Resolução nº 015/2013 - CPJ	09/09/2013	Modifica e consolida as atribuições das Promotorias de Justiça de Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Propriá, São Cristóvão e Tobias Barreto, relativamente à Defesa dos Direitos do Cidadão
Resolução nº 016/2013 - CPJ	14/11/2013	Aprova o Projeto de Lei que "revê o vencimento Básico dos Cargos e Funções do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá providências correlatas"
Resolução nº 017/2013 - CPJ	14/11/2013	Dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação, em pecúnia, aos servidores ativos do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências

Tabela 2 - Resoluções do Colégio de Procuradores de Justiça

1.1.3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público, órgão deliberativo incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, além de velar pelos seus princípios institucionais, é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, membros natos, e por três (03) Procuradores de Justiça eleitos por integrantes do quadro ativo da carreira do Ministério Público, conforme apresentado na foto a seguir:

Foto 3 - Conselho Superior do Ministério Público

Suas reuniões são realizadas, ordinariamente, a cada mês, em dia previamente estabelecido e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, ou por proposta de, pelo menos, 02 (dois) de seus membros. Das reuniões é lavrada ata circunstanciada, na forma regimental.

São atribuições do Conselho Superior do Ministério Público, dentre outras:

- elaborar a lista sêxtupla a que se refere o art. 109 da Constituição Estadual;
- indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos à remoção ou promoção por merecimento;
- indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade;
- indicar ao Procurador-Geral de Justiça Promotores de Justiça para substituição por convocação;
- aprovar os pedidos de remoção por permuta entre Membros do Ministério Público;
- decidir sobre vitaliciamento de Membros do Ministério Público;

- sugerir ao Procurador-Geral a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções, e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;

- autorizar o afastamento de Membro do Ministério Público para frequentar curso, congresso ou seminário de aperfeiçoamento no País ou no exterior;

- provocar a verificação da incapacidade física, mental ou moral dos candidatos a concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e de membros da Instituição;

- apreciar a promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informação, na forma da lei;

- exercer outras atribuições previstas em lei.

Estão relacionados, na tabela a seguir, o quantitativo das atividades do Conselho Superior, durante o exercício em tela:

Números do Conselho Superior do MPSE - 2013	
Procedimentos Distribuídos	981
Arquivamentos Homologados	684
Arquivamentos Não Homologados	104
Diligências	193
Processos de Promoção	1
Processos de Remoção	13
Reuniões Extraordinárias	17
Reuniões Ordinárias	10

Tabela 3 - Números do Conselho Superior do MPSE

1.1.4. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão da Administração Superior responsável por orientar e fiscalizar a atuação e conduta funcional dos Membros do Ministério Público.

Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público realizar correições e inspeções nas Promotorias de Justiça e inspeções nas Procuradorias de Justiça, relatando as conclusões de tais atos ao Colégio de Procuradores.

Ao Corregedor-Geral compete, ainda, elaborar e remeter ao Conselho Superior relatório circunstanciado sobre a atuação funcional e pessoal de Membro do Ministério Público, além de expedir recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução, visando à regularidade e aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público afetos à sua área de atuação, podendo instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra Membro da Instituição, presidindo-o e aplicando as sanções cabíveis, na forma da lei.

Ao Corregedor-Geral está acometida a atribuição de elaborar o regulamento do estágio probatório dos Promotores de Justiça em processo de vitaliciamento, acompanhando-os durante tal período, além de emitir relatório individual, para fins de vitaliciamento do Membro do Ministério Público em estágio probatório, para decisão do Conselho Superior.

A Corregedoria-Geral do MPSE, cumprindo seu dever institucional, desenvolveu diversas atividades, no decorrer de 2013, conforme detalhado a seguir:

Atividade		Resultado
Correições Ordinárias		51
Inspeções		7
Procedimentos Administrativos Disciplinares	Pedidos de Providência	3
	Sindicâncias	0
	Apurações de Comunicações da Ouvidoria do MPSE	25
Fiscalização das Atividades dos Membros do MPSE	Visitas a Estabelecimentos Prisionais	- Unidades prisionais visitadas e relatórios encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP - Reconhecimento do CNMP pelo Estado de Sergipe ser um dos 2 (dois) únicos estados do país a entregar 100% dos Relatórios de visitas a estabelecimentos prisionais
	Cumprimento das Metas Traçadas pela ENASP	- Reuniões de trabalho para orientar a atuação dos Promotores de Justiça realizadas - Participação do Promotor Gestor Estadual da ENASP em 4(quatro) reuniões nacionais realizadas - Alimentação do Inqueritômetro no sítio eletrônico do CNMP realizada - 5º lugar (Parâmetro 2007) e 4º lugar (Parâmetro 2008) no *Ranking* Nacional de Resolutividade dos Inquéritos ocupado pelo Estado de Sergipe
	Controle Externo da Atividade Policial	462 visitas realizadas
	Fiscalização de Estabelecimentos de Internação de Adolescentes (Unidades Socioeducativas)	Relatórios enviados bimestralmente ao Conselho Nacional do Ministério Público analisados
	Controle dos Lançamentos de Dados de Interceptações Telefônicas	Controle realizado mensalmente
	Acompanhamento de Visitas a Unidades de Abrigamento	Relatórios de fiscalização dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes remetidos
	Lançamento de Dados Estatísticos das Atividades Funcionais dos Promotores de Justiça	Coleta mensal e totalização de dados através das tabelas substitutivas ao Sistema APEP, enquanto o Sistema Arquimedes não entra em total funcionamento
	Acompanhamento do Vitaliciamento dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório	- Acompanhamento de 11 (onze) Promotores de Justiça em estágio probatório realizado - Elaboração de Relatório de Vitaliciamento dos Promotores de Justiça que estarão concluindo seu período de estágio probatório
	Acúmulo do Exercício das Funções Ministeriais com o Exercício do Magistério	Acompanhamento dos 9 (nove) Promotores de Justiça no exercício do magistério realizado
Promoção de Reuniões		5 (cinco)Reuniões

Tabela 4 - Atividades Executadas pela Corregedoria-Geral

1.1.5. COORDENADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Coordenadoria-Geral, na definição da Lei Orgânica Estadual, é órgão auxiliar do Ministério Público, com atribuição precípua de articular e supervisionar as ações promovidas pelas Promotorias de Defesa do Cidadão atuantes em todo o Estado de Sergipe, em especial na defesa e tutela dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Para cumprir suas atribuições, a Coordenadoria pode expedir recomendações e orientações sem caráter vinculativo, visando à regularidade e aperfeiçoamento das atribuições do Ministério Público, nos limites de suas atribuições.

É dever da Coordenadoria elaborar o programa de trabalho a ser desenvolvido pelas Curadorias especializadas e seu Plano Estratégico Plurianual de Ação, realizar visitas de inspeção nas Promotorias de Justiça para acompanhamento

dos procedimentos judiciais e extrajudiciais vinculados às suas atribuições institucionais.

Constam da tabela a seguir as recomendações emitidas pelo Órgão em 2013:

Recomendações da Coordenadoria-Geral do Ministério Público	
Recomendação N.º 001/2013 - CGMP	Recomenda aos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe atuantes nas Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público para: a) que adotem as medidas jurídicas necessárias para evitar e coibir os desvios de verbas, ilegalidades e irregularidades na contratação de bandas, shows, logística e infraestrutura em geral para a realização de festejos populares, em detrimento da atenção aos direitos fundamentais da coletividade, tais como saúde, educação, proteção às crianças e aos adolescentes, acessibilidade, saneamento básico, meio ambiente em geral e outros que visem concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana
Recomendação N.º 002/2013 - CGMP	Recomenda ao Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE e à Companhia de Polícia Rodoviária Estadual – CPRV, que intensifiquem as fiscalizações e notificações relativas às invasões e ao abandono de animais nas rodovias estaduais, cientificando ao Ministério Público estadual todas as apreensões e/ou notificações de invasão, para adoção das medidas cabíveis

Tabela 5 – Recomendações da Coordenadoria-Geral

1.1.6. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público é um canal permanente de comunicação entre o Ministério Público e a sociedade, através do qual são recebidas representações, reclamações, críticas, elogios, pedidos de informação e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pela Instituição.

Compete à Ouvidoria:

- receber, examinar, encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público;
- representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público, nas hipóteses de sua competência, ou, conforme o caso, aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis;
- divulgar, permanentemente, seu papel institucional à sociedade;
- elaborar e encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e ao Colégio de Procuradores de Justiça, relatório trimestral consolidado das representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões recebidas, bem como os seus encaminhamentos e resultados;
- manter intercâmbio e celebrar convênio com entidade pública ou privada que exerça atividades similares, com vistas à consecução dos seus objetivos;
- fazer registrar os expedientes na Ouvidoria, mediante protocolo, informando ao interessado sobre as providências adotadas e os resultados obtidos excetuados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;
- organizar e manter atualizado arquivo de documentação relativo às notícias de irregularidades, representações, reclamações, críticas, sugestões e elogios recebidos;
- dar conhecimento ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público ou ao Conselho Nacional do Ministério Público, sempre que solicitado, das denúncias, reclamações e representações recebidas.

1.1.7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça são órgãos da Administração Superior do Ministério Público, cujos Titulares exercem os cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desenvolvimento das funções que lhes forem cometidas por lei.

São atribuições dos Procuradores de Justiça, entre outras:

- oficiar: perante as Câmaras Criminais e Cíveis do Tribunal de Justiça; perante o Conselho Superior da Magistratura, quando as funções lhes forem delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça;

- remeter à Corregedoria-Geral suas apreciações e quaisquer referências sobre a atuação do Promotor de Justiça;

- presidir ou integrar comissão de processo disciplinar;

- receber intimação pessoal nos processos em que oficiar o Ministério Público, podendo interpor recursos.

No que tange à atuação judicial dos Procuradores de Justiça que compõem o Colégio de Procuradores, inclusive as manifestações do Procurador-Geral de Justiça, os dados estatísticos do ano de 2013 estão demonstrados nas tabelas e no gráfico que se seguem:

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2013	
Câmara Cível	
Tipos/Pareceres	**Total**
Apelações Cíveis	5.544
Ação Cautelar	1
Agravos de Instrumento	1.270
Embargos de Declaração	5
Exceção de Suspeição	1
Execução de Decisão	1
Habeas Corpus	16
Impugnação ao Valor da Causa	1
Reexames Necessários	152
TOTAL	**6.991**

Tabela 6 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmara Cível

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2013	
Câmara Criminal	
Tipos/Pareceres	**Total**
Ação Cautelar	3
Ação Penal Originária	2
Agravo Criminal (Lei de Execução)	63
Agravo de Instrumento (ECA)	5
Apelações Criminais	1.585

Correição Parcial	6
Desaforamento	1
Embargos de Declaração	1
Exceção de Suspeição	6
Habeas Corpus	1.556
Inquéritos Policiais	3
Queixa Crime	1
Recurso de Ofício	4
Recurso em Sent. Estrito	156
Representação Criminal	6
Restituição de Bens Apreendidos	1
Revisão Criminal	14
TOTAL	**3.413**

Tabela 7 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmara Criminal

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2013	
Câmaras Cíveis Reunidas	
Tipos/Pareceres	**Total**
Ação Rescisória	47
Embargos de Declaração	1
Embargos Infringentes	21
Execução de Decisão	1
Recurso Administrativo	1
TOTAL	**71**

Tabela 8 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmaras Cíveis Reunidas

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2013	
Tribunal Pleno	
Tipos/Pareceres	**Total**
Ação Cautelar	1
Ação Cautelar Inominada	1
Ação de Consignação em Pagamento	2
Ação Declaratória	5
Ação Direta de Inconstitucionalidade	10
Ação Diversa	1
Ação Penal Originária	4
Ação Rescisória	1
Agravo Regimental	17
Conflito de Competência	102
Conflito de Jurisdição	50
Conflito Negativo de Competência	1
Conflito Negativo de Jurisdição	2
Denúncia	1

Desaforamento	15
Embargos à Execução	5
Embargos de Declaração	25
Embargos Infringentes	35
Execução de Decisão	4
Incidente de Criminal	2
Incidente de Inconstitucionalidade	8
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	1
Mandado de Injunção	13
Mandado de Segurança	388
Petição	7
Precatório	151
Procedimento Administrativo Disciplinar	2
Procedimento Investigativo	2
Recurso Administrativo	6
Representação	3
Revisão Criminal	84
Suspensão de Execução de Decisão	20
Termo Circunstanciado	2
TOTAL	**971**

Tabela 9 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Tribunal Pleno

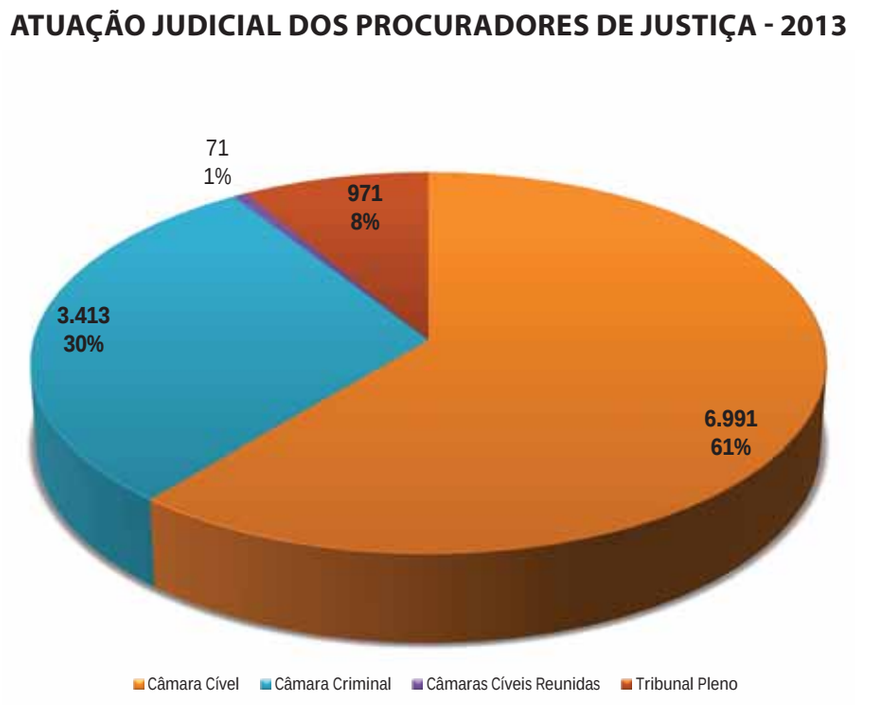


Gráfico 5 - Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça por Tipo

1.1.8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, compostos de pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas por lei, podendo ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores.

Compete aos Promotores de Justiça, entre outras atribuições conferidas em lei:

- expedir notificações, através de seus serviços ou dos agentes de polícia civil e militar, sob pena de condução coercitiva, nos casos de não-comparecimento injustificado;

- requerer correição parcial;

- interpor recursos, impetrar *habeas-corpus* e mandado de segurança contra atos de autoridades administrativas ou judiciárias, praticados em sua área de atribuições funcionais;

- acompanhar atos investigatórios junto a organismos policiais civis e militares ou administrativos, quando assim considerarem convenientes à apuração de infrações penais, ou se designados pelo Procurador-Geral;

- inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos prisionais e visitar as Delegacias de Polícia, fiscalizando o andamento de inquéritos;

- assumir a direção de inquérito policial, quando designado pelo Procurador-Geral;

- apresentar à Corregedoria-Geral e à Coordenadoria-Geral do Ministério Público, anualmente, até o sétimo dia útil do mês de janeiro, relatório de suas atividades funcionais;

- promover a execução da pena de multa ou de fianças criminais quebradas ou perdidas.

O Ministério Público Estadual conta, atualmente, com 101(cento e uma) Promotorias, sendo 42 (quarenta e duas) na Capital e 59 (cinquenta e nove) no Interior, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Promotorias	Quantidade
Sede	30
Fórum Olímpio Mendonça (Orlando Dantas)	2
Fórum Des. Luis Carlos Fontes de Alencar (CEASA)	2
Fórum Des. Fernando Ribeiro Franco (Santa Maria)	1
Fóruns Integrados I (Santos Dumont)	2
Fóruns Integrados II (18 Do Forte)	2
Fóruns Integrados III (DIA)	3
Subsedes do Interior	11
Fóruns do Interior	48
Total	**101**

Tabela 10 - Distribuição de Promotorias do MPSE

Ante a política de publicização de todas as atividade
Promotorias, os dados extraídos do relatório estatístico do siste
representados nos seguintes gráficos:

MOVIMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - 2013

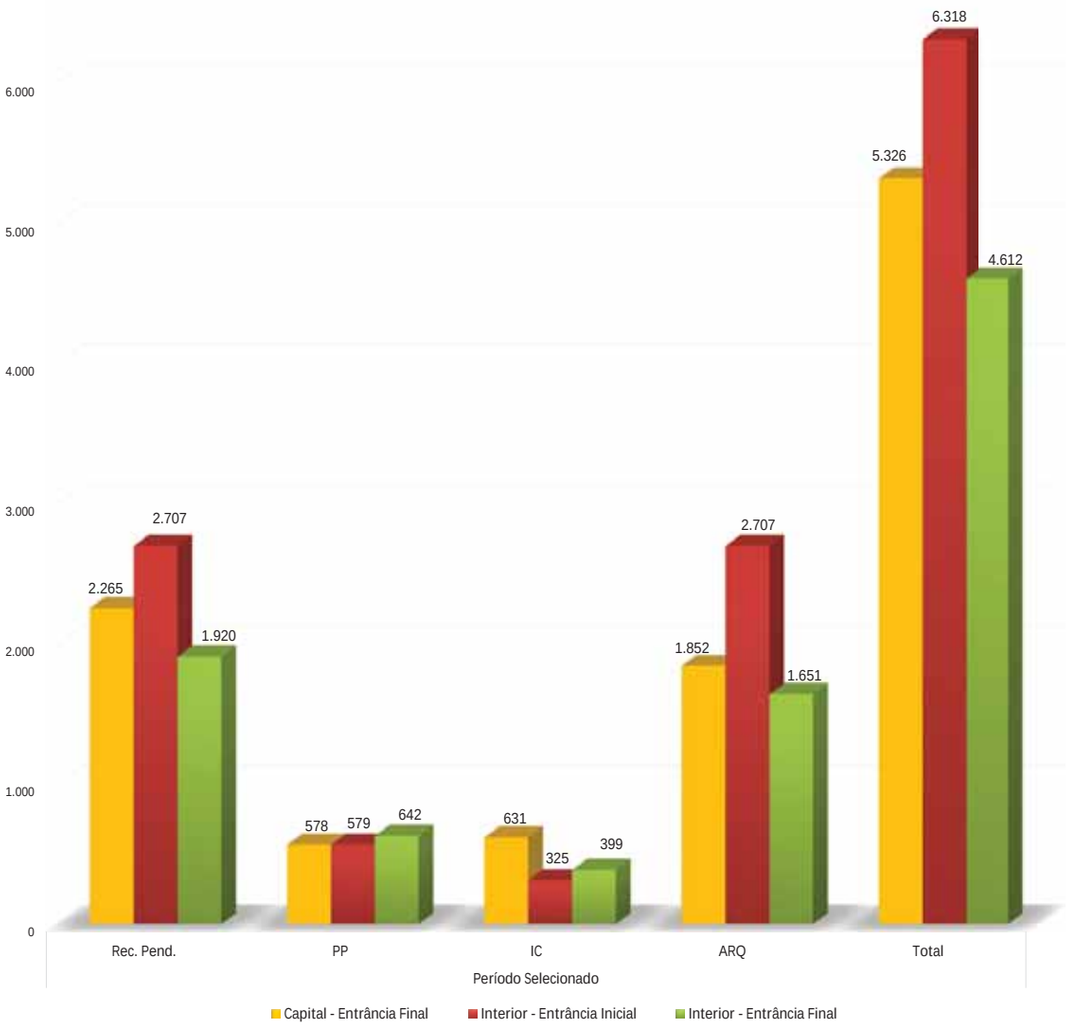


Gráfico 6 – Comparativo de Movimentações de Procedimentos Administrativos por Entrância

Legenda:
Rec. Pend. - Reclamação Pendente
PP - Procedimento Preparatório
IC - Inquérito Civil
ARQ - Arquivamentos

PROVIDÊNCIAS DECORRENTES - 2013

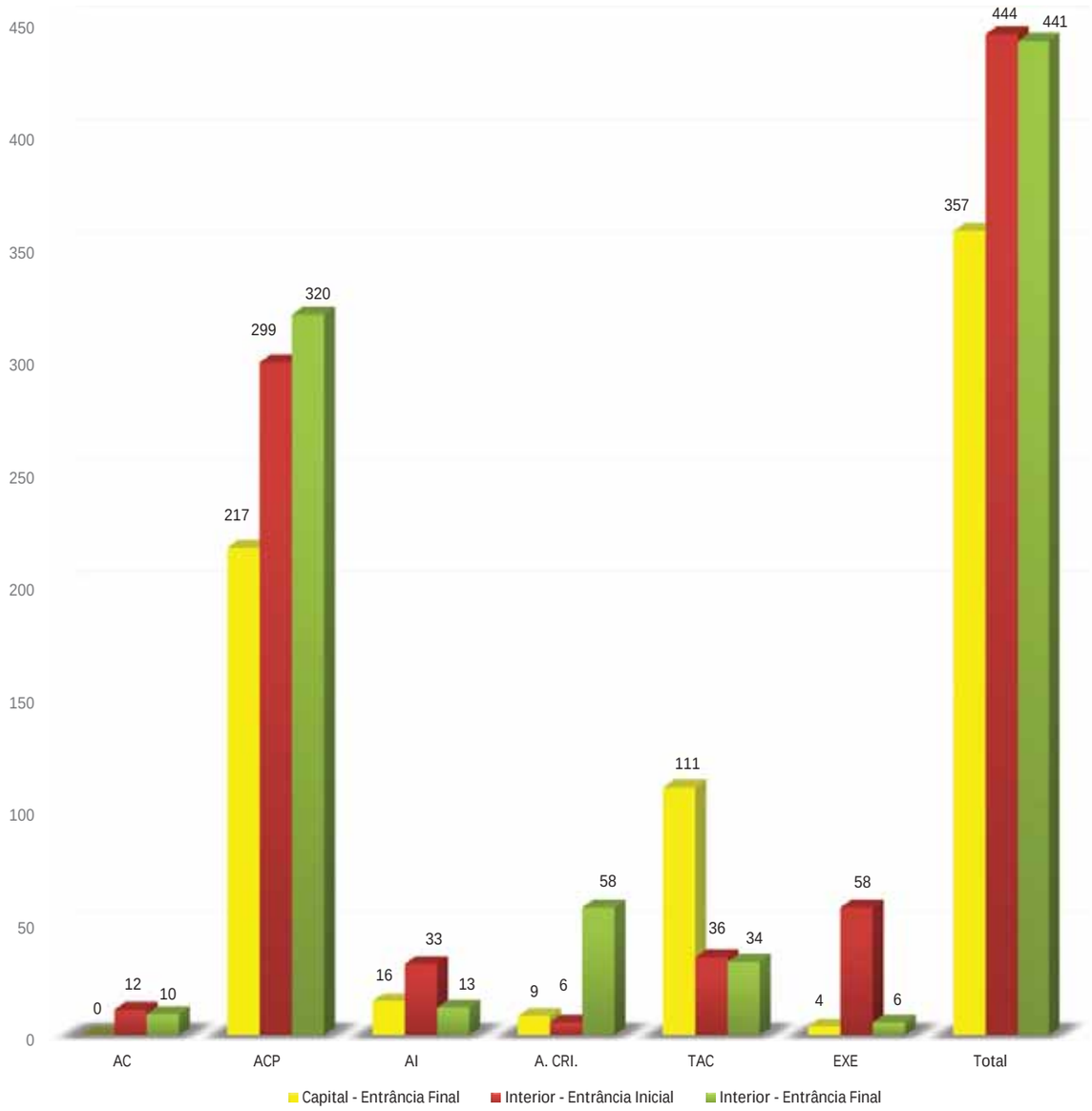


Gráfico 7 - Comparativo de Providências Decorrentes por Entrância

Legenda:
AC - Ação Cautelar
ACP - Ação Civil Pública
AI - Ação de Improbidade
A. CRI. - Ação Criminal
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
EXE - Ação de Execução

1.1.8.1. ÁREA CRIMINAL

No decorrer do ano de 2013, os Promotores de Justiça realizaram as seguintes atividades na **Área Criminal:**

DADOS	QUANTIDADE
Inquéritos Policiais/Notícias *Criminis*	
Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês	16.065
Baixados à Origem para Realização de Diligência	1.925
Arquivados	3.695
Transações Penais Efetivadas no Mês	2.268
Denúncias Oferecidas no Mês	8.095
Termos Circunstanciados	
Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês	9.661
Processos Criminais no 1º Grau	
Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês	88.161
Total de Manifestações	77.221
Processos Criminais no 2º Grau	
Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês	1.895
Total de Manifestações	1.724
Processos Criminais no Órgão do MP que Atua Perante Tribunais	
Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês	10
Total de Manifestações	1
Suspensões Condicionais dos Processos Efetivadas (em qualquer grau de jurisdição)	600

Tabela 11 – Atuação das Promotorias de Justiça - Criminal

1.1.8.2. ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Na **Área da Infância e Juventude**, foram tomadas as seguintes providências:

DADOS	QUANTIDADE
Áreas dos Atos Infracionais	
Boletins de Ocorrências e Outras Notícias de Atos Infracionais Recebidos	2.744
Boletins de Ocorrências e Outras Notícias Arquivadas sem Concessão de Remissão	231
Representações de Atos Infracionais Oferecidas	1.571
Remissões Concedidas pelo MP	306
Processos Recebidos	
No Primeiro Grau	13.359
No Segundo Grau	17
No Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores	116
Processos Analisados	
No Primeiro Grau	12.045
No Segundo Grau	16

No Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores	88
Defesa dos Direitos Transindividuais da Área da Infância e Juventude	
Inquéritos Civis/Procedimentos Preparatórios	90
Instaurados	188
Arquivados	163
Sem Ajustamento de Conduta	34
Com Ajustamento de Conduta	33
Ações Civis Ajuizadas	409
Visitas a Unidades de Atendimento Socioeducativo	7

Tabela 12 - Atuação das Promotorias de Justiça - Infância e Juventude

1.1.8.3. EXTRAJUDICIAL

Os dados contidos nas Tabelas Unificadas demonstraram os resultados, abaixo, relacionados à **Área Extrajudicial**:

DADOS	QUANTIDADE
Inquéritos Civis / Procedimentos Preparatórios	
Instaurados	2.517
Arquivados	1.334
Sem Ajustamento de Conduta	1.294
Com Ajustamento de Conduta	130
Processos Cíveis no 1º Grau	
Recebidos no Mês	84.968
Total de Manifestações no Mês	80.082
Processos Cíveis no Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores	
Recebidos no Mês	227
Total de Manifestações do Mês	156
Controle de Constitucionalidade Abstrato	
Ações Propostas pelo MP	275
Pareceres	1.126

Tabela 13 - Atuação das Promotorias de Justiça - Extrajudicial

1.1.8.4. MILITAR

A atuação das Promotorias de Justiça, no tocante à **Área Militar**, está demonstrada a seguir:

DADOS	QUANTIDADE
Inquéritos Policiais/Notícias Criminis	
Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês	568
Baixados à Origem para Realização de Diligência	137
Arquivados	122

Denúncias Oferecidas no Mês	125
Processos Criminais no 1º Grau	
Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês	960
Processos Criminais no Órgão do MP que Atua Perante Tribunais	
Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês	16
Atos de Controle Externo da Atividade Policial	
Visitas a Estabelecimentos Prisionais	12

Tabela 14 - Atuação das Promotorias de Justiça - Militar

1.1.8.5. TRABALHO EM PARCERIA COM ÓRGÃOS DE APOIO

1.1.8.5.1. CENTRO MÉDICO

O Centro Médico do Ministério Público de Sergipe, além de realizar procedimentos de enfermagem e atendimento médico aos integrantes do Órgão, presta atendimento às Promotorias de Justiça que necessitam de seu apoio.

Insta salientar, que a enfermeira do setor realizou visitas domiciliares e institucionais juntamente com a equipe de Divisão de Serviço Social – DIVSS, por solicitação da 4ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, especializada na defesa do acidentado do trabalho, do idoso, do deficiente, dos direitos humanos em geral, entre outros, no intuito primordial de observar o estado geral dos pacientes; avaliar a assistência prestada pelos órgãos responsáveis; e, também, os cuidados dispensados pela família, orientando-as e buscando meios para minimizar os problemas identificados neste grupo que vive em situação de risco.

Após cada visita é gerado um relatório e encaminhado à Promotoria, pormenorizando a situação encontrada e sugerindo as possíveis soluções que o caso requer.

1.1.8.5.2. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO– GAECO

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO é órgão vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, dirigido por Membro do Ministério Público, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, com atribuição judicial e extrajudicial relacionada ao combate do crime organizado.

O GAECO do Ministério Público de Sergipe tem atuado junto às Promotorias de Justiça do Estado, visando evitar a pessoalização da ação penal no Promotor de Justiça que atua no caso, em razão da periculosidade dos réus.

Dentre outras ações desse órgão, destacam-se as seguintes:

- apoio institucional junto à Promotoria de Justiça de Pacatuba, para atuar no Processo que investigou o tráfico de drogas na região, com envolvimento de políticos locais;

- apoio institucional junto à 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Aracaju/SE, para atuar no Processo decorrente da Operação Valquíria, com 32 (trinta e dois) denunciados. O grupo criminoso é suspeito de roubos, homicídios e tráfico de drogas em Sergipe, Pernambuco e São Paulo.

1.1.8.5.3. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI

O Gabinete de Segurança Institucional – GSI, órgão vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, é dirigido por Membro do Ministério Público, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, com atribuição para adotar medidas de execução e de assessoramento dos Membros da Instituição nos assuntos relativos à segurança institucional.

Dentre as atividades realizadas pelo órgão, no ano em questão, destacaram-se as seguintes:

- visitas de Inspeção de Segurança Preventiva;
- aquisição de Rádios de Comunicação;
- plano de segurança da Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, sediado na sede do MPSE, nos dias 19 a 22 de junho de 2013;
- plano de segurança por ocasião da III Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, sediado no MPSE, nos dias 16 a 18 de outubro de 2013;
- aquisição de Sistema de Segurança para as Subsedes do Ministério Público Estadual de Canindé de São Francisco, Estância e Itabaiana;
- aquisição de Sistema de Segurança para a Subsede de Simão Dias;
- aquisição de *Scanner* de Raio X NUCTECH;
- elaboração de Portarias sobre segurança institucional;
- instruções de serviços acerca do assunto em tela;
- realização de curso sobre direção defensiva e evasiva e treinamento sobre o correto manuseio e manutenção de armas de fogo.

1.1.8.5. 4. DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

A Divisão de Engenharia e Manutenção do Ministério Público de Sergipe presta serviços para diversas Promotorias de Justiça do Estado através da realização de visitas, com o objetivo de verificar as condições da estrutura física desses ambientes, propor novos *layouts* e/ou identificar a necessidade de reformas e/ou ampliações. No ano de 2013, os objetivos das vistorias foram ampliados e, juntamente com o GSI, foi analisada também a segurança dos ambientes.

A partir da identificação de problemas, são elaborados projetos e orçamentos, que são submetidos à aprovação do Procurador-Geral de Justiça e do Tribunal de Justiça de Sergipe, nos casos das Promotorias de Justiça instaladas nos Fóruns do Judiciário.

O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de vistorias realizadas pela Divisão em 2013:

ENGENHARIA - TOTAIS DE VISTORIAS EM INSTALAÇÕES PRÓPRIAS - 2013

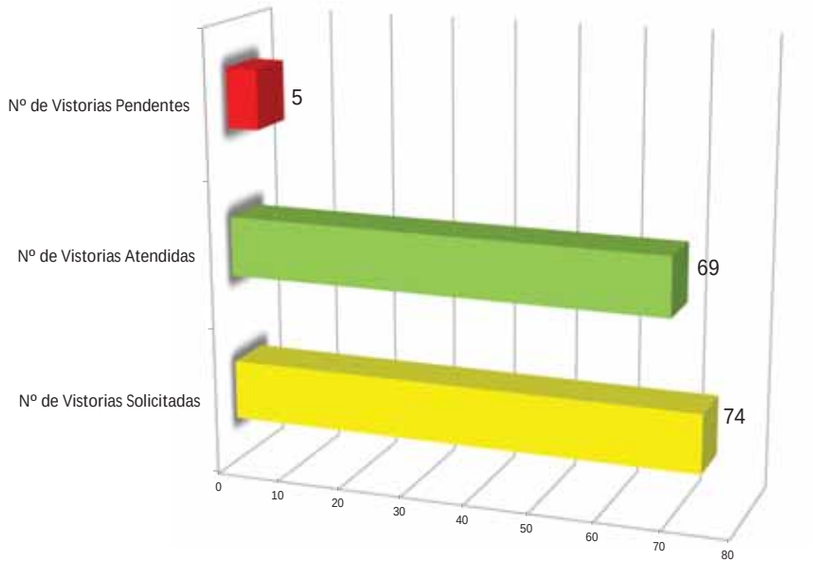


Gráfico 8 - Vistorias Realizadas pela Divisão de Engenharia

Como resultado das necessidades identificadas durante as 69 (sessenta e nove) visitas realizadas nas Promotorias da Capital e do Interior, foi realizada a reforma na Promotoria de Estância, a instalação de toldos no estacionamento da Sede do MPSE e celebrado Convênio com o Tribunal de Justiça de Sergipe, através do qual estão sendo reformadas e/ou ampliadas 25 (vinte e cinco) Promotorias, todas situadas em Fóruns daquele Tribunal , iniciativas melhor detalhadas adiante.

1.1.8.5.5. PERÍCIA TÉCNICA

A Divisão de Perícia do Ministério Público do Estado de Sergipe possui profissionais da área de ciências exatas, que desenvolvem as suas atividades auxiliando os Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça nas atividades fins da Instituição, no que se refere à prova, fornecendo suporte técnico e científico para a melhor execução dos seus trabalhos, zelando pela veracidade e integridade das informações geradas.

A seguir, está elencada uma série de atividades desenvolvidas pela citada Divisão, no ano de 2013, e as imagens que comprovam os trabalhos realizados:

- vistorias sobre acessibilidade em bancos, Casas Lotéricas, vias públicas, escolas, dentre outros, por solicitação da 4ª Promotoria do Cidadão, Especializada na Defesa do Acidentado do Trabalho, Idoso, Pessoa com Deficiência Física e Direitos Humanos em Geral e da Promotoria dos Direitos à Educação, a fim de verificar se os locais atendem à norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050-2004;

Foto 4 – Piso Tátil Direcionado em Calçada

Foto 5 – Piso Tátil Direcionado ao Caixa de Autoatendimento

- verificação de estruturas físicas de escolas e estabelecimentos públicos, atendendo a solicitações feitas pelas Promotorias dos Direitos à Educação; pela 4ª Promotoria do Cidadão Especializada na Defesa do Acidentado do Trabalho, Idoso, Pessoa com Deficiência Física e Direitos Humanos em Geral; e pela Promotoria de Justiça de Riachuelo. Essas e outras Promotorias solicitaram várias vistorias para verificar se a estrutura física dos estabelecimentos garantem ou não risco à população;

Foto 6 – Vaga reservada em estabelecimento comercial a pessoa com deficiência física

Foto 7– Rampa de acesso às salas de aula da Escola Lourival Fontes - Aracaju

- verificação das condições físicas e estruturais das casas de acolhimento ao menor, estabelecida através da Portaria nº 280/12, que instituiu Comissão Técnica para acompanhar as Promotorias de Justiça com atribuições de Curadoria da Infância e da Adolescência, em visitas às entidades de acolhimento às crianças e adolescentes em situação de risco, e dá outras providências;

- verificação da potabilidade da água fornecida para o consumo humano e regularidade no fornecimento da água para a população: a Promotoria de Justiça de Canindé do São Francisco e a do Distrito de São Francisco solicitaram realização de exame pericial envolvendo a análise físico-química e bacteriológica da água fornecida nos municípios. Já a Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor e Relevância Pública solicitou várias inspeções periciais para verificar se o fornecimento de água em algumas ruas do Bairro América estava sendo feito de forma regular;

- verificação das condições de estradas e rodovias: a Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros solicitou perícia para verificar se a sinalização da Rodovia Estadual SE-449, estava de acordo com o projeto original. No tocante à Rodovia João Bebe Água, a Promotoria de Justiça Distrital de São Cristóvão diligenciou vistoria nessa Rodovia, a fim de esclarecer se o projeto de drenagem e duplicação da referida Rodovia é compatível com a demanda do local;

- verificação das condições de Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural, por solicitação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural. Foram realizadas vistorias relacionadas aos riscos estruturais de estabelecimentos e supostas irregularidades urbanísticas e ambientais existentes em diversas áreas da capital;

- verificação de Reserva de Área Verde de Estabelecimentos Comerciais, por solicitação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural, a fim de averiguar se os *Shopping* Jardins e Riomar respeitaram os critérios legais que determinam a reserva de percentuais de área verde e área construída.

Com relação aos dados quantitativos da área, o gráfico a seguir demonstra a quantidade de Perícias Técnicas realizadas pela Divisão, no apoio aos órgãos que demandam seus trabalhos:

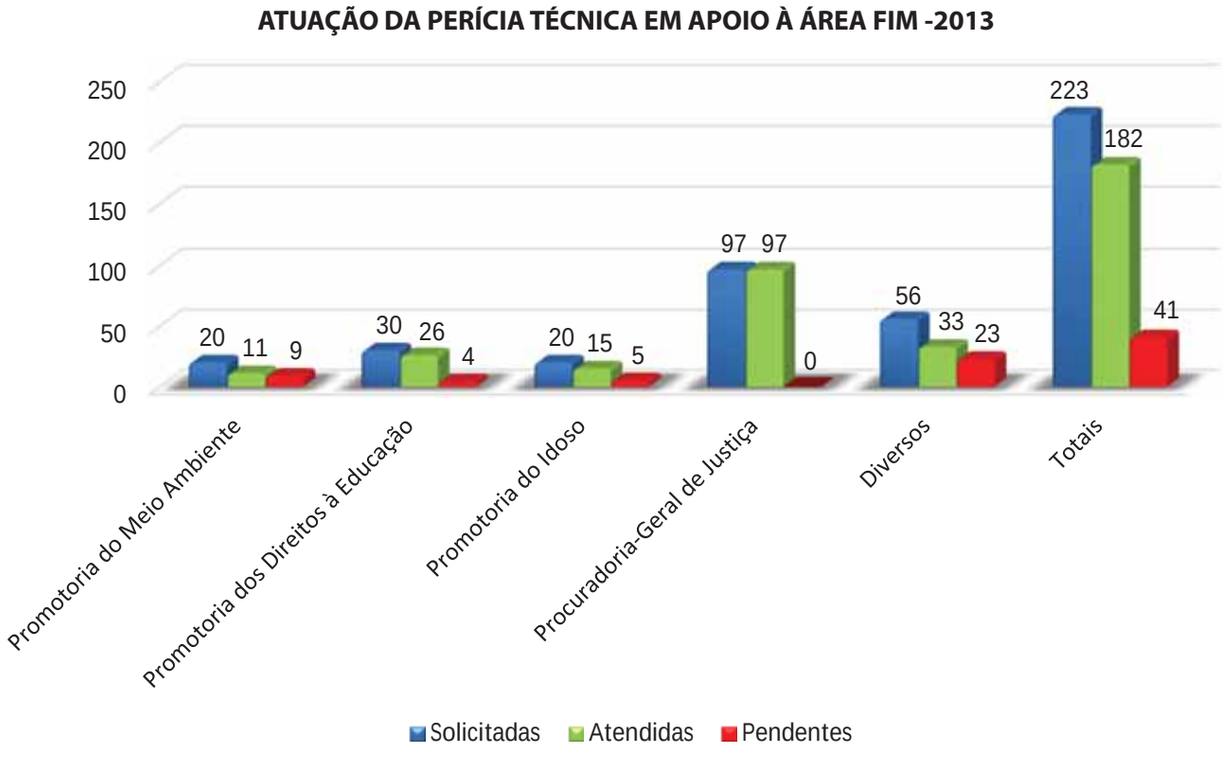


Gráfico 9 - Atuação da Perícia Técnica em Apoio à Área Fim

O próximo gráfico apresenta o resumo das solicitações que chegaram ao setor em 2013, atestando a eficiência da Divisão no suporte à área fim:

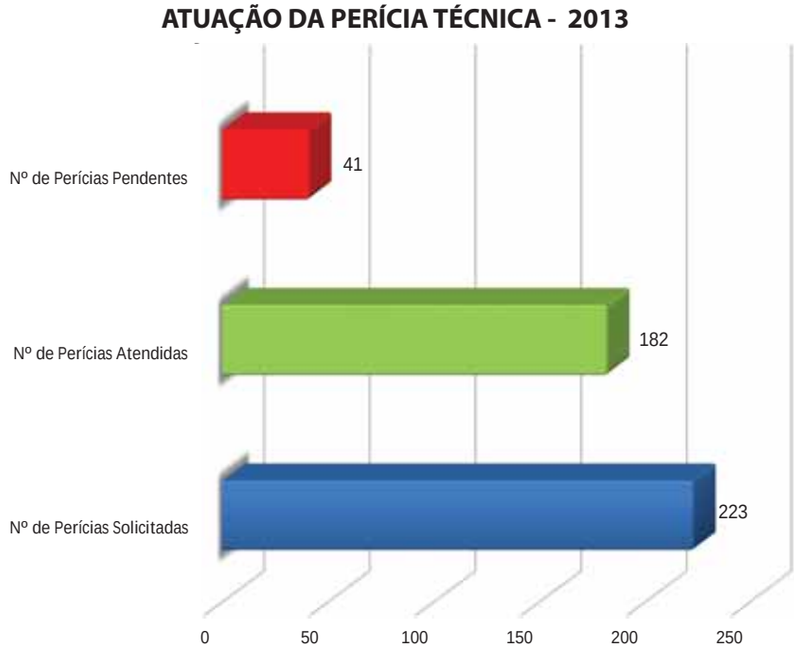


Gráfico 10 - Atuação da Perícia Técnica - Atendimento às Solicitações

1.1.8.5.6. DIVISÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL

A Divisão de Perícia Contábil do Ministério Público de Sergipe, dentre outras atividades, presta apoio às Promotorias de Justiça de todo o Estado, no tocante à análise de documentos contábeis de processos.

Em termos gerais, as demandas foram realizadas conforme demonstram os gráficos a seguir:

ATUAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL POR DEMANDANTE - 2013

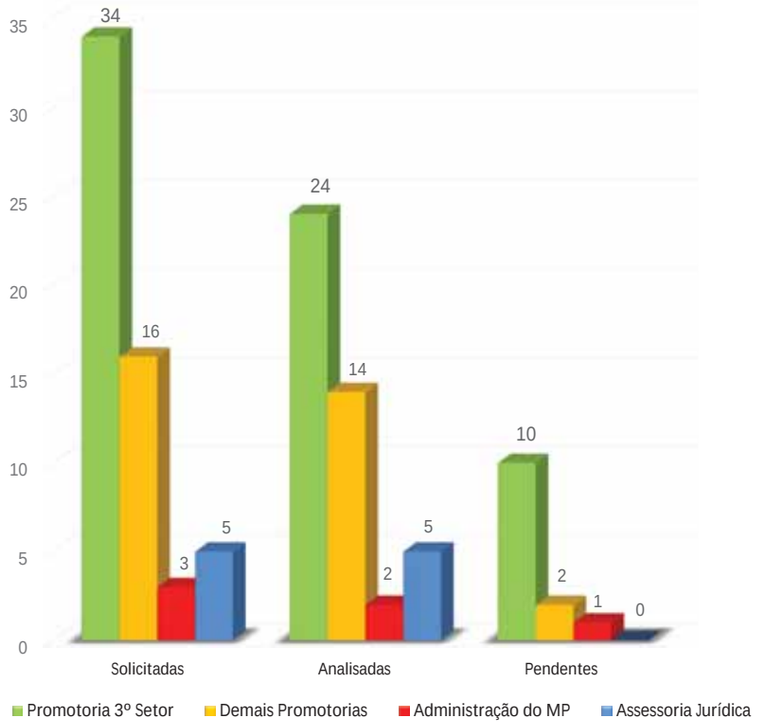


Gráfico 11 - Atuação da Perícia Contábil por Demandante

ATUAÇÃO DA PERICIA CONTÁBIL

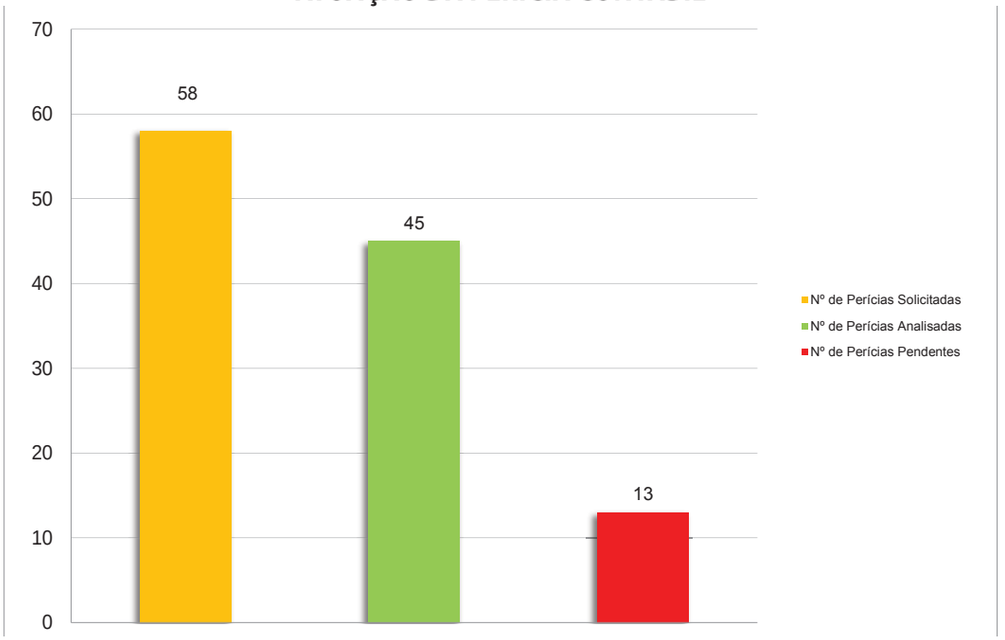


Gráfico 12 - Atuação da Pericia Contábil

1.1.8.5. 7. DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

A Divisão de Serviço Social - DIVSS atua alinhada às determinações da Portaria nº 734/2012, que regulamenta as atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério Público de Sergipe.

Em 2013, a Divisão, enquanto integrante da Comissão Técnica instituída para assessorar as Promotorias de Justiça com atribuições de Curadoria da Infância e Adolescência, participou, em conjunto com técnicos das áreas da Pedagogia e Engenharia Civil, das visitas às Instituições de Medidas Socioeducativas e Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco, localizadas nos municípios do Interior e em Aracaju.

Nessa atividade, o Parecer Social identifica situações de violação de direitos e/ou oferta inadequada de serviços, subsidiando as providências e ações das citadas Promotorias.

Objetivando atender à solicitação de avaliação técnica pela 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, foram realizadas visitas institucionais nas unidades socioassistenciais Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do município de Aracaju, tendo em vista contribuir com as medidas adotadas pela Promotoria.

No primeiro semestre de 2013, foi realizada a atualização da condição de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, por demanda da 1ª Promotoria da Justiça da Infância e Adolescência, visando às determinações firmadas durante as Audiências Concentradas. Foram ainda efetuadas visitas domiciliares, objetivando detectar situações de risco social de adolescentes residentes em municípios do interior do Estado.

O Serviço Social atendeu, ainda, às solicitações da Promotoria do Idoso, utilizando visitas domiciliares e institucionais, enquanto metodologia específica para subsidiar a emissão do estudo social, contribuindo para as providências do Promotor de Justiça no processo da materialização dos direitos.

O gráfico abaixo ilustra as atividades, em termos quantitativos e em percentuais, destacando aquelas que demandaram mais atenção por parte do Órgão. Nesse sentido, observam-se as categorias Monitoramento/Execução de Projetos, Elaboração de Relatórios e Visita Institucional com os maiores percentuais, correspondendo a 72% (setenta e dois por cento) das atividades executadas no período acima mencionado.

Atividades Desenvolvidas pela DIVSS- 2013

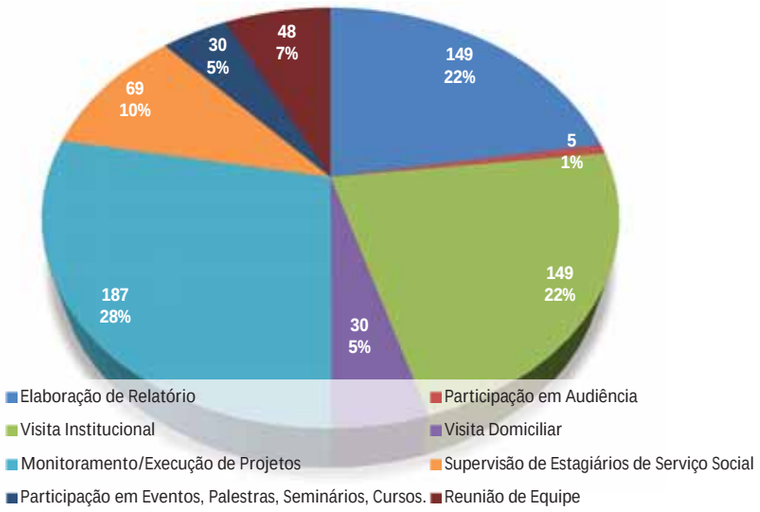


Gráfico 13 - Atividades da Divisão de Serviço Social

O Serviço Social no MPSE demarca o seu espaço de atuação no assessoramento às Promotorias, mediante requerimento de serviço. No gráfico a seguir, observa-se que a maior parte dos requerimentos é oriunda das Promotorias Especializadas.

ATUAÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL POR DEMANDANTE - 2013

Gráfico 14 - Atuação da Divisão de Serviço Social por Demandante

Ressalte-se que o trabalho desenvolvido pela Divisão projeta-se, principalmente, nos índices de visitas (domiciliares e institucionais) e na elaboração de relatórios sociais.

Dentre as Promotorias Especializadas, somente duas áreas demandaram o trabalho técnico da DIVSS, sendo a Infância e Adolescência responsável por 86% (oitenta e seis por cento) e Idoso por 14% (quatorze por cento) das solicitações, conforme demonstrado no gráfico seguinte:

ATUAÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL POR ESPECIALIDADE - 2013

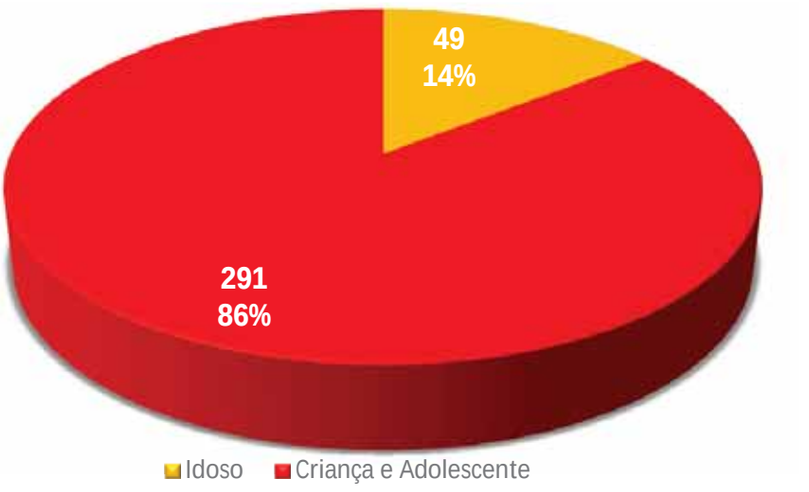


Gráfico 15 - Atuação da Divisão de Serviço Social por Especialidade

1.1.9. SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Secretaria-Geral do Ministério Público de Sergipe é exercida por Promotor de Justiça da entrância mais elevada, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos.

No exercício de 2013, destacaram-se as seguintes atividades na Secretaria-Geral:

- elaboração e divulgação da escala de férias com **06 (seis) meses** de antecedência;
- regularização da escala de férias de todos os Promotores de Justiça, evitando a prescrição;
- divulgação da escala anual de plantões, com distribuição equitativa entre todos os Promotores de Justiça;
- divulgação da escala de plantão dos Promotores de Justiça, para os dias úteis, com antecedência de **01 (um) ano**;
- organização de plantões de Recesso, Eleitorais, Mutirões, dentre outros;
- contatos semanais com todos os Promotores de Justiça plantonistas, a fim de lembrá-los do aludido compromisso;
- contatos semanais com todos os Promotores de Justiça aposentados, convidando-os para participar do habitual *coffee break* que antecede as reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça;
- comunicação das designações eleitorais à Procuradoria Regional Eleitoral até o dia **05 (cinco)** de cada mês;
- confecção e organização do quadro de designações de substituição de Promotores de Justiça com, no mínimo, **06 (seis) meses** de antecedência;
- contatos telefônicos e encaminhamentos, para os endereços eletrônicos funcionais das Promotorias e dos Promotores de Justiça, das correlatas Portarias de designação de substituições;
- confecção, organização e arquivamento de portarias de designação de substituição e outras, totalizando o importe de **248 (duzentas e quarenta e oito) portarias**;
- confecção e encaminhamento de **23 (vinte e três) ofícios circulares** e **102 (cento e dois) ofícios expedidos;**
- controle e otimização dos gastos com telefone, limitados em **R$ 110,00 (cem e dez reais)** por unidade, com remessa mensal de relatório pertinente a cada Promotoria de Justiça;
- auxílio na divulgação e operacionalização do plano corporativo de aparelhos celulares, *chips* e *modens*, com a pactuação de tarifas menores que as regularmente praticadas para os consumidores em geral, além da fixação de **tarifa zero** para conversação entre os Membros do Ministério Público que contratarem o referido plano;
- organização e envio/reenvio das correspondências encaminhadas à sede do Ministério Público (Edifício Governador Luiz Garcia) e dirigidas aos Promotores de Justiça;

- atualização e remessa mensal, via *e-mail*, para os endereços eletrônicos dos Promotores de Justiça, da Lista Telefônica contendo números dos aparelhos celulares e fixos dos Membros e alguns servidores da área administrativa;

- aprimoramento de rotinas administrativas entre a Secretaria-Geral e as Diretorias de Administração, de Tecnologia da Informação, de Recursos Humanos e de Finanças;

- implementação das atividades da Comissão de Controle Interno, através do monitoramento e acompanhamento dos gastos do almoxarifado e das copas do Ministério Público, além de despesas com combustível e peças de veículos;

- implementação do uso de *e-mails* oficiais por todas as unidades do Ministério Público, como forma de agilizar o trânsito das informações e de economizar quantias gastas com AR e SEDEX, as quais somente são autorizadas, em caráter de excepcionalidade;

- organização dos festejos juninos do Ministério Público do Estado de Sergipe, com a reedição do evento denominado '*Arraiá da Sicretaria-Gerá*', o qual contou com a presença de Membros e Servidores, oportunidade em que também fora realizado o sorteio de férias dos Promotores de Justiça;

- organização e Realização do Sorteio de Férias dos Promotores de Justiça;

- organização e Realização do Sorteio de Passagens Aéreas e Diárias para os Membros Ativos do Ministério Público do Estado de Sergipe, objetivando a participação no evento institucional denominado **XX Congresso Nacional do Ministério Público**;

- participação do Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe em várias comissões que tratam de assuntos de interesse institucional, na maioria delas figurando na condição de Presidente.

1.1.10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP

A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe – ESMPSE é uma Instituição Pública Estadual, criada como órgão auxiliar dotado de autonomia administrativa e financeira, voltada à execução de atividades de ensino e pesquisa e destinada a mais ampla e completa formação intelectual dos integrantes do Ministério Público.

São objetivos gerais da ESMP:

1. aprimorar a capacitação técnico-profissional dos Membros e Servidores do Ministério Público;
2. desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;
3. promover cursos, simpósios e congressos, ciclos de estudo, palestras, conferências;
4. celebrar convênios, estabelecer intercâmbio cultural com instituições congêneres, visando ao aperfeiçoamento cultural e funcional dos integrantes do Ministério Público;
5. editar publicações científicas;
6. contribuir para o recrutamento e a formação de recursos humanos, preferencialmente para os quadros do serviço público da Administração direta ou indireta do Estado de Sergipe e dos municípios.

A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe dispõe de 4 (quatro) salas de aulas, com capacidade individual de cerca de 80 (oitenta) pessoas, e uma biblioteca, que é permanentemente atualizada com novos títulos, e acervo digitalizado para consultas ou empréstimos.

1.1.11. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOps

Os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público de Sergipe - CAOps, criados a partir da Resolução nº 007/2011 – CPJ, de 21 de julho de 2011, são órgãos auxiliares da atividade funcional da Instituição, coordenados e supervisionados pela Coordenadoria-Geral, com atribuições nas áreas a seguir:

1.1.11.1. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS

Ao Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais compete exercer suas atribuições nas áreas cível e criminal não inseridas nas atribuições específicas dos demais Centros de Apoio.

A tabela em seguida especifica as atividades realizadas por esse CAOp, no ano de 2013:

CAOp Atividades Cíveis e Criminais				
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros Eventos Externos	Projeto "MP Itinerante"	Promover a cidadania, oportunizando às comunidades residentes em locais de difícil acesso no interior do Estado o atendimento direto por parte da Instituição	22/02/2013	Povoado Samambaia, Tobias Barreto/SE
			05/04/2013	Nossa Senhora da Glória/SE
			11/04/2013	Canindé do São Francisco/SE
			10/05/2013	Porto da Folha/SE
Outros Eventos Externos	Pré-Censo	Visa mapear os problemas da comunidade, nas áreas cíveis e criminais, antes da realização do Censo Social	05/06/2013	Bairro Palestina, Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	Censo Social	Visa melhor atender a população e participar, ativamente, na busca de soluções para os problemas que mais afligem a comunidade, nas áreas cíveis e criminais	19/06/2013	Bairro Palestina, Aracaju/SE
Workshop	1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico	O *Workshop* tem como objetivo apresentar o Portal *Web* dos Centros de Apoio Operacionais (CAOps) a todos os Membros do MP	09/09/2013	Aracaju/SE

Outros Eventos Externos	Projeto "MP Itinerante"	Promover a cidadania, oportunizando às comunidades residentes em locais de difícil acesso no interior do Estado o atendimento direto por parte da Instituição	19/09/2013	Povoado Salobra, Simão Dias/SE
			26/09/2013	Aquidabã/ SE
			08/10/2013	Itabaiana/SE

Tabela 15 - Participação do CAOp Atividades Cíveis e Criminais em Eventos

Iniciativas - CAOp Atividades Cíveis e Criminais	
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: • artigos doutrinários, Lei nº 12.760/2012 e a Resolução nº 432/13 do Contran referente à "nova Lei Seca"; • boletins de jurisprudência nº 012/2012, 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009 e 010/2013; • *kit* básico de mobilidade urbana, relativo ao Projeto Nacional do CNPG/GNDH/GNCOC ("Ministério Público e Mobilidade Urbana"); • *link* do vídeo da sessão de julgamento do STF em que se decidiu pela degravação integral dos diálogos interceptados: www.youtube.com/watch?list=PLippyY19Z47vKVgbRqRhPZWyW5s5v5YVr&v=TW02PmpFIJ0&feature=player_embedded; • manual intitulado "A escuta telefônica e o sistema guardião"; • nota técnica sobre a PEC 31/2013; • termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas sobre segurança e organização de eventos públicos e particulares.	14
Ofícios Expedidos	32
Outras Atividades de Apoio: • apoio a demandas solicitadas por Comissões no âmbito do MPSE; • apoio a demandas institucionais que objetivem a qualificação dos Membros e Servidores do MPSE; • apoio às consultas formuladas pelo Conselho Nacional do Ministério Público; • encaminhamento de material de pesquisa (doutrinária, jurisprudencial e legislativa) solicitada por Membros; • estudos sobre práticas que visem o aprimoramento institucional; • estudos sobre práticas que visem à otimização dos trabalhos institucionais.	06
Participações em Reuniões ou Encontros	10
Pesquisas Realizadas: • a "nova Lei Seca"; • manifestação doutrinária afirmando que continua valendo o entendimento do STF esposado no Inquérito nº 2424/RJ, de que "só é exigível, na formalização da prova de interceptação telefônica, a transcrição integral de tudo aquilo que seja relevante para esclarecer sobre os fatos da causa *sub iudice*"; • segurança e organização de eventos públicos e particulares.	03

Tabela 16 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp Atividades Cíveis e Criminais

1.1.11.2. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência compete, precipuamente, exercer suas atribuições na área da promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, prestando apoio técnico e operacional às Promotorias de Justiça com atribuição na área infantojuvenil.

Além disso, o CAOp – Infância e Adolescência desenvolve projetos de caráter educativo e preventivo nos temas relacionados à infância e adolescência, a exemplo de prevenção ao uso de drogas, reconhecimento formal de paternidade, enfrentamento ao abuso e exploração sexual, diagnóstico do acolhimento institucional e incentivo à cultura.

Outrossim, estimula a integração e o intercâmbio entre os órgãos que compõem o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, como Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, além de Gestores Estadual e Municipais.

Nas tabelas a seguir, são demonstradas as principais ações desenvolvidas pelo Centro de Apoio durante o ano de 2013:

CAOp da Infância e Adolescência				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Congresso	II Congresso Nacional Direito e Fraternidade	Congresso destinado a discutir o Princípio da Fraternidade, desde a sua origem, com vistas à sua efetivação na sociedade atual, partindo da ideia de que a carta constitucional contém este princípio como um dos seus fundamentos	25 a 7/01/2013	São Paulo/SP
Encontro	Encontro Nacional dos Coordenadores da Infância do Ministério Público e do Poder Judiciário	Encontro promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP com o objetivo de discutir as metas da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente	16/05/2013	Brasília/DF
Encontro	Encontro de Trabalho "Atenção Psicossocial para crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos"	Encontro de Trabalho promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, em parceria com o Ministério da Saúde, visando à integração das entidades envolvidas na busca de ações coordenadas no campo da saúde mental infantojuvenil	29/05/2013	Brasília/DF
Reunião	II Reunião Ordinária de 2013 do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União – GNDH/ CNPG	Especificamente no tocante à Comissão da Infância e Juventude – COPEIJE, foram debatidos temas alusivos à redução da maioridade penal, enfrentamento à exploração sexual, gravidez resultante de exploração sexual e aborto, SINASE e medidas socioeducativas em meio aberto	03 a 5/07/2013	São Paulo/SP
Seminário	Seminário Regional Nordeste ABMP	Seminário promovido pela associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude - ABMP, com a temática "O ECA revisitado após as modificações legislativas e sociais: desafios de sua implementação"	08 a 9/08/2013	Fortaleza/CE
Workshop	"Todos Juntos por um Brasil mais Acessível"	*Wokshop* promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, especificamente pela Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais/Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade	03 a 4/09/2013	Brasília/DF
Reunião	III Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH	Participação de Dra. Miriam Teresa como integrante da COPEIJ – Comissão Permanente da Infância e da Juventude	16 a 8/10/2013	Aracaju/SE
Seminário	4º Seminário Nacional do Projeto Viravida	O Projeto Viravida, capitaneado pelo SESI, tem como objetivo precípuo resgatar adolescentes em situação de exploração sexual. Com o tema "Poder Jovem – Inovar e Transformar", o seminário reuniu jovens atendidos pelo projeto em todo o Brasil e teve como objetivo precípuo fortalecer a troca de experiências entre os participantes e a inclusão social dos mesmos	31/10 a 02/11/2013	Brasília-DF
Workshop	IV *Wokshop* sobre Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Promovido pela Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social – SEIDES, o evento, cujo público-alvo foram os técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, teve o objetivo de debater estratégias de enfrentamento à violência sexual contra meninos e meninas através de palestras e mesas temáticas	10/12/2013	Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Sexual – SEIDES
Workshop	*Workshop*: Matrizes da Carta de Estratégias em Defesa da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, o evento teve como objetivo tratar das matrizes da Carta de Estratégias, seus objetivos metas e desafios	17/12/2013	Brasília-DF

Tabela 17 - Participação do CAOp Infância e Adolescência em Eventos

CAOp da Infância e Adolescência				
Eventos Promovidos pelo CAOp				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Seminário	I Seminário sobre Medida Socioeducativa em Meio Aberto no Município de Aracaju	Evento promovido pelo CREAS Viver Legal, em parceria com o CAOp – Infância e Adolescência e a 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, com vistas a discutir a importância e as dificuldades para implementação da execução de medidas socioeducativas em meio aberto no município de Aracaju	12/07/2013	Auditório Promotor Valdir de Freitas Dantas - sede do MPSE
Palestra	"Redução da Maioridade Penal"	Palestra, em parceria com a Escola Superior do MPSE, sobre o tema "Redução da Maioridade Penal", pelo Dr. Munir Cury, no auditório Promotor Valdir de Freitas Dantas - sede do MPSE	12/08/2013	Auditório Promotor Valdir de Freitas Dantas - sede do MPSE
Seminário	Seminário "O Papel da Escola no Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente: Omissão ou Proteção?"	Fruto de parceria entre o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão e o CAOp – Infância e Adolescência, o aludido seminário teve como objetivos precípuos: 1) Levar ao conhecimento dos gestores e profissionais da rede municipal de ensino mecanismos de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente; 2)Subsidiar a implementação do Sistema de Aviso Legal contra Violência, Exploração e Maus Tratos contra Crianças e Adolescentes – SALVE, na rede municipal de ensino; 3) Firmar compromisso na comunidade escolar para implementação e/ou implantação de ações de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente.	19/10/2013	Centro de Convenções de Aracaju – CIC

Tabela 18 - Eventos Promovidos pelo CAOp Infância e Adolescência

Iniciativas - CAOp da Infância e Adolescência	
Audiências públicas: • audiência com representantes da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social – SEIDES, Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social - SEMFAS e Associação Comunitária de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem - MATER para tratar acerca da assinatura do Termo de Cooperação/Convênio pelas partes intervenientes com vistas à reativação do Projeto Pouso Seguro – 19/02/2013; • audiência para tratar da inserção dos adolescentes acolhidos na faixa etária de 16 a 18 anos nas oficinas culturais do Projeto "Histórias de Oyá" - 09/04/2013; • audiência com representantes do "Lar Meninos de Santo Antônio", com vistas à cessão de uso de instrumentos musicais oriundos do Projeto "ESPERANÇARTE" e que estão sob a guarda do CAOp - Infância e Adolescência para a referida entidade de acolhimento – 03/05/2013; • audiência com a 8ª Promotoria dos Direitos do Cidadão, Conselhos Tutelares, Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAGV e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA para tratar das dificuldades de se notificar e investigar crimes cometidos contra crianças e adolescentes – 15/05/2013; • audiências com os integrantes da rede de proteção, para o fim de estabelecer os fluxos e protocolos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, através do SALVE (dias 08 e 17 e 30/04, 09/05 e 27/06); • audiência para tratar sobre o processo de eleição unificada dos conselheiros tutelares – 28/05/2013; • realização de audiência pública, dia 21/10/2013, na sede do MPSE, que contou com a participação dos Promotores de Justiça e Prefeitos Municipais de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, da qual resultou a formalização de um consórcio intermunicipal, através de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, para implementação de serviço de acolhimento, na modalidade casa-lar, para crianças e adolescentes daquelas localidades.	33
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: • envio, por *e-mail*, de cópia do Provimento nº 32, da Corregedoria Nacional de Justiça, para todas as Promotorias de Justiça com atribuição na área da infância e adolescência – 09/07/2013; • envio, por *e-mail,* de cópia das Resoluções nº 96 e 97, que alteram as Resoluções nº 71 e 67, respectivamente, do Conselho nacional do Ministério Público - CNMP, para todas as Promotorias de Justiça com atribuição na área da infância e adolescência; • encaminhamento de material informativo sobre o Fundo Especial para a Infância e Adolescência – FIA, para a Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporanga D'Ajuda.	3
Inspeções Realizadas Realização de vistoria nas unidades socioeducativas de internação, CENAM e USIP, para averiguar a situação das mesmas após as recentes fugas e rebeliões dos adolescentes internos – dia 02/10/2013	1
Ofícios Expedidos	240

Outras Atividades de Apoio: • participação de Dra. Miriam Teresa em debate sobre a redução da maioridade penal, no programa Batalha na TV, dia 09/10/2013; • treinamento de servidora da Promotoria de Cedro de São João sobre a operacionalização do SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Disque 100 – Módulo Infância – dia 25/10/2013; • participação no MP Itinerante realizado no município de Itabaiana (Dra. Miriam Teresa e Jacqueline Almeida Silva) – dia 08/11/2013.	3
Participações em Reuniões ou Encontros	32
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial Consulta ao Guia do MCA – Módulo da Criança e Adolescente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, visando possíveis adaptações ao S.I.A – Sistema Informatizado dos Abrigos – 27/06/2013	1
Visitas Realizadas Visita à 6ª Vara Criminal para conhecer as atuais instalações da sala de depoimentos especial – 10/07/2013	1

Tabela 19 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp Infância e Adolescência

1.1.11.3. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária exerce suas atribuições em todo Estado, priorizando o estabelecimento de condições técnicas e administrativas para o pronto atendimento das mais diversas demandas oriundas das Promotorias de Justiça com atuação na defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária.

A tabela a seguir especifica as principais atividades realizadas por esse CAOp em 2013:

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária				
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros Eventos Externos	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores- Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG	Encontro de Procuradores- Gerais e Membros do MP, a fim de debater e discutir assuntos de interesse institucional	03 a 05/03/2013	Brasília/DF
			04 a 05/04/2013	Natal/RN
			22 a 23/04/2013	Brasília/DF
			20 a 21/05/2013	Brasília/DF
Outros Eventos Externos	Mobilização de Combate à PEC 37	Cumprimento do cronograma nacional da campanha de combate à PEC 37	27 a 29/05/2013	Brasília/DF
Palestra	"A Atividade investigatória na Constituinte de 1988"	Palestra e debates sobre o tema "A Atividade investigatória na Constituinte de 1988"	03 a 05/06/2013	Rio de Janeiro/RJ
Workshop	1º *Workshop* CAOps e Promotorias executando o Planejamento Estratégico	Palestras acerca dos trabalhos desenvolvidos pelo CAOp na Comissão de Planejamento Estratégico	16/09/2013	Aracaju/SE

Tabela 20 - Participação do CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária em Eventos

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária				
Eventos Promovidos pelo CAOp				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Seminário	Lançamento da Campanha de Combate à PEC 37	Abertura de lançamento de campanha de combate à PEC 37 no Estado de Sergipe	15/04/2013	Auditório Valdir de Freitas Filho – Sede do MPSE

Tabela 21 - Eventos Promovidos pelo CAOp Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária

Iniciativa - CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária	
Audiências Públicas Audiências públicas realizadas nas maiores comarcas do Estado, a fim de debater e esclarecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 37	5
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	11
Ofícios Expedidos	114
Outras Atividades de Apoio Pesquisas no Sistema de Auditoria Pública – SISAP do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe	28
Participações em Reuniões ou Encontros Reuniões de trabalhos administrativos da Campanha de Combate à PEC 37	5
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial	26
Visitas Realizadas Visita ao Congresso Nacional para participar da mobilização de combate à PEC 37	5

Tabela 22 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária

1.1.11.4. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos exerce suas atribuições na promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, idoso, vítimas de crimes, saúde do trabalhador e dos direitos constitucionais do cidadão. Além disso, atua ainda na defesa do consumidor e na área dos serviços de relevância pública.

O CAOp dos Direitos Humanos realizou, no ano de 2013, as seguintes atividades, dentre outras:

CAOp dos Direitos Humanos				
Participação em Seminários, Congressos, Palestras, e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Reunião	I Reunião Ordinária do Grupo Nacional dos Direitos Humanos	-	13, 14 e 15/03/2013	Fortaleza - CE
Outros eventos externos	Capacitação de Conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Palestra proferida sobre o papel do Ministério Público na defesa dos direitos da pessoa idosa	Março	Palácio Olímpio Campos - Aracaju/SE

Encontro	Encontro de Conselhos da Pessoa Idosa	Palestra proferida sobre os direitos da pessoa idosa	Junho	Auditório do Museu da Gente Sergipana
Reunião	II Reunião Ordinária do Grupo Nacional dos Direitos Humanos	-	03, 04 e 05/06/2013	São Paulo - SP
Palestra	Reunião de grupo de Idosos - ASAPREV	Palestra proferida sobre os direitos da pessoa idosa	Setembro	Auditório da ASAPREV - Aracaju/SE
Palestra	UFS/NUPATI	Palestra proferida sobre os direitos da pessoa idosa	Setembro	UFS
Palestra	Evento - Direitos da Pessoa Idosa	Palestra proferida na Associação de Moradores do Conjunto Bugio, comemorativa dos 10 anos do Estatuto do Idoso	08/10/2013	Associação de Moradores do Conjunto Bugio

Tabela 23 - Participação do CAOp dos Direitos Humanos em Eventos

CAOp dos Direitos Humanos			
Eventos Promovidos pelo CAOp			
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Workshop	1° *Workshop* – CAOps e Promotorias executando o Planejamento Estratégico	16/09/2013	Auditório do Ministério Público de Sergipe
Outros Eventos Externos	MP Itinerante	22/02/2013	Tobias Barreto/SE
		05/04/2013	Nossa Senhora da Glória
		10/05/2013	Porto da Folha/SE
		08/08/2013	Estância
		15/08/2013	Simão Dias/SE
		19/09/2013	Simão Dias/SE
		26/09/2013	Aquidabã/SE
		08/11/2013	Itabaiana/SE
Outros Eventos Externos	MP Itinerante – Censo Social	19/06/2013	Bairro Palestina - Aracaju/SE
Workshop	1° *Workshop* sobre População em Situação de Rua no Estado de Sergipe	31/10/2013	Auditório do Ministério Público de Sergipe

Tabela 24 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos Humanos

Iniciativas – CAOp dos Direitos Humanos	
Audiências públicas	30
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	14
Ofícios Expedidos	289
Participações em Reuniões ou Encontros	09
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial	32
Visitas Realizadas Visita ao Terminal DIA, a fim de averiguar a adequação física do local às normas que protegem a pessoa idosa e com deficiência, além de fiscalizar o funcionamento do fluxo de veículos e a sua adaptação aos critérios de acessibilidade	3

Tabela 25 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos Humanos

1.1.11.5. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES

A Resolução nº 002/2002 – CPJ, do Colégio de Procuradores de Justiça, criou o Núcleo de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco com o objetivo de proteger e revitalizar o Rio São Francisco, tendo sido seu objeto de atuação ampliado pela Resolução nº 007/2011 – CPJ, que incluiu a curatela a todas as nascentes do Estado de Sergipe e modificou seu nome para Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes, reconfigurando suas atribuições para dar apoio operacional às Promotorias de Justiça na curatela dos recursos hídricos do Estado.

O CAOp tem participado de diversas atividades referentes à gestão florestal e de recursos hídricos no Estado de Sergipe, destacadas nas tabelas seguintes:

CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes				
Participação em Seminários, Congressos, Palestras e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Congresso	VI Encontro de Recursos Hídricos de Sergipe	Participação de evento acerca da gestão integrada e sustentável do ciclo da água	19 a 22/03/2013	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CODISE Aracaju/SE
Palestra	Reunião com os membros da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco - CCRBSF no Município de Penedo/AL	Debates e palestras que fizeram parte da segunda oficina de usos múltiplos das águas do Velho Chico	09/05/2013	Penedo/AL
Outros Eventos Externos	"Projeto MP Itinerante"	Disponibilização dos serviços de atendimento pelo Ministério Público à comunidade do Povoado Salobra, além dos serviços de Odontologia, Psicologia, Assistência Social, dentre outros, ofertados pela Prefeitura Municipal de Simão Dias	19/09/2013	Simão Dias/SE
Outros Eventos Externos	Reunião com os membros da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco - CCRBSF no Município de Penedo/AL	Reunião para tratar das melhorias promovidas na Bacia do Rio São Francisco, entre os quais os Projetos Hidroambientais a serem executados com recursos do Plano de Aplicação Plurianual – PAP do Comitê da Bacia	03/07/2013	Penedo/AL
Workshop	1º *Worshop* CAOps e Promotorias – Executando o Planejamento Estratégico	Apresentação do material de pesquisa que será disponibilizado no Portal *Web* pelo CAOp às Atividades Cíveis e Criminais	09/09/2013	Ministério Público do Estado de Sergipe
Workshop	1º *Worshop* CAOps e Promotorias – Executando o Planejamento Estratégico	Explanação do Projeto "O MP Salvando os Rios"	16/09/2013	Ministério Público do Estado de Sergipe
Palestra	Portal da Transparência	Apresentação no Colégio de Procuradores do Portal da Transparência, o qual oportunizará aos usuários todo o detalhamento das ações financeiras do MPSE	09/09/2013	Ministério Público do Estado de Sergipe
Outros Eventos Externos	"Projeto MP Itinerante"	Disponibilização dos serviços de atendimento pelo Ministério Público do Estado de Sergipe à população do Município de Aquidabã	26/09/2013	Aquidabã/SE

Palestras	Pacto Nacional das Águas	Objetivou sinalizar os encaminhamentos do PROGESTÃO no Estado de Sergipe, através de reunião para aprimoramento da avaliação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos de Sergipe, além da realização de oficinas com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas – ANA e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH	25/09/2013 e 26/09/2013	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF
Outros Eventos Externos	Fórum "Transporte Público Coletivo Urbano"	Objetivou, através da discussão pública participativa, enfrentar a problemática referente à mobilidade urbana de forma prática, mas sem se distanciar do rigor científico necessário, permitindo a apresentação de ações que produzam efeitos positivos e inserindo o MP como instituição fundamental na fiscalização e defesa dos direitos sociais	04/10/2013	Ministério Público do Estado de Sergipe
Palestra	Gestão Florestal - Pensando a biodiversidade da vegetação Aroeira ameaçada de extinção	Apresentação de estudo com o objetivo de subsidiar a definição de estratégias para uso e conservação da espécie por meio da seleção de indicadores de sustentabilidade	15/10/2013	Sociedade Semear
Outros Eventos Externos	III Reunião Ordinária, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH	Reunião de trabalho da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural abordando os seguintes pontos: Planos Municipais de Mobilidade Urbana, Criação das Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, Plano Municipais de Saneamento Básico, Proteção das Nascentes, Efetivação do Poder de Polícia no âmbito Municipal – Questões Urbanísticas, Licenciamento Municipal, Código Florestal e Unidades de Preservação, Áreas de Reserva Legal e Contenção de Encostas de Morro	16 a 18/10/2013	Ministério Público do Estado de Sergipe

Tabela 26 - Participação do CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes em Eventos

Iniciativas - CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes	
Audiências públicas	09
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	07
Inspeções Realizadas Inspeção à Bacia do Rio Curituba, no Município de Canindé do São Francisco, para realizar o registro fotográfico das áreas que serão recuperadas, conforme diretrizes do Projeto "O MP Salvando Rios"	01
Ofícios Expedidos	200
Outras Atividades de Apoio Acompanhamento da implementação do Projeto "Águas de Sergipe" executado pela SEMARH no interior do Estado de Sergipe	01
Participações em Reuniões ou Encontros: • reuniões com os membros da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco - CCRBSF em Penedo/AL; • 42ª Reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe para discussão do Plano de Metas Anual; • reunião com a SEMARH/SE e a ANA com o objetivo de acompanhar o compromisso do Estado de Sergipe com o Pacto Nacional pela Gestão das Águas; • reuniões da Comissão de Mobilidade Urbana.	05
Visitas Realizadas Visita à Associação do Povoado Curituba em Canindé do São Francisco para divulgação do Projeto de Recuperação e Preservação de Nascentes na rádio Xingó FM e na cidade	01

Tabela 27 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes

1.1.11.6. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Conforme disciplina a Lei Complementar do Estado de Sergipe nº 02/90 e a Portaria nº 985/2012, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, a este Centro de Apoio compete – respectivamente – promover o intercâmbio entre órgãos de execução, podendo apoiar ou assessorá-lo, assim como localizar testemunhas e vítimas nos casos de repercussão social, depois de esgotadas todas as medidas no âmbito policial e/ou judicial na área de origem da Promotoria de Justiça envolvida.

A seguir, as principais ações desenvolvidas pelo CAOp no ano em foco:

CAOp de Segurança Pública				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Workshop	1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico	Demonstração de atividades referentes ao Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública	09/09 e 16/09/2013	Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe
Reunião Ordinária	14ª e 15ª Sessões Ordinárias do Conselho Nacional do Ministério Público	Representar o Procurador-Geral de Justiça (Portaria 2789/2013)	17 e 18/09/2013	Brasília/DF

Tabela 28 - Participação do CAOp de Segurança Pública em Eventos

Iniciativas - CAOp de Segurança Pública	
Audiências públicas: • procedimentos referentes às subvenções sociais, ao enfrentamento às drogas, realização do censo educacional em Gararu e referente ao Programa "Brasil mais seguro"; • Fórum Transporte Público Coletivo Urbano, Gestão de Promotorias, Reunião na Coordenadoria do MPSE, Segurança nas Subsedes do MPSE, Interrogatório de Lauro Silva dos Santos, no Terceiro Setor, Segurança Pública nos interiores do Estado e no serviço de saúde pública; • referente à Poluição Ambiental causadas por veículos, Organização do Pré Caju e com a Polícia Rodoviária Federal.	22
Inspeções Realizadas Assessoramento às Promotorias da Capital e do Interior, além dos Centros de Apoio, no sentido de localizar endereços de pessoas do interesse do MPSE e verificar as atuações de empresas ativas ou inativas a fim de instruir procedimentos e/ou ações já judicializadas	1.011
Ofícios Expedidos	332
Outras Atividades de Apoio Participação no Censo Social e no Projeto MP – Itinerante "Ônibus da Cidadania"	10
Participações em Reuniões ou Encontros	08
Visitas Realizadas: • visitas às Delegacias; • Fundação Ecoar.	81

Tabela 29 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Segurança Pública

1.1.11.7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR

O artigo 14 da Resolução nº 007/2011-CPJ, publicada em de 21 de julho de 2011, define como atribuição do órgão o controle e a fiscalização de entidades do Terceiro Setor no âmbito estatal.

Os trabalhos realizados por esse CAOp, em 2013, estão destacados nas tabelas seguintes:

CAOp do Terceiro Setor				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros Eventos Externos	IX Conferência Municipal de Assistência Social	Evento elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Conselho Municipal de Assistência Social, de importância atinente ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o qual diz respeito às escolhas das políticas públicas na área da assistência social, envolvendo o labor de entidades não governamentais, tendo em vista a efetividade dos serviços prestados pelos entes sem fins lucrativos	12/09/2013	Auditório da Universidade Tiradentes - Campus Centro Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	X Conferência Estadual de Assistência Social	A relevância do evento que trata do Sistema Único de Assistência Social - SUAS diz respeito à escolhas das políticas públicas abrangendo o labor de entidades não governamentais, que celebram convênios, contratos e instrumentos de legais congêneres	25/09/2013	Hotel Riverside Aracaju/SE
Workshop	"População em Situação de Rua"	Participação da Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor através de palestra com o tema "Fraternidade" em *Workshop* intitulado "População em Situação de Rua" realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos para apresentação, por parte dos órgãos do poder público, de políticas públicas referentes à população em situação de rua	31/10/2013	Auditório Promotor Valdir Freitas Dantas

Tabela 30 - Participação do CAOp do Terceiro Setor em Eventos

CAOp do Terceiro Setor				
Eventos Promovidos pelo CAOp				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Seminário	II Seminário do Terceiro Setor	O II Seminário do Terceiro Setor – Projeto ONG Transparente focalizou um dos aspectos mais relevantes do Terceiro Setor, o efetivo controle social e o controle por resultados através da utilização de mecanismos jurídicos e administrativos necessários à transparência dos atos de gestão das entidades não governamentais, inclusive com a implementação da Lei nº 12.527/2011. O seminário contou com a ilustre presença do Procurador de Justiça do Distrito Federal Dr. Eduardo Sabo Paes, especialista no assunto, com palestra sobre o tema "Terceiro Setor: necessidade da criação de um novo regime jurídico, fomento e controle".	21/10/2013	Auditório Promotor de Justiça Valdir Freitas Dantas - Ministério Público do Estado de Sergipe

Tabela 31 - Eventos Promovidos pelo CAOp do Terceiro Setor

Iniciativas – CAOp do Terceiro Setor	
Ofícios Expedidos	166
Participações em Reuniões ou Encontros	2
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial	25
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	11

Tabela 32 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp do Terceiro Setor

1.1.11.8. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO, PATRIMÔNIO SOCIAL E CULTURAL

Ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural, compete exercer suas atribuições na área de defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio histórico e cultural, bens de valor turístico, estético e paisagístico, de acordo com a Resolução nº 007/2011-CPJ, de 21 de julho de 2011.

Assim, primordialmente, incumbe-lhe orientar, auxiliar e facilitar a atuação dos Promotores de Justiça na defesa do ambiente ecologicamente equilibrado, na preservação da ordem urbanística e do patrimônio social e cultural.

As atividades desse CAOp que mais se destacaram durante o exercício de 2013 são apresentadas na tabela a seguir:

CAOp do Meio Ambiente Urbanismo				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshop* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Congresso	XIII Congresso Nacional do Ministério Público de Meio Ambiente	Com o tema: "Ministério Público e Direitos Fundamentais – Governança Ambiental e Sustentabilidade", o encontro objetiva promover a interlocução entre os membros dos diversos Ministérios Públicos brasileiros e a sociedade, de forma a discutir as alterações legislativas brasileiras atuais, além de avaliar o papel da justiça e a função do Ministério Público nesse contexto, sobretudo em temas como matriz energética, a defesa do patrimônio cultural, o planejamento urbano, a governança ambiental e a tutela jurídica do acesso à biodiversidade	17/04/2013 a 19/04/2013	Vitória/ES
Conferência	I Conferência Municipal de Meio Ambiente – Resíduos Sólidos	A Conferência visa ao envolvimento da sociedade na discussão da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	04/06/2013	Município de Salgado/ SE
Conferência	4ª Conferência Regional de Meio Ambiente – Resíduos Sólidos	A Conferência visa ao envolvimento da sociedade na discussão da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	15/08/2013	Município de Propriá/SE
Curso de capacitação	Curso de Capacitação para Catadores em Sergipe	O evento é parte integrante do projeto de regularização da atividade desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, de iniciativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, e tem por finalidade capacitar os catadores do território Sul e Centro Sul Sergipano, de modo a auxiliar a sua inserção no mercado de trabalho	17/09/2013	Município de Boquim/ SE

Curso de capacitação	Curso de Capacitação para Catadores em Sergipe	O evento é parte integrante do projeto de regularização da atividade desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, de iniciativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, e tem por finalidade capacitar os catadores do Agreste Sergipano, de modo a auxiliar a sua inserção no mercado de trabalho	23/09/2013	Município de Ribeirópolis/SE
Seminário	Soluções em Mobilidade Urbana	Promovido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, o evento teve o intuito de desenvolver, qualificar, debater alternativas de soluções para o problema de circulação nas cidades e obter subsídios para as ações a serem desenvolvidas para o Transporte Público na Região Metropolitana de Aracaju	24/09/2013	Hotel Mercure Aracaju/ SE
Curso de capacitação	Curso de Capacitação para Catadores em Sergipe	O evento é parte integrante do projeto de regularização da atividade desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, de iniciativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, e tem por finalidade capacitar os catadores do território do Baixo São Francisco	01/10/2013	Município de Propriá/SE
Outros Eventos Externos	Reunião para tratar do acervo patrimonial protegido do Estado	Reunião no Conselho Estadual de Cultura para tratar da preservação do acervo patrimonial protegido do Estado	01/10/2013	Conselho Estadual de Cultura
Outros Eventos Externos	Reunião para tratar do sistema de esgotamento sanitário do Município de Nossa Senhora do Socorro	Reunião para tratar do sistema de esgotamento sanitário do Município de Nossa Senhora do Socorro, com a participação do Promotor de Justiça Dr. Sandro Luiz da Costa e o Procurador da Municipalidade	15/10/2013	Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro
Outros Eventos Externos	Reunião para tratar de medidas de combate à poluição sonora no Município de Itabaiana	Reunião para tratar de medidas com o objetivo de sanar os problemas de Poluição Sonora do Município de Itabaiana	24/10/2013	Promotoria de Justiça da Comarca de Itabaiana
Outros Eventos Externos	Reunião para discutir sobre o "Projeto de Defesa Litorânea da Praia 13 de Julho"	Reunião na sede da Procuradoria da República em Sergipe, a fim de discutir a regularidade ambiental do "Projeto de Defesa Litorânea da Praia 13 de Julho"	29/10/2013	Procuradoria da República em Sergipe
Outros Eventos Externos	Reunião visando à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico	Reunião para acompanhar a apresentação do escopo do trabalho executado pela empresa responsável pela elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, assim como para assinatura da Ordem de Serviço da Microrregião nº 06	30/10/2013	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB
Outros Eventos Externos	III Reunião Ordinária do Conselho de Coordenadores de Centros de Apoio Operacional de Meio Ambiente e Urbanismo do Ministério Público Brasileiro – CONCAUMA.	III Reunião Ordinária do Conselho de Coordenadores de Centros de Apoio Operacional de Meio Ambiente e Urbanismo do Ministério Público Brasileiro – CONCAUMA	31/10/2013	Natal/RN
Outros Eventos Externos	Reunião visando à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico	Reunião para apresentação dos Estudos Técnicos do Plano de Saneamento Básico da Microrregião de Aracaju	20/11/2013	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB
Outros Eventos Externos	Reunião para tratar do sistema de esgotamento sanitário do Município de Nossa Senhora do Socorro	Reunião na Promotoria de Justiça da Comarca de Nossa Senhora do Socorro para tratar da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do referido Município, com a presença do Promotor de Justiça titular, Dr. Sandro Luiz da Costa, e de Procuradores da Municipalidade	26/11/2013	Promotoria de Justiça da Comarca de Nossa Senhora do Socorro
Outros Eventos Externos	Reunião para tratar do sistema de esgotamento sanitário do Município de Nossa Senhora do Socorro	Reunião para tratar do sistema de esgotamento sanitário do Município de Nossa Senhora do Socorro, com a participação do Promotor de Justiça Dr. Sandro Luiz da Costa e Procuradores da Municipalidade	10/12/2013	Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro
Outros Eventos Externos	Reunião visando à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico	Reunião para aprovação do Planos Municipal de Saneamento Básico da Microrregião nº 04	12/12/2013	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB
Outros Eventos Externos	Reunião visando à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico	Reunião para aprovação dos Planos Municipal de Saneamento Básico da Microrregião nº 06	12/12/2013	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB

Tabela 33 - Participação do CAOp do Meio Ambiente Urbanismo em Eventos

Iniciativas - CAOp do Meio Ambiente Urbanismo	
Audiências Públicas: • participação de audiência pública promovida pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde para tratar da implementação dos matadouros regionalizados; • participação de audiência pública promovida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Itabaiana, realizada na sede da citada Unidade, a fim de tratar de medidas para preservação do corpo hídrico conhecido como "Barragem da Cajaíba"; • participação de audiência judicial no Juízo da Comarca de Cedro de São João para tratar da regularização do matadouro da citada Municipalidade.	04
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	52
Inspeções Realizadas	13
Ofícios Expedidos	470
Outras Atividades de Apoio: • composição (Membro) da Comissão Organizadora Estadual da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente – Resíduos Sólidos; • cumprimento de Carta Precatória oriunda do Ministério Público do Estado de Alagoas, através do interrogatório de Investigado por suspeita de infração ambiental; • expedição de notificação à Administração Estadual de Meio Ambiente para comparecer à reunião a ser realizada na Promotoria de Justiça de Estância, em atenção à solicitação feita pelo Promotor de Justiça ali atuante; • sugestão de investigação que verifique o uso irregular do *Roundup* às Promotorias de Boquim, Pedrinhas e Cristinápolis; • oitiva de denunciante dando conta de irregularidades na concessão de licença para extração de areia em área que reclama atuação da Promotoria de Justiça da Comarca de Riachuelo, com a remessa com correspondente Termo de Declaração à citada Unidade Promotorial; • recebimentos de denúncias do IBAMA/SE, em razão do convênio firmado com o Ministério Público Estadual, dando conta da ocorrência de crime ambiental em área que reclama atuação do Ministério Público Estadual; • arquivamento de denúncias do IBAMA, em razão: a) da improcedência do crime ambiental narrado; b) do encaminhamento do caso às Promotorias de Justiça com atribuição para promover investigação e consequente responsabilização do infrator, caso constatada a procedência da denúncia; • expedição de notificações (ADEMA, SSP/SE, SEMARH, OI/TELEMAR e Deputada Ana Lúcia) em atenção à solicitação feita pela Promotoria de Justiça da Comarca de Itabaiana, para participarem de reunião na aludida Unidade Promotorial a fim de tratar da Poluição Sonora da citada Municipalidade; • encaminhamento à Coordenadoria Geral deste Ministério Público Estadual de relatórios mensais das atividades do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo.	198
Participações em Reuniões ou Encontros Participação no *Workshop* para apresentação do resultado das ações desenvolvidas pela Comissão de Meio Ambiente instituída para implementar as metas do Plano Setorial do Planejamento Estratégico do Ministério Público Estadual, que contemplou a fiscalização da adequada prestação do serviço de esgotamento sanitário	22
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial: • pesquisa acerca da atribuição para conhecer de demanda envolvendo diques situados em Rodovia Federal, em atenção à solicitação feita pela Promotoria de Justiça da Comarca de Umbaúba; • pesquisa junto aos Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente dos demais Estados acerca da existência de modelo de ação civil pública versando sobre a obrigatoriedade dos gestores estaduais para a conservação e reestruturação de ponte, em atenção à solicitação feita pela Promotoria de Justiça da capital com atribuição na Curadoria do Meio Ambiente e Urbanismo; • pesquisa junto aos Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente dos demais Estados acerca da existência de modelo de ação civil pública versando sobre irregularidades na concessão de licença para realização de eventos artísticos sonoros, em atenção à solicitação feita pela Promotoria de Justiça da capital com atribuição na Curadoria do Meio Ambiente e Urbanismo; • pesquisa acerca de quesitos para perícia ambiental da queima da palha da cana-de-açúcar, em atenção à solicitação feita pela Promotoria de Justiça de Itabaiana.	04
Visitas Realizadas Visitas de Interiorização do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo às diversas Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior	15

Tabela 34 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp do Meio Ambiente Urbanismo

1.1.11.9. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação trabalha em sintonia com a Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação da Comarca de Aracaju em todos os programas do CAOp, fornecendo apoio, também, às Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado.

Tal parceria é ininterrupta, com auxílio em diversas áreas, a exemplo de instrução de procedimentos administrativos, pesquisas de jurisprudência, participação em eventos relacionados à Educação, organização dos Censos Educacionais na Capital, acompanhamento da Ficha de Controle do Aluno Infrequente – FICAI em Aracaju, fiscalização de transporte escolar, fiscalização do fornecimento e qualidade da merenda escolar e fiscalização da estrutura física das escolas.

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação auxiliou, no ano de 2013, a Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação na interposição de diversas ações, instauração de Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Civis, na composição de Termos de Ajustamento de Conduta, visando à defesa dos direitos à educação, abrangendo os seguintes aspectos, dentre outros:

a) garantia do acesso a creches e escolas;

b) garantia da infraestrutura adequada das Escolas Municipais e Estaduais;

c) verificação das contas dos administradores, para impedir ou punir a ocorrência de ato de improbidade administrativa;

d) atuação para que fosse mantido o corpo docente e administrativo necessários nas Escolas, impedindo, assim, que os alunos fossem prejudicados em seu ano letivo;

e) assegurar transporte público escolar para os alunos que não tenham escolas nas proximidades de sua residência;

f) compelir e fiscalizar o Poder Público na aplicação dos recursos públicos destinados à educação, a exemplo dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

g) observância da adequação das escolas públicas e particulares, às normas de segurança e de combate a incêndio e pânico;

h) fiscalização da regularidade das instituições de ensino perante o Conselho Estadual de Educação.

Na tabela a seguir, encontram-se as principais atividades desempenhadas por esse Centro de Apoio no ano de 2013:

CAOp dos Direitos à Educação				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros Eventos Externos	Reunião de trabalhos	Reunião com o Secretário de Estado da Educação, Dr. Belivaldo Chagas, com a finalidade de tomar conhecimento das próximas ações da Secretaria para a melhoria da Educação em 2013	11/03/13	Secretaria de Estado da Educação
Palestra	Encontro de Educação do Ministério Público de Rondônia - MPRO	Congresso promovido pelo Ministério Público do Estado de Rondônia com a finalidade de compartilhar experiências na área de Educação	20/03/13 - 21/03/13	Ministério Público do Estado de Rondônia
Outros Eventos Externos	Fórum Estadual de Educação/ Sergipe	Fórum promovido pela Secretaria de Estado da Educação com o objetivo de discutir e promover estudos na área de educação para a Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014. É realizado através de várias reuniões promovidas no decorrer do ano	24/04/13	Auditório do Centro Estadual de Educação Profissional José Figueiredo Barreto
Outros Eventos Externos	Fórum Estadual de Educação/ Sergipe	Fórum promovido pela Secretaria de Estado da Educação com o objetivo de discutir e promover estudos na área de educação para a Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014. É realizado através de várias reuniões promovidas no decorrer do ano	21/05/13	Auditório do Centro Estadual de Educação Profissional José Figueiredo Barreto
Outros Eventos Externos	Fórum Estadual de Educação/ Sergipe	Reunião do Fórum Estadual de Educação. Discussão da Conferência Intermunicipal de Educação da Grande Aracaju	05/06/13 - 07/06/13	Auditório do Centro Estadual de Educação Profissional José Figueiredo Barreto
Curso	Treinamento – Sistema de Controle Processual Virtual	Participação no curso sobre virtualização dos processos judiciais, no âmbito das Vara Cíveis do Tribunal de Justiça na Comarca de Aracaju	08/07/13	Fórum Gumersindo Bessa
Outros Eventos Externos	MP Itinerante/ Povoado Salobra	Participação na execução do projeto "MP Itinerante", realizado no Povoado Salobra, Município de Simão Dias	19/09/13	Povoado Salobra, Município de Simão Dias

Tabela 35 - Participação do CAOp dos Dilreitos à Educação em Eventos

CAOp dos Direitos à Educação				
Eventos Promovidos pelo CAOp				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros Eventos	Pós-Censo Educacional do bairro Jardim Centenário	Pós-Censo Educacional do bairro Jardim Centenário. Em tal solenidade são realizadas matrículas, encaminhamento das pessoas sem Certidão de Nascimento para o Cartório de Registro de Pessoas Naturais, cadastramento para atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais identificadas no Censo, entrega de Certificados aos participantes do Censo Educacional	26/04/13	Escola Estadual Jornalista Paulo Costa
Outros Eventos	Solenidade de Implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI no Município de Boquim	Solenidade de Implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI no Município de Boquim. Em tal solenidade houve a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com a Promotoria de Justiça, a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Tutelar, todos de Boquim	03/05/13	Escola Municipal Lourival Baptista em Boquim
Outros Eventos	Pré-censo Educacional e Social do Bairro Palestina.	Pré-censo Educacional e Social do Bairro Palestina. Solenidade realizada com o objetivo de sensibilização da comunidade a ser visitada pelos recenseadores. Deste modo, são identificadas as maiores demandas para definir os problemas e os temas prioritários do Censo	06/06/13	Escola Estadual 24 de Outubro
Outros Eventos	Solenidade de Implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI no Município de Barra dos Coqueiros	Solenidade de Implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI no Município de Barra dos Coqueiros. Em tal solenidade houve a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com a Promotoria de Justiça, a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Tutelar, todos de Barra dos Coqueiros	07/06/13	Salão Irmã Eleonora, situado na Barra dos Coqueiros
Outros Eventos	Censo Social e Educacional do bairro Palestina	Realização do Censo Educacional e Social do Bairro Palestina	19/06/13	Escola Estadual 24 de Outubro

Outros Eventos	Censo Educacional do Município de Gararu	Realização do Censo Educacional do Município de Gararu	11/10/13	Colégio Estadual Prof. José Augusto da Rocha Lima
Outros Eventos	Censo Educacional do Município de Ribeirópolis	Realização do Censo Educacional do Município de Ribeirópolis	11/10/13	Colégio Estadual João XXIII.
Outros Eventos	Pós-Censo Educacional do Bairro Palestina	Em tal solenidade são realizadas matrículas, encaminhamento das pessoas sem Certidão de Nascimento para o Cartório de Registro de Pessoas Naturais, cadastramento para atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais identificadas no Censo, entrega de Certificados aos participantes do Censo Educacional	29/11/13	Escola Estadual 24 de Outubro
Outros Eventos	Solenidade de Implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI no Município de Simão Dias	Solenidade de Implantação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI no Município de Simão Dias. Em tal solenidade houve a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com a Promotoria de Justiça, a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Tutelar, todos de Simão Dias	06/12/13	Auditório do Fórum Des. Gervásio Prata de Carvalho
Outros Eventos	Pós Censo Educacional do Município de Ribeirópolis	Em tal solenidade são realizadas matrículas, encaminhamento das pessoas sem Certidão de Nascimento para o Cartório de Registro de Pessoas Naturais, cadastramento para atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais identificadas no Censo, entrega de Certificados aos participantes do Censo Educacional	09/12/13	Colégio Estadual João XXIII

Tabela 36 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos à Educação

Iniciativas – CAOp dos Direitos à Educação	**Quantidade**
Audiências Públicas: • programa de Apoio ao Estudo (PAE) – durante o ano de 2013 foram realizadas diversas audiências públicas com o objetivo de firmar novas parcerias para o programa; • realização de diversas Audiências com a finalidade de implantar a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI).	31
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: • destinados à Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação da Comarca de Aracaju; • destinados às Promotorias do Interior.	Diversos
Inspeções Realizadas: • inspeção nas Escolas Públicas do Município de Gararu para auxiliar na definição da Escola apta a sediar o Censo Educacional realizado na localidade; • inspeção nas Escolas Públicas do Município de Ribeirópolis para auxiliar na definição da Escola apta a sediar o Censo Educacional realizado na localidade; • inspeção e avaliação técnica realizada pela Divisão de Engenharia do MPSE na Creche Municipal Selma Bandeira, em atendimento a solicitação formulada pelo CAOP/Educação.	03
Ofícios Expedidos	618
Outras Atividades de Apoio Visita de adolescente, participante do Projeto Sensibilizar, para conhecer o cotidiano do CAOP/Educação e do MPSE	Diversas
Participações em Reuniões ou Encontros	33
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial	Diversas
Visitas Realizadas: • visita ao Lar Meninos de Santo Antônio para conhecer os adolescentes participantes do Projeto Sensibilizar; • visitas ao Centro Educacional Vitória de Santa Maria.	Diversas

Tabela 37 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos à Educação

1.1.11.10. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À SAÚDE

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde foi criado através da Resolução N° 007/2011 – CPJ, com atribuições relativas à promoção, proteção e defesa dos direitos à saúde.

Os principais trabalhos realizados por esse CAOp em 2013 foram os seguintes:

CAOp dos Direitos à Saúde				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshop* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros Eventos Externos	I Reunião Ordinária de 2013 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (CNDH/CNPG), pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS).	Aprofundar o estudo e a discussão sobre a atuação do Ministério Público na efetivação do direito fundamental da saúde, individual e coletivo, propondo e desenvolvendo ações uniformes ou articuladas do *Parquet* no âmbito nacional	13 a 15/03/2013	Fortaleza/CE
Outros Eventos Externos	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça.	Assessorar o Procurador-Geral de Justiça de Sergipe em Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores Gerais	03 a 05/04/2013	Natal/RN
Outros Eventos Externos	II Reunião Ordinária de 2013 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG).	Aprofundar o estudo e a discussão sobre a atuação do Ministério Público na efetivação do direito fundamental da saúde, individual e coletivo, propondo e desenvolvendo ações uniformes ou articuladas do *Parquet* no âmbito nacional	03 a 05/07/2013	São Paulo/SP
Outros Eventos Externos	Audiência Pública sobre o Programa "Mais Médicos", do Governo Federal, promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	Discutir o tema, coletando diferentes ideologias e concepções, para melhor avaliação da iniciativa pelos Ministérios Públicos, além de oferecer subsídios aos órgãos de Justiça na tomada de decisões. A audiência pública visou, ainda, potencializar o exercício dos direitos e garantias constitucionais por meio da divulgação do resultado dos debates	29/07/2013	Brasília/DF
Outros Eventos Externos	Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG)	Assessorar o Procurador-Geral de Justiça de Sergipe e Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos em Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPG)	30 a 31/07/2013	Brasília/DF
Outros Eventos Externos	Reunião Extraordinária da COPEDS/ GNDH/CNPG	Discutir os seguintes temas: Saúde Mental; Precariedade da Rede de Atenção Psicossocial; Funcionamento das Comunidades Terapêuticas; Posicionamento do Ministério Público sobre Internações Compulsórias; Manual de Apoio técnico-jurídico para os Promotores de Justiça da Infância e juventude – Atuação Nacional de Enfrentamento ao Crack, elaborado pela COPEIJ/ GNDH/CNPG	16/08/2013	Brasília/DF
Outros Eventos Externos	Reuniões de trabalho em Brasília/ DF	Acompanhar e assessorar o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, em reuniões de trabalho	26 e 27/08/2013	Brasília/DF
Outros Eventos Externos	III Reunião Ordinária do Grupo Nacional dos Direitos Humanos (GNDH/CNPG).	Aprofundar o estudo e a discussão sobre a atuação do Ministério Público na efetivação do direito fundamental da saúde, individual e coletivo, propondo e desenvolvendo ações uniformes ou articuladas do *Parquet* no âmbito nacional	16/10/2013 a 18/10/2013	Aracaju/SE
Seminário	I Seminário Estadual de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde de Sergipe	Evento promovido pela Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, por meio da Direção de Atenção Integral à Saúde/Núcleo de Gestão em Linhas do Cuidado/Áreas Técnicas de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde.	29/10/2013 e 30/10/2013	Aracaju/SE
Congresso	XX Congresso Nacional do Ministério Público	Temática Principal do evento: 25 anos do novo Ministério Público: a construção de uma identidade	30/10/2013 a 02/11/2013	Natal/RN

Seminário	IV Seminário de Gestão Estratégica e Participativa Estadual de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde de Sergipe.	Participação do Promotor de Justiça Dr. Nilzir Soares Vieira Junior e Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde, do Ministério Público do Estado de Sergipe, como palestrante, em Evento promovido pela Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, que reuniu conselheiros de saúde dos 75 municípios do Estado, para debater assuntos que representam atuais desafios do Sistema Único de Saúde (SUS), entre eles a Judicialização da Saúde, o Papel da Vigilância Sanitária no SUS e o Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS)	11/11/2013	Aracaju/SE

Tabela 38 - Participação do CAOp dos Direitos à Saúde em Eventos

Iniciativas – CAOp dos Direitos à Saúde	
Audiências públicas • Realização de Audiência Extrajudicial, em 04/11/2013, a fim de tratar da viabilidade de construção de um novo Centro Cirúrgico no Hospital São Pedro de Alcântara, localizado no Município de Capela/SE	01
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	30
Inspeções Realizadas Inspeção realizada no dia 08/11/2013, no Hospital Regional José Franco Sobrinho, localizado em Nossa Senhora do Socorro/SE	01
Ofícios Expedidos	259
Outras Atividades de Apoio	07
Participações em Reuniões ou Encontros	13
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial Atendimento por *e-mail* de consultas sobre doutrina, jurisprudência e modelo de peças, relacionados à temática saúde pública, formuladas pelos Promotores de Justiça Curadores dos Direitos à Saúde	04
Visitas Realizadas Visita ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 04/04/2013, objetivando a troca de experiências para a otimização dos trabalhos desenvolvidos por este CAOp	01

Tabela 39 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos à Saúde

1.1.11.11. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Ministério Público de Sergipe vem adotando medidas preventivas e repressivas visando coibir novas violações aos direitos humanos das mulheres. Com esse fito, foi criado o Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher, no intuito de atuar não só quando da ocorrência de crimes, mas na prevenção e disseminação do conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e o Direito Penal de Gênero.

Além de cuidar de todo o tipo de discriminação contra a mulher, e não apenas da violência doméstica, o CAOp tem como objetivo central atuar no acompanhamento da implementação de políticas públicas de promoção da igualdade, especificamente na conscientização sobre os efeitos pessoais e sociais negativos da violência contra a mulher e no reconhecimento dos seus direitos e garantias.

Dentre as principais atividades realizadas no ano em tela, destacam-se as seguintes:

CAOp dos Direitos da Mulher				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshop* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros Eventos Externos	I Reunião ordinária de 2013 do GNDH/CNPG	No mês de março, aconteceu a primeira reunião do ano da COPEVID - Comissão Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, coordenada pela Promotora de Justiça de Mato Grosso Dra. Lindinalva Rodrigues Dalla Costa. Dentre outros importantes trabalhos a COPEVID aprovou sua próxima cartilha denominada: "Manual de Orientações às Polícias Civil e Militar", a ser lançada em novembro deste ano e debateu diversos temas, como a natureza jurídica das medidas protetivas, além de apresentar projetos e campanhas de defesa das mulheres em todo país, sendo ainda definido que o IV Encontro Nacional da COPEVID será realizado na cidade de São Paulo, nos dias 27 a 29 de novembro de 2013	13 a 15/03/ 2013	Fortaleza/CE
Outros Eventos Externos	Participação em reunião com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Construção de agenda Conjunta para Interiorização dos Serviços Especializados de Atendimento à Mulher Vítima de Violência	22/04/2013	Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres
Outros Eventos Externos	A Participação da Mulher no Desenvolvimento Local	A realização do evento teve como finalidade marcar o protagonismo da Mulher Sergipana na construção coletiva do desenvolvimento de cada Município do Estado de Sergipe	28/05/2013	Hotel Mercure, na Orla de Atalaia-Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	II Reunião ordinária de 2013 do GNDH/ CNPG	Nos dias 03 e 05 de julho de 2013, em São Paulo-SP, aconteceu a segunda reunião do ano da COPEVID- Comissão Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, coordenada pela Promotora de Justiça Drª. Márcia Regina Ribeiro Teixeira, do Ministério Público da Bahia. Dentre outros importantes trabalhos a COPEVID reformulou seu segundo enunciado, passando a vigorar com a seguinte redação: "O art. 41 da Lei Maria da Penha aplica-se indistintamente a crimes e contravenções penais, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça". O Enunciado ressalta a proibição expressa dos institutos despenalizadores (transação penal, suspensão condicional do processo, penas de "cestas básicas" e outros), em qualquer caso de crime ou contravenção penal praticada com violência doméstica e familiar contra a mulher, assegurando maior proteção para as vítimas, interesse primordial dos membros do Ministério Público	03 a 05/07/2013	São Paulo/SP
Curso	Estratégias de Intervenção para os Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	O curso foi promovido pela Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe com o objetivo de promover um diálogo com os participantes. Foram levados profissionais que possuíam não somente conhecimento teórico sobre a questão da violência doméstica contra a mulher, mas que atuavam na área, desenvolvendo uma prática que permitiu uma interlocução entre os aspectos teóricos e o cotidiano da violência contra a mulher	26/08/2013 a 02/09/2013	No auditório da Escola Judicial do Estado de Sergipe / Tribunal de Justiça de Sergipe
Outros Eventos Externos	-	Reunião com a Diretora da Diretoria de Educação de Aracaju (DEA) com o fito de retomar o Projeto de Combate à Violência Doméstica nas escolas	12/09/2013	Gabinete da Diretoria de Educação de Aracaju
Workshop	1º *Workshop* CAOPs e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico	O Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do Ministério Público promoveu a primeira parte do "1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico". O *Workshop* tem o objetivo de apresentar o Portal *Web* dos Centros de Apoio Operacional (CAOps) a todos os Membros do MPSE. O Portal disponibilizará, de maneira ágil e centralizada, todo o material desenvolvido pelos Centros de Apoio	09 a 16/09/2013	Auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas - Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe
Congresso	Participação no XX Congresso Nacional do Ministério Público	O Congresso Nacional do Ministério Público é um evento que ocorre a cada 2 (dois) anos e visa reunir membros do Ministério Público para debater assuntos acerca de temas relevantes para a sociedade e para o fortalecimento da instituição	30/10 a 02/11/2013	Natal/RN

Outros Eventos Externos	IV Encontro Nacional do Ministério Público: violência de gênero, boas práticas e Experiências internacionais.	A iniciativa é parte da estratégia traçada no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Governo Federal, visando discutir o fenômeno da violência de gênero e seu enfrentamento, promovendo entre os Promotores de Justiça a troca de experiências na implementação da Lei Maria da Penha e propor a criação de um Fórum Nacional de Promotores de Justiça	26 a 28/11/2013	São Paulo/SP
	Participação na Oficina da Rede Social de Enfrentamento à violência contra a Mulher	A oficina foi uma oportunidade de referência para que as mulheres possam confiar e procurar atendimento em determinados grupos. O principal objetivo foi extrair multiplicadoras de direitos e deveres na comunidade	26/10/2013	Sindicato dos bancários em Aracaju
Outros Eventos Externos	Participação na reunião da Câmara Técnica	A Câmara Técnica é o fórum estadual onde se materializa a transversalidade das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a Mulher no sentido de elaborar um relatório das ações planejadas . Os Membros da Câmara Técnica Estadual são responsáveis também pela execução e monitoramento das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	25/10/2013	SEIDES - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
Outros Eventos Externos	Participação do Ministério Público de Sergipe nos 16 dias de Ativismo	Foi realizada uma mesa redonda visando mapear a violência contra a mulher na cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE	13/11/2013	CAOp dos Direitos da Mulher

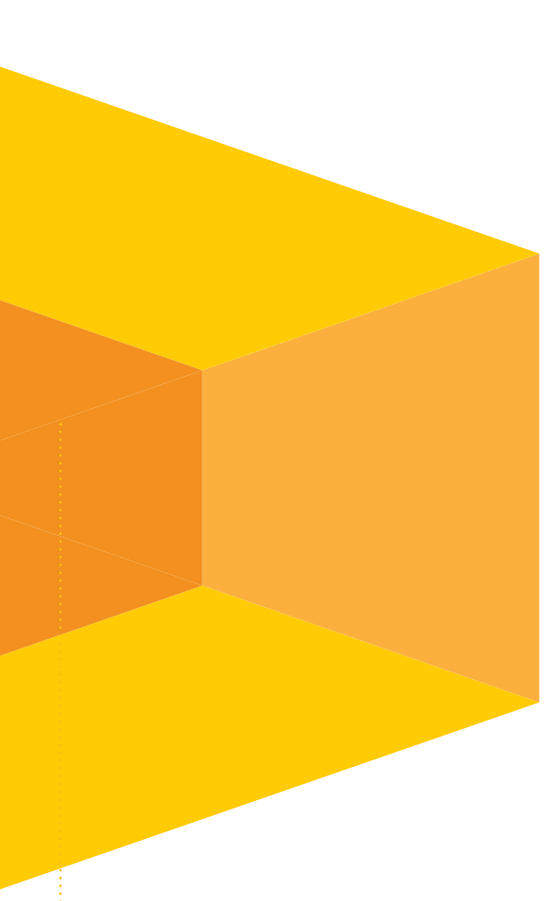
Tabela 40 - Participação do CAOp dos Direitos da Mulher em Eventos

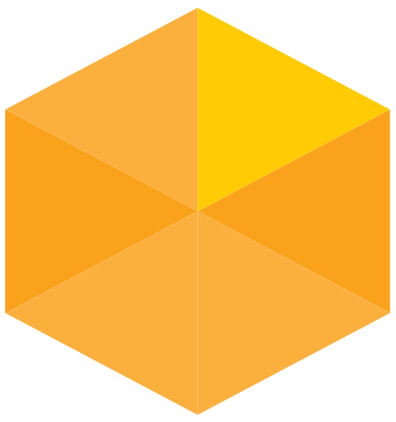
CAOp dos Direitos da Mulher				
Eventos Promovidos pelo CAOp				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Palestra	Ideologia Patriarcal e Direito	Com o intuito de capacitar e oferecer instrumento de enfrentamento às violações contra os direitos da mulher, o CAOp dos Direitos da Mulher em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe (ESMP) promoveu a palestra acerca do tema "Ideologia Patriarcal e Direito", ministrada pelo Juiz de Direito Titular da 1ª Vara do Júri de Campinas/SP, Dr. José Henrique Rodrigues Torres	14/06/2013	Auditório Promotor Valdir de Freitas Dantas – Sede do Ministério Público de Sergipe

Tabela 41 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos da Mulher

Iniciativas – CAOp dos Direitos da Mulher	
Audiências Públicas Audiência visando à implementação do Centro de Educação e Reabilitação a Agressores de Mulheres, no município de Nossa Senhora do Socorro	01
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial: • campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres"; • Lei Maria da Penha; • 5 Anos da Lei Maria da Penha – Proteção e segurança que mudam a vida das mulheres; • prevenção do câncer de mama; • rede de Atendimento às Mulheres; • Lei Maria da Penha Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher; • cartilha de orientação para criação e implementação de conselhos municipais dos Direitos da Mulher; • ligue 180; • cartilha Lei Maria da Penha e Direitos da Mulher; • prevenção do câncer do colo do útero.	280
Ofícios Expedidos	55
Outras Atividades de Apoio: • levantamento das redes de proteção da mulher vítima de violência doméstica familiar em todo o Estado; • promoção de palestras em algumas Comarcas do Estado, direcionadas às mulheres; • atuação na Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) do Grupo Nacional dos Direitos Humanos (GNDH).	-
Participações em Reuniões ou Encontros: • reunião Câmara Técnica, Reunião Mesa redonda, IV Encontro Nacional do Ministério Público; • reunião com a Coordenadora da SEED visando participação em Projeto nas escolas; • reunião com a Secretária da Secretaria de Assistência Social de Nossa Senhora do Socorro visando à implementação de um abrigo para mulheres.	12
Visitas Realizadas Foi realizada visita a Casa Abrigo Núbia Marques	01

Tabela 42 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos da Mulher





1.1.12. ÁREA ADMINISTRATIVA

A Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe corresponde à área meio da Instituição, auxiliando na realização de suas atividades finalísticas.

É composta por Diretorias, Divisões e outros diversos setores organizados, conforme demonstram as tabelas a seguir:

Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe	
Órgão	**Descrição**
Assessoria Jurídica	Setor responsável por assessorar juridicamente o Procurador-Geral de Justiça e o Secretário-Geral do Ministério Público no exercício de suas funções administrativas. É composta por 02(duas) Assessorias: · Assessoria de Consultoria de Licitação e Contratos; · Assessoria de Consultoria de Processos Administrativos.
Centro Médico	Órgão responsável pela realização de atendimentos médicos e procedimentos de enfermagem a Membros, Servidores e seus dependentes
Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade	Órgão cujo objetivo principal visa à promoção do desenvolvimento de princípios éticos, morais, sociais e espirituais entre os Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe
Diretoria Administrativa	Responsável pela direção, supervisão e acompanhamento das atividades de suporte administrativo. É composta por 5 (cinco) Divisões:
	· Divisão de Patrimônio;
	· Divisão de Perícia Técnica;
	· Divisão de Material;
	· Divisão de Apoio Administrativo;
	· Divisão de Engenharia e Manutenção;
	· Cartório do 1º Grau.
Diretoria de Recursos Humanos	Setor responsável pela gerência dos Recursos Humanos do Ministério Público de Sergipe. Compreende 4 (quatro) Divisões:
	· Divisão de Gestão de Pessoas – Área Institucional;
	· Divisão de Gestão de Pessoas, Admissão, Avaliação e Movimentação de Servidores;
	· Divisão de Pagamentos e Centro de Custos;
	· Divisão de Controle e Gestão de Estagiários.
Diretoria Financeira	Compreende a gerência das finanças do MPSE, tendo como órgão de apoio a Divisão Financeira
Diretoria de Tecnologia da Informação	Compreende a gerência dos recursos tecnológicos do Ministério Público Estadual, sendo constituída de 5 (cinco) Divisões:
	· Divisão de Infraestrutura;
	· Divisão de Projetos e Bancos de Dados;
	· Divisão de Produção de *Software*;
	· Divisão de Suporte;
	· Divisão de *Help Desk*.

Tabela 43 - Órgãos Administrativos Vinculados à Secretaria-Geral

Área Administrativa vinculada diretamente à Procuradoria-Geral de Justiça	
Órgão	**Descrição**
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil	Setor responsável por auxiliar nas questões relacionadas ao Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil. Compõe-se de 3 (três) Divisões:
	· Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos;
	· Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico;
	· Divisão de Perícia Contábil.
Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos	Área responsável pelas atividades de comunicação interna e externa, eventos e cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça
Divisão de Controle Interno	Tem por finalidade a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncias de receitas
Gabinete de Segurança Institucional - GSI	Órgão com atribuição para adotar medidas de execução e de assessoramento dos Membros do Ministério Público nos assuntos relativos à segurança institucional. É composto pela Coordenação do Gabinete de Segurança Institucional

Tabela 44 - Órgãos Administrativos Vinculados à PGJ

1.2. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

1.2.1. RECURSOS HUMANOS

O Ministério Público do Estado de Sergipe possui, em seu Quadro de Pessoal, Membros (Procuradores e Promotores de Justiça), Servidores (efetivos, requisitados, comissionados e conveniados), estagiários de nível médio e superior e terceirizados, que desempenham suas funções nas áreas de atendimento direto à população, atividade fim e área administrativa do Órgão.

Ao longo dos anos, vem crescendo o número de Membros e Servidores efetivos da Instituição, por meio da criação de novos cargos e da realização de concursos públicos para seu preenchimento, visando promover um melhor serviço à população sergipana.

A tabela a seguir demonstra a situação evolutiva da ocupação dos cargos no MPSE:

Cargos de Provimento Efetivo	Preenchidos		
	2011	2012	2013
Analista do MP – Especialidade Administração	1	0	2
Analista do MP – Especialidade Ciências Contábeis	3	3	4
Analista do MP – Especialidade Direito	116	129	133
Analista do MP – Especialidade Engenharia Civil	1	1	1
Analista do MP – Especialidade Informática	8	10	10
Analista do MP – Especialidade Serviço Social	2	2	3
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Básico em Extinção *	11	11	11
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Médio em Extinção *	34	32	31
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Superior em Extinção *	7	6	6
Técnico do MP – Área Administrativa	103	110	118
Técnico do MP – Especialidade Manutenção e Suporte de Equipamentos de Informática e *Softwares*	3	6	4
TOTAL	**289**	**310**	**323**

Tabela 45 - Ocupação do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo

1.2.1.1. CONVOCAÇÕES DE APROVADOS EM CONCURSOS

O último concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público (Edital nº 01/2010-PGJ) já alcançou o número de 35 (trinta e cinco) convocados. Durante o exercício de 2013, foram empossados 04 (quatro) novos Promotores de Justiça Substitutos.

Com o prazo de validade prorrogado até novembro de 2014, buscou-se conferir melhor aproveitamento dos candidatos aprovados, convocando-os imediatamente conforme a disponibilidade de vagas, sem a morosidade e os custos da realização de um novo certame.

No que se refere aos servidores, o primeiro concurso para provimento de cargos públicos do Quadro Permanente de Pessoal, com edital lançado em 2008, válido por um período de 04 (quatro) anos, expirou em 02 de julho de 2013 e resultou na convocação de 762 (setecentos e sessenta e dois) aprovados para os cargos de Analista e Técnico do Ministério Público, nas diversas áreas oferecidas.

O segundo concurso, realizado em 2010, já computa 96 (noventa e seis) convocados aprovados para preenchimento de vagas no cargo de Analista do Ministério Público, nas áreas ofertadas. Apesar da seleção ter sido destinada à formação de cadastro de reserva, o quantitativo de convocações superou significativamente o previsto, aproximando-se do esgotamento da listagem de aprovados.

Em vigor até outubro de 2014, mediante prorrogação, os aprovados no certame suprem a demanda por novos provimentos de vagas na área fim, resultado da rotatividade natural de servidores.

1.2.1.2. NOVO CONCURSO

Após o fim do prazo de validade do primeiro concurso, lançado em 2008, e proximidade do esgotamento da lista de aprovados do segundo, aberto em 2010, foi realizado novo concurso (Edital nº 01/2013) para os cargos de Analista e Técnico do Ministério Público.

O novo concurso possibilitou a continuidade do processo de convocações de aprovados, através do preenchimento imediato das vagas existentes e da formação de cadastro de reserva para o provimento das vagas que vierem a surgir ou forem criadas durante o prazo de validade do certame.

Com a realização do recente concurso, foi reiterada a reserva, para candidatos com deficiência, de 20% (vinte por cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou que forem criadas, máximo previsto nas Leis Estaduais nº 33/96 e nº 3.549/94.

Adotado o percentual máximo e definidas as regras de ordem de nomeação, permitiu-se a convocação de candidatos em condição de hipossuficiência perante a ampla concorrência, em estrita conformidade com os ditames legais e entendimentos jurisprudenciais vigentes, assegurando-lhes o pleno exercício de seus direitos básicos e a efetiva inclusão social.

1.2.1.3. ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS

Em 2013, foram admitidos 125 (cento e vinte e cinco) estagiários, distribuídos nos quadros de Nível Superior (Direito e outros Cursos) e Nível Médio (Ensino Médio e Fundamental), que ingressaram na Instituição através dos processos seletivos demonstrados abaixo, realizados ao longo do ano:

Processos Seletivos de Estagiários em 2013		
Edital	**Nível**	**Local de vagas**
001/2013	Médio	Aracaju
002/2013	Médio	Simão Dias
001/2013	Superior (Direito)	Promotorias do Interior
002/2013	Superior (Direito e Pedagogia)	Promotorias da Capital e Projeto RECRIARTE

Tabela 46 - Processos Seletivos de Estagiários em 2013

Ainda no ano em foco, através da Portaria nº 3.648/2013, de 26 de novembro de 2013, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, foram atualizados os Quadros de Estagiários de Nível Superior (Direito e outros Cursos) e de Nível Médio (Ensino Médio e Fundamental) dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, totalizando 189 (cento e oitenta e nove) vagas.

1.2.1.4. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Em 2013, celebraram-se os seguintes Acordos de Cooperação, com a finalidade de oferecer estágio não obrigatório:

Acordos de Cooperação – Estágio Não Obrigatório - 2013			
Concedente	**Data**	**Objetivo**	**Prazo**
Colégio Arquidiocesano "Sagrado Coração de Jesus"	22/01/2013	Objetivando o desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008	04 (quatro) anos
Faculdade Pio Décimo	04/02/2013	Objetivando o desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008	04 (quatro) anos
Faculdade Estácio de Sergipe – FASE Unicurso Ensino Ltda (Curso e Colégio Unificado)	08/03/2013	Objetivando o desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008	04 (quatro) anos
Colégio Ômega Ltda	22/04/2013	Objetivando o desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008	04 (quatro) anos
Faculdade AGES	09/06/2013	Finalidade de preparar o estagiário para o trabalho produtivo, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008	05 (cinco) anos
Faculdade São Luís de França	24/06/2013	Finalidade de preparar o estagiário para o trabalho produtivo, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008	05 (cinco) anos

Tabela 47 - Acordos de Cooperação – Estágio Não Obrigatório

1.2.1.5. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Com relação ao estágio obrigatório, em 2013, foram celebrados os seguintes acordos de Cooperação:

Acordos de Cooperação – Estágio Obrigatório - 2013			
Concedente	**Data**	**Objetivo**	**Prazo**
Faculdade José Augusto Vieira	14/03/2013	Finalidade de preparar o estagiário para o trabalho produtivo, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008	02 (dois) anos

Tabela 48 - Acordos de Cooperação – Estágio Obrigatório

1.2.2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A estratégia de desenvolvimento que o Brasil adotou nos últimos anos trouxe à tona uma nova consciência de planejamento governamental, que busca não somente a eficiência do gasto público, mas também a eficácia e a efetividade da ação governamental.

Assim, as mudanças introduzidas pelo Plano Plurianual – PPA 2012–2015 propuseram uma nova relação com os instrumentos da ação governamental e uma nova forma de comunicação com a sociedade, consolidando um mecanismo de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. Portanto, o PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais do Órgão, buscando um melhor desempenho da Administração Pública.

O binômio "Programa/Ação", que estruturava os planos plurianuais e os orçamentos, dá lugar a Programas Temáticos, Objetivos e Iniciativas, totalmente pautados na execução do Planejamento Estratégico do Órgão, já em prática, tornando-se a Ação uma categoria exclusiva dos orçamentos. Com isso, o Plano tem como foco a organização da ação nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento a organização no nível operacional.

Consequentemente, o Ministério Público de Sergipe, pautando-se nas novas diretrizes, distribuiu seus recursos em 12 (doze) Ações Orçamentárias, agrupadas em 03 (três) Programas distintos, cabendo ao "Programa de Defesa da Ordem Jurídica e Social" dar provimento às ações necessárias ao cumprimento de sua Missão Institucional de "Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático, os Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis" - diretamente vinculados ao Planejamento Estratégico vigente - e aos demais Programas as dotações previstas para atender à Gestão Administrativa, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Programa: 04 - Defesa da Ordem Jurídica e Social			
Ação Orçamentária	**Finalidade**	**Objetivo Estratégico**	**Iniciativa**
Ampliação do Parque Tecnológico do Ministério Público	Dar celeridade ao processo de tramitação de dados, maximizando as atividades desenvolvidas pelo Órgão, com o objetivo de ampliar sua atuação	Garantir sistemas de tecnologia de informação que suportem o crescimento	Investir em tecnologia de informação através de convênios ou de recursos próprios
Construção de Unidades para o Ministério Público	Ampliar a atuação dos órgãos e das Promotorias, proporcionando maior aproximação com a sociedade e viabilizando atendimento mais digno e célere à população	Aperfeiçoar a estrutura física das Promotorias	Ampliar o número de Subsedes do MPSE
Reforma e Reestruturação de Unidades do MP	Melhorar as instalações físicas das Promotorias e adequá-las para melhor atender à população	Aperfeiçoar a estrutura física das Promotorias	Reformar e adequar a estrutura física das Promotorias
Ressocialização de Presos e Egressos do Sistema Prisional de Sergipe	Oportunizar o fortalecimento da cidadania aos presos e egressos do sistema prisional de Sergipe, através do estímulo à informação e à inserção no mercado de trabalho	Aprimorar os relacionamentos e parcerias entre as Instituições	Articular, conjuntamente com órgãos e secretarias, a reinserção de presos e egressos na sociedade
Comunicação e Interação Social	Estabelecer elo com a sociedade e demais instituições envolvidas nas atividades realizadas pelo Ministério Público, visando divulgar suas ações e projetos; Conscientizar a população, através de campanhas, das medidas tomadas pelo Ministério Público Estadual, necessárias à proteção social	Desenvolver comunicação ágil e eficaz	Aprimorar a comunicação do Ministério Público junto à Sociedade
Capacitação de Membros e Servidores do Ministério Público	Qualificar Membros e Servidores do Órgão, de forma a possibilitar o exercício das funções que lhes são afetas, promovendo sua capacitação e treinamento contínuos	Recrutar recursos humanos e desenvolver competências	Capacitar de maneira continuada Membros e Servidores do MPSE

Tabela 49 - Ações Orçamentárias do MPSE - Programa: 04 - Defesa da Ordem Jurídica e Social

Programa: 31 – Gestão e Manutenção do Ministério Público		
Título da Ação	**Descrição**	**Finalidade**
Manutenção das Atividades do Ministério Público	Aquisição de materiais diversos (consumo e equipamentos) e contratação de serviços	Prover o Órgão Ministerial das condições básicas de sustentabilidade na esfera administrativa e operacional
Manutenção do Fundo Especial do Ministério Público	Aquisição de materiais, equipamentos e serviços com recursos arrecadados diretamente pelo Fundo Especial do Ministério Público de Sergipe. Realizar diagnóstico através do levantamento das necessidades de materiais, serviços e equipamentos a serem adquiridos através de procedimentos licitatórios e registro de preços	Complementar a Manutenção das Atividades do Ministério Público através do Fundo Especial
Recomposição da Frota de Veículos do Ministério Público	Adquirir veículos novos, recompondo a frota, propiciando o deslocamento de Membros e Servidores e o transporte de equipamentos e materiais às comunidades de cada jurisdição	Transportar pessoas e bens entre as unidades do MP e as comunidades de jurisdição sergipana, de forma a proporcionar a fiscalização através da presença real das Promotorias
Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	Pagamento de pessoal e encargos sociais dos Membros e Servidores ativos da Instituição	Promover o pagamento de pessoal ativo do Ministério Público e dos seus respectivos encargos sociais
Manutenção das Atividades da Escola Superior do Ministério Público - ESMP	Aquisição de materiais diversos (consumo e equipamentos) e contratação de serviços para promover a manutenção da ESMP	Prover a ESMP das condições básicas de sustentabilidade na esfera operacional

Tabela 50 - Ações Orçamentárias do MPSE - Programa: 31 – Gestão e Manutenção do Ministério Público

Programa: 54 – Encargos de Natureza Especial		
Título da Ação	**Descrição**	**Finalidade**
Parcela Autônoma de Equivalência	Promover o pagamento de verbas salariais atrasadas aos Membros ativos e inativos, provenientes de decisões do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ	Restituir aos Membros ativos e inativos do MP verbas salariais atrasadas
Cobertura do Déficit do RPPS	Manter verba específica para custear eventual déficit previdenciário com os inativos oriundo do MPSE	Complementação da folha de pagamento dos inativos oriundos do MPSE, em caso do IPES Previdência não dispor de recursos suficientes para tal

Tabela 51 - Ações Orçamentárias do MPSE - Programa: 54 – Encargos de Natureza Especial

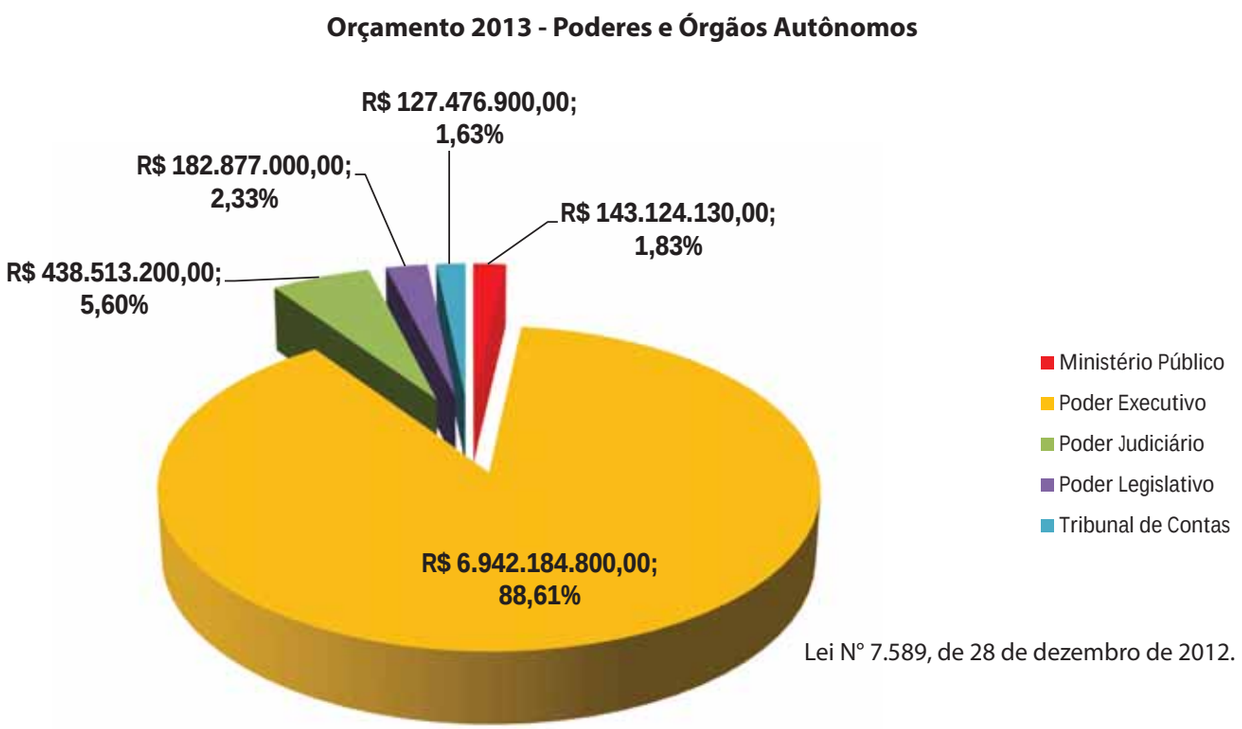
Demonstramos, também, a seguir, a dotação orçamentária disponibilizada, por ação, a fim de alcançar os objetivos e metas previamente estabelecidos no Plano Plurianual 2012-2015, distribuída para atender as despesas do Ministério Público em 2013, após o estabelecimento da cota orçamentária proposta pelo Executivo:

	Ação	Total
21	Ampliação do Parque Tecnológico do Ministério Público	R$ 2.000.000,00
23	Construção de Unidades para o Ministério Público	R$ 90.000,00
25	Reforma e Reestruturação de Unidades do MP	R$ 675.000,00
27	Aporte para Cobertura do Déficit Previdenciário	R$ 6.866.500,00
34	Manutenção das Atividades do Ministério Público	R$ 19.000.000,00
36	Manutenção do Fundo Especial do Ministério Público	R$ 122.630,00
39	Ressocialização de Presos e Egressos do Sistema Prisional de SE	R$ 20.000,00
40	Comunicação e Interação Social	R$ 125.000,00
42	Capacitação de Membros e Servidores do Ministério Público	R$ 240.000,00
44	Recomposição da Frota de Veículos do Ministério Público	R$ 200.000,00
45	Pagamento de Pessoal Ativo	R$ 100.000.000,00
426	Parcela Autônoma de Equivalência - PAE	R$ 13.545.000,00
1471	Manutenção das Atividades da ESMP – Escola Superior do Ministério Público	R$ 140.000,00
TOTAL		**R$ 143.124.130,00**

Tabela 52 - Dotação Orçamentária por Ação

Destaca-se, ainda, que, por não haver percentual constitucional de participação do Órgão no Orçamento do Estado, a exemplo dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Tribunal de Contas, para o Ministério Público foi estabelecido o índice de crescimento de 5,7% (cinco inteiros e sete centésimos por cento) sobre o montante de orçamento anterior.

O gráfico a seguir demonstra o percentual de participação dos Órgãos Autônomos e Poderes frente ao orçamento total do estado:



Lei N° 7.589, de 28 de dezembro de 2012.

Gráfico 16 - Orçamento 2013 - Poderes e Órgãos Autônomos

Atendendo criteriosamente às especificidades do MPSE, o orçamento foi segmentado em Ações Orçamentárias e repartido em Grupo de Despesas, que sofreram suplementações e/ou anulações no decorrer do ano, com vistas a promover melhor distribuição de recursos para o desempenho de suas Atividades e Projetos, conforme gráfico em seguida.

Gráfico 17 - Distribuição Orçamentária do MPSE por Grupo de Despesa

O Grupo de Despesa com Pessoal representa 81% (oitenta e um por cento) da dotação orçamentária fixada para o Ministério Público de Sergipe, restando, apenas, 19% (dezenove por cento) para utilização em despesas com investimentos (equipamentos, construção, veículos, dentre outros) e despesas com manutenção (água, energia elétrica, material de consumo, demais serviços e materiais).

No decorrer de 2013, a Procuradoria-Geral de Justiça promoveu diversas reuniões entre os seus órgãos internos, com o desígnio de garantir o cumprimento dos gastos assumidos pela Instituição, almejando minimizar os efeitos causados pelo corte do orçamento, ocorrido durante sua aprovação pelo Poder Legislativo, e, também, pela transferência de despesas do ano de 2012 para execução no orçamento então vigente.

Nesse sentido, dentre as providências cabíveis, foram encaminhados diversos expedientes ao Governo Estadual, além de promovidas reuniões com as Secretarias de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no intuito de conseguir a suplementação das dotações orçamentárias então vigentes. Após muitas tratativas ao longo do ano, as solicitações foram acolhidas, garantindo, assim, o atendimento às demandas do MPSE.

Encerrado o exercício de 2013, e considerando todas as alterações ocorridas no período, foi possível executar o Orçamento da Instituição próximo à sua totalidade, conforme demonstrado no seguinte gráfico:

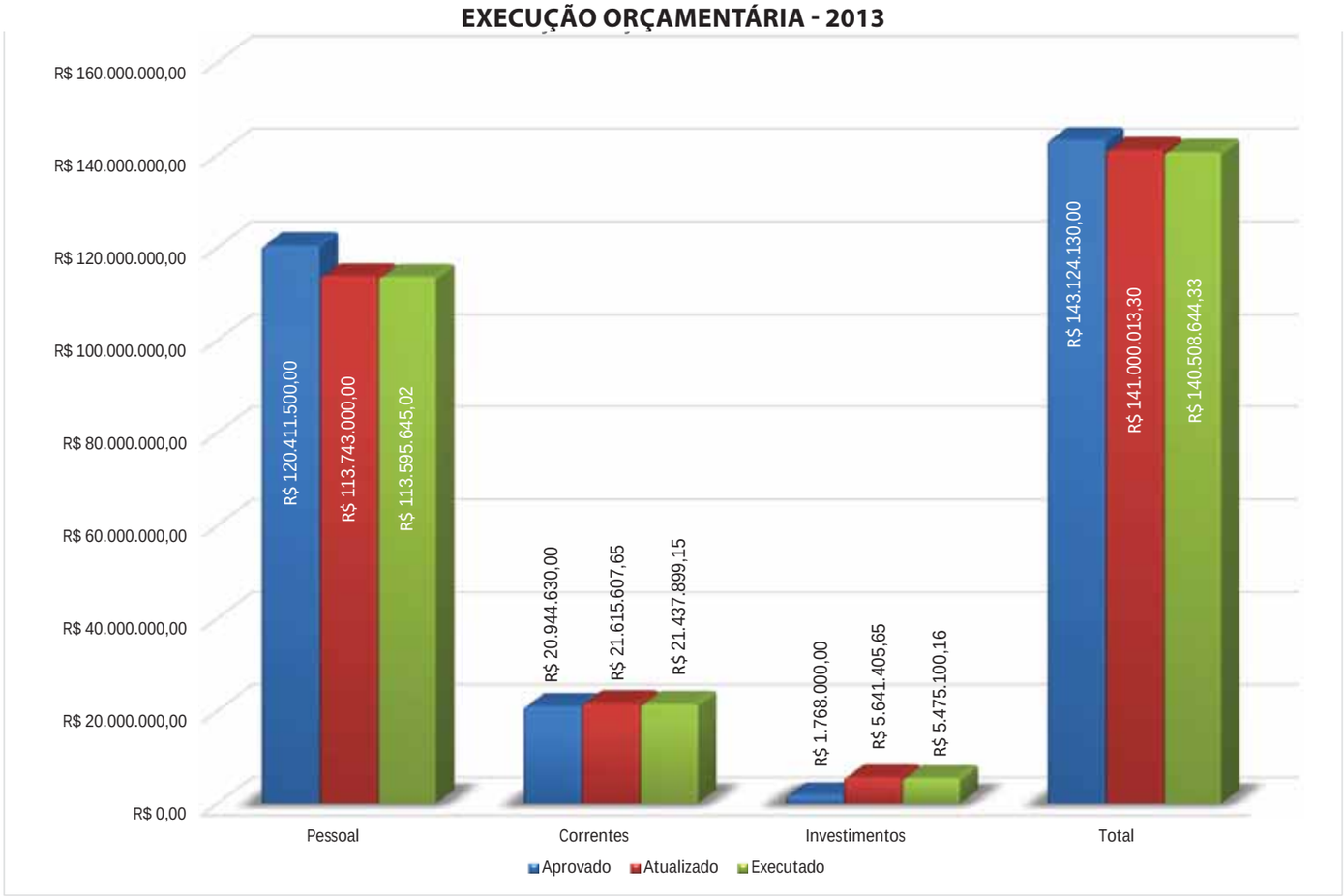


Gráfico 18 - Execução Orçamentária

Os dados apresentados no gráfico acima demonstram que as movimentações orçamentárias ocasionaram alterações em todos os Grupos de Despesas, havendo redução em Despesas com Pessoal e crescimento nas Despesas Correntes e de Investimentos.

Atendendo ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Completar Nº 101/2000), em seu art. 20, II, "a", que trata do limite de despesas de pessoal, o Ministério Público de Sergipe vem, ao longo dos anos, trabalhando arduamente para mantê-lo abaixo do limite prudencial de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento).

Para acompanhar o atendimento ao limite máximo de 2% (dois por cento) estabelecido pela pelo art. 55 da referida LRF, é apurado, quadrimestralmente, o percentual das Despesas com Pessoal frente à Receita Corrente Líquida - RCL do Estado. O MPSE alcançou, ao final de 2013, o percentual de **1,79% (um inteiro e setenta e nove centésimos por cento)**, enquadrando-se, portanto, mais uma vez, abaixo do limite prudencial.

1.2.3. RECURSOS PATRIMONIAIS

A Divisão de Patrimônio do Ministério Público de Sergipe efetua o controle dos **Bens Móveis e Equipamentos de Informática** do Órgão, através do Sistema THEMA, possibilitando os seguintes registros:

- **cadastro/tomada de contas:** Bens Móveis – Simples; Demonstrativo de Bens Adquiridos no Exercício; e Demonstrativo Patrimonial Móvel;

- **relatórios/consulta**: Inventário de Bens Móveis; Transferência de Bens Selecionados – Simples; Controle Patrimonial e Consulta (Órgãos e Unidades); Termo de Baixa; e Histórico de Movimentação do Bem;

- **controle patrimonial – consultas:** Histórico de Bens Móveis; Transferência de Bens – Simples; Demonstrativos de Bens Alienados no Exercício e Interno; Estatísticas de Bens por Subgrupos e por Unidade/Setor Doação; e Leilão.

Dessa forma, são controlados e contabilizados pela Divisão de Patrimônio, subordinada à Diretoria Administrativa, todos os bens móveis e imóveis da Instituição, adquiridos, cedidos e doados.

Durante o ano de 2013, foram adquiridos bens móveis e equipamentos de informática, veículos e instrumentos musicais para o Coral, dentre outros, no total de **1.815 (mil oitocentas e quinze)** unidades, cujos recursos aplicados resultaram no montante de **R$ 2.179.389,80 (Dois milhões, cento e setenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos)**, conforme demonstrado na seguinte tabela:

Item	Equipamentos	Quant.	Valor
1	Equipamentos de Informática*	1.030	**R$1.441.095,16**
2	Aparelho Som/Instrumentos Musicais para o Coral	62	**R$ 49.233,95**
3	Fotografia e Filmagem	5	**R$ 2.310,00**
4	Mobília em Geral e Utensílios	667	**R$ 519.977,69**
5	Veículos	1	**R$ 100.000,00**
6	Acessórios/Equipamentos para Veículos	39	**R$ 3.507,00**
7	Telefonia	11	**R$ 63.266,00**
Total		**1.815**	**R$ 2.179.389,80**
***Equipamentos recebidos e pagos em 2013**			

Tabela 53 - Equipamentos Adquiridos em 2013

Em sua grande maioria, os bens adquiridos foram destinados à manutenção dos setores do Ministério Público do Estado de Sergipe e, principalmente, para suprir a Nova Sede, inaugurada em 2012.

1.2.4. RECURSOS TECNOLÓGICOS

A Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI é responsável pelo planejamento e especificação de equipamentos, serviços e soluções de tecnologia no MPSE, projetando os investimentos da área, com vistas a melhor utilizar os recursos públicos e prover os resultados ideais e determinantes aos serviços do Órgão.

Em 2013, merece especial destaque a modernização tecnológica, sobre a qual foi referenciado um **padrão de atualização de 25% (vinte e cinco por cento) do parque de equipamentos**, ao ano, mantendo todos os computadores e demais recursos de TI na Instituição com, no máximo, 4 (quatro) anos de uso.

Com o processo de virtualização em iminência na esfera jurídica, e consequente necessidade de uso de dois monitores para execução das tarefas processuais, foi priorizado o investimento em equipamentos que comportam essa funcionalidade, de forma a incluir no patrimônio do MPSE, **430 (quatrocentos e trinta) novos computadores**, adquiridos em dois processos de compra distintos.

Os serviços em Promotorias e Procuradorias também exigem ***scanners***, de forma a possibilitar que todo documento impresso existente seja anexado ao processo virtual. Nesse sentido, foram adquiridos **100 (cem) novos equipamentos**, a fim de suprir a demanda ocorrida no ano. Diversos equipamentos, acessórios e outros recursos também foram adquiridos em 2013, conforme detalha a tabela a seguir:

DTI - Investimentos no Ano de 2013			
Tipo	**Descritivo geral**	**Valor**	**Detalhamento**
Licitação	Computador com monitor	R$ 695.000,00	250 computadores adquiridos em Ata 7/2013 do MPSE
Adesão de Ata	Computador com monitor	R$ 504.000,00	180 computadores adquiridos em adesão à Ata da UFBA
Adesão de Ata	*Notebooks*	R$ 26.507,86	8 *notebooks* adquiridos em adesão à Ata da UFBA
Licitação	*Ultrabooks*	R$ 42.773,50	7 *ultrabooks* adquiridos em ata 10/2013 do MPSE
Licitação	Computador para desenvolvimento de sistemas	R$ 49.858,00	Aquisição de computadores específicos para uso de recursos gráficos e de desenvolvimento *de softwares*
Licitação	*Scanners*	R$ 187.000,00	100 *scanners* adquiridos em ata 11/2013 do MPSE
Licitação	Monitor 27'	R$ 8.250,00	3 monitores adquiridos em ata 6/2013 do MPSE
Licitação	*Pen Drives*	R$ 1.693,50	18 *pen drives* adquiridos em Ata 6/2013 do MPSE
Adesão de Ata	*Nobreaks* para estações de trabalho	R$ 63.400,00	200 *nobreaks* adquiridos em adesão à Ata do Instituto Farroupilha
Licitação	*Nobreaks* para o *Datacenter*	R$ 15.204,00	Aquisição de *nobreak* e baterias para uso no *Datacenter*
Licitação	*Nobreaks* para *Racks*	R$ 17.500,00	5 *nobreaks* de 3000va adquiridos em ata 21/2013 do MPSE
Licitação	Projetores com maleta e Telão	R$ 13.919,00	5 projetores com telão
Licitação	Terminal de ponto eletrônico	R$ 64.700,00	10 terminais para uso no ponto eletrônico
Adesão de Ata	Impressoras de rede monocromáticas	R$ 25.747,50	50 impressoras adquiridas em adesão à Ata da CELIC/RS
Licitação	*Racks* e Acessórios para equipamentos de áudio, rede e sonorização	R$ 6.900,00	Equipamentos diversos para acomodações de ativos de rede, som e outros
Dispensa	Equipamentos de rede sem fio	R$ 5.354,00	Equipamentos de rede sem fio para uso no Projeto "Censo Social"
Licitação	Extensão de garantia de Ativos de rede	R$ 71.000,00	Atualização de serviço de suporte e garantia estendida para equipamentos de rede essenciais à comunicação do MPSE
Licitação	Extensão de garantia e suporte de equipamentos de segurança	R$ 110.000,00	Atualização de licenças dos sistemas, serviço de suporte e garantia do fabricante
Licitação	*Switches* de rede	R$ 257.450,00	Aquisição de novos *switches* de rede para ampliação de pontos em todo o Estado
Inexigibilidade	Serviços de Infraestrutura de *cash* eletrônico	R$ 11.345,58	Adequação e instalação de pontos de rede e energia no 3º andar da Edifício-Sede do MP para uso dos *cashes* eletrônicos
Inexigibilidade	Certificado digital para servidor de *e-mail*	R$ 2.700,00	Certificado digital do serviço de *e-mail* do MPSE
Licitação	Licenciamento de *Softwares* Diversos	R$ 950.876,91	Licenciamento para aplicativos *Microsoft, Autodesk, Adobe* e outros
Licitação	Modernização tecnológica de equipamentos e recursos do *Datacenter*	R$ 973.121,00	Atualização e expansão de itens diversos do *Datacenter* do MPSE
Licitação	Renovação de antivírus do MPSE	R$ 86.000,00	Renovação e expansão das licenças de antivírus do MPSE
TOTAL DE INVESTIMENTOS		**R$ 4.190.300,85**	

Tabela 54 - Investimentos em Equipamentos, Serviços e Licenças

A DTI também zela pelo nível técnico e pela qualificação de sua equipe e dos Membros e Servidores do MPSE, sendo também provedor de **capacitação e qualificação técnica** por meio de contratação de cursos e treinamentos específicos, que totalizaram o montante de **R$ 42.084,89 (Quarenta e dois mil, oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).**

Em 2013, os investimentos na área de Tecnologia da Informação (equipamentos, serviços, licenças e cursos) atingiram o expressivo montante de **R$ 4.232.385,74 (Quatro milhões, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)**.

1.3 ORGANOGRAMA

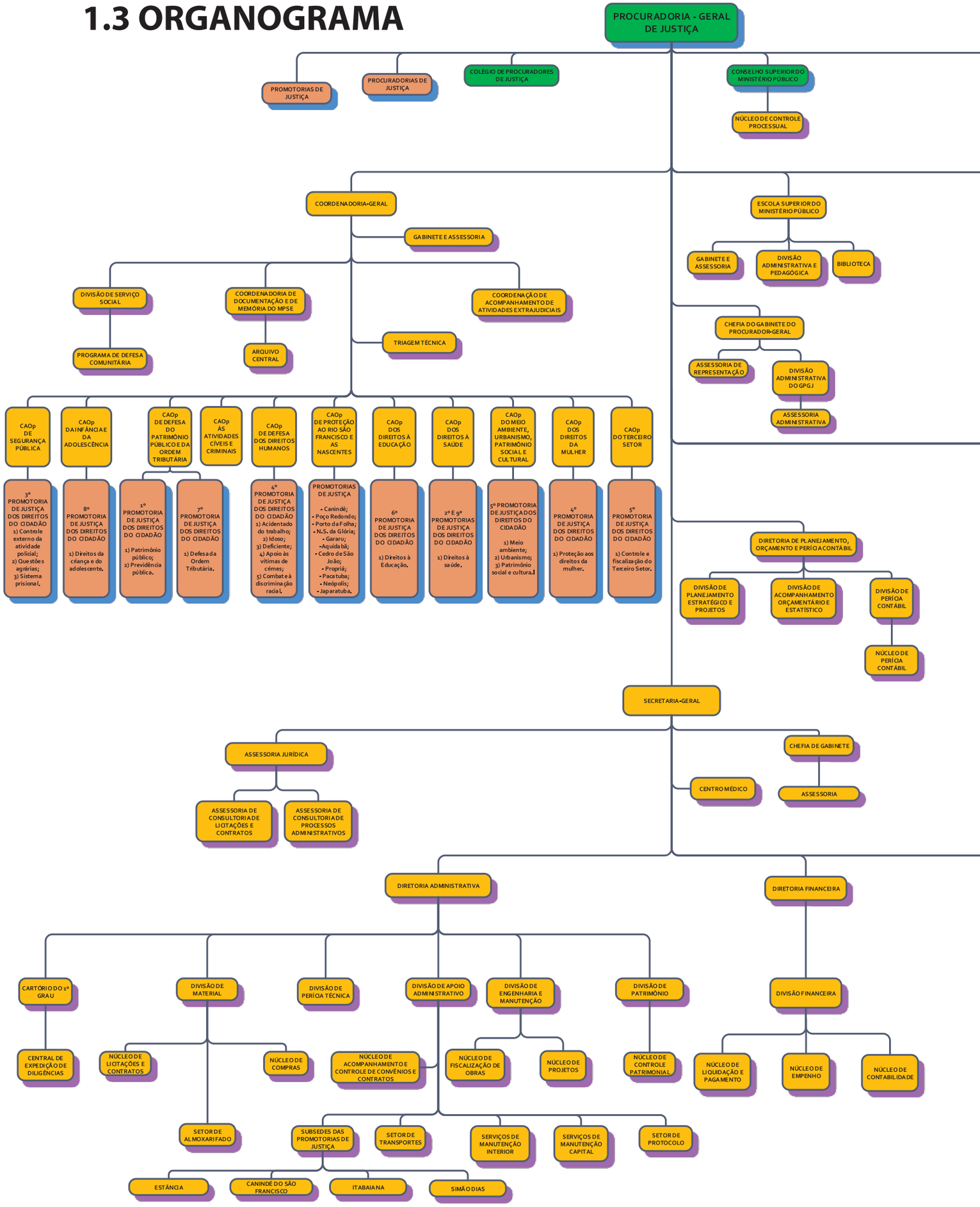
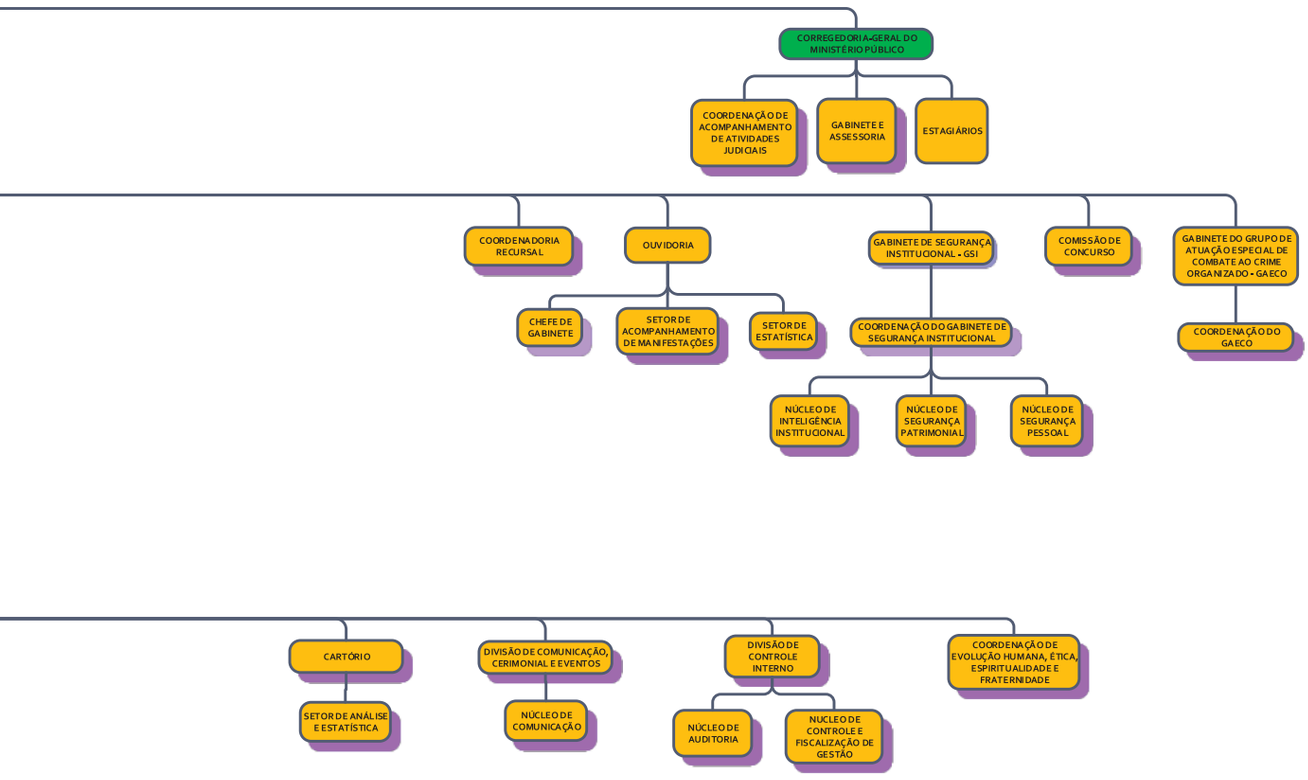
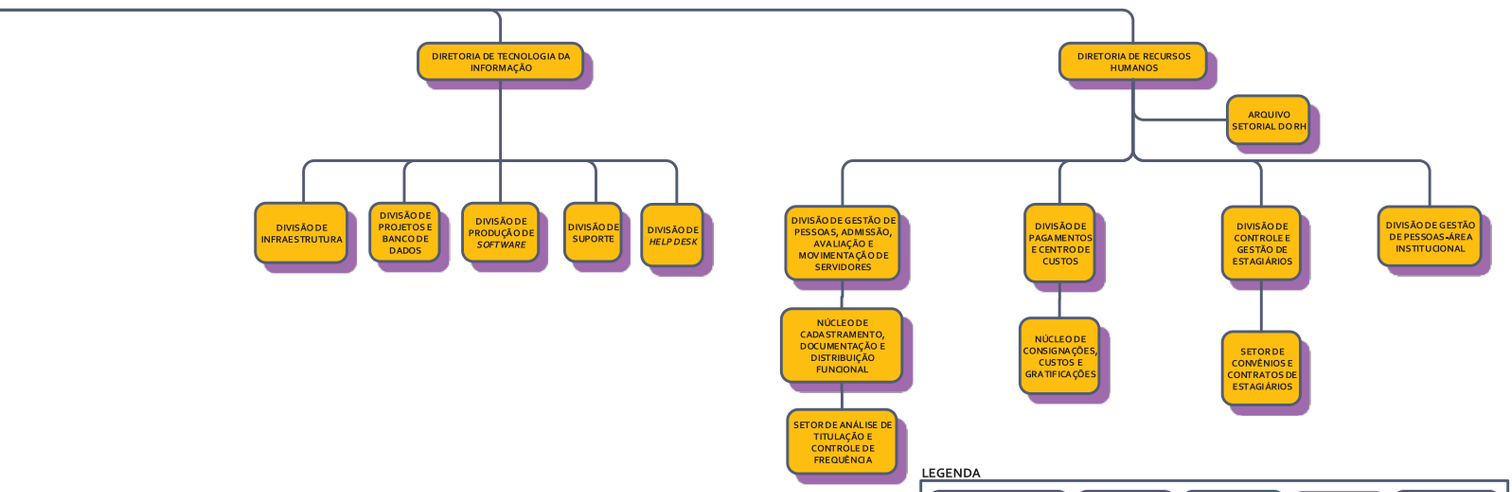


Figura 1 - Organograma do MPSE





LEGENDA

Órgão da Administração Superior | Órgão da Administração | Órgão de Execução | Órgão Auxiliar | Órgão de Apoio Administrativo

O sombreamento representa o acúmulo de atribuições do Órgão.

FONTE: Lei 7.232, de 21/10/2011, Lei 7.649, de 31/05/2013, e Portaria 422/14, de 30/01/2014

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:31/01/2014

1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE MELHOR ESTRUTURADO PARA O CIDADÃO

1.4.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO COBERTO

O Ministério Público Estadual tem procurado, a cada ano, criar em suas instalações condições mais favoráveis aos seus integrantes e cidadãos em geral.

Nesse sentido, em 2013, foram instalados toldos para cobertura das vagas do estacionamento do Edifício-Sede, visando à proteção da ação do sol sobre os veículos de servidores e visitantes que têm acesso ao Órgão, conforme imagens a seguir:

Foto 8 - Estacionamento Externo Anexo do MPSE

Foto 9 - Cobertura do Estacionamento para Servidores e Visitantes do MPSE

1.4.2. REFORMA DA SUBSEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CIDADE DE ESTÂNCIA

Foto 10 - Piso Tátil e Rebaixamento de Calçada na Subsede de Estância

Foi realizada, no ano de 2013, reforma na Subsede de Estância, que contemplou melhorias na cobertura, pintura, instalações elétricas e nas esquadrias, além da adequação do edifício às normas de acessibilidade – ABNT NBR 9050/2004, proporcionando aos usuários melhor atendimento.

1.4.3. PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

Durante o ano, foram realizadas pela Divisão de Engenharia e Manutenção vistorias técnicas para adequação de acessibilidade da Sede e das Subsedes do Ministério Público do Estado de Sergipe, de acordo com a norma de acessibilidade ABNT - NBR 9050/2004.

As vistorias tiveram por objetivos: identificar os problemas referentes ao tema; quais adequações necessárias; realização de *croqui* com as adequações; e a consequente execução de orçamento das reformas demandadas.

Dentre as adaptações, registre-se a da Promotoria de Justiça da Comarca de Estância, onde foram realizadas as adequações do sanitário destinado ao público; dos vãos livres das portas; e a instalação de piso tátil e mapa tátil, a exemplo do que demonstram as fotos a seguir:

Foto 11 - Sanitário Adaptado na Subsede de Estância

Foto 12 - Construção de Rampa de Acessibilidade em Miniauditório da Subsede de Estância

Foto 13 - Construção de Rampas para Acesso às Salas da Subsede de Estância

Foto 14 - Construção de Rampa para Pessoas com Deficiência na Subsede de Estância

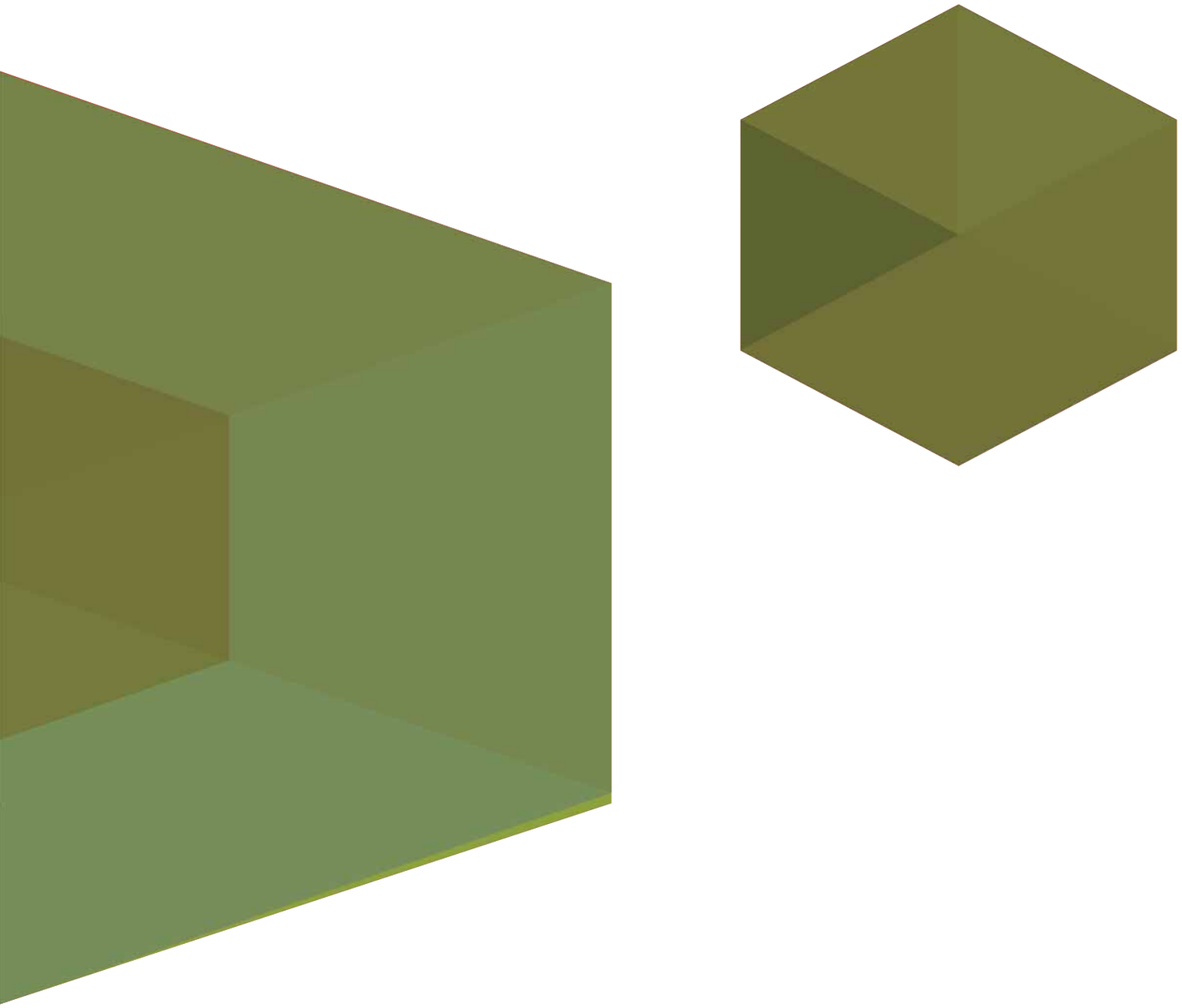
As atividades iniciadas demonstram a preocupação da Instituição em proporcionar às pessoas com deficiência a utilização, de maneira autônoma e segura, do ambiente, do mobiliário e das edificações onde estão localizadas sua Sede e Subsedes.

1.4.4. CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE

Com vistas a proporcionar melhorias físicas nas instalações onde se encontram as Promotorias de Justiça do interior do Estado, foi firmado Convênio entre o Ministério Público de Sergipe e o Tribunal de Justiça Estadual, para reforma e ampliação das Promotorias localizadas nos prédios do Poder Judiciário, mediante apoio financeiro. Na tabela seguinte estão elencadas as ações ocorridas no ano em foco:

PROMOTORIAS DO INTERIOR	APOIO FINANCEIRO DO MPSE	*STATUS DAS OBRAS*
Campo do Brito	R$ 5.449,67	Em andamento
Capela	R$ 7.448,31	**Finalizado**
Carira	R$ 7.425,54	**Finalizado**
Cristinápolis	R$ 23.570,85	Em andamento
General Maynard	R$ 2.069,45	**Finalizado**
Itabi	R$ 3.032,40	Em andamento
Japaratuba	R$ 7.021,94	Em andamento
Lagarto	R$ 11.645,72	Em andamento
Macambira	R$ 1.965,29	Em andamento
Malhada dos Bois	R$ 2.065,23	Em andamento
Maruim	R$ 4.669,78	**Finalizado**
Moita Bonita	R$ 2.065,23	**Finalizado**
Muribeca	R$ 3.040,60	Em andamento
Nossa Senhora da Glória	R$ 116.515,94	**Finalizado**
Poço Redondo	R$ 54.459,74	Em andamento
Porto da Folha	R$ 34.902,86	**Finalizado**
Propriá	R$ 6.392,26	Em andamento
Riachão do Dantas	R$ 2.089,34	**Finalizado**
Santo Amaro	R$ 2.065,23	**Finalizado**
São Cristóvão	R$ 12.148,53	**Finalizado**
Tobias Barreto	R$ 17.707,62	**Finalizado**
Umbaúba	R$ 31.504,68	Em andamento
Pacatuba	R$ 109.774,69	Em andamento
Nossa Senhora das Dores	R$ 57.404,07	Em andamento
Cedro de São João	R$ 92.121,16	Em andamento
TOTAL	**R$ 618.556,13**	

Tabela 55 - Obras em Promotorias de Justiça do Interior



DESTAQUES DO PERÍODO

Sempre parece impossível até que seja feito.
Nelson Mandela

2. DESTAQUES DO PERÍODO

2.1. PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS/ACORDOS DE COOPERAÇÃO

No decurso do ano de 2013, foram firmadas as seguintes parcerias:

PARCERIAS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONVÊNIOS - 2013		
Tipo e Número	**Partes**	**Objetivo**
1º Termo Aditivo ao Convênio nº 012/2011	Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e o Ministério Público do Estado de Sergipe	Alteração da cláusula segunda: do prazo
Acordo de Cooperação nº 14/2013	Ministério da Justiça, Governo do Estado de Sergipe, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Ministério Público do Estado de Sergipe e a Defensoria Pública do Estado de Sergipe	Promover ações de apoio ao Programa Brasil mais Seguro no âmbito do Sistema de Justiça do Estado de Sergipe, para garantir a celeridade nos inquéritos e processos judiciais de crimes violentos letais intencionais
Celebração de Termo de Mútua Cooperação com a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA	Ministério Público de Sergipe e Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA	A medida é interessante ao passo em que proporcionará maior celeridade às demandas judiciais e extrajudiciais que necessitam de informações acerca do licenciamento ambiental das empresas, edificações e serviços potencialmente poluidores do meio ambiente, fazendo cessar com maior brevidade os danos ambientais diagnosticados, além de viabilizar a redução das incumbências direcionadas à ADEMA, dando subsídios para que desenvolva suas atividades de proteção com mais eficácia
Celebração de Termo de Mútua Cooperação com Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe - CAU	Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe, Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo e Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe – CAU	O subsídio fornecido pelo aludido Conselho, por fornecer os necessários dados técnicos que embasem o trabalho de investigação e fiscalização desenvolvidos pelo Ministério Público, fortalece e qualifica as alegativas trazidas à baila nos processos judiciais e procedimentos administrativos, além de conduzir os feitos a um desfecho mais célere, proporcionando o alcance da fomentada efetividade dos pronunciamentos judiciais
Convênio de Cooperação Técnica	Ministério Público de Sergipe e Secretaria de Segurança Pública (SSPSE)	Firmar parceria entre o Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública (SSPSE), para a realização do Processo Seletivo para estagiários do Curso de Direito
Convênio firmado entre o Ministério Público de Sergipe o Tribunal de Justiça.	Ministério Público de Sergipe e Tribunal de Justiça de Sergipe	Melhorias físicas nos prédios onde estão as Promotorias de Justiça nos prédios pertencentes ao Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Convênio nº 09/2013	Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e o Ministério Público do Estado de Sergipe	Repasse de recursos financeiros para custear as obras de reforma e ampliação das Promotorias de Justiça
Termo de Adesão nº 007/2013/SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Estado de Sergipe, o Município de Aracaju, o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o Ministério Público do Estado de Sergipe e a Defensoria Pública do Estado de Sergipe	Visa à consolidação da Política Nacional e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
Termo de Cooperação	Ministério Público de Sergipe e Venbo Comércio de Alimentos LTDA (Bob's)	Adesão da franquia do Bob's em Aracaju/SE ao Programa de Apoio ao Estudo – PAE.
Termo de Cooperação	Ministério Público de Sergipe e Hotel Pousada do Sol	Adesão do Hotel Pousada do Sol ao Programa de Apoio ao Estudo – PAE.
Termo de Cooperação	Ministério Público de Sergipe e Lanchonete e Mercearia Carvalho LTDA ME (Cana Express)	Adesão do Cana Express ao Programa de Apoio ao Estudo – PAE.
Termo de Cooperação	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Governo de Sergipe, Prefeitura de Aracaju, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Ministério Público do Estado de Sergipe e Defensoria Pública do Estado de Sergipe	Adesão ao Programa "Mulher: viver sem violência", proveniente da secretária de Política para Mulheres da Presidência da República

Termo de Mútua Cooperação	Procuradoria-Geral de Justiça e a Administração Estadual do Meio Ambiente – Adema	Disponibilização do acesso ao Portal Ambiental, no sítio eletrônico da ADEMA, pelos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, objetivando consultar o andamento dos processos administrativos de licenciamento ambiental
Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional	Procuradoria Geral de Justiça e o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe – CAU/SE	Respaldo técnico no sentido de auxiliar e fundamentar as pericias relacionadas à Arquitetura e ao urbanismo e cabendo ao Ministério Publico a função de garantir o cumprimento das determinações legais aplicáveis às matérias de fiscalização nos serviços, obras, atividades e empreendimentos de Arquitetura e Urbanismo, principalmente nos casos de exercício ilegal da profissão

Tabela 56 - Parcerias Firmadas

2.2. EVENTOS IMPORTANTES

2.2.1. FÓRUM "TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO"

Priorizar o transporte público coletivo e valorizar o pedestre é a alternativa proposta pelo Ministério Público de Sergipe, em consonância com o **Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH**, presidido, atualmente, pelo Procurador-Geral de Justiça de Sergipe, Dr. Orlando Rochadel Moreira.

No dia 04 de outubro de 2013, o MPSE, através da Escola Superior do Ministério Público – ESMP realizou o **Fórum "TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO"**.

Composto por palestras e debates, o evento teve como principal objetivo, através da discussão pública participativa, enfrentar a problemática referente à mobilidade urbana de forma prática, mas sem se distanciar do rigor científico necessário, permitindo a apresentação de ações que produzam efeitos positivos e inserindo o MP como instituição fundamental na fiscalização e defesa dos direitos sociais. Para tanto, o Diretor e Coordenador Pedagógico da ESMP, respectivamente, Dr. Newton Silveira Dias Júnior e Dr. Henrique Ribeiro Cardoso, convidaram, para debater a temática e trazer experiências relevantes sobre o assunto, profissionais de vários órgãos envolvidos na matéria e de diferentes Estados brasileiros.

Foto 15 – Palestra da Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano Lúcia Falcón

O ciclo de palestras foi iniciado pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano Lúcia Falcón, que escolheu o tema "A Participação do Estado no Consórcio para Transporte Público Coletivo". Em seguida, o representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU, Marcos Bicalho dos Santos, dividiu com os presentes sua experiência na Diretoria Administrativa e Institucional da NTU.

Os representantes do "Movimento Não Pago" e do Centro Acadêmico Sílvio Romero, da Universidade Federal de Sergipe, fizeram uma explanação sobre os anseios da categoria, tirando dúvidas e questionando os palestrantes e Membros do MP.

Foto 16 - Representante do Movimento "Não Pago" no Fórum "Transporte Público Coletivo Urbano"

No período da tarde, os presentes ouviram informações sobre Mobilidade Urbana e Transporte Público, oriundas do titular da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT, Nelson Felipe da Silva Filho, e presenciaram "Uma Iniciativa de Sucesso" vivida pelo representante da Urbanização de Curitiba - URBS. Além disso, conheceram o papel dos transportes públicos nos programas de mobilidade urbana, na palestra do Professor Dr. Ronaldo Guimarães Gouvêa.

Foto 17 - Palavra do Promotor de Justiça do MPSE Dr. Nilzir Soares

As ações do Ministério Público de Sergipe em defesa do usuário do serviço público de transporte coletivo urbano foram expostas para o público por intermédio dos Promotores de Justiça Dra. Berenice Andrade Melo (Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos), Dra. Maura Silva de Aquino (7ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública) e Dr. Daniel Carneiro Duarte (Promotoria de Justiça da Defesa do Consumidor).

Ao final do evento, foi discutida, aprovada e assinada a **"Carta de Aracaju"**, documento através do qual os componentes da mesa de honra do evento comprometeram-se a promover ações em defesa do usuário do transporte coletivo urbano de Sergipe.

Foto 18 - Palestrante no Fórum "Transporte Público Coletivo Urbano"

2.2.2. DIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – COMEMORAÇÃO

Para comemorar a data que marca o Dia Nacional do Ministério Público, em 14 de dezembro, Membros e Servidores do MPSE participaram da Corrida Noturna "**Aracaju *Night Run***".

Foto 19 - Largada da Corrida Aracaju *Night Run*

Foto 20 - Servidores e Membros do MPSE participam da Corrida Aracaju *Night Run* nas Comemorações Alusivas ao Dia do Ministério Público

A competição, realizada em duplas, ocorreu no referido dia, um sábado, às 20 horas, com largada no estacionamento do planetário no Parque da Sementeira.

Superando as expectativas, a Corrida reuniu atletas de várias categorias, vindos dos mais diversos Estados, que cumpriram um percurso de 4,5 Km para cada componente das duplas. O tempo de cada corredor foi medido através de *chip* de cronometragem colocado no tênis dos atletas.

A participação do MPSE foi um sucesso! Os integrantes do **Projeto "Movimento Prática Esportiva"**, participantes do evento, motivados, já se preparam para a próxima maratona. A Instituição comemorou seu Dia com alegria, confraternização e saúde garantida, conforme demonstram as fotos a seguir:

Foto 21 - Membros e Servidores do MPSE Comemoram o Dia do Ministério Público na Corrida Aracaju *Night Run*

Foto 22 - Servidores do MPSE recebem Medalhas de Participação na Corrida Aracaju *Night Run*

2.2.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE SEDIA GRANDES EVENTOS NACIONAIS

2.2.3.1. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA – CNPG

Foto 23 – Composição da Mesa na Abertura da Reunião Ordinária do CNPG

Em clima de muita alegria e embalados ao som da música do Coral "Vozes da Cidadania", a Família Ministério Público de Sergipe recebeu, na abertura da **Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União – CNPG**, vários Procuradores-Gerais de toda a Federação, Membros do MP, diversas autoridades dos mundos político e jurídico, além de representantes da imprensa e da sociedade sergipana. A solenidade foi realizada no auditório do MPSE "Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas".

O encontro de Procuradores-Gerais de Justiça ocorre mensalmente e, pela primeira vez, Sergipe sediou a reunião, que aconteceu em junho de 2013. Na ocasião, os Procuradores-Gerais discutiram questões relacionadas à atuação e aprimoramento do Ministério Público Brasileiro.

Foto 24 - Membros e Servidores na Abertura da Reunião Ordinária do CNPG

No primeiro dia da reunião ordinária do CNPG, esteve em pauta a PEC 37, Proposta de Emenda à Constituição Federal, apresentada pelo Deputado Federal Lourival Mendes, tendente a restringir a investigação criminal apenas à polícia judiciária.

O colegiado que congrega os Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União também aprovou uma Recomendação voltada à área de educação. Trata-se de um documento voltado exclusivamente à atuação institucional, no que se refere à Curadoria dos Direitos à Educação. Entre os dez itens do texto estão: combate à violência nas escolas; controle da evasão escolar; enfrentamento à comercialização de produtos nocivos no entorno das unidades de ensino; apoio e fiscalização do sistema educacional nas instituições carcerárias, no campo, comunidades quilombolas e indígenas; transporte e alimentação dos alunos; e não intervenção nas discussões salariais entre governos e professores.

Abaixo, seguem as imagens do encontro:

Foto 25– Apresentação do Coral Vozes da Cidadania na Abertura da Reunião do CNPG

Foto 26 – Apresentação do Coral Vozes da Cidadania na Abertura da Reunião do CNPG – Entrega de Rosa à Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputada Angélica Guimarães

Foto 27 - Procuradores-Gerais em Reunião do CNPG

Foto 28 – Realização de Reunião Ordinária do CNPG

Por fim, no segundo dia de reunião, 21/06/2013, o Procurador-Geral de Justiça de Sergipe, Dr. Orlando Rochadel Moreira foi eleito, por aclamação, **Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH**, Órgão do CNPG, o qual tem por objetivo a promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos.

Foto 29 - Procuradores-Gerais de Justiça reunidos em frente ao MPSE

2.2.3.2. III REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH

Foto 30 – Apresentação do Coral Vozes da Cidadania na III Reunião Ordinária do GNDH em Sergipe

A abertura dos trabalhos da **III Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH**, na tarde do dia 16 de outubro de 2013, lotou o Auditório "Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas" no Ministério Público de Sergipe. O evento prosseguiu até o dia 18, com reuniões simultâneas das Comissões Permanentes que compõem o Grupo:

1. Comissão Permanente de Defesa de Direitos Humanos em Sentido Estrito – COPEDH;
2. Comissão Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS;
3. Comissão Permanente de Educação – COPEDUC;
4. Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso – COPEDPDI;
5. Comissão Permanente da Infância e da Juventude – COPEIJ;
6. Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID;
7. Comissão Permanente do Meio-Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA.

Dr. Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe e Presidente do GNDH, fez a abertura do encontro e externou sua satisfação em receber, no MP de Sergipe, os mais de 130 (cento e trinta) Procuradores e Promotores de Justiça de vários Estados do País e do Distrito Federal.

Foto 31 – Palavra do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira, na III Reunião Ordinária do GNDH em Sergipe

O Presidente, em exercício, do Tribunal de Justiça de Sergipe, à época, Desembargador Edson Ulisses de Melo, primeiro sergipano a presidir a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil -OAB, falou da importância em discutir tema da maior relevância, destacando alguns artigos da Declaração dos Direitos Humanos e enfatizando a satisfação de participar de um evento de tal porte.

Além da presença de várias autoridades e da sociedade civil, o Coral "Vozes da Cidadania" e os alunos do Centro Educacional Vitória do Santa Maria também prestigiaram a Reunião do GNDH.

Algumas imagens do evento podem ser visualizadas a seguir:

Foto 32 – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID na III Reunião do GNDH em Sergipe

Foto 33 – Comissão Permanente da Infância e da Juventude – COPEIJ na III Reunião do GNDH em Sergipe

Foto 34 – Comissão Permanente de Educação – COPEDUC na III Reunião do GNDH em Sergipe

2.3. DESTAQUES DA ÁREA FIM

2.3.1. PROJETOS SOCIAIS

2.3.1.1. CENSO EDUCACIONAL

Censo Educacional
PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS ESCOLAS
PAIE

Foto 35 - Estudantes Recenseadores executando o Hino Nacional no Censo Educacional de Gararu

O **Censo Educacional**, programa existente desde 1997, possui como meta principal a visitação de todos os domicílios de determinado Bairro/Município, a fim de verificar quais crianças e adolescentes estão fora da sala de aula.

Durante o Censo também são identificadas crianças e adolescentes sem registro civil e envidadas ações para obtenção de seus registros. São verificados, ainda, aqueles que precisam de cuidados educacionais especiais, para atender tais necessidades e garantir-lhes o acesso à educação.

Impende ressaltar que, no ano de 2013, foram realizados Censos Educacionais no Bairro Palestina, em Aracaju, e nos municípios de Gararu e Ribeirópolis, conforme demonstram as fotos a seguir:

Foto 36 - Hasteamento da Bandeira na Abertura do Censo Educacional de Gararu

Foto 37 - Solenidade de Abertura do Censo Educacional de Gararu

Dentre os principais benefícios proporcionados à população, destacam-se os seguintes:

- ampliação do acesso à Educação;
- combate ao analfabetismo;
- responsabilização e engajamento dos órgãos públicos e da sociedade na busca da cidadania e do acesso universal à Educação;
- diagnóstico das carências de determinada localidade, em relação à Educação, tais como a necessidade de construção de Escolas, remanejamento de professores, criação de turmas e ampliação do transporte escolar;
- diante do diagnóstico obtido, planejamento e execução de políticas públicas para a garantia e ampliação do acesso à Educação, a exemplo da Construção do Centro Educacional Santa Maria;
- identificação de pessoas portadoras de necessidades especiais, de modo a assegurar o acesso à Educação e a políticas públicas, entre outros serviços públicos destinados a sua inserção social e tratamento, quando for o caso;
- emissão de documentos, como a Certidão de Nascimento, para as pessoas que não possuem registro, de modo a viabilizar a realização de matrículas nas Escolas Públicas, como também acesso aos demais serviços públicos.

2.3.1.2. CENSO SOCIAL

Foto 38 - Censo Social do Bairro Palestina - Hasteamento da Bandeira

No dia 19 de junho de 2013, a equipe do **Censo Social** do Ministério Público de Sergipe, juntamente com representantes de poderes públicos e da sociedade sergipana visitou o Bairro Palestina, zona norte da Capital sergipana e comprovou que, munidos de boa vontade e solidariedade, é possível, através de uma abordagem direta, obter o diagnóstico dos principais problemas que atingem as comunidades dos Bairros Sergipanos.

Foto 39 - Censo Social do Bairro Palestina - Banda da Polícia Militar Executando o Hino Nacional

Desta feita, o Colégio Estadual "24 de Outubro" abrigou, além de Membros e Servidores do MP de Sergipe, Procuradores-Gerais de Justiça de vários Estados da Federação, que, por ocasião da realização da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais em Sergipe, foram conhecer o **Projeto Censo Social**, do MP Sergipano, do qual tantos já ouviram falar.

Todos os presentes puderam acompanhar, de perto, o trabalho de cerca de **170 (Cento e setenta) recenseadores**, que **visitaram em torno de 1.495 (mil, quatrocentos e noventa e cinco) famílias**, numa região que abrange 07 (sete) setores e 07 (sete) microáreas urbanas da Palestina.

Foto 40 - Censo Social do Bairro Palestina – Procurador-Geral de Justiça, Membro do CNPG e Secretário de Estado da Educação Hasteando a Bandeira

Foto 41 – Secretário de Estado da Educação, Dr. Belivaldo Chagas, Plantando uma Árvore no Censo Social do Bairro Palestina

Várias autoridades presentes fizeram questão de enaltecer o **Censo Social** do MP, conforme demostra o depoimento a seguir, proferido pelo Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado, Dr. Adinelson Alves, que representou, na ocasião, o Governador em Exercício, Jackson Barreto:

> *"Esse projeto vem demonstrando significativo papel na construção de um novo amanhã. É louvável a iniciativa do Ministério Público e demais parceiros. Os resultados apontam para um novo tempo de integração das instituições, governos e população, para a solução de problemas sociais."*

Foto 42 – Solenidade de Abertura do Censo Social do Bairro Palestina

Foto 43 – Palavra do Procurador-Geral do MPSE na Solenidade de Abertura do Censo Social do Bairro Palestina

Foto 44 - Atendimento à População no Censo Social do Bairro Palestina

A seguir, mais fotos do evento:

Foto 45 – Membros do CNPG e do MPSE no Censo Social do Bairro Palestina

Foto 46 – Procuradores-Gerais e Membros do MPSE no Censo Social do Bairro Palestina

2.3.1.3. PROJETO "BOM SAMARITANO"

Bom Samaritano
O Ministério Público Incentivando a Solidariedade

Foto 47 – Atividades Lúdicas com as Crianças do Lar de Zizi no Projeto Bom Samaritano

O **Projeto "BOM SAMARITANO"** tem o objetivo de incentivar o exercício da solidariedade entre seus Membros, Servidores e Familiares, mediante a realização de campanhas humanitárias. Tal iniciativa pretende estabelecer uma cultura de interação social entre a Instituição e entidades que prestam serviços a pessoas em situação de carência afetiva e material.

Em 2013, o Projeto visitou o **Lar de Zizi**, uma instituição localizada na cidade de Aracaju, dedicada ao acolhimento e à educação de crianças. Na oportunidade, Membros e Servidores do Ministério Público proporcionaram uma tarde de alegria e solidariedade às crianças daquela entidade, cuja programação teve início com um Momento de Reflexão, preparado com as particularidades que o público infantil exige, de forma lúdica e divertida, transmitindo valores como inclusão e respeito às diferenças. O Coral "Vozes da Cidadania" prestigiou o evento, apresentando um repertório especial para a ocasião.

Foto 48 - Atividade de Pintura com as Crianças do Lar de Zizi no Projeto Bom Samaritano

O **Lar de Zizi** existe há mais de cinco décadas, sendo que, atualmente, presta assistência em regime de semi-internato. As crianças beneficiadas chegam à entidade pela manhã, retornando ao convívio familiar ao final da tarde, após o jantar. A casa é mantida, essencialmente, através de doações de pessoas físicas ou jurídicas. Ao término do evento, a presidente Ivânia Moreira expressou muita alegria com a visita e agradeceu, em nome das crianças, as doações voluntárias recebidas dos integrantes do Ministério Público. Algumas fotos, em seguida, registram o acontecimento:

Foto 49 – Projeto Bom Samaritano - Apresentação do Coral Vozes da Cidadania no Lar de Zizi

Foto 50 – Projeto Bom Samaritano no Lar de Zizi - Apresentação do Coral Vozes da Cidadania

Foto 51 - Projeto Bom Samaritano - Entrega de Donativos a Representante do Lar de Zizi

2.3.1.4. PROJETO "MP ITINERANTE"

Foto 52 - Deslocamento do Ônibus da Cidadania para Participar de Evento no Interior do Estado

O Ministério Público Estadual, sensível e consciente das dificuldades encontradas pela população carente e sofrida do interior do Estado de Sergipe, deu continuidade, em 2013, ao **Projeto "MP ITINERANTE",** que consiste em promover a divulgação da Instituição, suas funções e formas de acesso, por meio da utilização de uma unidade móvel, denominada **"ÔNIBUS DA CIDADANIA"**, que percorre os municípios, levando os Promotores de Justiça ao encontro dessas comunidades.

Foto 53 - Ônibus da Cidadania do MPSE

Foto 54 - Ônibus da Cidadania em Frente à Sede do MPSE

A primeira etapa do Projeto, em 2013, foi realizada no mês de fevereiro, no povoado Samambaia, município de Tobias Barreto. A presença maciça dos cidadãos superou as expectativas, conforme demonstram as seguintes imagens:

Foto 55 –Projeto MP Itinerante – Atendimentos à População

Foto 56 – Projeto MP Itinerante – Servidores do MPSE atendendo a População

No mês de março, a passagem do **"ÔNIBUS DA CIDADANIA"** pelo Terminal Rodoviário do Distrito Industrial de Aracaju movimentou o Bairro e colheu bons frutos. Durante toda a manhã e início da tarde do dia 21, um mutirão do Ministério Público, que mobilizou as Promotorias de Justiça de Relevância Pública e do Idoso e Pessoas com Deficiência, prestou atendimento aos cidadãos que transitavam pelo Terminal Rodoviário e colheram a oportunidade para apresentar, entre outras denúncias, a falta de respeito à faixa de pedestres, além das deficiências e falta de acessibilidade nos transportes coletivos da Capital sergipana.

A equipe do MPSE constatou, ainda, a precariedade da estrutura do Terminal Rodoviário do D.I.A., registrando: má sinalização, falta de estrutura para os agentes de bilheteria, faixas de propagandas que impedem a visibilidade dos usuários, lixo espalhado por toda a extensão do Terminal, além da situação de completo abandono dos banheiros que, sem limpeza e iluminação adequadas, tem sido foco de assaltos durante a noite.

Por conta do constatado desrespeito à faixa de pedestre e com o intuito de chamar a atenção da população, houve uma apresentação do grupo de teatro da SMTT, que mostrou, através da arte, a importância do respeito à faixa por condutores de veículos e pedestres.

As atividades podem ser visualizadas através das imagens em seguida:

Foto 57 - Projeto MP Itinerante – Promotora de Justiça, Dra. Berenice Andrade Melo, vistoria Acessibilidade em Transporte Público

Foto 58 - Projeto MP Itinerante – Promotora de Justiça, Dra. Berenice, vistoria Acessibilidade em Terminal de Integração do Distrito Industrial de Aracaju - DIA

Foto 59 – Projeto MP Itinerante – Fiscalização de Acessibilidade em Ônibus da Grande Aracaju

Em abril de 2013, o **"MP ITINERANTE"** levou o **"ÔNIBUS DA CIDADANIA"** à "Capital do Sertão Sergipano", Nossa Senhora da Glória, situada a 126 Km de Aracaju. O comparecimento da população demonstrou, mais uma vez, o sucesso da iniciativa.

Serviços referentes a todas as áreas de atuação do Ministério Público foram disponibilizados. Os cidadãos puderam dirimir suas dúvidas e formalizar reclamações relativas a direitos humanos, educação, saúde, controle externo da atividade policial, meio ambiente, direitos do idoso, direitos da pessoa com deficiência, terceiro setor, infância e adolescência, entre outros.

Ainda no mês de abril, o **"MP ITINERANTE"** visitou o município de Canindé de São Francisco, a 213 Km de Aracaju. No Bairro Olaria, uma região de risco social naquela cidade, as pessoas tiveram amplo acesso aos diversos serviços do Ministério Público de Sergipe, conforme demonstrado nas imagens seguintes:

Foto 60 – Projeto MP Itinerante - Atendimentos em Canindé do São Francisco

Foto 61 – Projeto MP Itinerante – Atendimentos à População de Canindé do São Francisco

Foto 62 – Projeto MP Itinerante - Atendimentos realizados por Servidores do MPSE em Canindé do São Francisco

Foto 63 – Projeto MP Itinerante - Atendimentos em Canindé do São Francisco

Em maio, o Projeto realizou atendimentos em Porto da Folha, no povoado Lagoa do Rancho. Na oportunidade, vários cidadãos apresentaram suas demandas em todas as áreas de atuação do Ministério Público e, após uma palestra

na escola, estudantes da rede pública visitaram as instalações do Ônibus, para conhecer de perto o trabalho do MPSE em defesa da sociedade. As fotos a seguir ilustram as atividades realizadas no evento:

Foto 64 – Projeto MP Itinerante – Servidores do MPSE Realizam Atendimentos a População de Porto da Folha

Foto 65 – Projeto MP Itinerante – Cidadãos de Porto da Folha Aguardam Atendimento do MPSE

A iniciativa continuou levando cidadania aos municípios sergipanos. Em agosto, o Projeto esteve no município de Estância. Na ocasião, os alunos do Colégio Diocesano, que participaram do Projeto "MP DE PORTAS ABERTAS", da Escola Superior do Ministério Público, realizado no mesmo dia, e toda a população, visitaram as instalações do **"ÔNIBUS DA CIDADANIA",** equipado com 06 (seis) gabinetes internos e 01 (um) externo, sendo este último destinado ao atendimento de pessoas com necessidades especiais.

Ainda em agosto de 2013, a Praça Central do povoado Brinquinho, em Simão Dias, foi o grande palco da cidadania ao receber o **Projeto "MP ITINERANTE"**. O Promotor de Justiça Dr. Ricardo Sobral mobilizou a sociedade e as instituições locais de forma pioneira. Várias demandas apresentadas tiveram encaminhamento imediato. O ineditismo dessa etapa contou com um fator primordial: parceria com a imprensa e com o poder público.

Foto 66 – Membros e Servidores Prestam Atendimento à População de Simão Dias através do Projeto MP Itinerante

Em torno do **"ÔNIBUS DA CIDADANIA"** foram montados estandes da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, da Polícia Civil e da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO. Os cidadãos tiveram acesso a serviços médicos, odontológicos, psicológicos, de beleza (cabeleireiros, manicures e pedicures), do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, do Comitê do Desarmamento, de Assistência Jurídica, da Farmácia Básica, do Conselho Tutelar e de Assistência Social, entre outros.

Foto 67 – Apresentação de Banda Local no Projeto MP Itinerante em Simão Dias

Outro diferencial foi o variado número de apresentações culturais. No decorrer da manhã, todos assistiram a espetáculos de música e dança. Os artistas são alunos do Projeto de Reconstrução do Espaço da Criança e do Adolescente – RECA, que, há mais de 10 anos, é destaque entre as atividades da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Eles participaram com as meninas do *ballet*, com a Banda Marcial e com o grupo de percussão Batuques do RECA. O clima favorável atraiu violeiros e cantadores da região que, espontaneamente, mostraram muito talento. A turma de Capoeira do CAPS não foi menos aplaudida e deu uma aula de como superar limites.

Mais uma vez em Simão Dias, desta feita, no povoado Salobra, o projeto realizou mais de 300 (trezentos) atendimentos. Da mesma forma que no povoado Brinquinho, o **"MP ITINERANTE"**, em Salobra, também trouxe parcerias para oferecer à comunidade um atendimento mais completo. Além de toda a equipe do MPSE com o **"ÔNIBUS DA CIDADANIA"**, a Prefeitura disponibilizou serviços de Odontologia, Psicologia, Assistência Social, equipe do Programa de Saúde da Família - PSF, Cartório de Registro Civil, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Bolsa Família, Farmácia Básica, cabeleireiros e manicures. A Câmara de Vereadores ofereceu Assessoria Jurídica, a EMDAGRO levou orientação fundiária, agropecuária e de construção de habitação rural. Também participaram o "Ônibus do Desarmamento", o Conselho Tutelar, entre outros. A seguir, imagens dos trabalhos:

Foto 68 – Prefeitura de Simão Dias Presta Serviços de Corte de Cabelo através do Projeto MP Itinerante

Foto 69 - Projeto MP Itinerante em Simão Dias – Serviços de Saúde

Foto 70 – Promotoria de Justiça do Idoso faz Atendimento em Módulo Adaptado para Deficientes do Ônibus da Cidadania

Por fim, o Projeto realizou, em outubro de 2013, a visita ao Município de Aquidabã, a 98 Km de Aracaju, conforme demonstram as fotos a seguir. Através de um repente, música típica do nordeste, o MPSE convidou toda a população para exercer a sua cidadania.

Foto 71 – Servidores do MPSE Registram Demandas da População de Aquidabã

Foto 72 – Prefeito de Aquidabã Prestigia Solenidade de Abertura do Projeto MP Itinerante em Aquidabã

Foto 73 – Promotor de Justiça Realiza Atendimento em Gabinete do Ônibus da Cidadania no Município de Aquidabã

Dessa forma, o Ministério Público rompe fronteiras e continua levando informação à sociedade e estimulando a população a conhecer seus direitos. O Projeto resgata o verdadeiro sentido da Instituição, que é o de estar junto ao cidadão, vivenciando a realidade daqueles que são os destinatários de suas atribuições.

2.3.1.5. PROJETO "MINISTÉRIO PÚBLICO DE PORTAS ABERTAS"

O **MP de Portas Abertas** é um programa de visitação ao Ministério Público de Sergipe, desenvolvido pela Escola Superior do Ministério Público - ESMP, aberto a estudantes dos ensinos médio e superior, com o objetivo de apresentar as atividades do Órgão.

Durante as visitas, os estudantes assistem a uma palestra e visitam a Instituição, acompanhados por um de seus Membros, Procurador(a) ou Promotor(a) de Justiça.

As visitas ocorrem uma vez por mês, em data a ser acordada com a Escola Superior, das 9 h às 11h30m, após prévio agendamento pelo professor, diretor ou coordenador do estabelecimento de ensino frequentado pelos estudantes, através do formulário específico disponível no *site* da ESMP.

Instrumento complementar de transparência e publicidade das atividades institucionais, o Projeto permite a divulgação para a sociedade em geral sobre a origem do Ministério Público, os seus princípios institucionais, funções, prerrogativas, e a sua autonomia em relação aos demais Poderes.

A seguir, fotos de algumas ocorrências do projeto:

Foto 74 – Diretor da ESMP Apresenta Projeto MP Portas Abertas em Estância

Foto 75 – Lançamento do Projeto MP Portas Abertas em Estância

2.3.1.6. PROJETO FLORESCER "CONSTRUINDO A LIBERDADE" – LIVRO OUTRAS VOZES

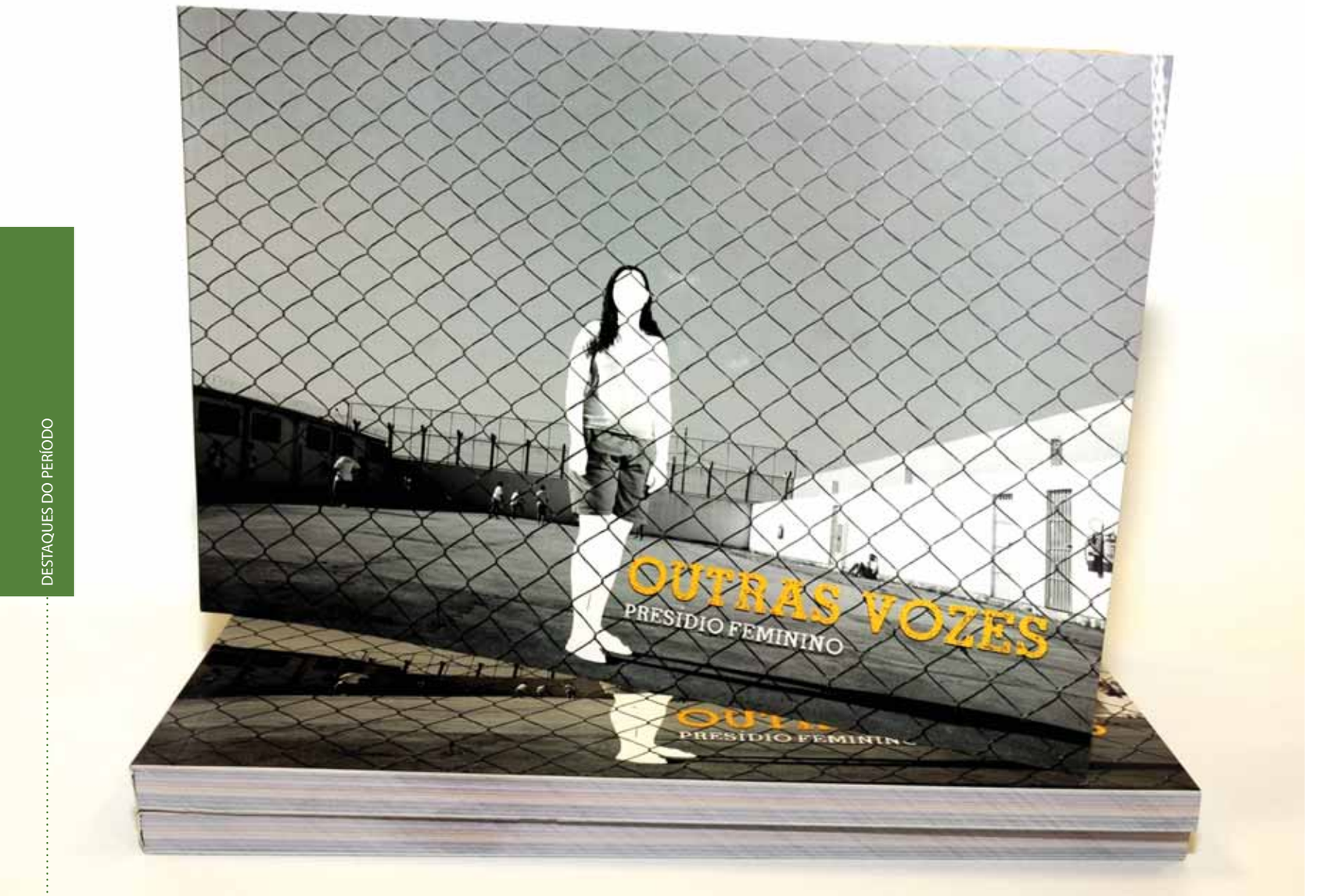


Foto 76 – Capa do Livro Outras Vozes

O **Projeto Florescer**, que visa o fortalecimento da cidadania às mulheres em situação de prisão no Presídio Feminino (PREFEM), possibilitou, no ano de 2013, a realização de Oficinas Literárias, ministradas pelo poeta e escritor Araripe Coutinho, que, percebendo o teor da produção das internas, sugeriu à Corregedora-Geral – idealizadora do **Projeto Florescer** – a compilação dos textos em que as assistidas falavam da realidade de sua vida no presídio em um livro, que recebeu o título de **"Outras Vozes"**.

Através da junção de esforços da Corregedoria-Geral do Ministério Público e dos voluntários do projeto, a intenção por trás das Oficinas Literárias foi exponencialmente ampliada, transformando as assistidas pelo **Projeto Florescer** em autoras, estimulando a busca pela informação e o desejo de reinserção na sociedade e no mercado de trabalho, após cumpridas suas penas.

As fotos abaixo retratam o Livro e seu Lançamento, no Presídio Feminino - PREFEM, no mês de maio de 2013:

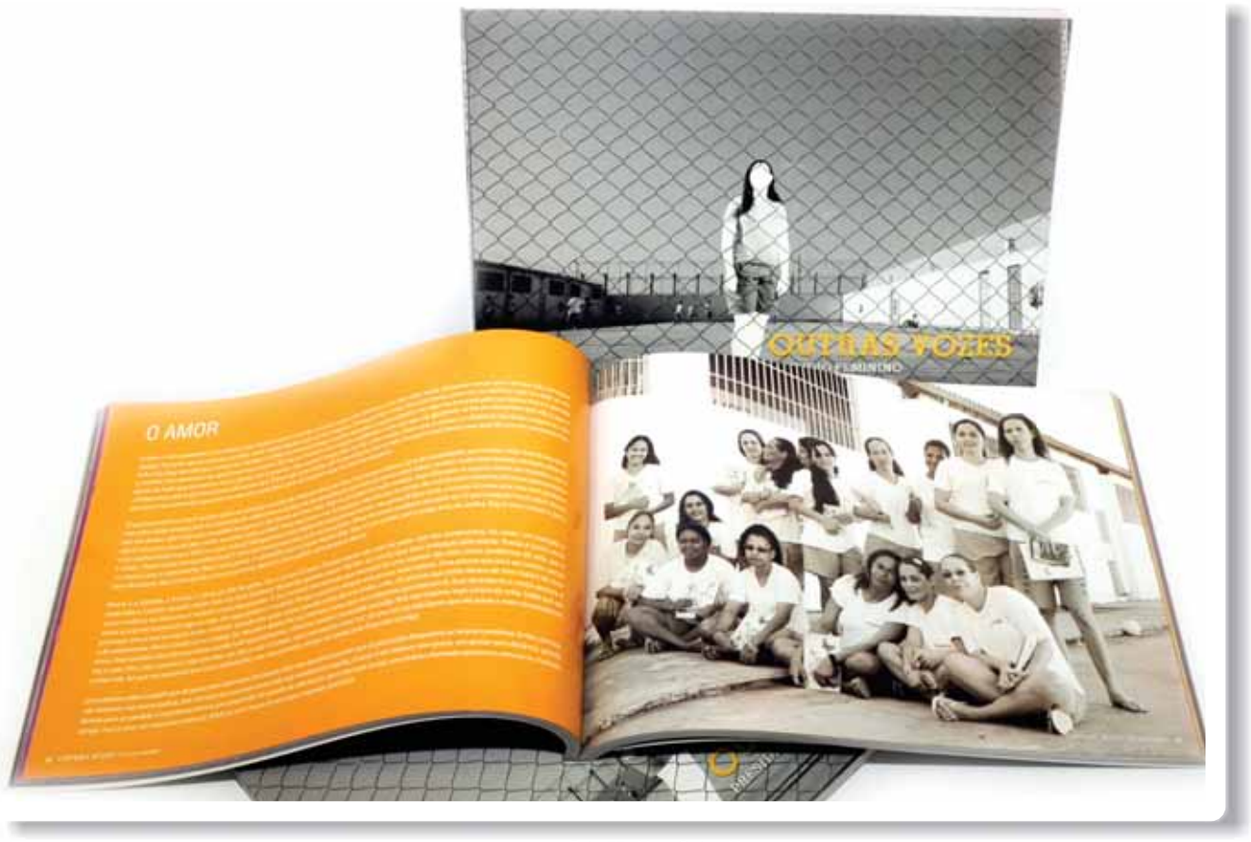


Foto 77 - Livro Outras Vozes

Foto 78 – Autoras do Livro Outras Vozes

Foto 79 - Solenidade do Lançamento do Livro Outras Vozes no Presídio Feminino - PREFEM

Foto 80 – Corregedora-Geral do MPSE Discursando em Solenidade do Lançamento do Livro Outras Vozes

Foto 81 - Solenidade de Abertura do Lançamento do Livro Outras Vozes – Discurso do Poeta Araripe Coutinho

Foto 82 - Pronunciamento do Procurador-Geral de Justiça na Solenidade de Lançamento do Livro Outras Vozes

Foto 83 – Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel, Presenteia Interna com Publicações do MPSE

Foto 84 - Internas do PREFEM no Lançamento do Livro Outras Vozes

2.3.1.7. PROJETO "SENSIBILIZAR – O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM"

Sensibilizar
O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM

O Projeto foi inspirado no bem sucedido Programa "Empresário-Sombra Por Um Dia", criado pela Organização sem fins lucrativos "Junior *Achievement*", que vem sendo executado em diversos Estados da Federação, com a finalidade de permitir a estudantes de ensino médio acompanhar a jornada de trabalho de um profissional durante um dia, na expectativa de ajudá-los a descobrir qual profissão seguir, além de incentivar noções de empreendedorismo.

Embasado nesse princípio, o **Projeto Sensibilizar - O Ministério Público e o Jovem** tem como escopo beneficiar estudantes de escolas públicas e adolescentes que residam em Entidades de Acolhimento ou estabelecimentos congêneres, com idade de 12 (doze) a 16 (dezesseis) anos, proporcionando-lhes acompanhar a jornada de trabalho de um Membro do Ministério Público, Promotor(a) ou Procurador(a) de Justiça.

Foto 85 - 1ª Etapa do Projeto Sensibilizar - Visita de Membros e Servidores do MPSE a Entidade de Acolhimento Infantil

Foto 86 - Promotora de Justiça da Infância e Adolescência Visita Entidade de Acolhimento na 1ª Etapa do Projeto Sensibilizar

O projeto **Sensibilizar** se desenvolve em três etapas, a saber:

1. na primeira etapa, os objetivos do Projeto são apresentados a todos os adolescentes da entidade escolhida;
2. na segunda, um (a) Procurador (a) ou Promotor (a) de Justiça participante visita a instituição escolhida, acompanhado pela Divisão de Serviço Social. Nessa fase, o Membro do MPSE é apresentado ao adolescente, que fica em sua companhia, dando início a uma relação direta entre eles;
3. na última etapa, realiza-se a visita ao Ministério Público, num turno em que a criança/adolescente não esteja em sala de aula. É o momento de conhecer a estrutura física e organizacional do MPSE e observar o desenvolvimento das atividades ministeriais. Três são os critérios para seleção: nota, desempenho escolar e comportamento.

A primeira entidade selecionada foi o "Lar Meninos de Santo Antônio".

Em seguida, um depoimento de um dos adolescentes contemplados pelo Projeto:

> *"Achei essa visita legal, foi muito boa porque conheci as pessoas do Ministério Público e o trabalho é o máximo. Deus ajude no caminho de vocês todos."*

Autor Desconhecido (Adolescente contemplado pelo Projeto "Sensibilizar")

2.3.1.8. PROJETO "REFORÇO CRIATIVO ESCOLAR – RECRIARTE"

O **Projeto "RECRIARTE"** foi instituído em 2001, pelo Ministério Público de Sergipe, no âmbito do Projeto Lixo e Cidadania, visando reduzir a incidência do trabalho infantil e promover a inclusão social de crianças e adolescentes, mediante o desenvolvimento de ações socioeducativas e culturais.

O Ministério Público disponibiliza a equipe da Divisão de Serviço Social (coordenação, assistentes sociais, pedagoga, técnicos administrativos e estagiários de Serviço Social) para o monitoramento do Projeto; realização de pesquisa nas escolas, objetivando a verificação do rendimento escolar; reunião com os técnicos do **"RECRIARTE"**; e supervisão do trabalho desenvolvido pelos estagiários de Pedagogia nas atividades em sala de aula.

A referida Divisão realiza, ainda, o treinamento de novos estagiários de Pedagogia, colocadas à disposição pelo Órgão Ministerial, objetivando o conhecimento e ambientação do Projeto, como forma de preparação do trabalho a ser desenvolvido.

Dentre os benefícios alcançados pela iniciativa, destacam-se:

- melhoria dos níveis de rendimento e de frequência escolar;
- elevação da autoestima das crianças e adolescentes;
- incentivo às aptidões artísticas;
- promoção da melhoria da sociabilidade entre o grupo, a família e a comunidade; e
- ampliação dos níveis de consciência ambiental.

2.3.1.9. PROJETO "ÁRVORE DA SOLIDARIEDADE"

Esse Projeto tem a finalidade de promover a convivência comunitária e a inclusão social das crianças e adolescentes acolhidos em entidades, levando até eles o verdadeiro espírito do Natal.

A tabela a seguir apresenta as instituições agraciadas pelo Projeto na Grande Aracaju:

MUNICÍPIO	ENTIDADES DE ACOLHIMENTO
Aracaju	Abrigo Nova Vida
	Lar Meninos de Santo Antônio
	Abrigo Feminino Maria Izabel Santana de Abreu
	Abrigo Caçula Barreto
	Abrigo Sorriso
	C.E.O – Centro de Estudos e Observações
	Abrigo Marinete Alves
Nª. Srª. do Socorro	Entidade de Acolhimento Mista Dr. Gilton Feitosa da Conceição
Laranjeiras	Abrigo Sagrado Coração de Jesus

Tabela 57 - Entidades de Acolhimento Contempladas pelo Projeto na Grande Aracaju

Em 2013, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência estendeu o **"ÁRVORE DA SOLIDARIEDADE"** para além da Grande Aracaju, alcançando os municípios do Interior que possuem entidades de acolhimento infantojuvenil.

Aproximadamente 50 (cinquenta) crianças das cidades de Estância, Lagarto, Propriá, São Cristóvão, Tobias Barreto e Japaratuba receberam a visita do MPSE e puderam ter um Natal mais cheio de esperança e alegria, com brincadeiras, música, dança e muita diversão. O cronograma de atividades foi o seguinte:

DATA	MUNICÍPIO	ENTIDADES DE ACOLHIMENTO
02/12/2013	Estância	"Casa Acolhedora Zilda Arns"
02/12/2013	São Cristóvão	"Casa da Criança Nossa Senhora da Vitória"
04/12/2013	Lagarto	"Projeto Girassol"
04/12/2013	Tobias Barreto	"Casa Acolhedora Dona Raimundinha Felipe"
09/12/2013	Japaratuba	"Lar Cecília Pranger"
09/12/2013	Propriá	"Casa Lar Reconstruindo uma História"

Tabela 58 - Entidades de Acolhimento Contempladas pelo Projeto no Interior do Estado

Em 2013, o **Projeto "ÁRVORE DA SOLIDARIEDADE"** obteve recorde de doações, feitas por Membros e Servidores do MP Estadual e através do apoio de diversos parceiros, a exemplo do SESI e de alguns arquitetos. A seguir, fotos do evento:

Foto 87 – Crianças de Entidades de Acolhimento, Membros e Servidores do MPSE Participam do Projeto "Árvore da Solidariedade" Realizado no Iate Clube de Aracaju

Foto 88 – Dra. Maria Rita e Dra. Miriam Tereza, Promotoras de Justiça , e a Procuradora de Justiça do MPSE, Dra. Ana Cristina Brandi, Participam do Projeto "Árvore da Solidariedade"

Foto 89 - Servidores do MPSE Distribuem Presentes às Crianças durante a Realização do Projeto "Árvore da Solidariedade"

Foto 90 - Projeto "Árvore da Solidariedade" Proporciona Diversão às Crianças Atendidas pelas Casas de Acolhimento

2.3.2. DIREITOS DA MULHER

2.3.2.1. ADESÃO AO PROGRAMA "MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA"

Em 2013, o Ministério Público de Sergipe passou a integrar, oficialmente, o rol dos Órgãos brasileiros associados às iniciativas do **Programa "Mulher, Viver Sem Violência"**, do Governo Federal, executado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, capitaneada pela ministra Eleonora Menicucci. O Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira, assinou o Termo de Adesão juntamente com a Ministra, na manhã do dia 20 de setembro, no auditório do Centro de Convenções de Aracaju.

Dando continuidade ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o **Programa "Mulher: Viver Sem Violência"** prevê o investimento, em todo o território nacional, de R$ 265 milhões, em 2013 e 2014. O Programa é formado por cinco eixos estratégicos:

- construção, aparelhamento e manutenção da Casa da Mulher Brasileira - uma por Capital;

- transformação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) em disque-denúncia;

- organização dos serviços de saúde e de coleta de vestígios de crimes sexuais, em parceria com os Ministérios da Saúde e da Justiça;

- criação de seis núcleos de atendimento em fronteiras secas para enfrentar o tráfico de mulheres;

- campanhas continuadas de comunicação para prevenção da violência e unidades móveis para o acolhimento de mulheres na zona rural.

Camponesas, assentadas, quilombolas, indígenas e demais representações de mulheres rurais da Bahia e de Sergipe testemunharam a entrega de 04 (quatro) ônibus, dois para Sergipe e dois para a Bahia. Os ônibus destinados a Sergipe levarão políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres para todo o Estado.

As imagens do evento podem ser visualizadas a seguir:

Foto 91 – Procurador-Geral de Justiça do MPSE Assina de Termo de Adesão ao Programa "Mulher: Viver sem Violência"

Foto 92 - Governador do Estado de Sergipe em Exercício Assina Termo de Adesão ao Programa "Mulher: Viver sem Violência"

Foto 93 – Solenidade de Assinatura do Termo de Adesão ao Programa "Mulher: Viver sem Violência"

Foto 94 – Discurso do Governador do Estado de Sergipe em Exercício na Solenidade de Assinatura do Termo de Adesão ao Programa "Mulher: Viver sem Violência"

2.3.2.2. PALESTRAS ÀS MULHERES DO ESTADO DE SERGIPE

Em 2013, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher, através de sua Diretora, realizou diversas atividades com a população, dentre elas, a promoção de palestras, com a finalidade de esclarecer acerca da legislação e conscientizar sobre a necessidade de denunciar e não se omitir.

As palestras foram realizadas nos municípios de São Cristóvão, Laranjeiras e Barra dos Coqueiros, com média de 50 (cinquenta) a 80 (oitenta) participantes por evento.

2.3.3. DIREITOS HUMANOS

2.3.3.1. 1° *WORKSHOP* SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SERGIPE

O Ministério Público de Sergipe sediou, no dia 31 de outubro de 2013, das 8h às 16h30min, o **1º *Workshop* sobre População em Situação de Rua do Estado de Sergipe**. O Evento foi uma realização do Governo do Estado de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania - SEDHUC e da Secretaria de Estado de Inclusão e Desenvolvimento Social - SEIDES, em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e a Escola Superior do Ministério Público.

Foto 95 – Solenidade de Assinatura do Termo de Adesão ao Programa "Mulher: Viver sem Violência"

Foto 96 - Palestra Proferida por Representante do Movimento Nacional da População de Rua

O *Workshop* teve o propósito de instituir uma Política Estadual para a população em situação de rua e a inclusão dessa parcela populacional na vida política, possibilitando o pleno exercício da cidadania. Na ocasião, foi firmado Termo de Adesão à Política Nacional para o segmento populacional pelo Governo do Estado.

Foto 97 - Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, Gabriel Santos Rocha, Assina o Termo de Adesão à Politica Nacional para População em Situação de Rua

Foto 98 - Secretário de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Luiz Eduardo Oliva, Assina o Termo de Adesão à Politica Nacional para População em Situação de Rua

Foto 99 - Promotora de Justiça e Diretora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, Dra. Berenice Andrade de Melo, Assina o Termo de Adesão à Politica Nacional para População em Situação de Rua

Foto 100 - Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, Gabriel Santos Rocha, Profere Palestra durante o *Workshop*

A Procuradora-Geral de Justiça em exercício à época, Dra. Ana Christina Souza Brandi, fez a abertura do *Workshop*, seguida da Promotora de Justiça Dra. Ana Paula Machado Costa Meneses, que fez uma reflexão sobre o tema "Fraternidade", de acordo com o clima do evento.

O Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, Gabriel Santos Rocha, palestrou sobre o tema e destacou que Sergipe é o primeiro Estado a aderir formalmente à Política Nacional para a População de Rua.

2.3.3.2. PROJETO "SALVE IDOSO"

O **Projeto "SALVE IDOSO - Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos ou Exploração contra a Pessoa Idosa"**, desenvolvido pelo CAOp dos Direitos Humanos, foi criado com o objetivo de formar uma rede de proteção à pessoa idosa, mediante a criação de ficha de notificação compulsória e banco de dados que serve para subsidiar ações que visem combater as formas de violência praticadas contra esse grupo vulnerável, além da promoção de políticas públicas adequadas a esta finalidade. É um processo de comunicação e monitoramento contínuos, direcionados tanto à apuração de responsabilidades quanto à proteção das vítimas.

Foram realizadas inúmeras audiências públicas desde o ano de 2007, com a participação de diversos Órgãos Públicos, até que se lograsse êxito na implantação do "**SALVE IDOSO"**. Atualmente, o Ministério Público acompanha e fiscaliza a observância do que determina a legislação municipal vigente, Lei Municipal n° 3.772, de 16 de novembro de 2009 e Decreto n° 3. 349, de 26 de Janeiro de 2011, que instituem o Projeto no Município de Aracaju.

As Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação devem encaminhar, trimestralmente, ao Ministério Público Estadual, boletim contendo o número de casos registrados e atendidos de violência contra a pessoa idosa, além do tipo de violência identificada quando do atendimento. A Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis, por sua vez, deve encaminhar, mensalmente, ao MPSE e aos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa, boletim contendo o número de casos registrados e atendidos de violência contra a pessoa idosa, o tipo de violência identificada quando do atendimento e a conclusão do procedimento policial efetuado em cada caso.

Em 2013, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos teve um motivo a mais para comemorar as conquistas e os frutos do trabalho desenvolvido: no mês de agosto, o **Projeto "SALVE IDOSO" recebeu Menção Honrosa no "Prêmio CNMP"**, lançado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Reconhecido como um dos melhores projetos e boas práticas no Ministério Público Brasileiro, o Projeto poderá ser replicado pelos mais de 12 mil Membros em todo o país.

2.3.3.3. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

A ação teve por objetivo aferir o funcionamento dos equipamentos fornecidos pelo Ministério da Educação - MEC destinados à implantação de salas de recursos na rede estadual de ensino.

Os Promotores de Justiça de Canindé do São Francisco, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã e Frei Paulo, entre outros, apresentaram ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos as medidas adotadas, no sentido de promover a implantação das salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede estadual situadas naquelas localidades, conforme elencado a seguir:

- **Promotoria de Justiça de N. S das Dores:** Procedimento instaurado sob o n° 66.13.01.0016, a fim de solucionar a questão;

- **Promotoria de Justiça de Aquidabã:** Notificados os diretores das escolas locais, com vistas a apresentarem manifestação acerca das medidas adotadas a respeito do assunto;

- **Promotoria de Justiça de Frei Paulo:** Foi oficiada a Diretoria da Escola Rural Povoado Mocambo e esta apresentou manifestação acerca das medidas adotadas para garantir o acesso ao atendimento educacional especializado a todos os alunos com deficiência;

- **Promotoria de Justiça de Canindé do São Francisco:** Instaurado o Procedimento Administrativo n° 68.13.01.0015, no curso do qual os Órgãos competentes apresentaram a devida comprovação da execução do Programa de Educação com salas de recursos multifuncionais;

- **4ª Promotoria de Justiça Especializada - Município de Aracaju:** Foi instaurado Procedimento Administrativo sob o nº 11.13.01.0006. No decorrer do referido procedimento, convocou-se o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o qual, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação, efetuou visitas em todas as escolas da Capital, a fim de verificar as pendências existentes e providenciar as soluções.

De acordo com a **2ª Promotoria de Justiça Especial de N. S. do Socorro**, todas as salas de recurso implantadas na localidade estão em pleno funcionamento.

2.3.3.4. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS

O Projeto de Implantação das Residências Inclusivas e dos Centros Dia, estabelecimentos de assistência às pessoas com deficiência durante o dia, que promove atendimento em diversas áreas, a exemplo de fisioterapia, saúde em geral, assistência social, entre outros, foi iniciado em virtude da escassez de serviços de acolhimento destinados a jovens e adultos com deficiência, sem condição de autossustentabilidade e sem vínculos familiares no Estado de Sergipe.

Assim, diante da notícia de que o Município de Aracaju foi contemplado com recursos do Governo Federal, com a finalidade específica de implantar tais serviços, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos passou a fiscalizar e acompanhar a efetiva implementação dos referidos equipamentos, através da realização de reuniões nos meses de abril, maio e setembro, além da reiterada solicitação de esclarecimentos acerca das providências adotadas, por meio de inúmeros Ofícios dirigidos à Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social - SEMFAS.

Segundo informações da Secretaria, o imóvel onde funcionará o Centro Dia está pronto, restando apenas o mobiliário, que já foi licitado, e será empenhado para entrega em breve.

2.3.3.5. ATIVIDADES COMEMORATIVAS DOS 10 ANOS DO ESTATUTO DO IDOSO

A iniciativa teve como finalidade a conscientização da População dos direitos dos idosos através da mídia e dos serviços de saúde, assistência social, entre outros.

As diversas Secretarias envolvidas encaminharam ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos a sua programação comemorativa para a referida data.

Foi coordenada campanha divulgada pelas emissoras de televisão do Estado de Sergipe. Os *spots* em questão foram veiculados em sua programação diária.

Iniciou-se, ainda, uma campanha educativa em parceria com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Aracaju - SETRANSP, a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT e a empresa de publicidade Superlux, por ocasião da data comemorativa.

No decorrer do mês de outubro, foram instalados 06 (seis) *outdoors* que tratam do tema da reserva de vagas para pessoas idosas no interior dos veículos de transporte público. Ainda a partir referido mês, foram transmitidos vídeos, com duração de 15 (quinze) segundos, em locais de veiculação interna, circulação mantida até final de janeiro de 2014.

Foi realizada reunião com os parceiros no dia 19 (dezenove) de novembro, ocasião na qual a empresa Publicidade Superlux comprometeu-se a veicular as mensagens acima referidas no painel de LED da Avenida Beira Mar, próximo à UNIT, durante o mês de janeiro de 2014. Na mesma ocasião, a SETRANSP informou à Promotora do CAOp dos Direitos Humanos sobre a produção de 5.000 (cinco mil) adesivos de poltronas, os quais foram afixados no interior dos ônibus que circulam na Capital.

Nesta mesma assentada, os representantes da SETRANSP e das empresas de transporte público presentes comprometeram-se a viabilizar 30 (trinta) veículos da frota total para serem utilizados como *outdoors* móveis, a partir da segunda quinzena de dezembro de 2013.

2.3.4. EDUCAÇÃO

2.3.4.1. FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO INFREQUENTE – FICAI

Oriundo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o projeto possui como meta principal controlar a assiduidade dos alunos da rede pública de ensino, através do sistema de fichas. Para tanto, o Ministério Público de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, assinou, juntamente com a Promotoria de Justiça local, Secretarias Municipais de Educação e com os Conselhos Tutelares dos respectivos Municípios, um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, objetivando a implantação da **FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO INFREQUENTE - FICAI**, com o intuito de que os entes citados firmem o compromisso de diligenciar o retorno do aluno faltoso à sala de aula, quando este se ausentar da Escola, sem qualquer justificativa, durante período razoável.

Tal programa já é adotado em todas as unidades da rede estadual de ensino, além das Escolas Municipais de diversas cidades, a exemplo de Boquim, Ilha das Flores, Barra dos Coqueiros, inclusive, Aracaju.

De acordo com o aludido Termo, inicialmente, preenche-se a primeira ficha, a ser encaminhada à Diretoria da Escola que almeja diligenciar o retorno do aluno, expedindo espécie de notificação aos responsáveis pela respectiva criança/adolescente. Não havendo sucesso, nova ficha é preenchida e o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar local, que também envidará esforços, a fim de buscar o retorno do aluno não assíduo à sala de aula.

Não se logrando êxito nessa última tentativa, preenche-se a última ficha, encaminhada ao Ministério Público, que, através do Promotor de Justiça local, intervirá na busca de reinserir o aluno faltoso, adotando providências para punição dos responsáveis pelo aluno que não está comparecendo à Escola nas penas do delito de abandono intelectual, previsto no artigo 246 do Código Penal pátrio.

O TAC, que engloba sistema de fichas e outros modelos normativos, serve de parâmetro para todas as Promotorias de Justiça do interior do Estado, que atuam na Curadoria de Educação. É papel, também, do Centro de Apoio Operacional da Educação colocar sua equipe à disposição de todas as Promotorias de Justiça que pretendam implantar o referido programa.

No ano em foco, foram assinados 03 (três) Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, cujo objeto foi a implantação da FICAI nos Municípios de Boquim, Barra dos Coqueiros e Simão Dias.

2.3.4.2. PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDO – PAE

O Ministério Público de Sergipe, no ano de 2013, deu continuidade ao **Programa de Apoio ao Estudo – PAE**, instituído por meio de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Instituição e o Governo de Sergipe, através da Secretaria Estadual da Educação e da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social, com o objetivo de estimular os alunos da rede pública de ensino a aprimorar os seus conhecimentos acadêmicos, tendo em vista que poderão ser selecionados para o exercício de atividade de estágio ou profissional junto às entidades públicas e privadas.

O Programa busca incentivar os estudantes a se destacarem em sala de aula, estimulando uma competição saudável entre eles, visto que somente os melhores alunos da rede pública têm a oportunidade de ser contratados para exercer a função de estágio ou trabalho.

São requisitos para participar do PAE na modalidade estágio:

1. para 60% (sessenta por cento) das vagas: ser estudante da rede pública, ter entre 16 e 17 anos, apresentar aproveitamento escolar satisfatório (média mínima de 7,0 por disciplina), frequência escolar superior a 80% (oitenta por cento), bom comportamento escolar, currículo com foto, cópia da carteira de identidade e do CPF e comprovante de residência;

2. para 40% (quarenta por cento) das vagas: ser estudante da rede pública, ter entre 16 e 17 anos, possuir baixa renda familiar de R$70,00 (setenta reais) a R$ 140,00(cento e quarenta reais) mensais por pessoa, frequência escolar superior a 70% (setenta por cento), bom comportamento escolar, currículo com foto, cópia da carteira de identidade e do CPF e comprovante de residência.

Os requisitos para participar do PAE na modalidade emprego são:

1. possuir mais de 18 (dezoito) anos;

2. ser matriculado no ensino médio da rede pública estadual, desde que tenha cursado o ensino fundamental na rede pública.

Ao lado do Ministério Público, a Diretoria de Educação de Aracaju (DEA) acompanha todo o desempenho do estudante, tanto no estágio/emprego como em sala de aula. Outro importante órgão estatal envolvido é a Secretaria de Estado da Inclusão Social (SEIDES), uma vez que o **PAE** também produz efeitos socioeconômicos.

Todas as escolas da rede pública estadual de ensino que tiverem alunos nas condições previstas acima participam do programa, enviando, quando solicitadas, à Secretaria de Estado da Educação/Diretoria de Educação de Aracaju, o resultado final da seleção contendo os nomes dos alunos aprovados por ordem de classificação.

Aos alunos selecionados são oportunizadas as vagas, obedecendo-se ao critério de disponibilidade.

O Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação e da Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação, realiza os contatos com as entidades dos setores públicos e privados, promove reuniões/audiências públicas, centraliza o trânsito de informações entre as escolas públicas e as entidades parceiras e fiscaliza todas as fases do programa.

Insta salientar que, em 2013, foram contemplados mais de **150 (cento e cinquenta) alunos**, com a participação de **23 (vinte e três) empresas como parceiras**, 08 (oito) das quais formalizaram Termo de Adesão ao Programa de Apoio ao Estudo – PAE neste ano. Somente no mês de outubro, participaram 80 (oitenta) alunos, de 15(quinze) Escolas Estaduais localizadas em Aracaju.

Foto 101 – Apresentação do Programa de Apoio ao Estudo a Empresas Parceiras - I

Foto 102 - Apresentação do Programa de Apoio ao Estudo a Empresas Parceiras - II

2.3.4.3. PROJETO "SEGURANÇA NAS ESCOLAS: PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO"

O **Projeto "SEGURANÇA NAS ESCOLAS: PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO"** surgiu a partir da preocupação do Ministério Público de Sergipe em garantir a segurança e a integridade física das crianças e adolescentes que frequentam as instituições de ensino localizadas em Aracaju. Fruto da parceria indissociável com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, o MPSE foi pioneiro na tomada de providências a respeito do assunto.

Desde 2010, foram iniciadas as fiscalizações dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico, tanto em Escolas Públicas como Particulares situadas na Capital sergipana. A partir de então, instaurou-se diversos procedimentos administrativos, em face das Escolas vistoriadas e do Poder Público Municipal e Estadual.

Com base na documentação remetida pelo Corpo de Bombeiros, são notificados os representantes das Escolas Particulares, estaduais e municipais, a fim de verificar se já houve a resolução das irregularidades. Caso não tenham sido solucionadas, é formulada a proposta de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, no qual é estipulado um prazo para que sejam realizadas as adequações exigidas pelo Corpo de Bombeiros. Na hipótese de descumprimento dos compromissos assumidos ou na impossibilidade de resolução através da via extrajudicial, são ajuizadas Ações Civis Públicas, com o fito de compelir os representantes das Unidades de ensino a implantar o sistema de combate de prevenção de incêndio e pânico nas respectivas Escolas.

No ano de 2013, foram firmados 50 (cinquenta) TACs e ajuizadas mais de 20 (vinte) Ações Civis Públicas – ACPs, referentes ao Projeto em comento. Dentre os TACs firmados, merece destaque o do Município de Aracaju. Através desse instrumento, a Prefeitura de Aracaju se comprometeu a adotar as providências necessárias para a implantação dos sistemas de combate e prevenção de incêndio em **88 (oitenta e oito) prédios públicos**, dentre os quais várias escolas municipais e prédios ligados à Educação.

O Projeto é uma luta do MPSE e dos órgãos parceiros. Cada um contribuiu com suas competências para que o **"SEGURANÇA NAS ESCOLAS"** fosse implantado. Hoje, cerca de **50 (cinquenta) escolas estão adequadas às normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros**.

Vale ressaltar que o Projeto concorreu ao Prêmio Innovare 2013, sendo comprovada a sua efetividade, haja vista que foi pré-selecionado pela Comissão Julgadora do concurso.

2.3.5. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.3.5.1. AÇÕES INTEGRADAS PARA O FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Em 2013, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência firmou parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social – SEIDES e a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Sergipe - TJSE, com o objetivo precípuo de estruturar os serviços de acolhimento familiar e institucional, além da execução de medidas socioeducativas em meio aberto, nas comarcas do interior, com foco na municipalização.

Foram realizadas 04 (quatro) reuniões interinstitucionais, na sede do TJSE, com vistas à construção de um plano de ação integrado para a consecução do fim proposto. Posteriormente, ocorreram reuniões de apresentação e de alinhamento nos municípios do Interior, tendo sido visitadas, até o mês de setembro/2013, 06 (seis) comarcas, a saber: Simão Dias, Arauá, Pacatuba, Gararu, Boquim e Capela, totalizando 14 (quatorze) municípios.

Como resultado das ações integradas, pode-se citar a assinatura de 04 (quatro) Termos de Ajustamento de Conduta, até o mês de setembro, abrangendo as comarcas de Pacatuba, Gararu, Capela e Boquim.

Na comarca de Pacatuba, que abrange os municípios de Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores, pactuou-se a implantação de uma Casa Lar, com sede no município de Ilha das Flores.

Na comarca de Gararu, que inclui os municípios de Gararu, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes e Canhoba; e na comarca de Capela, que abrange os municípios de Capela e Muribeca, pactuou-se a implementação de programas de acolhimento e de medidas socioeducativas em meio aberto, até 31/03/2014.

Na comarca de Boquim, por sua vez, pactuou-se a implementação de programas de acolhimento e de medidas socioeducativas em meio aberto.

2.3.5.2. PARCERIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE COM O DISQUE DIREITOS HUMANOS – 100

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência tem importante função no Disque Denúncia Nacional. O **Disque 100** é um serviço de proteção de crianças e adolescentes e responsabilização do agressor, com foco nas diversas formas de violência praticadas contra o público infantojuvenil, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SPDCA/SDH.

A SPDCA/SDH recebe as denúncias de violação aos direitos fundamentais da pessoa humana e, quando dizem respeito especificamente ao público infantojuvenil, as repassa aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização, a exemplo dos Conselhos Tutelares e Delegacias de Polícia Especializadas, de acordo com as atribuições específicas.

Também são informados os CAOps da Infância e Adolescência, dos respectivos Estados da Federação, que reencaminham as denúncias recebidas da SPDCA/SDH às Promotorias de Justiça, além de monitorar o seu andamento, através do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Disque 100 – SIMEC, para, ao final, retornar à SPDCA/SDH, dando conhecimento das providências adotadas.

A partir da discagem direta e gratuita do número 100, a iniciativa funciona como um canal de comunicação da sociedade civil que possibilita conhecer e avaliar a dimensão da violência contra crianças e adolescentes e o sistema de proteção, servindo, também, para orientar a elaboração de políticas públicas.

Dentre as principais atividades do CAOp da Infância e Adolescência do MPSE, referentes ao Disque 100, evidenciam-se as seguintes:

- realização de treinamento dos conselheiros tutelares e de servidores das Promotorias de Justiça de Carira, Capela, Barra dos Coqueiros e Ribeirópolis, com vistas à operacionalização do SIMEC;
- encaminhamento de formulário sobre o Disque 100 para todas as Promotorias de Justiça com atribuição na área da Infância e Adolescência;

- fornecimento de relatório contendo a estatística de denúncias das Promotorias de Justiça à Corregedoria-Geral do MPSE, quando da realização das correições;
- criação de *e-mail* específico para o recebimento das comunicações oriundas das Promotorias, cujo endereço é caopiadisque100@mpse.mp.br;
- recebimento, em 2013, da SPDCA/SDH, via SIMEC, de, pelo menos, **1.129 (um mil, cento e vinte e nove)** denúncias.

2.3.5.3. PROJETO "PATERNIDADE RESPONSÁVEL"

O **Projeto "PATERNIDADE RESPONSÁVEL",** com vários anos de atividade, foi criado para viabilizar o reconhecimento formal da paternidade, mediante a inclusão dos dados do genitor no Registro de Nascimento de crianças, adolescentes e, eventualmente, adultos carentes, resguardando direitos daí decorrentes, mormente no que tange à celebração de acordo de alimentos, quando se tratar de beneficiário menor, para suprimento de suas necessidades básicas.

Desenvolvido pelo CAOp da Infância e Adolescência, em conjunto com a 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, esse Projeto conta com a parceria da Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social – SEIDES, a qual, desde o ano de 2007, passou a celebrar, com o MPSE, Termo de Cooperação Técnica e Financeira, a fim de custear as despesas necessárias e suficientes para a disponibilização de exame de DNA gratuito a todas as pessoas atendidas.

Em 2013, especificamente, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica nº 005/2013, por meio do qual a SEIDES se comprometeu a custear a realização de **400 (quatrocentos) exames de DNA**, sendo **100 (cem) do tipo DUO** e **300 (trezentos) do tipo TRIO**.

Com uma média de 40 (quarenta) atendimentos semanais, o "**Projeto PATERNIDADE RESPONSÁVEL"**, desde a sua implantação, já viabilizou a realização de, aproximadamente, **1.253 (um mil, duzentos e cinquenta e três) reconhecimentos de paternidade**, sendo, pelo menos, 45 (quarenta e cinco) no ano em foco.

2.3.5.4. PROJETO "TRANSFORMANDO PELA FÉ"

Elaborado pelo Ministério Público de Sergipe, em 2010, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, o **Projeto "TRANSFORMANDO PELA FÉ"** tem como proposta a intervenção nas comunidades, até então restritas aos Bairros Atalaia, Coroa do Meio e Augusto Franco, com o objetivo de, em parceria com representantes dos diversos segmentos religiosos, trabalhar a prevenção e o combate às drogas nestas localidades, sobretudo entre a população infantojuvenil, resgatando valores éticos e morais, com vistas à consecução do exercício da cidadania e vida plena. A iniciativa proporciona a sensibilização, por parte do Ministério Público, para o conhecimento mais aprofundado da realidade nos mencionados Bairros, relativamente às drogas.

Também são realizadas a divulgação, mobilização e interação da rede de atendimento aos usuários de drogas com as lideranças religiosas locais para efetivação de trabalhos nos Bairros, culminando na intensificação do cooperativismo entre os diversos segmentos engajados no combate às drogas.

Em 2013, inúmeras ações foram realizadas pelo CAOp na operacionalização do projeto, dentre as quais destacam-se:

- realização de, pelo menos, 07 (sete) audiências, sob a condução da Diretora do CAOp da Infância e Adolescência;
- realização da "Semana Nacional sobre as Drogas", nos dias 06 e 13/07, respectivamente, no Museu do Mangue, Bairro Coroa do Meio, e na Praça da Juventude, Bairro Augusto Franco, com a promoção de palestras, rodas de conversa, apresentações teatrais e distribuição de lanches entre o público infantojuvenil e familiares presentes; e
- parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Aracaju e o Fundo de Apoio a Cultura do Caju – FUNCAJU, através da Escola de Artes Valdice Teles, com o objetivo de ser utilizado o Museu do Mangue, localizado no Bairro Coroa do Meio, para o desenvolvimento de atividades, tais como "feirinhas" e oficinas de música e artesanato, em parceria como o Projeto.

2.3.5.5. SISTEMA DE AVISO LEGAL POR VIOLÊNCIA, MAUS TRATOS E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – SALVE

O **Projeto "SALVE"** é um conjunto de mecanismos, próprio do MPSE, destinado a estabelecer processo de comunicação para os casos de violência, maus tratos ou exploração sexual contra criança ou adolescente, com vistas a possibilitar o procedimento de apuração, responsabilização e, sobretudo, de proteção às vítimas.

Por meio do **"SALVE"**, os profissionais que atuam na área de saúde e educação, obrigatoriamente, devem comunicar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente ao Conselho Tutelar, através de um formulário próprio, da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

A utilização da ferramenta pelos integrantes do sistema de garantia de direitos funciona como um canal de comunicação entre os profissionais que atuam na área de saúde e educação, mediante notificação compulsória à rede de proteção à Infância e Adolescência, com vistas a possibilitar o conhecimento, por parte destes, dos casos de violência, maus tratos e exploração sexual praticados contra crianças e adolescentes e adoção das medidas protetivas e de responsabilização do agressor.

Ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, cabe o monitoramento e o levantamento de dados, a fim de balizar a solicitação de políticas públicas.

Diante das dificuldades encontradas para realizar esses desideratos, no ano de 2013, foram realizadas audiências com integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente, sob a coordenação do referido CAOp, para consolidação de fluxos de atendimento e protocolos do "SALVE" e implementação de um programa informatizado, a ser gerenciado pelo Ministério Público, em parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão Social – SEIDES. Frise-se, por oportuno, que o aludido sistema está em fase de construção, conjuntamente com o setor de informática do MPSE.

2.3.5.6. SISTEMA INFORMATIZADO DOS ABRIGOS – S.I.A.

O **Sistema Informatizado dos Abrigos – SIA** foi implementado em 2006, com o objetivo de instrumentalizar os operadores do Sistema de Justiça dos Direitos da Criança e Adolescente no conhecimento da situação de acolhidos e da existência de entidades de acolhimento, com consequente promoção das medidas preventivas e judiciais.

A iniciativa visa à proteção integral de crianças e adolescentes, conforme dispõem os artigos 1º e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o direito à convivência familiar e comunitária, artigos 4º e 19 do mesmo Estatuto, tornando efetiva a provisoriedade e a excepcionalidade da medida de acolhimento, nos termos do art. 101, parágrafo único, daquele Estatuto, definindo esses parâmetros através do Plano Nacional de Promoção, Proteção de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.

O sistema dá visibilidade aos acolhimentos institucionais, possibilitando alterações e inovações nas suas práticas, adequando-as ao ordenamento jurídico vigente. O conhecimento da realidade dos abrigamentos tem contribuído para a busca de um reordenamento do acolhimento, até então concentrado na Capital e Grande Aracaju.

Atualmente, foram introduzidas novas quesitações nos formulários encaminhados, virtualmente, aos abrigos, de acordo com as alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante atividades conjuntas com o sistema de informática do Ministério Público, para serem alimentados pelos dirigentes dessas casas.

2.3.6. MEIO AMBIENTE

2.3.6.1. PROJETO DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES "O MP SALVANDO OS RIOS"

O **Projeto "O MP SALVANDO RIOS",** lançado em agosto de 2013, pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes, tem como objetivo recuperar e preservar o patrimônio hídrico do Estado de Sergipe.

O Ministério Público, junto com parceiros, iniciou a execução do Projeto pela cidade de Canindé do São Francisco, em busca das nascentes, para salvá-las e preservá-las.

O lançamento foi realizado com uma Audiência Pública realizada na Associação do Desenvolvimento Comunitário do povoado Curituba, em Canindé do São Francisco/SE, e contou com a participação de toda a comunidade, da Câmara de Vereadores e de representantes de várias entidades.

Antes da Audiência Pública, houve a apresentação de um artista local chamado "Palhaço Pirulito" que, com irreverência, falou sobre os problemas ocasionados pelo desperdício de água e a má conservação dos rios, despertando a comunidade para o consumo consciente e a preservação.

Ao final da Audiência foram coletadas sugestões sobre o Projeto e dúvidas ligadas ao tema, que foram esclarecidas pela Diretora do CAOp e pelos demais profissionais presentes.

"O MP SALVANDO RIOS" está dividido em cinco etapas. Inicialmente, criam-se condições favoráveis à implementação, conscientizando agentes públicos acerca da necessidade de recuperar e preservar as nascentes situadas no município. Em seguida, é celebrado um TAC para que o Poder Executivo encaminhe Projeto de Lei à Câmara de Vereadores, instituindo "pagamento por serviços ambientais". Assim, o proprietário rural será também um "produtor de águas", recebendo incentivos pelo cumprimento de metas relativas à recuperação de áreas degradadas, uma vez que a vegetação possui um papel essencial para a retenção de águas pluviais e reabastecimento das nascentes.

Todo o processo será fiscalizado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA, que será capacitado pela Escola Superior do Ministério Público - ESMP, em parceria com o CAOp do Rio São Francisco e Nascentes. Onde for implantando, o Projeto propiciará a formação de uma rede municipal do meio ambiente.

2.3.6.1.1. CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DO MEIO AMBIENTE

Visando à execução eficaz do PROJETO DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES**,** foi elaborado Curso de Capacitação dos membros dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente – CMMA, a ser ministrado pela Escola Superior do Ministério Público – ESMP, em conjunto com o CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes.

A iniciativa objetiva promover as bases de estruturação dos sistemas municipais de gestão ambiental, a partir da capacitação de seus integrantes, para que possam exercer com eficiência e autonomia as funções de fiscalização e as ações necessárias à execução do "**MP SALVANDO RIOS"**. Onde for implantando, o Projeto propiciará a formação de uma rede municipal do meio ambiente.

2.3.6.2. ATUAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO E POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITABAIANA

O Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes, dentre outras atividades, promoveu ações no sentido de propiciar a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Fundo Municipal do Meio Ambiente do Município de Itabaiana.

Dessa forma, o referido CAOp colabora com a formulação da política municipal de proteção ao meio ambiente e assegura recursos financeiros necessários à efetivação do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado.

2.3.6.3. ATUAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "ÁGUAS DE SERGIPE" EM ITABAIANA

O Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes realizou Audiências Públicas com representantes da Superintendência Estadual de Recursos Hídricos, Coordenadoria da Superintendência de Biodiversidade e Florestas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH, com o Advogado-Geral do Município de Itabaiana, representantes da Secretaria Municipal de Agricultura de Itabaiana e Auditores Ambientais de Itabaiana, a fim de discutir a implementação do **"Projeto Águas de Sergipe"** naquela Cidade.

Restou estabelecido que R$ 20 milhões do referido Projeto seriam destinados a Itabaiana para a execução das obras de esgotamento sanitário na cidade, o que resulta na melhoria da qualidade da água no município, que se comprometeu a implementar o plano de drenagem, ficando todos cientes da visita técnica *in loco* na Barragem da Ribeira, para início dos trabalhos.

2.3.6.4. ATUAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O Ministério Público de Sergipe, através do CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes, atuou no sentido de recuperar as Áreas de Preservação Permanente existentes nas propriedades rurais do Estado de Sergipe.

Realizou-se audiência com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e a Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA, objetivando discutir acerca da averbação das reservas legais de todas as propriedades rurais de Sergipe e implantação do Cadastro Ambiental Rural.

O Sistema de Cadastro Ambiental Rural foi implantado, inclusive, com treinamento dos técnicos da ADEMA e SEMARH para utilizá-lo, sendo instrumento essencial para o controle e monitoramento das reservas legais do Estado.

2.3.6.5. ATUAÇÃO PARA TRATAMENTO DAS INVASÕES ÀS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO

Com vistas a tratar das invasões às margens do Rio São Francisco, o Centro de Apoio Operacional que possui atribuições na área, participou de audiência, em conjunto com a Promotoria de Canindé do São Francisco, a fim de promover a regularização urbanística e interrupção do lançamento de esgoto *in natura* no mencionado Rio.

Como resultado, foi realizado um diagnóstico socioambiental do local e um cadastro dos atuais ocupantes da invasão, tendo eles sido vistoriados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Posteriormente, toda a documentação foi remetida à Promotoria de Justiça de Canindé do são Francisco, para as providências cabíveis.

2.3.6.6. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – ADEMA

Em 2013, foi celebrado Termo de Mútua Cooperação com a Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA, visando dar acesso ao Ministério Público Estadual às informações relacionadas à regularidade dos empreendimentos, edificações e serviços potencialmente poluidores do meio ambiente, constantes do sistema interno do referido Órgão de proteção ambiental.

A medida é relevante ao passo em que proporcionará maior celeridade às demandas judiciais e extrajudiciais que necessitem de informações acerca do licenciamento ambiental das empresas, edificações e serviços que possam vir a poluir o meio ambiente, fazendo cessar com maior brevidade os danos ambientais diagnosticados, além de viabilizar a redução das incumbências direcionadas à ADEMA, dando subsídios para que desenvolva suas atividades de proteção com mais eficácia.

2.3.6.7. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SERGIPE – CAU

Foi celebrado Termo de Cooperação com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, com vistas à prestação de subsídio ao Ministério Público, através da realização de estudos e técnicas de arquitetura pelo referido Conselho, como forma de acrescer os serviços prestados pelo setor de perícias deste Órgão.

O subsídio fornecido pelo aludido Conselho, por fornecer os necessários dados técnicos que embasem o trabalho de investigação e fiscalização desenvolvidos pelo Ministério Público, fortalece e qualifica as alegativas trazidas à baila nos processos judiciais e procedimentos administrativos, além de conduzir os feitos a um desfecho mais célere, proporcionando o alcance da fomentada efetividade dos pronunciamentos judiciais.

2.3.6.8. INTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO

A Interiorização do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo dá-se mediante visita a todas as Promotorias de Justiça com atribuição na Curadoria do Meio Ambiente e Urbanismo, a fim de estudar as demandas da seara ambiental e prestar o auxílio solicitado pelos Promotores de Justiça para a solução dos problemas diagnosticados, instrumentalizando as correspondentes Promotorias com a disponibilização do material, sugestões ou outro apoio necessário ao desempenho das suas funções institucionais.

O projeto visa auxiliar o Promotor de Justiça na eliminação dos obstáculos à apuração dos problemas ambientais existentes em seu território de atuação.

2.3.6.9. PROMOÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

No intuito de proporcionar agilidade à universalização dos serviços públicos de água, esgoto e drenagem urbana, implementando a Política Nacional de Saneamento Básico no Estado de Sergipe, foram promovidas ações, visando à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, através do envolvimento do CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo do MPSE, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO e Municípios.

Nesse sentido, realizaram-se reuniões na SEDURB, com foco nas vertentes água, esgoto e drenagem urbana, por meio da celebração de Convênio entre Municípios e Estado, autorizando este a elaborar os Planos Municipais de Saneamento Básico.

2.3.7. SAÚDE

2.3.7.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE MANUAL DE ATUAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

A fim de subsidiar e estimular as ações das Promotorias de Justiça com atribuição em saúde pública, na área da atenção básica, foi elaborado em 2013, pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde e pela Comissão instituída pela Portaria PGJ nº 269/2012, o Manual de Atuação do Promotor de Justiça na Atenção Básica à Saúde e Roteiro Básico de Atuação.

2.3.7.2. PROJETO FRIGORÍFICOS REGIONAIS

No decorrer do ano de 2013, realizou-se audiências extrajudiciais e outras ações articuladas visando à execução de projeto elaborado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, para implantação de frigoríficos regionais no interior do Estado.

A iniciativa tem como objetivo garantir a qualidade dos produtos de origem animal e proteger a saúde da população.

Trata-se de trabalho complexo e de longo prazo, que já teve como resultado a apresentação do projeto aos municípios escolhidos, conscientizando-os de sua relevância social e econômica e promovendo a articulação deles com outros órgãos públicos interessados.

Foram realizadas visitas e vistorias em possíveis locais de instalação dos estabelecimentos em questão, pela Secretaria de Estado da Agricultura, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO e Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, entre outros, como medidas preparatórias para a deflagração de chamamento público de empresas interessadas em firmar parcerias público-privadas necessárias à efetivação do Projeto.

Estiveram envolvidos no Projeto os seguintes Órgãos: Centros de Apoios Operacional dos Direitos à Saúde e do Meio Ambiente e Urbanismo, Promotoria do Consumidor de Aracaju, Promotorias de Justiça com atribuições em saúde pública, meio ambiente e urbanismo e consumidor, das comarcas de Estância, Lagarto, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória e Canindé do São Francisco, Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO e a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA.

2.3.7.3 GARANTIA DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA SERGIPANA

Em 2013, foram realizadas audiências extrajudiciais e outras ações articuladas, visando garantir a assistência à saúde da população carcerária, diante da inexecução do Plano Operativo Estadual.

Nas últimas audiências, sob a presidência do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde, foi deliberada a realização de reuniões setoriais com os municípios que sediam estabelecimentos prisionais neste Estado, a fim de elaborar e implantar plano emergencial, no aguardo da edição, pelo Ministério da Saúde, das novas diretrizes e políticas públicas para essa área.

Essas reuniões estão sendo realizadas, já produzindo resultados concretos, a exemplo do Município de Tobias Barreto, que, após compromisso assumido por sua Secretaria Municipal de Saúde, está disponibilizando uma equipe composta de médico, enfermeiro e técnico de enfermagem, para atendimento aos detentos do Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza - PREMABAS, uma vez por semana, no interior daquele estabelecimento prisional, e a lotação de um técnico de enfermagem em período integral no Presídio Regional Senador Leite Neto - PRESLEN, no Município de Nossa Senhora da Glória.

2.3.8. SEGURANÇA PÚBLICA

2.3.8.1. ATUAÇÃO PARA COIBIR O PAGAMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR SERGIPANA

Através do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO e da Promotoria de Justiça Militar foram oferecidas denúncias contra 57 (cinquenta e sete) policiais militares.

As ações penais decorreram da investigação do Programa de Voluntários no Policiamento dos Presídios do Estado de Sergipe, no qual foi constatado o pagamento irregular de diárias, causando um prejuízo à Fazenda Estadual de **R$ 595.316,56 (Quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos),** somando-se o recebimento de valores indevidos por Policiais Militares e o desvio de finalidade no pagamento de diárias, conforme relatório da Controladoria-Geral do Estado.

Com a iniciativa, espera-se coibir o pagamento indevido de diárias no âmbito da Polícia Militar Sergipana.

2.3.8.2. ATUAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ANÁLISE E PESQUISA FORENSE DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

Visando à Estruturação da Polícia Científica de Sergipe, foi ajuizada Ação Civil Pública (nº 201211800473 e 201111805526), na qual o MPSE requereu ao Poder Judiciário obrigar o Estado a equipar e estruturar adequadamente a Perícia deste Estado.

Em visita *in loco*, foi verificado que o complexo encontra-se em adiantada fase de estruturação, faltando implantar a infraestrutura (calçamento de ruas com saneamento, colocação de fibra ótica, entre outros).

2.3.8.3. ATUAÇÃO PARA RESOLVER PROBLEMA DAS SUPERLOTAÇÕES NAS CARCERAGENS DAS DELEGACIAS

O Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública realizou visitas às Delegacias, constatando a superlotação nas carceragens. Diante disso, foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 2012103011575.

Em consequência, foi deferida liminar no dia 11/03/2013, em síntese, a fim de que o Estado não permita as superlotações, sendo fixado o prazo de 30 (trinta) dias para que cada preso permaneça nas carceragens das Delegacias.

A iniciativa promove a salubridade do local, a saúde dos detentos e a segurança pública, dentre outros benefícios.

2.3.9. TERCEIRO SETOR

2.3.9.1. PROJETO ONG TRANSPARENTE

O Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor lançou, no dia 19 de setembro de 2013, o **Projeto "ONG TRANSPARENTE",** elaborado no sentido de identificar entidades que integram o Terceiro Setor, que possam ser objeto de controle social e fomento através da outorga e manutenção do título de utilidade pública, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Organização Social – OS e do repasse de verbas públicas, mediante convênios, termos de parceria, contratos de gestão ou instrumentos legais congêneres.

O Projeto visa selecionar, divulgar e auxiliar no fomento de entidades não governamentais, que dão transparência às suas ações gerenciais e de prestação de contas, permitindo o controle social e o controle por resultados pela sociedade.

O **"ONG TRANSPARENTE"** prevê, ainda, a promoção de diversas outras atividades, tais quais: curso de prestação de contas às entidades de interesse social, curso de captação de recurso privados e a publicação de uma cartilha informativa.

2.3.9.1.1. II SEMINÁRIO DO TERCEIRO SETOR

Com vistas a auxiliar as entidades de interesse social na difícil busca pela autossustentabilidade, o CAOp do Terceiro Setor promoveu diversas atividades relevantes, a exemplo do **II Seminário do 3º Setor – Projeto "ONG TRANSPARENTE"**, que focalizou aspectos relevantes do Terceiro Setor, a exemplo do efetivo controle social e do controle por resultados, através da utilização de mecanismos jurídicos e administrativos necessários à transparência dos atos de gestão das entidades não governamentais.

Foto 103 – Solenidade de Abertura do II Seminário do Terceiro Setor - Projeto "ONG Transparente"

O Seminário recebeu o Procurador de Justiça do Distrito Federal, Dr. Eduardo Sabo Paes, especialista no assunto, que proferiu palestra sobre o tema **"Terceiro Setor: necessidade da criação de um novo regime jurídico, fomento e controle"**. Na oportunidade, o palestrante fez o lançamento da 8ª edição do Livro de sua autoria, intitulado "Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social".

O evento contou com a presença de mais de 400 (quatrocentos) convidados, dentre eles, representantes de entidades de interesse social de todo o Estado de Sergipe e dos órgãos dos Poderes Federal, Estadual e Municipal.

A seguir, imagens do II Seminário do Terceiro Setor – Projeto "ONG TRANSPARENTE":

Foto 104 – Palestra Durante o II Seminário do Terceiro Setor - Projeto "ONG Transparente"

Foto 105 – Pessoas com Deficiência Participam do II Seminário do Terceiro Setor - Projeto "ONG Transparente"

2.3.9.2. SISTEMA DE CADASTRO DE ONGs

O Sistema de Cadastro de ONGs visa estabelecer um mecanismo automatizado para padronização, controle e consolidação das informações do Cadastro das Entidades Não Governamentais, possibilitando uma busca eficiente e a geração de relatórios e gráficos.

O mecanismo disponibiliza a atualização constante das informações referentes a Entidades Não Governamentais, contendo dados como endereço, nome e CPF do responsável, situação atual do cadastro da entidade na Receita Federal, recebimento de verba pública, qualificação OS/OSCIP (Estadual, Federal e Municipal) e Títulos de Utilidade Pública (Federal, Estadual e Municipal).

2.3.10. CUMPRIMENTO DA META 2 DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

A Estratégia Nacional de Segurança Pública - ENASP estabeleceu como "Meta 2" a conclusão dos inquéritos policiais de homicídio, instaurados até o mês de dezembro de 2007, sendo posteriormente ampliada para os instaurados até dezembro de 2008 e, em um terceiro momento, dezembro de 2009, atuando a Corregedoria-Geral em apoio ao Gestor Estadual, atualmente, Dr. Félix Carballal.

A atuação dos Promotores de Justiça, direcionada pelo Gestor Estadual e pela Corregedoria-Geral permitiram que o Estado de Sergipe ultrapassasse a meta estabelecida pelo CNMP (de 90% de conclusão dos inquéritos objeto das 03 fases) tanto no que pertine aos processos até 2007 (apresentando 97% de conclusão), quanto aos processos até 2008 (91%), estando em fase de levantamento inicial a etapa que diz respeito aos inquéritos instaurados até dezembro de 2009.

2.3.11. ATUAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA INTEROPERABILIDADE COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Em razão da necessidade de integração entre os Sistemas de Gerenciamento Processual do Ministério Público de Sergipe e do Tribunal de Justiça de Sergipe – TJ, e do Modelo de Interoperabilidade estabelecido conjuntamente pelos Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça, foram realizadas reuniões de trabalho entre as Corregedorias-Gerais de ambos os Órgãos, além dos servidores das Diretorias de Tecnologia de Informação.

A troca de informações entre as mencionadas Corregedorias vem possibilitando uma melhor adaptação ao Processo de Virtualização dos Processos Judiciais desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Sergipe, permitindo uma melhor comunicação entre o banco de dados daquele Tribunal e o Sistema Arquimedes.

2.4. GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH

O Grupo Nacional de Direitos Humanos Promotor de Justiça Rossini Alves Couto - GNDH é Órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG, composto por representantes dos Ministérios Públicos dos Estados, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público Militar e do Ministério Público do Trabalho, criado por meio de deliberação do CNPG, conforme Reunião Ordinária realizada em 28/02/2005, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

O GNDH é composto por Comissões Permanentes, integradas por representantes dos Ministérios Públicos, além de Grupos Estaduais, do Distrito Federal e Territórios e Regionais de Direitos Humanos dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

Ao Grupo, por meio das Comissões Permanentes – COPE, cabe:

▪ apresentar, bienalmente, ao CNPG, metas da estratégia de atuação da política institucional e seus respectivos prazos, denominada Plano de Atuação Bienal (PAB);

▪ articular, na perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência, ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos;

▪ estimular a cooperação e integração dos diversos ramos do Ministério Público;

▪ fomentar a cooperação entre os Ministérios Públicos e a União, os Estados, o Distrito Federal e Territórios, e os Municípios, com vista à efetivação dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

▪ manter permanente interlocução e desenvolver parceria com a sociedade civil organizada, especialmente com as entidades não governamentais de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos;

▪ inteirar-se nas esferas nacional, estadual e municipal das políticas fixadas em matéria de direitos humanos;

▪ sugerir ao CNPG o estabelecimento de convênios entre os diversos ramos do Ministério público visando à atuação integrada na defesa dos direitos humanos;

▪ sugerir ao CNPG a celebração de convênios, termos de cooperação técnica, protocolos de intenções com órgãos públicos e entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos;

▪ promover junto às Corregedorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União encontros permanentes, com a finalidade de estabelecer método de orientação e exigência, junto aos respectivos representantes, do cumprimento das metas pré-estabelecidas pelo GNDH no Plano de Atuação Bienal (PAB), devidamente aprovado pelo CNPG.

O Presidente do GNDH é escolhido e designado pela plenária do CNPG, preferencialmente, dentre os Procuradores-Gerais que integram o CNPG, para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução. Em 21/06/2013, o Procurador-Geral de Justiça de Sergipe, Dr. Orlando Rochadel Moreira foi eleito, por aclamação, Presidente do GNDH e, desde então, capitaneou a execução de algumas ações de destaque, listadas a seguir:

1. aprovação de projeto de reforma do Regimento Interno do GNDH e do Estatuto do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, visando à modernização e adaptação dos textos normativos às novas e atuais necessidades do Ministério Público Brasileiro;

2. padronização e organização física dos documentos da Secretaria-Executiva do GNDH;

3. criação de cadastro geral de membros das Comissões Permanentes do GNDH, disponibilizado em *link* próprio no seu sítio eletrônico (http://gndh.cnpg.org.br);

4. catalogação e organização dos enunciados das Comissões Permanentes do GNDH em um banco de dados virtual, disponível em *link* próprio no *site* do órgão (http://gndh.cnpg.org.br);

5. digitalização dos documentos produzidos pelas Comissões Permanentes, Secretaria-Executiva e Presidência do GNDH em um banco de dados virtual, disponibilizados em *link* próprio no sítio do GNDH (http://gndh.cnpg.org.br);

6. convencionamento de conduta para recepção, distribuição e acompanhamento de Denúncias e Procedimentos que chegam à Secretaria-Executiva do GNDH.

2.4.1. PROJETO DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS-GNDH: "MINISTÉRIO PÚBLICO E MOBILIDADE URBANA"

Foto 106 - Presidente do GNDH, Dr. Orlando Rochadel, Apresenta no CNPG em Brasília o Projeto Nacional "Ministério Público e Mobilidade Urbana"

No mês de junho de 2013, a população brasileira mobilizou-se nacionalmente, saindo às ruas de todo o país, em verdadeiro ato democrático de manifestação cidadã, reivindicando melhoria da política nacional e de vários serviços públicos essenciais, entre eles o da mobilidade urbana.

Um dos eixos centrais dessas manifestações, estopim da revolta da população, foi exatamente a pauta do transporte público urbano. As reclamações sobre a péssima qualidade do transporte coletivo, alinhada à sua ineficiência e ao alto preço das tarifas, desencadearam um sinal de alerta para os órgãos governamentais no sentido de buscar avanços na questão da mobilidade urbana.

O Ministério Público Brasileiro, consciente do seu papel institucional na defesa de interesses sociais, e diante da insatisfação da sociedade brasileira com os serviços que lhe são ofertados pelo poder público, propôs a criação do **Projeto "MINISTÉRIO PÚBLICO E MOBILIDADE URBANA"**, através do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, do Grupo Nacional de Direitos Humanos Promotor de Justiça Rossini Alves Couto – GNDH e do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC, visando buscar meios de exigir políticas mais efetivas que melhorem as condições da mobilidade urbana nas cidades, com enfoque no transporte público coletivo.

Esse Projeto, já aprovado pelo CNPG, propiciará uma atuação articulada e coordenada do Ministério Público Brasileiro, em âmbito nacional, com vista a desenvolver, de forma planejada e estruturada, ações que produzam efeitos positivos, em todo o território nacional, visando resguardar e garantir os direitos dos usuários e as diretrizes dos serviços de transporte público coletivo e fomentar as políticas públicas de mobilidade urbana.

Foto 107 - PGJ do MPSE, Presidente do GNDH, em Reunião com Comissões Permanentes para Tratar de Mobilidade Urbana

2.4.2. CRIAÇÃO DA NOVA LOGOMARCA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH

A logomarca representa visualmente uma instituição, auxiliando na identificação, diferenciação, reconhecimento e visibilidade da organização.

Assim, tendo como ponto de partida o logotipo internacional, destinado a apoiar o movimento de Direitos Humanos, observou-se a necessidade de adequar a marca do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, por meio de projeto gráfico de *redesign,* realizado pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério Público de Sergipe e aprovada pelo CNPG. Em seguida, algumas fotos ilustrativas:

Foto 108 - PGJ do MPSE, Presidente do GNDH, Apresenta Proposta de Nova Logomarca do GNDH

GNDH

GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

Figura 2 - Nova Logomarca do GNDH aprovada em Reunião do CNPG em Brasília

2.4.3. CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO SÍTIO DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH NA *INTERNET*

Tão logo assumiu a Presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Sergipe observou a inexistência de um sítio do grupo na rede mundial de computadores.

Diante disto, a Secretaria-Executiva do GNDH elaborou a grade de conteúdos, o formato e o padrão de leiaute que foram posteriormente processados e executados pela Diretoria de Tecnologia da Informação do MPSE.

O Portal foi desenvolvido com o padrão tecnológico *web* do MPSE, permitindo que a assessoria do GNDH e a Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos possam efetuar as atualizações e publicações de matérias.

O *site* do GNDH é acessível pelo endereço **http://gndh.cnpg.org.br**. Assim, foi estabelecida parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT (responsável pela manutenção do domínio **cnpg.org.br**) para criação dos endereços eletrônicos utilizados pelo setor e a hospedagem desse *site* em Sergipe. A parceria possibilitou a criação de uma estrutura, utilizando o padrão tecnológico e a capacidade de atualização existente no Portal do MPSE.

Com a criação da página na *internet* , foi possível, ainda, a disponibilização de documentos institucionais, a exemplo de enunciados, atas, inteiro teor de projetos e peças processuais, dentre outros, favorecendo o estabelecimento de um canal de comunicação entre os membros do GNDH e entre esses e a sociedade civil, inclusive, com a veiculação de notícias e informações de relevância sobre o tema Direitos Humanos.

2.5. CAMPANHA DE COMBATE À APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37 - PEC 37

No dia 15 de abril de 2013, o Ministério Público de Sergipe realizou Audiência Pública e lançou a **Campanha "Brasil contra a Impunidade"**. A iniciativa foi tomada com a finalidade de tratar do cerceamento do poder investigatório do Ministério Público e seus nefastos efeitos no que concerne ao combate à criminalidade.

Representantes do MP, do Poder Judiciário Sergipano, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Procuradoria-Geral do Estado, lideranças sindicais, membros da Maçonaria, servidores do MP, representantes da sociedade civil organizada e de toda a imprensa de Sergipe, lotaram o auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas para debater os riscos de uma proposta que, em vez de aperfeiçoar a investigação criminal, pretendia reduzi-la.

A campanha, deflagrada a nível nacional, foi coordenada em Sergipe pelo Procurador de Justiça Dr. Paulo Lima de Santana, na época, Promotor de Justiça, e desenvolveu-se através de ações em todo o Estado, por meio de visitas a órgãos públicos e realizações de Audiências Públicas e palestras, a fim de conscientizar a sociedade em geral do risco que a aprovação da famigerada Proposta de Emenda Constitucional – PEC traria para a Nação Brasileira, caso fosse aprovada no Congresso Nacional.

Foto 109 – Solenidade de Abertura do 1º Simpósio Brasileiro contra a Aprovação da PEC 37

Importante salientar que o apelo da população, simpática às investigações movidas pelo Ministério Público contra a corrupção, ganhou força em manifestações populares em todo o país, forçando uma mudança de opiniões dos parlamentares, resultando na rejeição, em decisão quase unânime dos Deputados Federais, na histórica noite do dia 25 de junho de 2013, do Projeto de Emenda Constitucional número 37/2011, conhecido como PEC 37, de autoria do Deputado Federal e Delegado Lourival Mendes (PT do B – MA).

A seguir, fotos de Membros do MPSE participando da Campanha contra a PEC 37:

Foto 110 – Procurador-Geral de Justiça e demais Membros do MPSE Participam do 1º Simpósio Brasileiro contra a Impunidade

Foto 111 – Procurador-Geral de Justiça do MPSE, Dr. Orlando Rochadel Moreira; Ex-Ministro do STF, Dr. Carlos Ayres de Brito; e o Senador Pedro Tarques no 1º Simpósio Brasileiro contra a Impunidade

Foto 112 - Membros do MPSE Participam da Mobilização Nacional contra a Aprovação da PEC 37

Foto 113 – Procurador-Geral de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do MPSE Participam da Mobilização Nacional contra a Aprovação da PEC 37 em Brasília

Foto 114 - Solenidade de Abertura no MPSE do Lançamento da Campanha "Brasil Contra a Impunidade"

Foto 115 - Discurso do Procurador-Geral de Justiça do MPSE na Campanha "Brasil Contra a Impunidade"

Foto 116 - Solenidade de Abertura da Campanha "Brasil Conta a Impunidade"

2.6. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

O Ministério Público de Sergipe possui em sua estrutura organizacional a Coordenadoria de Documentação e Memória, que visa recolher, sistematizar e preservar o patrimônio histórico e documental da Instituição, disciplinando o acesso aos documentos arquivados.

No ano de 2013, dentre as atividades executadas pela Coordenação, em proteção ao patrimônio documental, destacaram-se as seguintes:

- **pré-triagem de documentos:** foi realizada separação e seleção de toda documentação existente no Arquivo Central do MPSE, acondicionando-a em caixas próprias, com identificação do conteúdo e divisão por órgãos/setores, visando futura triagem, após a elaboração do plano de classificação documental, da tabela de temporalidade e sistema de informática próprio de arquivo, atividades atualmente em desenvolvimento;

- **implantação de Divisão e Subdivisão do espaço físico dos Acervos 1 e 2:** introdução de métodos, instalações e nomenclaturas relacionadas ao espaço físico, com parâmetros arquivísticos atuais de identificação de acervos, módulos e prateleiras;

- **Programa "Acesso Rápido":** desenvolvimento de um sistema de identificação da localização dos arquivos nos módulos, estantes e prateleiras, de caráter provisório, até a elaboração do plano de classificação documental, da tabela de temporalidade e sistema de informática próprio de arquivo;

- **digitalização de documentos históricos:** catalogação e digitalização de documentos e publicações históricas do MPSE, a fim de facilitar o acesso do público em geral à história da Instituição, proporcionando futura criação do "*Link* de Memória" e posterior "Memorial do Ministério Público".

2.7. DOAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Com a aquisição de novos equipamentos para o Ministério Público de Sergipe, notadamente os de informática e de mobília em geral, foi possível suprir a demanda do Órgão e equipar tanto a Nova Sede quanto as Promotorias do interior do Estado.

Assim, o excedente, que foi devidamente separado e vistoriado, apresentando-se como bem ocioso e inservível ao MPSE, foi doado para entes estatais capazes de aproveitá-los, conforme detalhamento a seguir:

Termo de Doação	Órgão	Quantidade de Itens Doados	Valor
001/2013	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG	156	R$ 297.157,44
002/2013	Secretaria de Estado do Trabalho	72	R$ 19.611,66
003/2013	Polícia Militar do Estado de Sergipe	507	R$ 143.236,93
04/20013	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania	65	R$ 9.100,92
005/2013	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	116	R$ 37.250,44
006/2013	Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor	50	R$ 7.834,77
TOTAL		**966**	**R$ 514.192,16**

Tabela 59 - Termos de Doação de Bens a Órgãos Públicos

2.8. AVANÇOS NA GESTÃO DE PESSOAS

2.8.1. ESTAGIÁRIOS

Durante o ano de 2013, foram concedidos os seguintes incentivos aos estagiários, visando sua motivação:

- reajuste da bolsa de Complementação Educacional, a partir de 1º de janeiro de 2013, através da Portaria nº 002/2013, de 03 de janeiro de 2013, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ;

- concessão do auxílio-transporte aos estagiários de nível superior (Direito e Outros Cursos) e de nível médio (Ensino Médio e Fundamental), a partir de 1º de abril de 2013, conforme Portaria nº 493/2013, de 21 de fevereiro de 2013, da PGJ;

- estabelecimento do valor do auxílio-transporte aos estagiários de nível superior (Direito e Outros Cursos) e de nível médio (Ensino Médio e Fundamental), de R$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos), por dia efetivamente estagiado, conforme Portaria nº 1.997/2013, de 12 de julho de 2013, da PGJ;

- realização de curso de ambientação e capacitação, formulado entre a Escola Superior do Ministério Público e a Diretoria de Recursos Humanos, para os estagiários de Nível Médio, desenvolvido às sextas-feiras em 8 (oito) encontros presenciais, carga horária de 16 (dezesseis) horas.

2.8.2. MEMBROS E SERVIDORES

Diversas iniciativas foram realizadas, durante o exercício de 2013, visando reter e atrair talentos para o Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme elencado a seguir:

1. atualização do subsídio dos Membros, com base no teto constitucional e legislações correlatas;

2. concessão de 5,23% (cinco inteiros e vinte e três centésimos por cento) de aumento para os vencimentos dos servidores do Ministério Público de Sergipe, vigorando a partir de janeiro/2013;

3. auxílio-alimentação para servidores: instituído pela Lei Estadual nº 7.722/2013, regulamentada pela Resolução nº 017/2013-CPJ, do Colégio de Procuradores de Justiça, o benefício é concedido, em pecúnia, a todos os servidores públicos ativos, independentemente da jornada de trabalho, desde que em efetivo desempenho das atribuições do cargo ou quando afastados por períodos considerados, na forma da Lei, como de efetivo exercício;

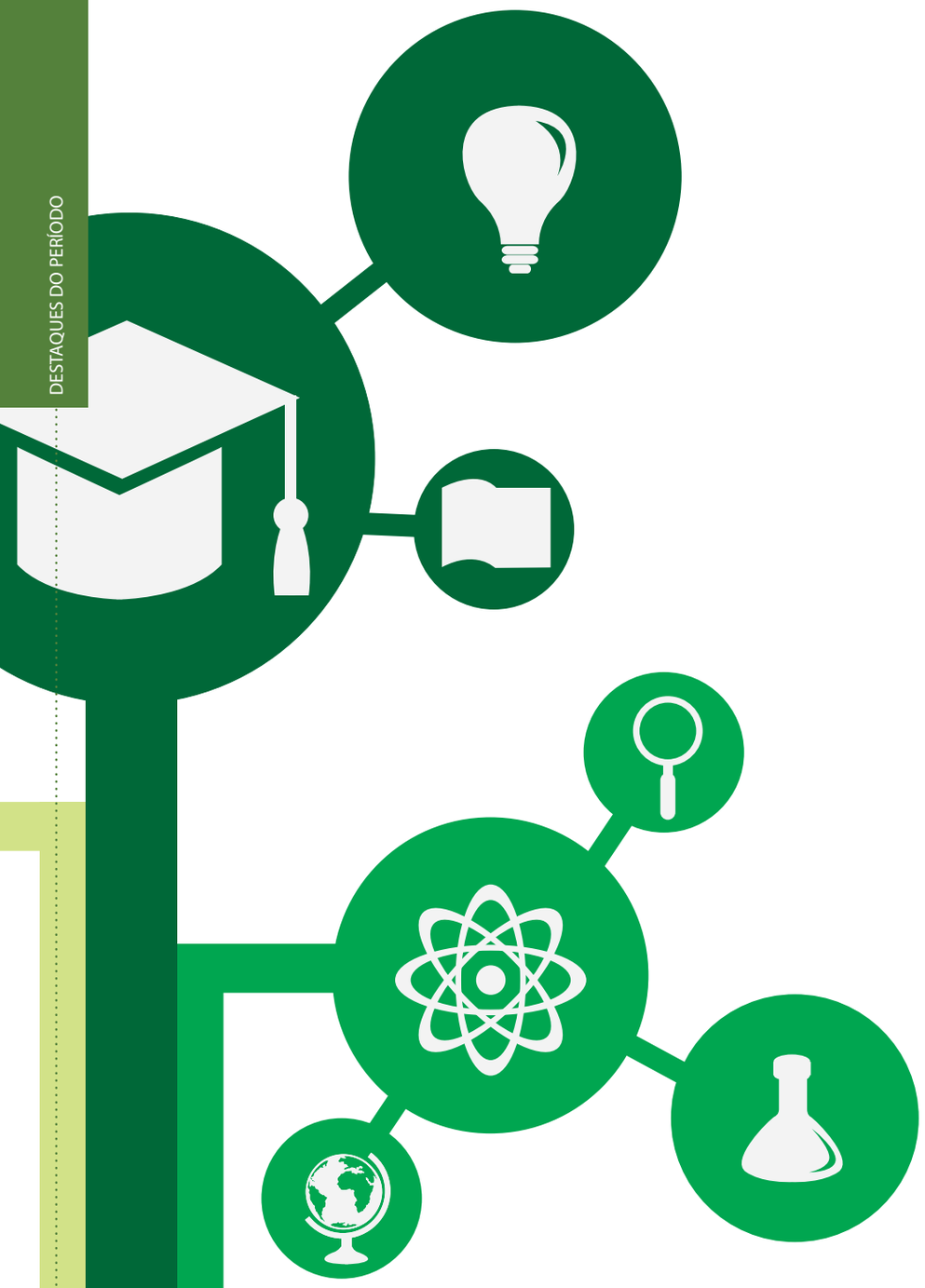
4. concessão de Gratificação no percentual máximo, nos meses de abril, agosto e novembro de 2013, com o objetivo de premiar o esforço dos servidores na execução de trabalhos de urgência, extraordinários e complexos, em decorrências das múltiplas atividades demandadas nos meses em que foram concedidas;

5. atualização dos valores financeiros do auxílio-saúde dos Membros e Servidores, em 16,60% (dezesseis inteiros e sessenta centésimos por cento), conforme disposto na Portaria nº 265/13, de 31 de janeiro de 2013, da PGJ;

6. avanço Horizontal por Titulação, resultado da alteração da Lei ocorrida no final de 2011, melhor detalhado no próximo item.

2.8.2.1. AVANÇO POR TITULAÇÃO

O resultado da ampliação do Avanço Horizontal por Titulação na carreira do quadro de pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe pôde ser constatado em 2013.



No ano, foram concedidas progressões na carreira a **03 (três)** servidores do quadro em extinção, entre avanços por titulação e por tempo de serviço, com interstício de cinco anos. Nesse mesmo período, avançaram na carreira, por titulação, **183 (cento e oitenta e três)** servidores ocupantes de cargos efetivos, no total de **288 (duzentos e oitenta e oito)** atos de enquadramento por titulação.

Os avanços são decorrentes de análises por antecipação em eventos científicos, publicação de trabalhos científicos, graduação em cursos de nível superior, conclusão de curso de pós-graduação *lato senso* e conclusão de curso de Mestrado ou Doutorado, frequentemente requeridos, concomitantemente, por um único servidor.

O número de **186 (cento e oitenta e seis)** servidores que progrediram na carreira, em razão dos avanços por titulação e por tempo de serviço, representa **58,12 % (cinquenta e oito inteiros e doze centésimos por cento)** do total de 320 (trezentos e vinte) cargos efetivos ocupados em 2013.

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

As pessoas erram muito porque refletem pouco. Sofrem muito porque não administram de um jeito certo as causas que as fazem sofrer. Escolhem errado, vivem errado, amam errado. Tudo porque faltou reflexão.

Pe. Fabio de Mello

2.9. VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

2.9.1. PROJETO "EVOLUÇÃO HUMANA"

Realizado nas últimas segundas-feiras de cada mês, o **Projeto "EVOLUÇÃO HUMANA"** tem por objetivo promover ações com vistas à melhoria da qualidade de vida de cada Membro e Servidor do MPSE e prepará-los para a jornada de trabalho, estimulando o desenvolvimento do espírito de equipe.

Nos encontros mensais, são ministradas palestras sobre assuntos diversos, sempre precedidas de um momento de reflexão, evocando-se a espiritualidade, não no sentido de religiosidade, mas nos de introspecção, fraternidade, ética e solidariedade.

Em 2013, foram efetuadas 11 (onze) etapas do Projeto, que contou com a participação de grande número de servidores, Membros, palestrantes e do Coral Vozes da Cidadania, conforme apresentam as fotos a seguir:

Foto 117 - Palestra sobre "Como lidar com as mudanças da vida?" no Projeto "EVOLUÇÃO HUMANA"

Foto 118 - Momento de Reflexão no Projeto "EVOLUÇÃO HUMANA"

Foto 119 - Aniversariantes do Mês no Projeto "EVOLUÇÃO HUMANA"

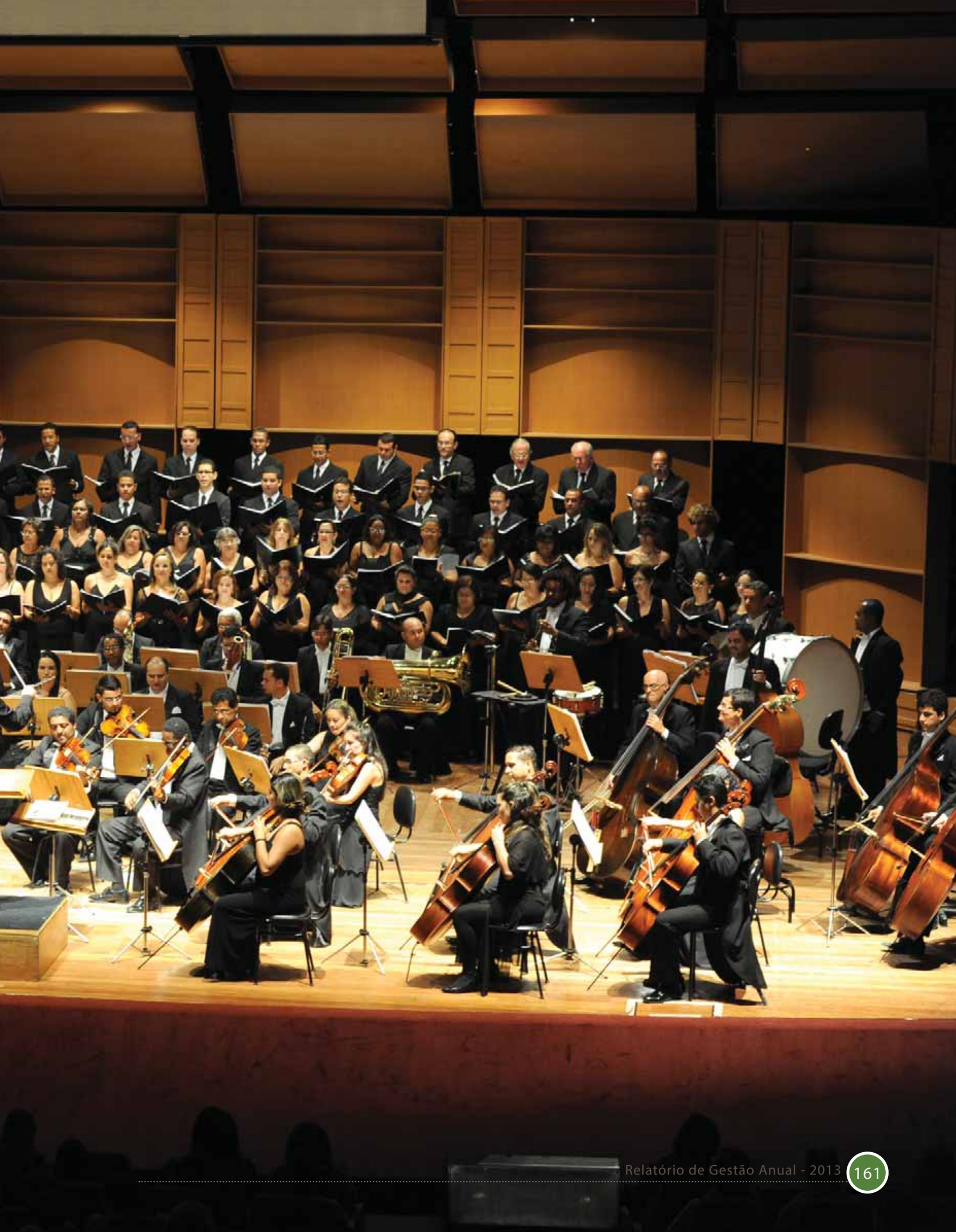
As palestras ministradas ao longo do ano podem ser visualizadas na próxima tabela:

Encontros do Projeto Evolução Humana			
Data	**Palestra**	**Palestrante**	**N.º de Participantes**
28/01/2013	O dever de preservar o Meio Ambiente	Eduardo Lima de Matos	231
25/02/2013	Como lidar com o sucesso e o fracasso numa sociedade de vencedores	Alexandre Albagli Oliveira	275
25/03/2013	Como lidar com as mudanças da vida?	Ana Cecília Gois Franco	238
29/04/2013	Sexualidade feminina: aspectos físicos e psicológicos	Scheila Kátia Caldas da Silva	233
27/05/2013	A contribuição nossa de cada dia	Newton Silveira Dias Júnior	234
01/07/2010	É preciso perdoar	Gélio Albuquerque Bezerra	293
29/07/2013	Em torno da felicidade	Adson Alberto Cardoso de Carvalho	351
30/09/2013	Tolerância: A arte de viver bem	Carlos Augusto Alcântara Machado	238
21/10/2013	Faça sua vida valer a pena	Antônio Forte de Souza Júnior	239

Tabela 60 - Encontros do Projeto Evolução Humana

Coral Vozes da Cidadania

Foto 120 - Apresentação do Coral "Vozes da Cidadania" com a Orquestra Sinfônica de Sergipe no Teatro Tobias Barreto



2.9.2. PROJETO "CORAL VOZES DA CIDADANIA"

Conduzido pela Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade, o **Projeto "CORAL VOZES DA CIDADANIA**" tem como objetivo promover a integração e o espírito de equipe, criando uma alternativa cultural para todos os Membros e servidores do MPSE, além de contribuir para o bem-estar físico e mental de cada participante, através dos benefícios da música.

Durante o ano de 2013, foram realizadas 29 (vinte e nove) apresentações internas e externas, com destaque para a efetuada no Teatro Tobias Barreto, no dia 24 de outubro, em conjunto com a Orquestra Sinfônica de Sergipe – ORSSE e o Coro Sinfônico, em evento que homenageou o bicentenário do compositor italiano Giuseppe Verdi.

Foi uma noite de sucesso, alegrias e sonhos realizados por todos que fazem a Família Ministério Público. Juntos, a ORSSE, com o seu Coro, e o **"CORAL VOZES DA CIDADANIA"** fizeram uma brilhante apresentação.

O Coral do MPSE, composto por 80 (oitenta) servidores da Casa, se destaca pelo repertório diversificado, que vai desde a música popular, MPB, músicas folclóricas de várias culturas até as óperas de Verdi. Em seguida, o registro de momentos do Coral em 2013:

Foto 121 - Apresentação do Coral "Vozes da Cidadania" com a Orquestra Sinfônica de Sergipe no Teatro Tobias Barreto

Foto 122 - Apresentação do Coral "Vozes da Cidadania" na Missa de Natal do Tribunal de Justiça de Sergipe - I

Foto 123 - Apresentação do Coral "Vozes da Cidadania" na Missa de Natal do Tribunal de Justiça de Sergipe - II

Foto 124 - Apresentação do Coral "Vozes da Cidadania" no Auditório do Ministério Público de Sergipe

2.9.3. PROJETO "MOVIMENTO PRÁTICA ESPORTIVA" - MPE

O **"MOVIMENTO PRÁTICA ESPORTIVA"** tem o propósito de incentivar a prática de atividades físicas pelos Membros e Servidores da Instituição, visando à melhoria da qualidade de vida, saúde e interação entre os participantes.

Durante o ano em foco, o MPE recebeu novos adeptos e algumas novidades. A partir do mês de agosto, após realização de enquete, os encontros passaram a ser efetuados no estacionamento do Ministério Público, das 17h30min às 19h30min.

Os profissionais da empresa "Zona Alvo", responsáveis pela execução do Projeto, também trouxeram inovações nos exercícios para complementar os benefícios da corrida. Foi implementado no programa, o "exercício funcional". De acordo com especialistas, o treinamento funcional é uma série de exercícios que trabalha a musculatura profunda das pessoas, com atividades que utilizam equipamentos como elásticos, bolas, cordas, cones, bambolês, cintos de tração e hastes. Esse trabalho físico é o reflexo do que se faz no dia a dia, como pular, correr, puxar, agachar, girar e empurrar.

O Projeto contempla, em contrato, 70 (setenta) integrantes e tem alcançado resultados positivos, percebidos por todos que dele participam.

No mês de outubro, o **"MOVIMENTO PRÁTICA ESPORTIVA"** recebeu um membro do Grupo Nacional de Direitos Humanos, Dr. Paulo Fernando Lermen, Promotor do Ministério Público do Estado de Rondônia, que, junto com sua esposa, participou de todas as atividades e aprovou a iniciativa do MPSE. As fotos em seguida ilustram a realização dessa prática:

Foto 125 - Participantes do Projeto "Movimento Prática Esportiva-MPE" na Orla de Aracaju

Foto 126 - Servidores do MPSE Realizam Atividades Físicas através do Projeto MPE

Foto 127 - Realização do Projeto MPE no Estacionamento Superior do Ministério Público

2.9.4. EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS/ANUAIS

Os Exames Médicos Periódicos, coordenados pelo Centro Médico, com apoio da Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade, são realizados anualmente, tendo como base temporal o mês de aniversário dos Membros e Servidores, conforme o sexo e faixas etárias.

Para concretizar a iniciativa, o Centro Médico mantém contato com os Membros e Servidores, até o dia 10 do mês anterior ao dos respectivos aniversários, remetendo a cada um a relação dos exames e agendando a avaliação médica. A ação visa instituir uma rotina de alerta e monitoramento aos cuidados com a saúde dos integrantes do MPSE, bem assim a prevenção de doenças ocupacionais.

No período, foram prestados 208 (duzentos e oito) atendimentos para entrega de resultado de exames periódicos.

Espaço de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Foto 128 - Espaço Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

2.9.5. ESPAÇO DE EVOLUÇÃO HUMANA, ÉTICA, ESPIRITUALIDADE E FRATERNIDADE

A Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade inaugurou, em agosto de 2013, um novo espaço onde Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe podem ter um momento de meditação e de renovação das energias.

O Espaço possui uma arquitetura moderna, com projeto doado pelo *designer* de interiores, Thiago Pérez. É um local reservado, silencioso, onde as pessoas poderão, meditar e refletir nos intervalos do horário de serviço.

Membros e Servidores prestigiaram a inauguração do "ESPAÇO DE EVOLUÇÃO HUMANA, ÉTICA, ESPIRITUALIDADE E FRATERNIDADE", que contou com a presença do Coral Vozes da Cidadania, um dos projetos desenvolvidos pela própria Coordenação de Evolução Humana. Durante a solenidade, o pastor Darren Wray comentou parábolas e exemplos bíblicos da prática do bem e o Padre Genaro Oliveira abençoou o Espaço. Em seguida, algumas fotos desse novo ambiente do MPSE:

Foto 129 - Inauguração do Espaço Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Foto 130 - Descerramento da Placa de Inauguração do Espaço Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Foto 131 - Espaço Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Foto 132 - Momento de Reflexão no Espaço Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Foto 133 - Procuradores de Justiça no Espaço Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

2.9.6. PROJETO "CAFÉ, DIVERSÃO E ARTE"

Uma iniciativa da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe - ESMP, o **Projeto "CAFÉ, DIVERSÃO E ARTE"** que visa promover a integração de Membros e Servidores da Casa, por meio de encontros após o expediente, uma vez a cada mês, com um misto de descontração e arte, recebendo a visita de um artista para expor seu trabalho, nos mais diversos ramos, seja na música, na literatura, pintura ou escultura.

No mês de outubro de 2013, o Projeto foi inserido na programação da Reunião do Grupo Nacional dos Direitos Humanos – GNDH, oportunidade em que Procuradores e Promotores de Justiça de vários Estados brasileiros, Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe e convidados se reuniram no espaço de eventos para uma Edição Especial do **"CAFÉ, DIVERSÃO E ARTE"**.

Em novembro de 2013, o Projeto completou um ano, contribuindo para o congraçamento dos frequentadores, conforme demonstram as imagens a seguir:

Foto 134 - Artesanato do Projeto "Café, Diversão e Arte"

Foto 135 - Apresentação de Artistas da Terra no Projeto "Café, Diversão e Arte"

Foto 136 - Confraternização de Membros e Servidores no Projeto "Café, Diversão e Arte

Foto 137 - PGJ do MPSE e Membros Prestigiam o Projeto Café, Diversão e Arte

Foto 138 - Apresentação da Banda "Skama de Peixe" no Projeto "Café, Diversão e Arte"

Foto 139 - PGJ do MPSE e Integrantes da Banda "Skama de Peixe" no Projeto "Café, Diversão e Arte"

2.9.7. DOCUMENTÁRIO DE EVOLUÇÃO HUMANA

Com o intuito de registrar todo o trabalho executado pela Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade, o MPSE produziu um Documentário abordando todos os Projetos Sociais e Institucionais desenvolvidos e acompanhados pela Coordenação.

O vídeo demonstra a preocupação do Ministério Público de Sergipe em valorizar seu capital humano, através da promoção de iniciativas que visam o bem-estar e a qualidade de vida dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Documentário exibe conceitos, funcionamento e as características de cada projeto em execução, contando sempre com depoimentos de participantes, o que confirma o sucesso das iniciativas realizadas. A seguir as marcas dos Projetos:

Coordenação
Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Projeto EVOLUÇÃO HUMANA

Mensagem do Dia

Momento de Reflexão

Bom Samaritano
O Ministério Público Incentivando a Solidariedade

MINISTÉRIO PÚBLICO MP/SE CORAL VOZES DA CIDADANIA

Projeto EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

Movimento Prática Esportiva

Espaço de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Sensibilizar
O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM

Com cerca de 23 (vinte e três) minutos de duração, o filme proporciona ao público uma visão geral dos Projetos de Evolução Humana executados no MP Estadual, informando e divulgando os trabalhos desenvolvidos nesta área, fazendo com que não sejam esquecidos, mas perpetuados na história da Instituição.

2.10. EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.10.1. ECONOMIA COM LICITAÇÕES

A Divisão de Material, responsável pela realização das compras da Instituição, foi marcada, no ano de 2013, pela busca dos preços mais vantajosas em suas licitações sem perder a qualidade do material adquirido. Esse fato foi demonstrado pelo setor, através da realização de pregão, presencial ou eletrônico, com ou sem registro de preços, modalidade licitatória que apresenta vantagens insuperáveis em relação a preço e celeridade para a Administração Pública no Brasil.

Nesse passo, vale ressaltar, a Divisão conseguiu uma economia de 15% (quinze por cento) em licitações, em relação aos preços estimados, conforme demonstrado na tabela a seguir, confirmando que, a cada ano, o Ministério Público de Sergipe não tem medido esforços na busca de melhores resultados.

Economia com Licitações - 2013				
Modalidade	**Valor Estimado**	**Valor Licitado**	**Economia**	**% Economia**
Convite	R$ 209.780,00	R$ 195.675,02	R$ 14.105,02	7%
Tomada de Preço	R$ 190.400,00	R$ 165.920,16	R$ 24.480,16	13%
Pregão Presencial	R$ 2.561.519,43	R$ 1.701.278,96	R$ 860.240,47	34%
Registros de Preços	R$ 9.947.146,94	R$ 8.961.703,13	R$ 985.443,81	10%
TOTAIS	**R$ 12.908.846,37**	**R$ 11.024.577,27**	**R$ 1.884.269,46**	**15%**

Tabela 61 - Resultado da Economia do MPSE em Licitações

Portanto, ficam constatados, diante da economia alcançada, a responsabilidade e compromisso que o MPSE tem perante o orçamento destinado ao Órgão, buscando sempre cumprir as Leis e os preceitos que regem a Administração Pública.

2.11. INVESTINDO EM SEGURANÇA

2.11.1. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA MAIS SEGURAS

O Ministério Público Estadual, preocupado com a segurança de suas instalações, contratou, em 2013, empresa especializada no fornecimento e instalação de equipamentos de sistema de segurança eletrônico, objetivando a proteção patrimonial das Subsedes de Itabaiana, Estância, Simão Dias e Canindé de São Francisco.

2.11.2. VISITAS DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Durante o ano de 2013, foram realizadas pelo Gabinete de Segurança Institucional – GSI, com a participação da Divisão de Suporte e Informática, Diretoria Administrativa e Divisão de Engenharia e Manutenção, visitas às Unidades do Ministério Público de Sergipe, a saber: a Sede, as Subsedes e todos os Fóruns de propriedade do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, onde estão localizadas as Promotorias de Justiça.

O trabalho foi executado com o objetivo de adotar medidas que assegurem a defesa patrimonial desses imóveis, através de um conjunto de atividades no ramo da segurança, a fim de prevenir, reduzir e eliminar a possibilidade de perdas patrimoniais e humanas.

Com as ações de planejamento em segurança, e através da análise de riscos das edificações vistoriadas, é possível oferecer serviços voltados à proteção de todos que trabalham ou frequentam as instalações do Ministério Público em todo o Estado.

2.12. APRIMORANDO SEUS PROCESSOS DE TRABALHO

2.12.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA AS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

A edição da Portaria nº 1.618/13, de 12 de junho de 2013, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, definiu, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, as rotinas administrativas para as contratações, instituindo, ainda, as atribuições pertinentes aos órgãos envolvidos.

A regulamentação do procedimento administrativo para as contratações e aquisições, na medida em que disciplina o procedimento, possibilita a diminuição de falhas e consequente repetição de trabalho, definição das responsabilidades de cada setor, economia de tempo na realização dos procedimentos licitatórios e de dispensas e inexigibilidades e contratações mais eficientes.

2.13. PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA

2.13.1. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPSE – 5º LUGAR GERAL NO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP

O Portal da Transparência do Ministério Público de Sergipe, que funciona sob a gestão da Divisão de Controle Interno, é o **quinto colocado no *ranking* do "Relatório Geral de Verificação dos Portais de Transparência"**, elaborado pelo CNMP.

O resultado foi divulgado durante o 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado nos dias 12 a 14 de novembro de 2013, em Brasília.

Além do 5º lugar no cômputo geral da avaliação do CNMP, o Portal de Transparência do MP Sergipano destacou-se, ainda, nos seguintes quesitos: **"Execução Orçamentária e Financeira" – 6º lugar**; **"Licitações e Contratos" – 7º lugar**; e **"Gestão de Pessoas" - 8º lugar**.

O Portal oportuniza ao MPSE publicar o detalhamento de suas ações financeiras, inclusive a divulgação dos valores pagos em salários e benefícios aos Membros e serventuários do Órgão, além de disponibilizar todo o trâmite de processos licitatórios que são desenvolvidos pela Instituição.

O *site* sofreu significativas modificações, a fim de atender as exigências das Resoluções CNMP n° 86/12, que trata do Portal da Transparência do Ministério Público dos Estados e da União, e n° 89/12, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito dos Ministérios Públicos.

Nesse sentido, as publicações do Portal de Transparência foram separadas por áreas, para facilitar o trabalho dos setores envolvidos e, consequentemente, simplificar o acesso da população. Seguindo as regras do manual, foi dividido em três módulos: **Gestão de Pessoas**, **Execução Orçamentária e Financeira** e **Licitações, Contratos e Convênios**. No Portal do MP de Sergipe, foi acrescentado, ainda, um quarto módulo de acesso, que disponibiliza questões referentes à atividade fim da Instituição.

2.13.2. PARTICIPAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NO PROJETO PILOTO DO CNMP

O Ministério Público Sergipe, dentre outros Ministérios Públicos do Brasil, foi inserido no Projeto Piloto do Portal da Transparência, criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, com o objetivo de padronizar as informações referentes à Gestão das instituições ministeriais brasileiras em formato único.

O Projeto Piloto visa sanar as dificuldades apresentadas por diversos MPs quanto à adequação dos seus respectivos Portais às Resoluções CNMP 86 e 89/12, dadas as limitações existentes em suas áreas administrativas. Com a medida, as publicações referentes aos atos da Gestão serão dispostas no *site* de forma padronizada e unificada por cada instituição, evitando disparidades e melhorando a qualidade de acesso à informação por parte do cidadão.

2.14. DESTAQUES DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.14.1. EVOLUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO ARQUIMEDES

Encerrada a primeira fase de implantação do Sistema Arquimedes, no primeiro semestre de 2013, foi possível identificar melhorias e modificações a serem implementadas no *software*, para melhor atender às necessidades dos usuários. Assim que executadas e homologadas as manutenções evolutivas, será possível a elaboração do cronograma da segunda fase de implantação do Sistema.

Apesar da evolução do "Arquimedes" ser um processo constante, as melhorias identificadas após a primeira fase oferecem um Sistema mais ágil e prático, aproximando-se cada vez mais do ideal.

2.14.2. SISTEMA DE GESTÃO DE EVENTOS DA ESCOLA SUPERIOR

O Sistema de Gestão de Eventos da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe – ESMP é responsável pelo armazenamento e organização das informações dos eventos realizados pela Escola. Trata-se de um registro preciso, detalhado e perene de todos os encontros científicos realizados pelo setor.

O Sistema é alimentado com os dados referentes a cada evento realizado, incluindo-se:

a) cadastro pormenorizado de participantes;

b) estatísticas de número de inscritos, dos que efetivamente compareceram e dos que receberão certificado.

O Sistema provê, ainda, os seguintes recursos:

a) integração com instrumentos de controle eletrônico de frequência;

b) armazenamento de arquivos utilizados pelos ministrantes durante os eventos e de todos os expedientes e atos de comunicação realizados durante a fase de preparação.

A prática possibilitou um melhor gerenciamento e organização dos eventos realizados, além da disponibilização rápida das informações solicitadas.

2.14.3. PORTAL *WEB* DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOPS

O **Portal *Web* dos Centros de Apoio Operacionais - CAOps**, *link* a ser acessado no *site* do Ministério Público de Sergipe, foi criado com o intuito de disponibilizar, de maneira ágil e centralizada, todo o material dos **Centros de Apoio**, a fim de subsidiar as atividades cotidianas das Promotorias de Justiça em todo o Estado.

Inicialmente, o *site* tem como base o que foi produzido pelas 11 (onze) Comissões, instituídas em 2012, para execução de Projetos previstos no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe, a exemplo dos temas elencados no item 4.2 deste Relatório.

Embora a iniciativa seja produto do trabalho das Comissões do Planejamento Estratégico, o referido *site* diz respeito à área fim do Órgão Ministerial, a ser alimentado continuamente com informações encaminhadas por cada Centro de Apoio Operacional, englobando ali todo material por eles produzido ou referente à sua especialidade.

Desenvolvido com recurso de gerenciamento de conteúdo, de forma a possibilitar agilidade no processo de publicação de material de apoio às Promotorias, o *site* foi implementado com tecnologia moderna, que permite contínua evolução, com vistas a contemplar novos recursos que venham a ser sugeridos, desde que seu teor seja pertinente a assuntos abordados pelos Centros.

O **Portal *Web* dos CAOps** será uma relevante ferramenta de apoio aos Membros e Servidores deste Órgão Ministerial, contribuindo para uma melhor prestação de serviços à população, buscando atingir o objetivo estratégico da Instituição de **Cumprir a Destinação Constitucional**.

Consolidando o sucesso da iniciativa, o Projeto foi apresentado no 1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico, promovido pelo MPSE, em 09 e 16 de setembro, quando foi avaliado, conforme pode ser visualizado a seguir, e durante o 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2013, em Brasília/DF:

ACREDITA QUE O MATERIAL DISPONIBILIZADO NO PORTAL AUXILIARÁ NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE SUA PROMOTORIA?

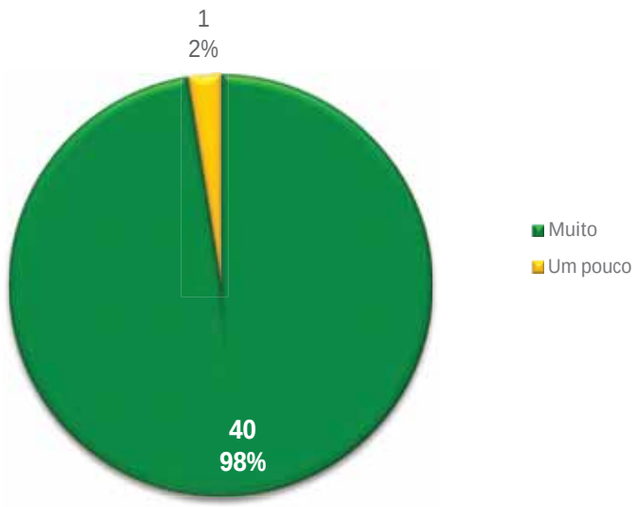


Gráfico 19 – Resultado da Pesquisa sobre o Portal *Web* dos CAOPs

PLANEJA UTILIZAR O MATERIAL DISPONIBILIZADO NO PORTAL EM SUAS ATIVIDADES NA PROMOTORIA?

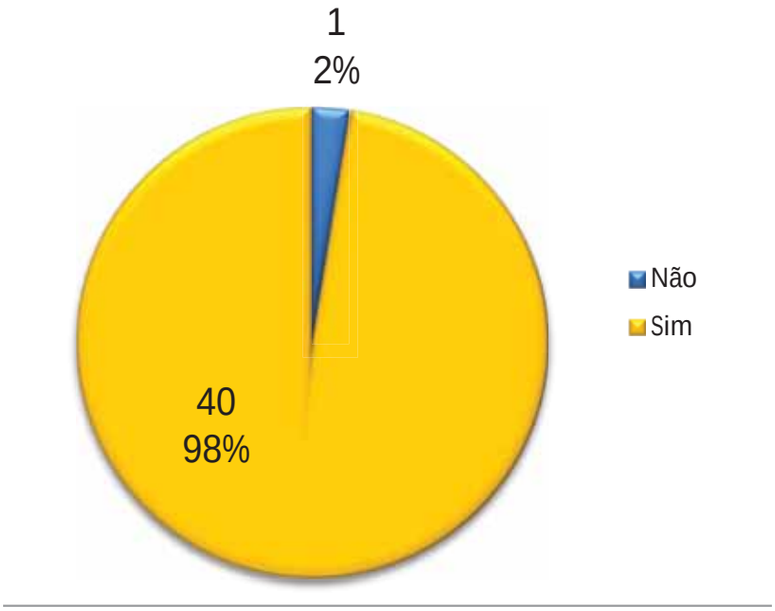


Gráfico 20 - Resultado da Pesquisa sobre o Portal *Web* dos CAOPs

COMO AVALIA O PORTAL WEB DOS CAOPS?

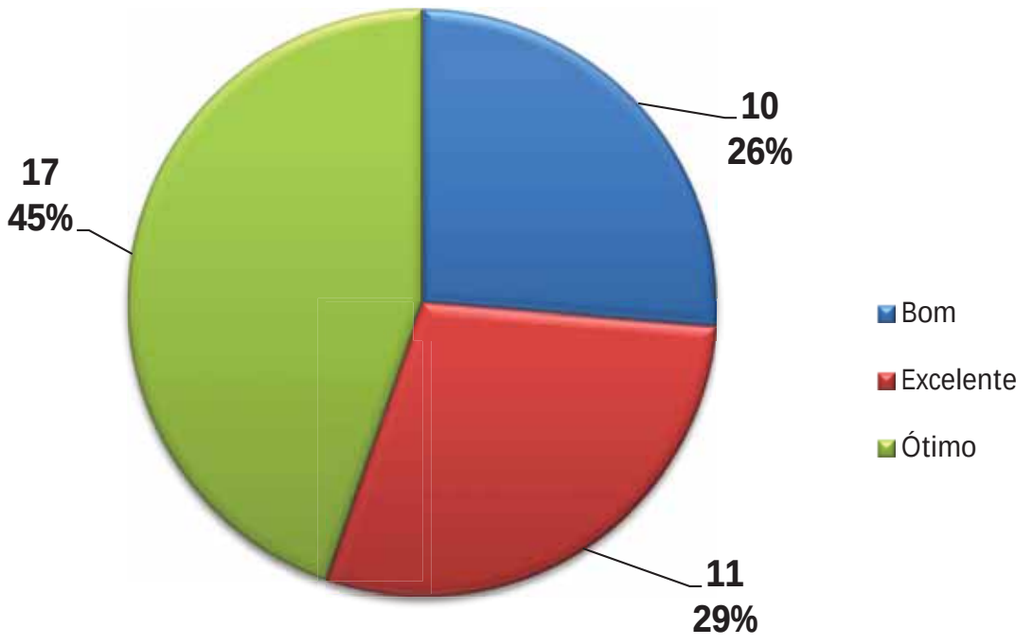


Gráfico 21 – Resultado da Pesquisa sobre o Portal *Web* dos CAOPs

Em seguida, podem ser visualizadas as fotos do Portal, publicado em 2013, e dos Servidores e Membros que participaram do Congresso de Gestão do CNMP:

Figura 3 - Página da *Web* dos Centros de Apoio Operacional do MPSE

Foto 140 - Secretário-Geral e Servidores do MPSE no Congresso de Gestão do CNMP

2.14.4. EVOLUÇÃO DO *ENTERPRISE RESOURCE PLANNING* – ERP

Com a implantação do módulo ERP ADM-RH tornou-se possível gerenciar as atividades de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento. Toda movimentação feita em dados pessoais e trabalhistas pode ser executada nessa plataforma.

O aplicativo ADM-RH possui atualizações constantes, de forma a respeitar os adendos legais e trabalhistas, como prover recursos e relatórios para suprir o Portal da Transparência e o *link* de Acesso à Informação.

O MPSE disponibiliza equipe dedicada às manutenções evolutivas e corretivas dessa ferramenta, com vistas a suprir a constante demanda por consultas, alterações e criação de recursos nos sistemas, o que possibilita atender as diversas mudanças e inclusões de dados porventura necessárias, a exemplo dos casos dos auxílios saúde e alimentação de Membros e Servidores.

2.14.5. ATENDIMENTO E SUPORTE

Em 2013, foi iniciado processo de aprimoramento da cultura de gerenciamento dos serviços prestados pela Divisão de Suporte de Informática, órgão vinculado à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, aplicando-se recursos de boas práticas gerenciais, a exemplo do *framework Information Technology Infrastructure Library – ITIL*.

Com o mapeamento das atividades e o emprego de ferramentas que permitem contabilizar o atendimento executado no ano de 2013, para as solicitações registradas no Sistema Solicitações de Serviço, foi possível impulsionar o nível de maturidade no atendimento e agilidade nos serviços prestados pela Informática. Tais números são apresentados no quadro a seguir:

Solicitações de Serviço	Total de Atendimentos
Encerrado	893
Normal	1
Pendente	4

Tabela 62 - Registro de Solicitações à DTI

Vale ressaltar, entretanto, que os números apresentados no quadro acima não consideram os chamados abertos por telefone, ofício, *e-mail* ou pessoalmente, fato que demandou a necessidade de quantificar todos os atendimentos e iniciar a prática de gerenciamento do *servicedesk*. Diante desse cenário, foram selecionados *softwares* livres para uso e implementação dos processos.

O uso de tais ferramentas promove o acompanhamento dos chamados abertos de todas as formas, através da disponibilização de relatórios de atendimento, segundo demonstra a tabela a seguir:

ÁREA DE ATENDIMENTO	CHAMADOS		
	ABERTOS	FECHADOS	CANCELADOS
Chamados de 1º e 2º nível	4249	3973	190
Chamados de 3º nível	207	206	1
TOTAL	**4456**	**4179**	**191**

Tabela 63 - Situação das Chamadas à DTI

2.15. APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

2.15.1. PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO PERMANENTE

O Programa de Aperfeiçoamento Permanente da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe – ESMP é direcionado ao oferecimento de cursos, especialmente destinados à área de atuação funcional de Membros e Servidores da Instituição, possibilitando um aprimoramento permanente dos Procuradores e Promotores de Justiça e capacitação contínua dos servidores e estagiários.

2.15.2. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR

O Programa de Integração da ESMP busca integrar os mais diversos setores do Ministério Público para a participação em encontros que visam debater temas específicos, jurídicos ou não jurídicos, proporcionar momentos de descontração, incentivar a produção, desenvolvimento e divulgação da cultura sergipana, o exercício da cidadania, além de dar continuidade ao concurso Melhor Arrazoado Jurídico e Forense, que premia os melhores trabalhos de pesquisa e prática forense de Promotores de Justiça, Analistas e Técnicos do Órgão.

2.15.3. VIABILIZAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA - PLATAFORMA *MOODLE*

A Plataforma *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment – Moodle* trata-se de um sistema de *e-Learning* de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *on-line* em ambientes virtuais voltados à aprendizagem. O programa permite:

1. criar formandos e organizá-los em grupos;
2. criar fóruns de discussão, comunidades de aprendizagem;
3. definir formadores e tutores para monitorar os cursos criados;
4. monitorar os acessos dos utilizadores à plataforma e às diferentes atividades;
5. registrar as notas e o desempenho dos formandos.

A ferramenta, disponível em 75 (setenta e cinco) idiomas diferentes, permite a implantação do Ensino a Distância - EAD na Escola Superior do MPSE, o que facilita o treinamento de Membros e Servidores da Instituição, reduzindo custos operacionais.

2.15.4. BIBLIOTECA

A **Biblioteca Gonçalo Rollemberg Leite** integra a Escola Superior do Ministério Público e tem como função proporcionar ferramentas de pesquisas que possam colaborar significativamente nas atividades de Membros e Servidores do Ministério Público, disponibilizando acesso ao conhecimento jurídico para a comunidade local.

A Biblioteca apresenta um acervo de **3.348 (três mil e trezentos e quarenta e oito) títulos de livros** das diversas áreas do direito, **222 (duzentos e vinte e dois) títulos de periódicos**, que se destacam pelo conteúdo atualizado e dinâmico, trazidos pelos diversos órgãos do País e destacadas editoras, a exemplo da Revista dos Tribunais, Fórum e Fiúza.

O usuário da **Biblioteca Gonçalo Rollemberg Leite** pode pesquisar o acervo acessando o *site* da ESMP ou comparecendo ao órgão. Os empréstimos são realizados somente aos usuários internos, cadastrados de acordo com o regulamento, mas a Biblioteca atende tanto ao público interno quanto ao externo para consultas e pesquisas no acervo.

2.15.5. BIBLIOTECA DIGITAL FÓRUM DE DIREITO

Em novembro de 2013, o MPSE implantou a **Biblioteca Digital Fórum de Direito – BID**, a fim de auxiliar o trabalho de Membros e Servidores, através de ferramentas *on-line* com conteúdo de alta qualidade, além de consulta rápida e inteligente, tornando a pesquisa mais eficaz.

O acervo digital da BID é composto por mais de **30 (trinta) periódicos** *on-line* e mais **de 1.300 (mil e trezentas) edições publicadas pela Editora Fórum**, que podem ser acessados de forma ilimitada, simultânea e permanente.

Com informações e debates relevantes, os periódicos da BID são referência para os profissionais do Direito que desejam manter-se atualizados. O conteúdo é de alta qualidade, com seleção diferenciada de jurisprudência, além de mudanças na legislação, abordadas em alto nível por autores consagrados, com sólida formação teórica e experiência prática, que colaboram na construção e consolidação do conhecimento da área do Direito no País.

Dentre os benefícios da Biblioteca Digital, destacam-se:

- acessibilidade para os que exercem suas funções no interior do Estado e distantes da Sede da Instituição, através da *internet e intranet*;
- atualização e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores;
- otimização da pesquisa jurídica, por proporcionar seleção diferenciada de jurisprudências;
- inovações legislativas promovidas por autores renomados e das diversas áreas do Direito, contribuindo significativamente no trabalho realizado pelo Órgão.

2.15.6. DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL

Os inúmeros problemas com os quais uma Organização se defronta, quer sejam originados das incertezas existentes no contexto da sociedade, quer sejam decorrentes das instabilidades imprevisíveis do ambiente externo, exigem uma contínua aprendizagem. Os esforços do MPSE em busca da diferenciação, agilidade, proatividade e eficiência também dependem da aprendizagem.

Dessa forma, com vistas a manter-se como uma Instituição que aprende, o Ministério Público de Sergipe promoveu, em 2013, cursos de capacitação e diversos eventos, com a finalidade de aprimorar o conhecimento, qualificar e treinar continuamente os seus Membros, Servidores e Estagiários, conforme apresentado na tabela abaixo:

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, *Workshop*)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº de Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Fevereiro	Abertura da Programação 2013 da ESMP (Palestra, Entrega dos Prêmios do Melhor Arrazoado Jurídico e Forense e Lançamento do Nº 25 da Revista do Ministério Público de Sergipe)	Abordagem sobre a Lei de Improbidade Administrativa e atuação do Ministério Público Estadual em defesa dos usuários de serviço público regulado	Dr.Alexandre Albagli e Dr. Henrique Ribeiro Cardoso, Promotores de Justiça do MPSE	1h	12	57	22	91
	Curso de Língua Portuguesa	Atualização relacionada com regras gramaticais e elementos importantes da linguagem e da escrita, assim como o novo acordo ortográfico e elaboração de textos argumentativos e persuasivos	Professor Antônio Ponciano Bezerra	15h	9	21	-	30
Março	Curso de Técnicas de Interrogatório	Treinamento sobre as técnicas de entrevista e interrogatório	Coronel Arismar Luz Filho, Coordenador de Segurança Institucional do Ministério Público do Distrito Federal	08h	33	-	-	33
	Palestra sobre Improbidade Administrativa	Desafios Contemporâneos. Relato da sujeição dos agentes políticos aos preceitos legais da Lei 8.429/1992	Emerson Garcia, Doutor em Direito e Promotor de Justiça Do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	03h	30	63	69	162
	IV Jornada Brasilcon de Atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC)	Explanação sobre as ações coletivas, o comércio eletrônico e o superendividamento	Heloisa Carpena Vieira de Mello, Cláudia Lima Marques, Clarissa Costa de Lima, Ricardo Morishita Wada e Karen Bertoncello	10h	2	11	-	13

Abril	Palestra sobre Medidas Socioeducativas	Exposição sobre questões legais relativas à socialização de crianças e adolescentes com diversos profissionais que atuam na área de proteção à Infância e Juventude	Dr. Murillo José Digiácomo, Promotor de Justiça do Paraná	03h	25	-	64	89
	Curso de Ambientação para Estagiário de Nível Médio	Curso destinado aos estagiários de nível médio que desempenham suas atividades nos serviços auxiliares do Ministério Público de Sergipe, voltado àqueles que, em virtude da recente integração ao Órgão, não participaram dos cursos anteriores realizados pela Escola Superior. Parceria com a Diretoria de Recursos Humanos do MPSE	Maria Selma Siqueira de Carvalho, Luã Silva Santos, Paula Costa Souza Pasquetti, Antônio Diego Cardoso Viana e Sávio Augusto Sobral Garcez	16h	-	-	-	35
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	120	120
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	80	80
	I Curso de Direção Defensiva e Evasiva	Treinamento sobre mecanismos de segurança no trânsito para os Promotores de Justiça	Tenente Coronel Luiz de Azevedo Costa Neto e Alisson Rodrigo Souza Aguiar	16h	14	-	-	14
	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro	Discussões relacionadas a fraudes à licitação, delitos cibernéticos, análise fiscal e casos de crime organizado	Roberto Biasoli, Isalino Giacomet, Ana Paula Da Cunha, Francisco Cardoso, Antônio René Rodrigues de Matos, Flávia Maria Valente Carneiro, Eduardo S. da Rocha, Getúlio Bezerra, Valmie Gomes Dias, José Augusto Campos Versiani, Tiago Miranda De Magalhães e Alexsander Castro Oliveira	20h	34	1	100	135
Maio	I Curso de Técnicas de Segurança Pessoal	Treinamento para o correto manuseio e manutenção de armas de fogo para a futura aplicação prática	Tenente Coronel Luiz de Azevedo Costa Neto e Alisson Rodrigo Souza Aguiar	16h	16	-	-	16
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	80	80
	II Curso de Direção Defensiva e Evasiva	Treinamento sobre mecanismos de segurança no trânsito para os Promotores de Justiça	Tenente Coronel Luiz de Azevedo Costa Neto e Alisson Rodrigo Souza Aguiar	16h	11	-	-	11
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	120	120

Junho	Curso de Crimes Cibernéticos	Qualificação dos Membros e servidores para melhor desempenho de suas atividades, especificamente no que se refere aos crimes cibernéticos	Dr. Emerson Wendt, Delegado de Polícia do Rio Grande do Sul	08h	7	58	19	84
	II Curso de Técnicas de Segurança Pessoal	Treinamento sobre o correto manuseio e manutenção de armas de fogo para a futura aplicação prática	Tenente Coronel Luiz de Azevedo Costa Neto e Alisson Rodrigo Souza Aguiar	16h	12	-	-	12
	Palestra sobre Ideologia Patriarcal e Direito	Capacitação e oferecimento de instrumentos ao combate às violações contra os direitos da mulher	Dr.José Henrique Rodrigues Torres, Juiz De Direito da 1ª Vara do Júri de Campinas	03h	9	70	5	84
Agosto	Palestra sobre Redução da Maioridade Penal	Debate sobre o tema relativo à "Redução da Maioridade Penal"	Dr. Munir Cury, Promotor de Justiça	03h	15	52	203	270
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	120	120
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	80	80
Setembro	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	80	80
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	120	120
Outubro	Fórum de Transporte Público Coletivo Urbano	Debate sobre a melhoria da mobilidade urbana	Lúcia Falcón, Marcos Bicalho dos Santos, Alexis Magnum Azevedo de Jesus, Carlos Eduardo Pereira Siqueira, Nelson Felipe da Silva Filho, Roberto Gregório da Silva Júnior, Dr. Ronaldo Guimarães Gouvêa, Dra. Berenice Andrade Melo, Dra. Maura Silva de Aquino e Dr. Daniel Carneiro Duarte	08h	61	345	43	449
	Palestra Gestão de Promotoria	Capacitação e aprimoramento da atuação administrativa e cotidiana dos órgãos de Execução do Ministério Público	Renan Evangelista Couto, Engenheiro de Telecomunicações	03h	37	41	-	78
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso, Promotor de Justiça do MPSE	01h	-	-	80	80
	II Seminário do 3º Setor "Projeto ONG Transparente"	Efetivar o controle social através da utilização de mecanismos jurídicos e administrativos necessários à transparência dos atos de gestão das entidades não governamentais	Dra. Ana Paula Machado Costa Meneses, Promotora de Justiça do MPSE e Dr. José Eduardo Sabo Paes, Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	04h	38	-	486	524
	I *Workshop* sobre "População em Situação de Rua de Sergipe"	Instituir uma política estadual para a população de rua, possibilitando o pleno exercício da cidadania	Dr.Gabriel dos Santos Rocha	08h	7	67	170	244

Novembro	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Colégio Estadual Dom Luciano	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso, Promotor de Justiça do MPSE	-	-	-	80	80
Dezembro	Seminário "O Papel da Escola no Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente: Omissão ou Proteção"	Abordar os procedimentos a serem adotados pelos profissionais de educação, quando perceberem que um aluno foi vítima de violência, buscando apontar o caminho para evitar a omissão por parte daqueles que têm o dever legal de notificar os casos de violência	Dra. Roseane Fátima de Queiroz Morais	07h	-	-	292	292

Tabela 64 - Cursos e Outros Eventos de Capacitação Promovidos pelo MPSE

As fotos em seguida ilustram a realização de alguns desses eventos:

Foto 141 - Promotora de Justiça, Dra. Maria Rita Machado Figueiredo, no I Seminário sobre "Medidas Socioeducativas em Meio Aberto" no Município de Aracaju

Foto 142 - Crianças e Adolescentes no Seminário " O Papel da Escola no Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente: Omissão ou Proteção"

Foto 143 – Declaração de uma Criança no Seminário sobre "O Papel da Escola no Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente: Omissão ou Proteção"

Foto 144 - Palestra do Promotor de Justiça, Dr. Newton Silveira, no Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro

Foto 145 – Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro

Foto 146 – Promotores de Justiça no Curso de Técnicas de Segurança Pessoal

Foto 147 – Curso de Direção Defensiva e Evasiva para Membros do MPSE

Na área de Tecnologia da Informação, a Procuradoria-Geral também tem promovido cursos para sua instrumentalização, conforme quadro a seguir:

Capacitação Técnica
Treinamento de servidores da DTI em ferramenta *Sharepoint*
Treinamento de servidores do MPSE para ferramenta *MOODLE* utilizada na ESMP
Curso em ferramenta *Adobe Premiere Pro CS6* para servidor da DTI
Treinamento de servidores da DTI para central telefônica do MPSE

Tabela 65 - Cursos voltados à Capacitação de Servidores da DTI

Sabedor de que a aprendizagem está no centro do processo estratégico e motivado a continuar galgando o aprimoramento da gestão, tendo como principal instrumento seu Planejamento Estratégico, o MPSE propiciou, ainda, a participação de servidores em cursos relacionados ao tema, conforme pode ser visualizado a seguir:

Cursos Voltados à Gestão Estratégica
IV Curso sobre Elaboração de Indicadores de Desempenho Organizacional
Mapeamento da Estratégia com o *Balanced Scorecard* em Organizações Públicas

Tabela 66 - Cursos Voltados à Capacitação de Servidores da Diretoria de Planejamento

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.

Nelson Mandela

3. APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

O Ministério Público de Sergipe, na busca por estabelecer uma comunicação mais direta com a sociedade, disponibiliza dois Órgãos que servem de interlocutores entre a Instituição e o cidadão, conforme detalhado a seguir:

3.1. DA OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe é um canal de comunicação que possui instrumentos capazes de permitir o recebimento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios da sociedade em geral, além de possibilitar ao cidadão a obtenção de informações sobre as ações desenvolvidas pelo Órgão Ministerial.

Em todo o ano de 2013, a Ouvidoria do MPSE recebeu diversos tipos de manifestações, demonstradas através do seguinte gráfico:

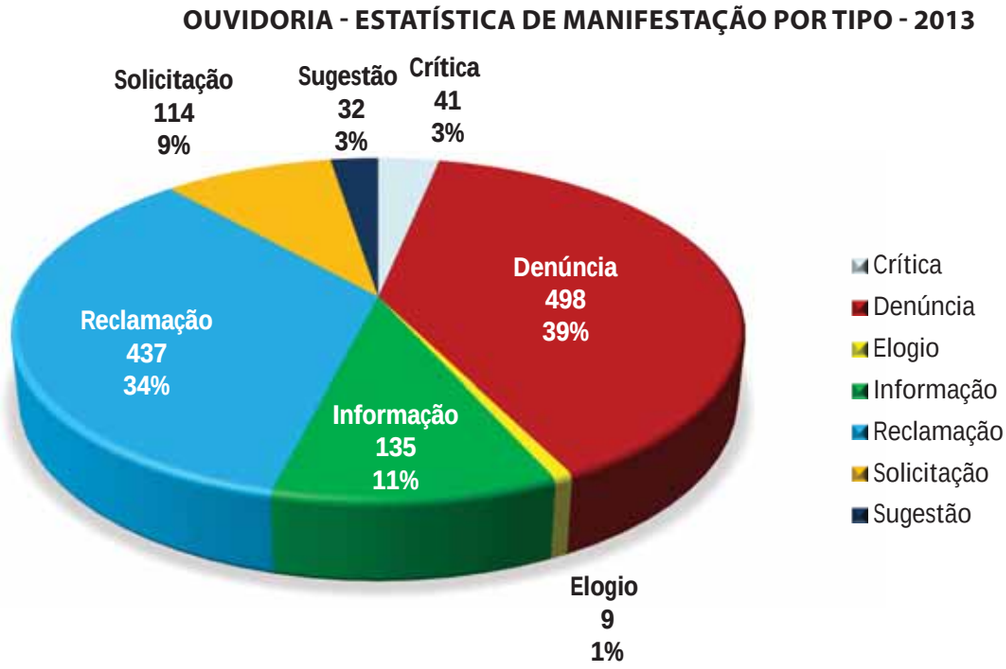


Gráfico 22 - Estatísticas da Ouvidoria - Manifestação por Tipo

Com relação ao trabalho da Ouvidoria, o gráfico **Estatística de Manifestação por Avaliação**, em seguida, demonstra o sentimento de satisfação da população pelo serviço prestado, buscando soluções para as questões levantadas, visando sempre ao aprimoramento de tal serviço.

OUVIDORIA - ESTATÍSTICA DE MANIFESTAÇÃO POR AVALIAÇÃO - 2013

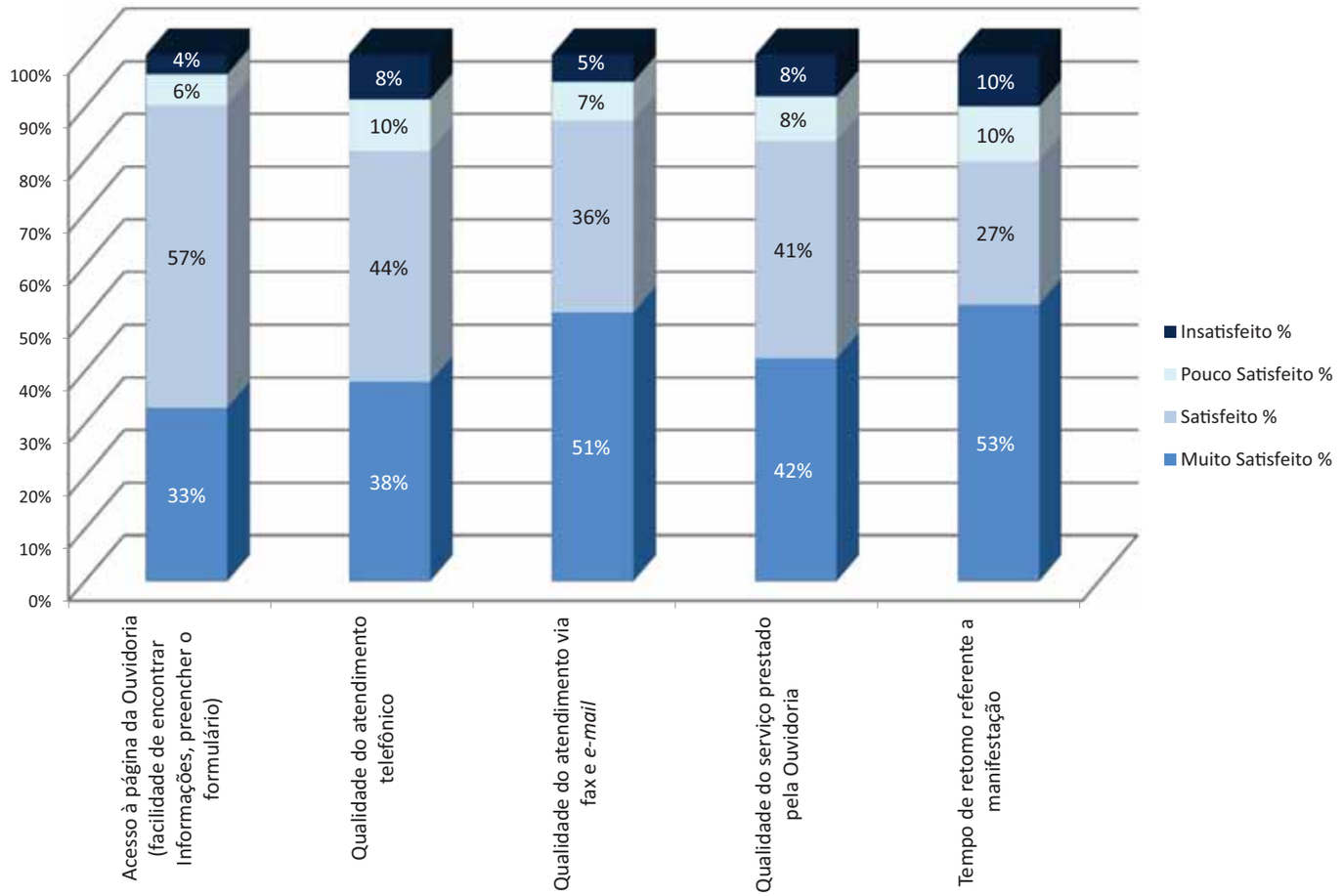


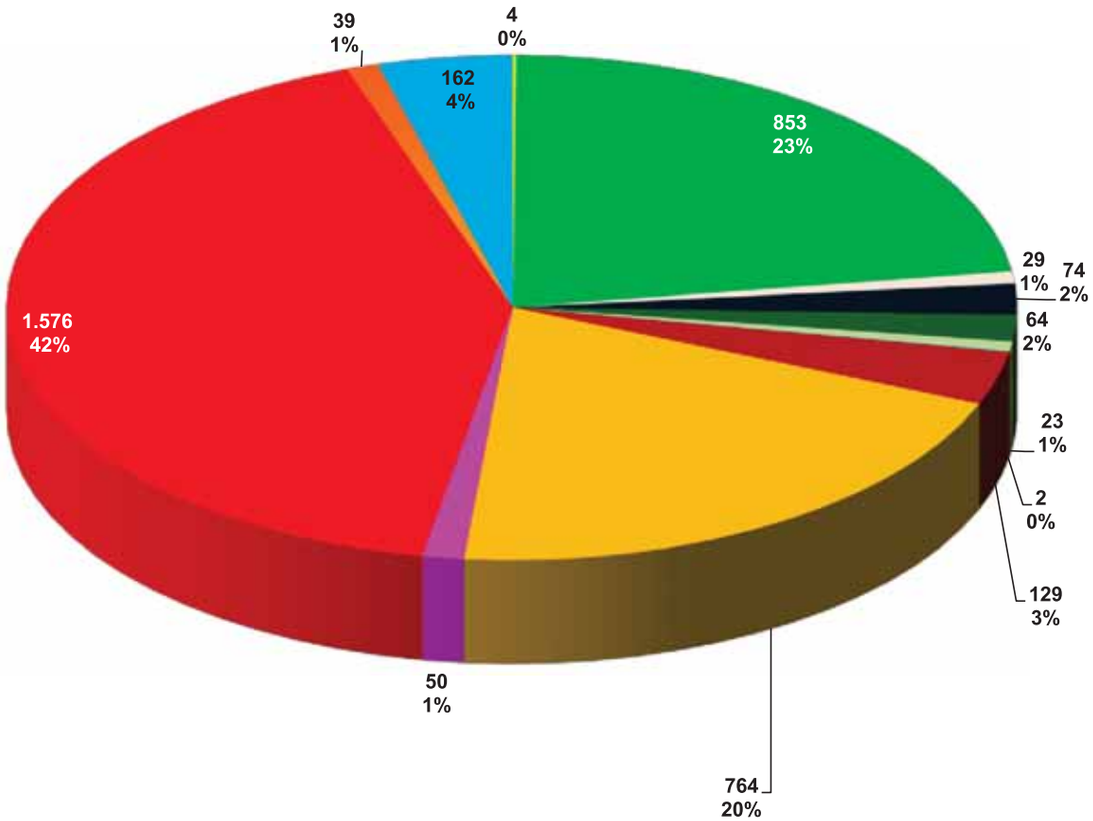
Gráfico 23 -Estatística da Ouvidoria - Manifestação por Avaliação

3.2. DA TRIAGEM TÉCNICA

O MP de Sergipe disponibiliza, ainda, mais um ponto de atendimento direto à população, denominado Triagem Técnica, órgão responsável por receber e direcionar as demandas que chegam à Sede da Instituição, conduzindo o cidadão até a Promotoria pertinente, da Capital ou do Interior, e, inclusive, para órgãos externos.

De janeiro a dezembro de 2013, a Triagem realizou **3.769 (três mil, setecentos e sessenta e nove)** atendimentos, média de **314 (trezentos e quatorze) por mês**, com destaque para os serviços de **orientação técnica**, que consistem em oferecer orientação jurídica ao cidadão acerca de suas demandas, informando-o de seus direitos e obrigações, além de indicar as condutas a serem adotadas para solução do seu problema, principalmente, quando o atendimento reporta-se a causas individuais. As atividades do setor, no ano em foco, estão demonstradas no gráfico a seguir:

Triagem Técnica - Atendimentos na Sede do MPSE - 2013



- 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública.
- 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: Especializada na Defesa dos Direitos à Saúde.
- 3ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: Especializada no Controle Externo da Atividade Policial e em Questões Agrárias.
- 4a Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: Especializada na Defesa do Acidentado do Trabalho, do Idoso, do Deficiente, dos Direitos Humanos em Geral e dos Direitos à Assistência Social, na Proteção aos Direitos da Mulher, na Fiscalização das respectivas Políticas Públicas, no Combate à Discriminação Racial e Apoio às Vítimas de Crimes.
- 5ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: Especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural, Controle e Fiscalização do Terceiro Setor e Serviços de Relevância Pública.
- 6a Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: Especializada na Defesa do Direitos à Educação.
- 8a Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão: Especializada na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.
- Encaminhamento para Órgãos Externos.
- Encaminhamento para Promotorias do Interior.
- Orientação Técnica
- Solicitação para Escola.
- Solução via Triagem Técnica.

Gráfico 24 – Atendimentos da Triagem Técnica na Sede do MPSE

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo.

Peter Drucker

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. REALIZAÇÃO DO 1º *WORKSHOP* CAOPS E PROMOTORIAS EXECUTANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2012, foram instituídas 11 (onze) Comissões para execução de Projetos previstos no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe. A maior parte das Comissões se dedicou, então, a produzir material que julgou útil para auxiliar os Membros, em todo o Estado, a desempenhar, com maior agilidade, seus trabalhos relacionados a temas diversos.

Concluindo essa fase, foi concebido e implementado o Portal *Web* dos Centros de Apoio Operacionais – CAOps, *link* acessível no *site* do MPSE, no intuito de disponibilizar, de maneira ágil e centralizada, todo o material dos Centros de Apoio, tendo como base inicial o que foi produzido pelas referidas Comissões.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido, o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico – CGPE, atendendo às sugestões dos próprios Grupos, realizou, nos dias 09 e 16 de setembro de 2013, o **1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico**, objetivando apresentar o mencionado Portal a todos os Membros do MPSE, com vistas a dar efetividade às ações ali contidas.

O quadro a seguir apresenta a programação do evento:

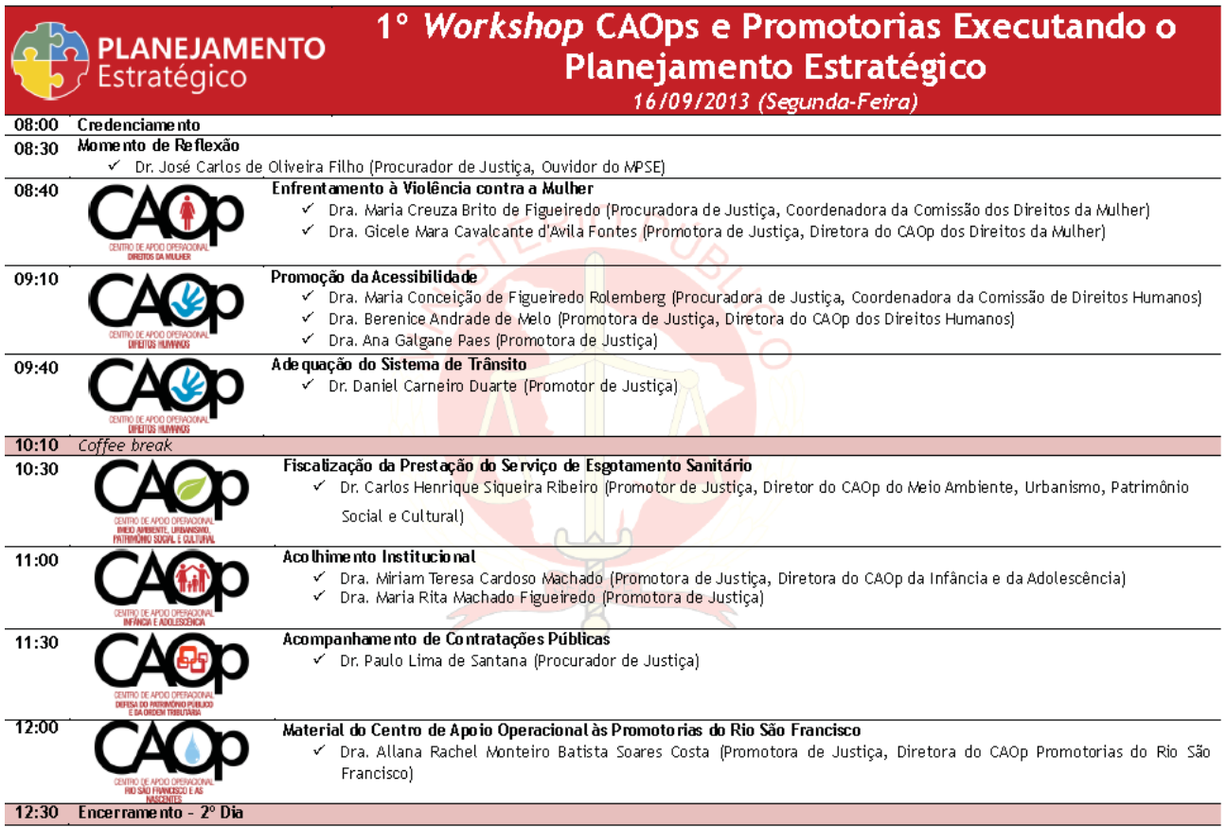
PLANEJAMENTO Estratégico

1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

09/09/2013 (Segunda-Feira)

08:00	**Credenciamento**
08:30	**Momento de Reflexão** ✓ Dr. José Carlos de Oliveira Filho (Procurador de Justiça, Ouvidor do MPSE)
08:40	**Abertura** ✓ Dr. Orlando Rochadel Moreira (Procurador-Geral de Justiça)
09:00	**Apresentação do Portal *Web* dos CAOps** ✓ Dr. Eduardo Barreto d'Avila Fontes (Promotor de Justiça, Assessor da Coordenadoria-Geral)
09:30	**Material do Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais** ✓ Dr. Alexandre Albagli Oliveira (Promotor de Justiça, Diretor do CAOp Atividades Cíveis e Criminais)
10:00	**Promoção do Controle do Terceiro Setor** ✓ Dra. Ana Paula Machado Costa Menezes (Promotora de Justiça, Diretora do CAOp do Terceiro Setor)
10:30	*Coffee break*
10:50	**Adequação Física e Estrutural das Escolas Públicas Estaduais e Municipais** ✓ Dr. Etélio de Carvalho Prado Júnior (Promotor de Justiça, Diretor do CAOp dos Direitos à Educação) ✓ Dr. Luís Fausto Dias de Valois Santos (Promotor de Justiça) ✓ Dr. Alexandro Sampaio Santana (Promotor de Justiça)
11:20	**Adoção das Medidas Necessárias à Reestruturação Física de Hospitais, Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde** ✓ Dr. Nilzir Soares Vieira Júnior (Promotor de Justiça, Diretor do CAOp dos Direitos à Saúde)
11:50	**Incrementação da Perícia Forense** ✓ Dr. Adson Alberto Cardoso de Carvalho (Promotor de Justiça, Diretor do CAOp dos Direitos à Segurança Pública)
12:20	**Encerramento - 1º Dia**

Figura 4 - Programação do 1º dia do 1º *Workshop* CAOPs e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico



PLANEJAMENTO Estratégico

1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

16/09/2013 (Segunda-Feira)

08:00	**Credenciamento**
08:30	**Momento de Reflexão** ✓ Dr. José Carlos de Oliveira Filho (Procurador de Justiça, Ouvidor do MPSE)
08:40	**Enfrentamento à Violência contra a Mulher** ✓ Dra. Maria Creuza Brito de Figueiredo (Procuradora de Justiça, Coordenadora da Comissão dos Direitos da Mulher) ✓ Dra. Gicele Mara Cavalcante d'Avila Fontes (Promotora de Justiça, Diretora do CAOp dos Direitos da Mulher)
09:10	**Promoção da Acessibilidade** ✓ Dra. Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg (Procuradora de Justiça, Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos) ✓ Dra. Berenice Andrade de Melo (Promotora de Justiça, Diretora do CAOp dos Direitos Humanos) ✓ Dra. Ana Galgane Paes (Promotora de Justiça)
09:40	**Adequação do Sistema de Trânsito** ✓ Dr. Daniel Carneiro Duarte (Promotor de Justiça)
10:10	*Coffee break*
10:30	**Fiscalização da Prestação do Serviço de Esgotamento Sanitário** ✓ Dr. Carlos Henrique Siqueira Ribeiro (Promotor de Justiça, Diretor do CAOp do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural)
11:00	**Acolhimento Institucional** ✓ Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado (Promotora de Justiça, Diretora do CAOp da Infância e da Adolescência) ✓ Dra. Maria Rita Machado Figueiredo (Promotora de Justiça)
11:30	**Acompanhamento de Contratações Públicas** ✓ Dr. Paulo Lima de Santana (Procurador de Justiça)
12:00	**Material do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco** ✓ Dra. Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa (Promotora de Justiça, Diretora do CAOp Promotorias do Rio São Francisco)
12:30	**Encerramento - 2º Dia**

Figura 5 - Programação do 2º dia do 1º *Workshop* CAOPs e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

O Comitê Gestor entende que o evento proporcionou a sensibilização dos Promotores de Justiça para atuar, em suas respectivas localidades, nos eixos do Planejamento Estratégico, tendo como ferramenta de trabalho o material produzido e disponibilizado no *site*, contribuindo no sentido de que este Órgão Ministerial venha a alcançar os objetivos e metas traçados no seu Plano Institucional.

O sucesso da iniciativa, comprovado pela avaliação dos participantes, visualizada nos gráficos seguintes, motivou o CGPE a programar, ainda para o 1º semestre de 2014, a realização de novo *Worskhop*, previsto para ocorrer no mês de Junho.

O *WORKSHOP* SERVIU COMO MOTIVAÇÃO PARA ATUAR NOS DIVERSOS EIXOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ABORDADOS?

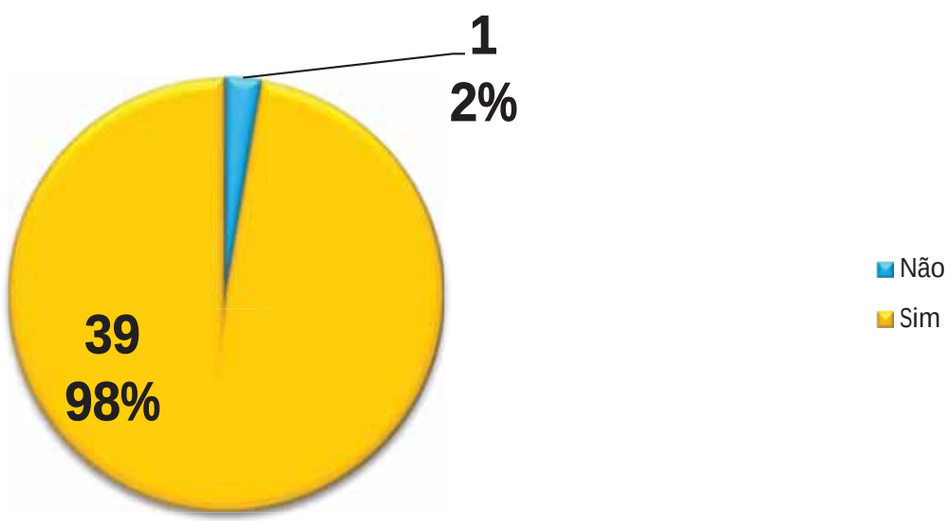


Gráfico 25 - Avaliação do 1º *Workshop* CAOPs e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

QUANTO ESTIMA QUE AS INFORMAÇÕES FORAM ÚTEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES?

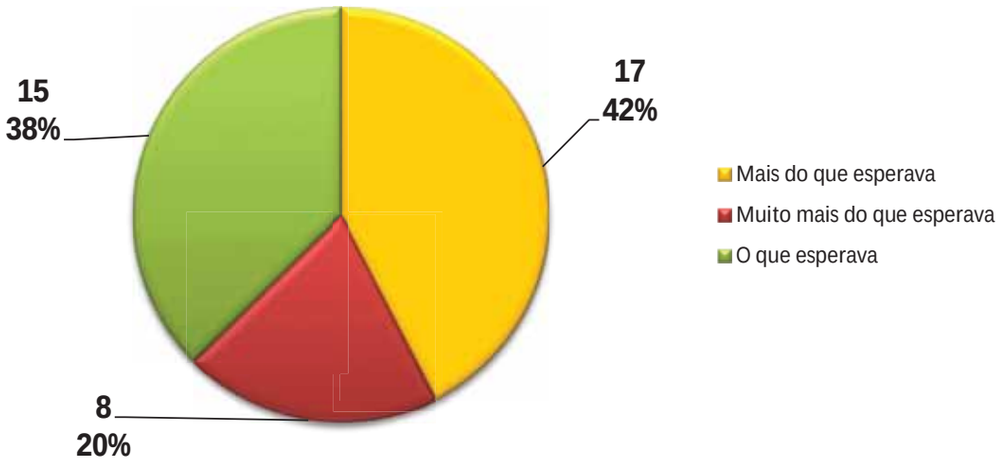


Gráfico 26 - Avaliação do 1º *Workshop* CAOPs e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

EM RELAÇÃO ÀS EXPECTATIVAS QUE TINHA DO EVENTO, COMO CONSIDERA SEU DESEMPENHO?

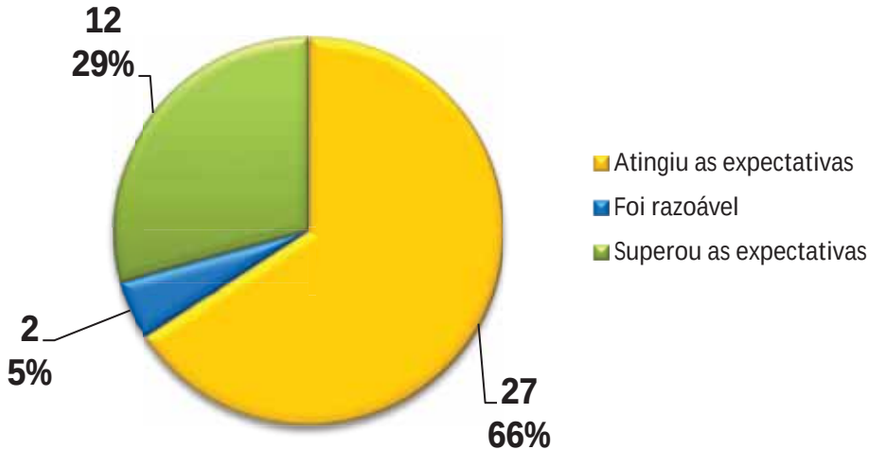


Gráfico 27 - Avaliação do 1º *Workshop* CAOPs e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

QUESTÃO 10 - O QUE ACHOU DA INICIATIVA DO *WORKSHOP*?

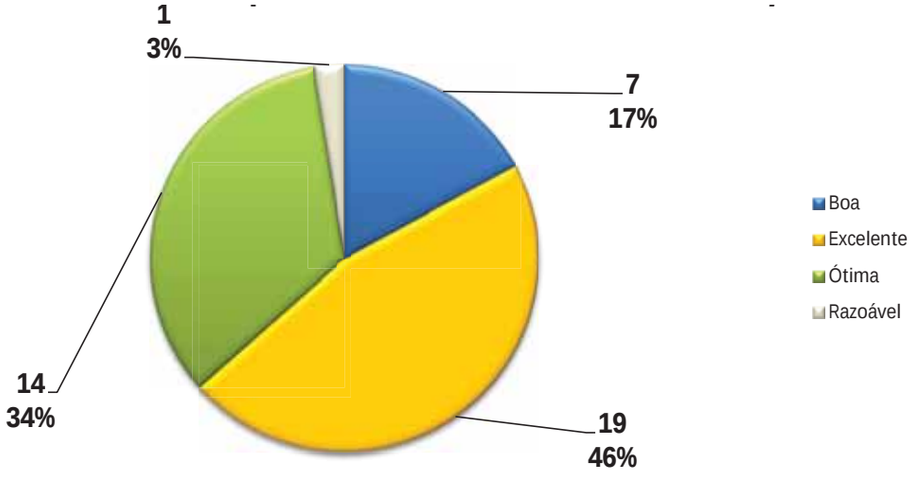


Gráfico 28 - Avaliação do 1º *Workshop* CAOPs e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

4.2. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE SERGIPE QUANTO A TEMAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Concluído o **1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico**, os Promotores de Justiça passaram a ter acesso, no **Portal *Web* dos CAOps**, a material útil ao melhor desempenho de trabalhos relacionados aos seguintes eixos do Planejamento Estratégico:

1. Reestruturação Física de Hospitais, Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento (UPA);
2. Incrementação da Perícia Forense;
3. Implementação do Programa de Adequação Física e Estrutural das Escolas Públicas Estaduais e Municipais (manutenção, conscientização de alunos e aquisição de equipamento de informática);
4. Enfrentamento da violência contra a Mulher;
5. Promoção da Acessibilidade;
6. Fomento da Implantação de Programas concernentes ao Acolhimento Institucional;
7. Fiscalização da Adequação da Prestação dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário;
8. Acompanhamento de Licitações e Contratações de Bens, Serviços e Obras Públicas;
9. Fiscalização da Gestão Florestal e da Gestão de Recursos Hídricos;
10. Fiscalização da Destinação dos Recursos Públicos às Entidades Não Governamentais;
11. Adequação do Sistema de Trânsito.

Assim, almejando subsidiar a definição de prioridades para execução, pelos Promotores de Justiça, em suas respectivas localidades, de ações relacionadas aos aludidos eixos, contribuindo para que o MPSE venha a alcançar as metas e objetivos traçados no seu Plano Institucional, o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico – CGPE, através da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil – DIPLAN, capitaneou, junto aos Centros de Apoio Operacional – CAOps, a elaboração de questionários a serem aplicados nas Promotorias de todo o Estado, com vistas a viabilizar a formulação de diagnóstico quanto à situação dos municípios e às dificuldades enfrentadas para se adotar as medidas necessárias relacionadas aos tópicos acima.

4.3. TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS ÓRGÃOS

A sociedade moderna demanda um Setor Público com qualidade de serviços, desenvolvendo suas atividades com eficiência e cumprindo seu papel em perfeita sintonia com as necessidades e interesses da população. Nesse contexto, ganha força a modernização da gestão.

Ciente, então, da imprescindibilidade do aprimoramento da Gestão Estratégica para atender aos anseios dessa nova sociedade, e do aprendizado que pode ser adquirido através da troca de experiência e do conhecimento de boas práticas implementadas por outras Organizações, o MPSE fez algumas visitas em 2013, voltadas para essa finalidade, conforme quadro abaixo:

Órgão Visitado	Período
Ministério Público de Minas Gerais – MPMG	30/09 e 01/10/2013
Tribunal Regional do Trabalho 20ª Região	25/07/2013

Tabela 67 - Órgãos Visitados para Colher Experiências sobre o Planejamento Estratégico

O objetivo de conhecer a experiência vivenciada por esses Órgãos, alinhada ao histórico das ações do seu Planejamento Estratégico, desde a implantação até os dias atuais, foi plenamente atingido e propiciou o conhecimento de práticas de destaque.

A seguir, pode-se visualizar fotos da visita realizada ao MPMG:

Foto 148 - Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe em Visita ao Ministério Público de Minas Gerais

Foto 149 - Servidores do Ministério Público de Sergipe em Visita ao Ministério Público de Minas Gerais

4.4. UTILIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO COMO INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO DO ANDAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O processo colaborativo de construção do Relatório de Gestão do MPSE, conduzido pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil – DIPLAN, prevê a coleta de dados de 41 (quarenta e um) setores da Instituição, por meio de 57 (cinquenta e sete) representantes.

Para tanto, são utilizados *templates* de documentos, que são preenchidos pelos representantes dos órgãos. A Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos, órgão vinculado à DIPLAN, vislumbrou, nesse processo, a oportunidade de obter dados que possibilitam o acompanhamento das ações relacionadas ao Planejamento Estratégico. Nesse sentido, os formulários foram alterados de forma a prever, em sua estrutura, informações referentes ao Plano Institucional, a exemplo do alinhamento aos Objetivos Estratégicos, situação das iniciativas, entre outras, conforme pode ser observado na figura que segue:

Id. da Iniciativa *	Categoria da Iniciativa *	Perspectivas x Objetivos Estratégicos x Impacto * Opções: 0 ou em branco – Sem impacto | 1 – Baixo | 2 – Médio | 3 - Alto									
		SOCIEDADE		PROCESSOS INTERNOS				APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		RECURSOS		
	Opções: PS - Projeto Social; PEH - Projeto Evolução Humana; PAF - Projeto Área Fim; PAM - Projeto Área Meio	Cumprir a destinação Constitucional	Promover a defesa institucional	Desenvolver comunicação ágil e eficaz	Aprimorar e integrar continuamente os processos de trabalho	Aprimorar os relacionamentos e parcerias entre as Instituições	Acompanhar o processo legislativo de interesse constitucional	Recrutar recursos humanos e desenvolver competências.	Aprimorar a gestão de pessoal	Garantir recursos financeiros para o crescimento institucional	Aperfeiçoar a estrutura física das Promotorias	Garantir sistemas de Tecnologia de Informação que suportem o crescimento

Figura 6 - *Template* de Iniciativas e Impacto nos Objetivos Estratégicos

Dentre os benefícios proporcionados pela prática, observa-se:

1. agilidade no processo de monitoramento;
2. identificação de novas iniciativas;
3. influência para a mudança de cultura;
4. disseminação do Planejamento Estratégico – PE.

INDICADORES DE GESTÃO

A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafios.

Martin Luther King Jr.

5. INDICADORES DE GESTÃO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Indicador de Gestão é o instrumento responsável por medir o alcance das metas de desempenho e das ações concretas, necessárias ao atingimento de objetivos do Órgão, que alicerça a avaliação e mensuração do desempenho institucional.

Nesse contexto, utilizamos como ferramenta de medição a execução do orçamento através do processo de liquidação[1], o que permite avaliar se as atividades e projetos foram efetivamente realizados, mensurando o desempenho da organização de acordo com índices previamente estabelecidos.

Assim, de forma a demonstrar a posição final do orçamento do Ministério Público, destacamos que no decorrer do período, diagnosticou-se a ocorrência de alterações orçamentárias derivadas de suplementações e anulações, inclusive destinando parte da dotação para o Sergipe Previdência, o que provocou uma redução orçamentária de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) do orçamento originalmente aprovado.

O gráfico abaixo evidencia os montantes liquidados, apresentando o resultado da execução financeira-orçamentária das ações cumpridas durante o ano.

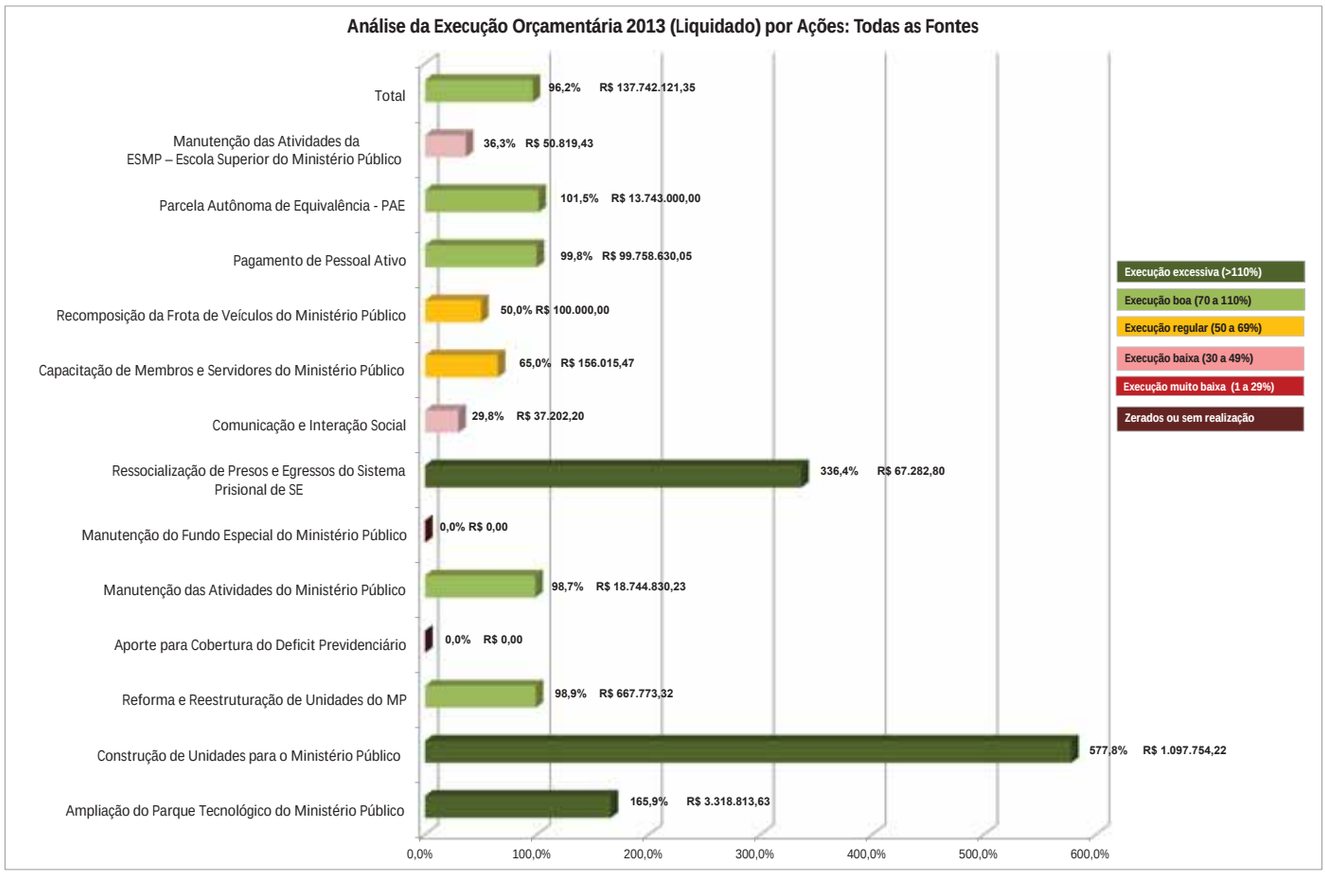
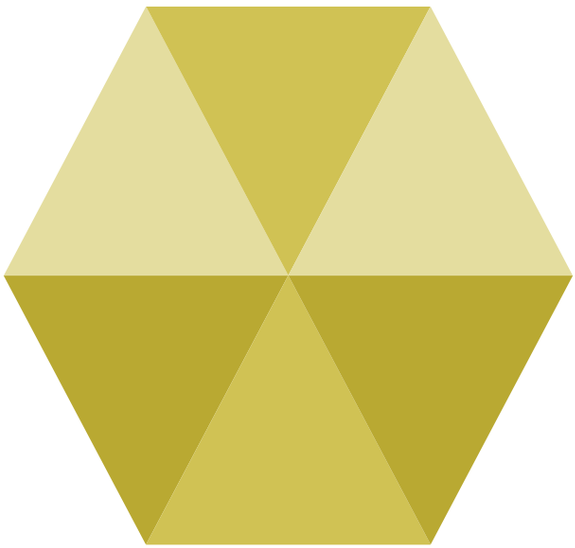


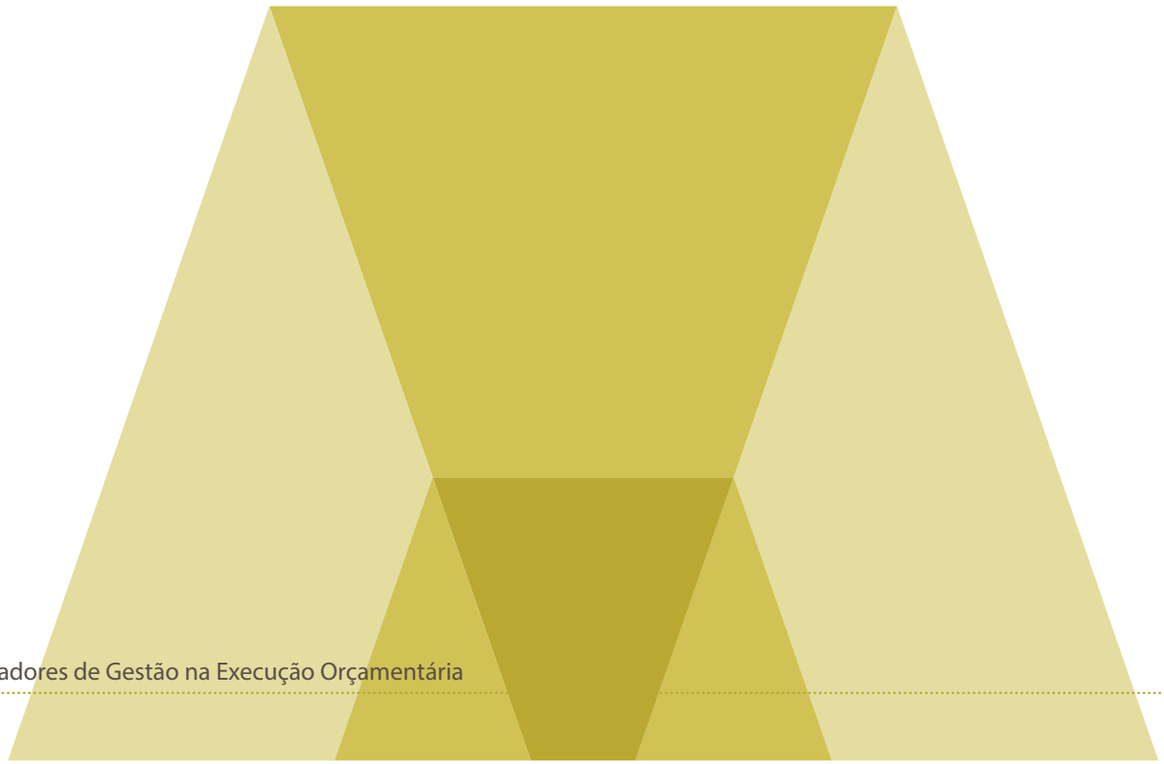
Gráfico 29 - Execução Orçamentária de acordo com as Despesas Liquidadas

1 Segundo a Lei 4.320, art. 63, a liquidação da despesa consiste no processo de verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. A finalidade é reconhecer ou apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação.

Conforme demonstrado no gráfico nº 29, através das liquidações, a execução orçamentária do Ministério Público de Sergipe atingiu o expressivo patamar de **96,2% (noventa e seis inteiros e dois centésimos por cento)** das disponibilidades do Órgão.

Nas ações de *Construção de Unidades para o Ministério Público* e de *Ampliação do Parque Tecnológico do Ministério Público*, houve execução excessiva, ou seja, liquidação acima de 110% (cento e dez por cento) da previsão inicial, ocasionada pela anulação das despesas do ano anterior e respectiva transferência para 2013. Situação análoga ocorreu na ação de Ressocialização de Presos e Egressos do Sistema Prisional de Sergipe, decorrente do aumento de atendimentos do Projeto "Florescer".





ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

A justiça é o vínculo das sociedades humanas; as leis emanadas da justiça são a alma de um povo.

Juan Vives

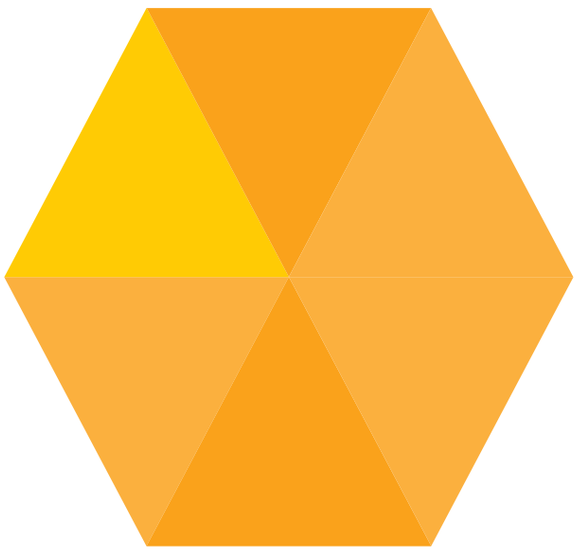
6. ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

Legislação do Período - 2013		
Nº da Norma	**Data**	**Assunto**
Portaria nº 3.146	03/01/2013	**Revoga a Portaria nº 122/2012**, que recompõe o núcleo especial de acompanhamento das obras de construção da nova sede do Ministério Público do Estado de Sergipe
Portaria nº 059	08/01/2013	Designa Promotores de Justiça para os fins que específica (atuarem em conjunto nos procedimentos administrativos relacionados à subvenção da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe)
Portaria nº 002	09/01/2013	Fixa novos valores para a bolsa de complementação educacional de estagiários dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe
Portaria nº 3.055	09/01/2013	Estabelece dias e horários dos servidores do quadro de pessoal de provimento efetivo dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe lotados nas 2ª e 5ª promotorias de justiça da curadoria da Fazenda Pública da comarca de Aracaju/SE
Resolução nº 001/2013 - CPJ	10/01/2013	Aprova Projeto de Lei que "fixa o subsídio dos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe e estabelece providências correlatas"
Resolução nº 002/2013 - CPJ	10/01/2013	Dispõe sobre as Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, prevê regras de vinculação e dá outras providências
Portaria nº 070	11/01/2013	Institui o uso de trajes adequados para a entrada de visitantes na sede do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências, **revogada a Portaria nº 1.424/12**
Portaria nº 071	11/01/2013	Disciplina o uso de trajes dos servidores ocupantes de cargos comissionados, **revogada a Portaria nº 1.424/12**
Portaria nº 073	15/01/2013	Regulamenta o transporte de processos judiciais entre as Promotorias de Justiça localizadas na sede do Ministério Público do Estado de Sergipe e os juízos de direito localizados no Fórum Gumersindo Bessa
Portaria nº 176	21/01/2013	Regulamenta a utilização dos estacionamentos do Ministério Público do Estado de Sergipe por veículos oficiais e veículos particulares de Membros, servidores, estagiários, terceirizados e visitantes, **revogada a Portaria nº 058/13**
Portaria nº 177	22/01/2013	Designa Membros e Servidores do Ministério Público para comporem comissão com o objetivo de conduzir os trabalhos destinados à conscientização das consequências decorrentes da aprovação da proposta de emenda a constituição nº 37/2011 (PEC da impunidade), em tramitação no congresso nacional, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013, **revogada a Portaria nº 120/13**
Resolução nº 003/2013 - CPJ	31/01/2013	Aprova Projeto de Lei que "altera a nomenclatura de unidade administrativa e de cargo de provimento em comissão de natureza especial do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, dando providências correlatas"
Portaria nº 265	31/01/2013	Atualiza os valores financeiros do auxílio-saúde dos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2013
Portaria nº 215	01/02/2013	Instaura e constitui comissão de sindicância administrativa e dá outras providências
Resolução nº 004/2013 - CPJ	07/02/2013	Aprova Projeto de Lei Complementar que "transforma cargo de Promotor de Justiça e dá providências correlatas"
Resolução nº 005/2013 - CPJ	07/02/2013	Dispõe sobre a concessão de diárias aos Membros e servidores do Ministério Público e dá outras providências
Portaria nº 471	21/02/2013	Institui o regulamento do projeto "coral vozes da cidadania" e dá outras providências, com vigência a partir de janeiro de 2013
Resolução nº 006/2013 - CPJ	28/02/2013	Aprova Projeto de Lei Complementar que "transforma cargo de Promotor de Justiça e dá providências correlatas"
Portaria nº 493	01/03/2013	Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, a concessão do auxílio-transporte aos estagiários de nível superior (direito e outros cursos) e de nível médio (ensino médio e fundamental), e dá outras providências
Portaria nº 431	06/03/2013	Regulamenta o projeto "Sensibilizar – o Ministério Público e o Jovem", do Ministério Público do Estado de Sergipe

Resolução nº 007/2013 - CPJ	11/04/2013	Altera o art. 4º, caput, da Resolução nº 006/2008 – CPJ , de 16 de junho de 2008, que trata das visitas a Delegacias de Polícia e estabelecimentos prisionais
Resolução nº 008/2013 - CPJ	11/04/2013	Dispõe sobre a divisão de atribuição para atuar em procedimentos administrativos nas Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão e de Defesa do Consumidor de Aracaju e dá outras providências
Portaria nº 1.205	18/04/2013	Convida servidores efetivos, inclusive os analistas e técnicos, bem como os servidores requisitados e comissionados, pertencentes ao quadro de pessoal dos serviços auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e, ainda, estagiários de nível médio e superior, para participar do Projeto Evolução Humana, promovido pela Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade
Portaria nº 1.281	30/04/2013	Institui normas para o acesso ao sistema de segurança e às imagens do circuito fechado de televisão e vídeo (CFTV) no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências
Portaria nº 1.282	30/04/2013	Regulamenta a utilização dos elevadores no âmbito do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências
Portaria nº 1.283	30/04/2013	Dispõe sobre horário do expediente administrativo de atendimento ao Público externo na sede do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências
Portaria nº 1.350	07/05/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso das catracas de acesso ao edifício-sede do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.
Portaria nº 1.343	10/05/2013	Determina o arquivamento da sindicância administrativa nº 03/2013, instaurada pela Portaria nº 703/13, apurar os fatos da ocorrência constatada no dia 25 de fevereiro de 2013, relatada no *e-mail* datado de 26 de fevereiro de 2013, quando da premiação do melhor arrazoado forense 2012
Portaria nº 1.720	13/06/2013	Fixa valor da gratificação especial operacional (GEO) de servidores municipais à disposição do Ministério Público do Estado de Sergipe
Resolução nº 010/2013 - CPJ	25/07/2013	Aprova Projeto de Lei que "Institui auxílio-alimentação, em pecúnia, aos servidores ativos do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências"
Portaria nº 1.997	29/07/2013	Fixa o valor do auxílio-transporte aos estagiários de nível superior (direito e outros cursos) e de nível médio (ensino médio e fundamental), dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe
Portaria nº 2.326	06/08/2013	Disponibiliza, no Sistema PROEJ, campos específicos para que sejam lançados os "Editais de Convocação de Audiências Públicas" e para que sejam publicadas as "Atas de Audiências Públicas", e dá outras providências
Resolução nº 011/2013 - CPJ	28/08/2013	Aprova a Proposta Orçamentária do Ministério Público de Sergipe para o Exercício 2014
Resolução nº 012/2013 - CPJ	09/09/2013	Disciplina a alocação das Promotorias de Justiça da Curadoria de Família e Sucessões de Aracaju
Resolução nº 013/2013 - CPJ	09/09/2013	Disciplina a alocação das Promotorias de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju
Resolução nº 014/2013 - CPJ	09/09/2013	Altera o art. 1º da Resolução nº 007/2011 – CPJ, de 21 de julho de 2011, que "define as atribuições, a estrutura e o âmbito de atuação das Promotorias de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju e cria os Centros de Apoio Operacional no âmbito do Ministério Público"
Resolução nº 015/2013 - CPJ	09/09/2013	Modifica e consolida as atribuições das Promotorias de Justiça de Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Propriá, São Cristóvão e Tobias Barreto, relativamente à Defesa dos Direitos do Cidadão
Portaria nº 3.241	23/10/2013	Institui comissão para reformular o regulamento do projeto "Movimento Prática Esportiva – MPE" e dá outras providências
Portaria nº 3.285	29/10/2013	Estabelece o horário de funcionamento para atendimento do Público pelos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado de Sergipe durante o mês de janeiro de 2014
Portaria nº 2.879	05/11/2013	Dispõe acerca de procedimentos de segurança de Membros em situação de ameaça à vida ou integridade física, em decorrência do exercício da função, e dá outras providências
Portaria nº 2.931	05/11/2013	Dispõe sobre a utilização e guarda dos veículos integrantes do patrimônio do Ministério Público de Sergipe e dá outras providências
Portaria n° 3.158	05/11/2013	Institui o uso obrigatório de Crachá no Edifício Governador Luiz Garcia, Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências, **revogada a Portaria nº 1.284/13**
Resolução nº 017/2013 – CPJ	13/11/2013	Dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação, em pecúnia, aos servidores ativos do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências
Portaria n° 3.508	13/11/2013	Cria Grupo de Apoio Operacional de Analistas e Técnicos do Ministério Público para atuar em atividades ordinárias, extraordinárias e/ou de urgência no atendimento às Promotorias de Justiça, Centros de Apoio Operacionais (CAOps), Unidades Institucionais, Operacionais e Administrativas da capital e/ou do interior do Ministério Público do Estado de Sergipe
Portaria n° 3.649	26/11/2013	Institui Comissão de Apoio Administrativo à equipe do CNMP responsável pela visita preparatória à Inspeção no Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências

Portaria n° 3.722	02/12/2013	Cria Grupo de Apoio Operacional de Analistas e Técnicos do Ministério Público para atuar em atividades ordinárias, extraordinárias e/ou de urgência no atendimento aos Membros do Colégio de Procuradores de Justiça
Portaria n° 3.731	04/12/2013	Institui Comissão Técnica para acompanhar as Promotorias de Justiça com atribuições de Curadoria da Infância e da Adolescência em visitas às entidades de acolhimento às crianças em situação de risco, e dá outras providências
Portaria n° 3.768	09/12/2013	Instaura e Constitui Comissão de Inquérito Administrativo e dá outras providências
Portaria n° 4.043	17/12/2013	Institui Plano de Emergência Contra Incêndio e Pânico no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências
Portaria n° 4.044	17/12/2013	Institui Brigada de Prevenção e Combate a Sinistros do prédio Sede da Procuradoria-Geral de Justiça e Subsedes da Instituição, e dá outras providências
Portaria nº 4.068	18/12/2013	Dispõe sobre a utilização e guarda dos veículos integrantes do patrimônio do Ministério Público de Sergipe e dá outras providências

Tabela 68 - Legislação do Período



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NA MÍDIA

Todo homem é culpado por todo bem que ele não fez.

Voltaire

7. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NA MÍDIA

Janeiro de 2013
Ministério Público de Sergipe-MPSE apurará responsáveis pelos danos na Saúde
MPSE vai investigar denúncia da Secretaria Municipal de Saúde - SMS
MPSE pode interditar feirinha de oficinas realizada no Siqueira Campos
Ministério Público de Sergipe é contra "Projeto de Emenda Constitucional - PEC da Impunidade"
Ministério Público visita unidades de atendimento a crianças em SE
MP de Sergipe a favor do consumidor
MPSE atesta riscos de contaminação no Hospital Governador João Alves Filho - HGJAF
MPSE recebe denúncia de maus tratos a animais
MP ingressa ação contra G. Barbosa
Desabastecimento da cozinha do Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE é discutido pelo MP
Reunião no MPSE discute assistência à saúde no Pré-Caju
MPSE quer coibir boicote de PMs no Pré-Caju 2013
MPSE ingressou ação pedindo interdição da Av. Beira Mar
Fevereiro de 2013
MPSE vai averiguar ortopedia infantil
MPSE intervém em débitos do Estado e do Município
MP processa o Bompreço por vender produtos vencidos
MP quer mais segurança no Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE
Oncologia - MPSE requer atendimentos em até 30 dias
MP vai analisar as escalas da Polícia Militar - PM, revela Samuel
MPSE quer concurso público para as duas Unidades de Pronto Atendimento - UPAs da Capital
MPSE requer definição das escalas médicas em UPAs
Ministério Público requer aumento de cirurgias
MPSE requer vistoria rígida em casas de show
MPSE ajuíza Ação Civil contra a Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO
MP vai investigar caos de amputação no HUSE
MP tenta acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe - SINTESE e São Cristóvão
MPSE pede pressa na reforma da escola Papa João Paulo II
MPSE entra com representação contra Gilmar Carvalho
MP pede interdição imediata dos três mercados de Aracaju
Março de 2013
MP deverá fiscalizar tempo de uso da frota de ônibus
MPSE ouve usuários de transporte coletivo
Promotores de Justiça mobilizados contra PEC 37
MP sai às ruas para ouvir reclamações da população
MP processa autor de atropelamento doloso
MP pede regularização do fornecimento de medicamentos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS

MPSE concede liminar a favor dos professores municipais
MPSE discute estrutura para realização de shows
Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe - DETRAN/SE é alvo de Ação Civil proposta pelo MPSE
Sobra de vagas em instituição educacional é discutida no MPSE
MPSE decide que aulas em escola devem ser repostas
MPs querem suspensão da venda do Hospital do Coração ao Cirurgia
MP quer novas vistorias em estabelecimentos interditados
MPSE determina prazo para regularização de escolas
Fila de espera das cirurgias eletivas é tema de audiência no MPSE
MPSE quer parceiros para o Programa de Apoio ao Estudo
Abril de 2013
Ministério Público lança campanha contra PEC 37
MPSE solicita melhorias em abrigos de ônibus
Após ações do MPSE, feiras dão sinais de melhorias
MPSE pede para Prefeitura Municipal de Aracaju - PMA suspender 16 feiras
MPSE manda adequar transferência de pacientes
MPSE poderá denunciar jovem por estupro de vulnerável
MP pede demolição de bar às margens do Rio Poxim
MPF e MPSE ajuízam ação para regular carcinicultura
MPSE faz denúncia formal contra idoso
MPSE acata prazos dados pelo Corpo de Bombeiros de SE
MPSE apura denúncia contra a Torre
MP cobra segurança em maternidade
MPSE ajuíza ação contra a Fundação Hospitalar de Saúde - FHS
Bombeiros enviam ao MPSE laudo de inspeção no HUSE
MPSE: Unidade de Pronto Atendimento - UPA Fernando Franco tem 30 dias para se adequar
Maio de 2013
Saúde Pública só anda empurrada por pressão do Ministério Público
Suposta agressão a menor vai parar no MPSE
MP quer proibir cobrança de estacionamento nos *shoppings*
MP propõe ação para regularizar fornecimento de medicamentos no HUSE
Superior Tribunal de Justiça - STJ dá provimento aos Recursos Especiais Interpostos pelo MP e restabelece sentenças
MPSE ajuíza nova ação contra o Estado e a Fundação Hospitalar de Saúde - FHS
MPSE pede regularização de antibióticos
MPSE fiscaliza divisão de espaços públicos em Aracaju
MP discute futuro dos catadores de lixo no município de Nossa Senhora do Socorro
Junho de 2013
MPSE: Licitação do transporte coletivo é função do Estado
MPSE: Organizações de Saúde são ilegais
MPSE quer funcionamento completo do Centro Cirúrgico do HGJAF
Supremo Tribunal Federal - STF nega pedido do MPSE sobre estacionamento
MPSE requer eleições em Comitê Comunitário
MPSE pede na justiça mais leitos pediátricos

MP cobra realização de concurso público em Japaratuba e Pirambu
Corregedoria-Geral do MP pede ações de improbidade
Julho de 2013
MP requer que o Estado corrija deficiência no quadro de pessoal do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON
Ministério Público requer a regularização no sistema de telefonia da Operadora Vivo
Ministério Público de Sergipe ajuíza Ação Civil Pública contra empresa Ricardo Eletro
MPSE quer adequações dos Mercados Centrais de Aracaju
MPSE requer do Hospital Cirurgia a regularização da radioterapia
MPSE ajuíza Ação Civil contra Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT de Aracaju
MP e órgãos ambientais discutem criação de cadastro ambiental rural
Ministério Público de Sergipe lança edital de concurso
MPSE contesta liberdade de fotógrafo que atropelou motociclistas
MP ajuíza ação em face de ex-secretária e ex-gestoras da Eunice Weaver
MP requer condenação do ex-prefeito de Aquidabã
MPSE aciona ex-secretária e ex-gestoras de Organização Não Governamental - ONG
MPF e MPSE recomendam que órgãos evitem uso de armas
Ministério Público pedirá intervenção judicial no HUSE
MPSE irá pedir intervenção judicial fiscalizatória no HGJAF
MPSE discute averbações de reservas legais de Sergipe
MPSE apura circunstâncias da morte de adolescente
MPSE pede perícia mais apurada na Av. Beira Mar
MPSE discute ocupação de margem de rio
Desde maio, MPSE requer providências no trânsito da rodovia Inácio Barbosa
MP ingressa nova Ação contra a Prefeitura Municipal de Aracaju
MP requer providências na Rodovia dos Náufragos
MPSE ajuíza Ação contra hospitais
Agosto de 2013
MPSE constata melhorias de higienização no HGJAF
MPSE espera por laudo de inspeção em alas do HUSE
MPSE lança projeto para recuperar rios
MP alerta sobre berçários e hotéis que funcionam de forma ilegal
MPSE requer que os postos regularizem a venda por cartão de crédito ou débito
Ministério Público pede reparos em estrutura do HGJAF
MP ajuíza Ação para colocar em funcionamento nova Central de Regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
MPSE requer providências no trânsito da Santa Gleide
Federação Sergipana de Futebol - FSF, PM, clubes e MPE discutem segurança
MPSE busca reativar radioterapia
Maioridade penal é tema de palestra no MPSE
MP quer combater contratação de "Fichas Sujas" em São Cristóvão
MP cobra recomendações feitas a Nossa Senhora do Socorro
MP analisa condições das casas de acolhimento
MPSE entra com mais uma Ação contra o Estado
MPSE convoca presidente da FSF para reunião

MP requer que Município de Aracaju custeie as despesas com passe escolar
MPSE ajuíza nova Ação contra a Maternidade Nossa Senhora de Lurdes - MNSL e a Fundação Hospitalar de Saúde - FHS
MP requer mais enfermeiros em Tobias Barreto
MPSE denuncia grupo por suposta prática de estelionato em Nossa Senhora do Socorro
MPSE interpela FHS
MP move ação contra CODISE, EMURB e Estado
MP requer mais Saúde para o Município de Socorro
Setembro de 2013
MPSE requer que Estado e a FHS abasteçam o HGJAF
MPSE ingressa ação contra a PMA
MPSE requer higiene nas alas do Hospital João Alves
MPSE quer garantir atenção a paciente
MPSE requer regularização para a exploração do serviço de táxi
MPSE recomenda Estado a não realizar publicidade
MPSE entrará com Ação contra o Estado e a FHS
MPSE e Corpo de Bombeiros continuam atuando em vistorias nas casas de *shows*
MPSE apresenta sobre transparência
MP de Sergipe requer cirurgias eletivas pediátricas
MP ajuíza Ação que visa direito à criança
MPSE apura condições de prédios na Capital
MPSE quer saber como anda gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
MPSE requer uma nova licitação para o Centro de Abastecimento do Estado de Sergipe - CEASA
MPSE já moveu 36 Ações contra a Secretaria de Estado da Saúde e a FHS
MPSE investiga destino das verbas de subvenção da Assembleia Legislativa
MPSE faz mais uma audiência sobre saída dos médicos
MP requer que Porto da Folha pague os salários em atraso dos servidores
MP discute políticas públicas para sem-teto
MPSE move ação contra o Estado devido à insegurança no HGJAF
MPSE quer mais participação das UPAs Municipais
MPSE pretende estabelecer limites em manifestações
Outubro de 2013
Transporte Público: MP faz Fórum para debater melhorias
MPSE quer criação de ambulatórios especializados
MPSE quer Comissão de Ética no HUSE
MPSE requer que escola seja interditada
MPSE estuda formas de adequar cuidadores em escolas estaduais
MPSE quer concurso para médico
MPSE requisita inquérito para apurar apreensão de veículo da Guarda Municipal
Novembro de 2013
MPSE quer aumento da oferta de cirurgia bariátrica
MP cobra obrigações não cumpridas por Socorro
MPSE requer que Estado realize concurso para a PM
MPSE vai ajuizar mais uma Ação Civil contra a FHS

Reunião no MPSE discute situação de crianças e adolescentes dependentes químicos
MPSE instaura inquérito para apurar improbidade
MPSE realiza seminário sobre transparência de ONGs
MP exige criação de aterro sanitário em Itabaiana
MP requer cumprimento de sentença para o lixão
MPSE impetra Ação contra ex-prefeito de Socorro
MP promoverá II Seminário do Terceiro Setor
MPSE requer regularização de prontuários
MP requer Cumprimento de Sentença contra Prefeitura de Itabaiana
MPSE quer rede de meio ambiente ativa em SE
MP dá prazo de cinco dias para Secretaria de Estado da Educação - SEED resolver falta de professores em Boquim
MPSE cobra a criação de leitos no Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - Ipesaúde
MPSE requer adequação para atendimento aos idosos
Ministério Público pede para rever processo de licitação para os táxis de Aracaju
Dezembro de 2013
Audiência Pública ouvirá reivindicações de pessoas com deficiência
Falta de professores na rede estadual será investigada pelo MPSE
MP pede regularização de loteamentos em Socorro
MP realiza Pós-Censo Educacional em Ribeirópolis
MPSE busca uma solução para usuários do Ipesaúde
MPSE diz que só pede serviços disponíveis
MPSE processa moradores do Bairro Augusto Franco por uso irregular de água
MPSE requer liberdade para compra de próteses
Obra na Avenida Beira-Mar: Ministério Público Federal - MPF e MPSE cobram licenciamento ambiental da PMA

Tabela 69 - Ministério Público de Sergipe na Mídia

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Se todos estão indo adiante juntos, então o sucesso encarrega-se de si mesmo.

Henry Ford

8. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Procurador-Geral de Justiça
Orlando Rochadel Moreira

Corregedora-Geral
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Coordenador-Geral
Ana Christina Souza Brandi

Ouvidor
José Carlos de Oliveira Filho

Colégio de Procuradores
Orlando Rochadel Moreira – Presidente
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Maria Creuza Brito de Figueiredo
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rollemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana
Paulo Lima de Santana

Secretário-Geral do MPSE
José Rony Silva Almeida

Assessor-Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Manoel Cabral Machado Neto

Diretor da Escola Superior do Ministério Público
Newton Silveira Dias Junior

Coordenador Pedagógico da Escola Superior do Ministério Público
Henrique Ribeiro Cardoso

Diretor do Gabinete de Segurança Institucional-GSI
Luis Alberto Moura Araújo

Diretor do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO
Jarbas Adelino Santos Júnior

Diretor do Centro de Apoio Operacional das Atividades Cíveis e Criminais
Alexandre Albagli Oliveira

Diretor do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária
Paulo Lima de Santana

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação
Etélio de Carvalho Prado Junior

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos
Berenice Andrade de Melo

Diretora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Infância e Adolescência
Miriam Teresa Cardoso Machado

Diretora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher
Gicele Mara Cavalcante D. Fontes

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde
Nilzir Soares Vieira Junior

Diretor do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural
Carlos Henrique Siqueira Ribeiro

Diretora do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes
Allana Rachel Monteiro B. S. Costa

Diretor do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública
Adson Alberto Cardoso de Carvalho

Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor
Ana Paula Machado Costa Meneses

PROMOTORES (AS)

Ademilton de Oliveira Santos
Adriana Ribeiro Oliveira
Adson Alberto Cardoso de Carvalho
Akel de Andrade Lima
Aldeleine Melhor Barbosa
Aldo Souza Aragão
Alessandra Pedral de Santana
Alex Maia Esmeraldo de Oliveira
Alexandre Albagli Oliveira
Alexandro Sampaio Santana
Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa
Alonso Gomes Campos Filho
Amilton Neves Brito Filho
Ana Cláudia Machado Costa Moraes
Ana Cristina Aragão de Carvalho
Ana Galgane Paes
Ana Leila Costa Garcez
Ana Paula Machado Costa Meneses
Ana Paula Souza Viana
Anderson Viana Souza
Antônio Carlos Nascimento Santos
Antônio César Leite de Carvalho
Antônio Forte de Souza Júnior
Arnaldo Figueiredo Sobral
Augusto César Leite de Resende
Augusto César Lobão Moreira
Belarmino Alves dos Anjos Neto
Berenice Andrade de Melo
Bruno Melo Moura
Carla Rocha Barreto de Almeida
Carlos Henrique Siqueira Ribeiro
Carmem Lúcia Buarque de Gusmão
Caroline Leão Nogueira Melo
Cecília Nogueira Guimarães
Cláudia Daniela de Freitas Silveira Franco
Cláudia do Amaral Calmon
Cláudia Virgínia Oliver de Sá
Cláudio Roberto Alfredo de Sousa
Daniel Carneiro Duarte
Deijaniro Jonas Filho
Diego Gouveia Pessoa de Lima
Edjilda Resende de Lima Guerra
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes
Eduardo Franklin Miranda de Oliveira
Eduardo Lima de Matos
Edyleno Ítalo Santos Sodré
Emerson Oliveira Andrade
Etélio de Carvalho Prado Júnior
Euza Maria Gentil Missano Costa
Fabiana Carvalho Viana Franca
Fábio Pinheiro Silva de Menezes
Fábio Viegas Mendonca de Araújo
Félix Carballal Silva
Flávia Franco do Prado Carvalho
Flaviano Almeida Santos
Francisco Ferreira de Lima Júnior
Francisco José de Oliveira Gois
Gicele Mara Cavalcante d'Ávila Fontes
Gilton Feitosa Conceição
Gláucia Queiroz de Morais
Henrique Ribeiro Cardoso
Iúri Marcel Menezes Borges
Jarbas Adelino Santos Junior
João Raimundo Moreira Guimarães
João Rodrigues Neto
Joelma Soares Macêdo de Santana
José Elias Pinho de Oliveira
José Lucas da Silva Gois
José Rony Silva Almeida
Juliana Checcucci Carballal
Julival Pires Rebouças Neto
Karla Christiany Cruz Leite
Kelfrenn Teixeira Rodrigues De Menezes
Lenilde Nascimento Araujo
Leydson Gadelha Moreira
Luciana Duarte Sobral Menezes
Lúcio José Cardoso Barreto Lima
Luís Alberto Moura Araújo
Luís Cláudio Almeida Santos
Luís Fausto Dias Valois Santos
Manoel Cabral Machado Neto
Márcia Mendes Ungar
Marcílio de Siqueira Pinto
Maria Eugênia Deda
Maria Helena Sanches Lisboa Vinhas
Maria Lilian Mendes Carvalho
Maria Rita Machado Figueiredo
Maura Silva de Aquino
Maurício Gusmão Magalhães
Míriam Teresa Cardoso Machado
Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva
Mônica Maria Hardman Dantas Bernardes
Newton Silveira Dias Junior
Nilzir Soares Vieira Junior
Odil Silva Oliveira
Orlando Rochadel Moreira
Paulo José Francisco Alves Filho
Paulo Lima de Santana
Paulo Vieira Messias
Peterson Almeida Barbosa
Pollyanna Mara de Castro Aguiar
Rafael Schwez Kurkowski
Raimundo Bispo Filho

Renato Vieira Dantas Bernardes
Renê Antônio Erba
Ricardo Machado Oliveira
Ricardo Sobral Sousa
Rivaldo Frias dos Santos Júnior
Rogério Ferreira da Silva
Rômulo Lins Alves
Rosane Gonçalves dos Santos
Sandro Luiz da Costa
Silvio Roberto Matos Euzébio
Solano Lúcio de Oliveira Silva
Suzy Mary de Carvalho Vieira
Talita Cunegundes Fernandes da Silva
Tatiana Souto Quirino
Verônica de Oliveira Lazar Amado
Virgílio do Vale Viana
Waltenberg Lima de Sá
Walter César Nunes Silva
Wilton Araújo Santos

Assessoria Jurídica
Morgana Boto Menezes

Coordenação de Acompanhamento de Atividades Extrajudiciais
Luciana Dias Souza

Coordenação de Acompanhamento de Atividades Judiciais
Carlos Henrique de Melo Conceição

Coordenação da Biblioteca
Cândida Alves Carvalho

Coordenação de Documentação e Memória
José Bruno Batista Silva

Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade
Tatiane Aguiar Guimarães Silva

Coordenação do Cartório
Selma Suely Farias Santos

Coordenação do Centro Médico
Milton Rabelo Barreto

Coordenação do Gabinete de Segurança Institucional
Jorge Tavares de Jesus

Coordenação do Grupo de Atuação Especial de Combate do Crime Organizado
Priscila Dias Silva Felizola

Divisão Administrativa do Gabinete do Procurador-Geral
Denise dos Santos Costa

Divisão Administrativa e Pedagógica da Escola Superior
Maria Selma Siqueira de Carvalho

Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos
Paulo José de Freitas Filho

Divisão de Controle Interno
Alberto Rodrigues Cardoso da Silva

Divisão de Serviço Social
Mercedes Cabirta Dortas

Diretoria Administrativa
Carlos Tavares

Coordenação do Cartório de 1º Grau
Marcos Antônio de Menezes Santana

Divisão de Apoio Administrativo
José Costa Cavalcante Júnior

Divisão de Engenharia e Manutenção
José Isaú de Lima Franca

Divisão de Material
Léa Maria Sobral Da Cruz

Divisão de Patrimônio
Adlênio Marinho Araujo Andrade

Divisão de Perícia Técnica
Miguel Ângelo Fontes Dos Santos

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil
José Ailton Nunes da Silva

Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico
Givanilson Santos de Jesus

Divisão de Perícia Contábil
José Marlúcio Monteiro Ferreira

Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos
Alessandra Souza de Santana

Diretoria de Recursos Humanos
Sávio Augusto Sobral Garcez

Divisão de Controle e Gestão de Estagiários
Antônio Diego Cardoso Viana

Divisão de Gestão de Pessoas Área Institucional
Mariana Batista Costa Araújo

Divisão de Gestão de Pessoas e Admissão, Avaliação e Movimentação de Servidores
Bruno Gomes de Andrade

Divisão de Pagamentos e Centro de Custos
Maria de Lourdes Tojal Dantas Santos

Diretoria de Tecnologia da Informação
Alexandre Andrade de Souza

Divisão de *Help Desk*
Saulo Morais de Andrade

Divisão de Infraestrutura
Lissandro Patricius Gois Santos

Divisão de Produção de *Software*
Marcos Antônio Bastos Filho

Divisão de Projetos e Banco de Dados
Everaldo da Silva Cerqueira

Divisão de Suporte
Maylane Menezes Lima Oliveira

Diretoria Financeira
Ligia Maria Monteiro de Figueiredo

Divisão Financeira
Diego Soares Ribeiro

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS PARA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO

Assessoria Jurídica
Michelli Oliveira Barbosa

CAOp às Atividades Cíveis e Criminais
Verônica Eugênia Morales Salinas Cardoso

CAOp da Infância e da Adolescência
Mônica Oliveira Nunes

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária
Aline Barboza Alcântara

CAOp de Defesa dos Direitos Humanos
Mariana Moura Rocha

CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes
Caio Nabuco D' Ávila Oliveira
Igor Macedo Brandão
Jacqueline Carvalho Nabuco D'Ávila Cespedes

CAOp de Segurança Pública
Sylvio Alexandre de Oliveira Belém

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural
Fernanda Silva Costa

CAOp do Terceiro Setor
Eva Cecília Trindade Siqueira

CAOp dos Direitos à Educação
Victor Maximino de Souza Santos

CAOp dos Direitos à Saúde
Adriana Freire de Menezes

CAOp dos Direitos da Mulher
Sheila Andrade Araújo Matos

Cartório
Lemuel Santos Bomfim

Centro Médico
José Costa Cavalcante Júnior
Pedro Vinícius Lopes dos Santos

Conselho Superior
Edson dos Santos

Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade
Tatiane Aguiar Guimarães Silva

Coordenadoria de Documentação e de Memória
José Bruno Batista Silva

Coordenadoria-Geral
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes – Promotor de Justiça
Luciana Dias Souza

Corregedoria-Geral
Carlos Henrique de Melo Conceição

Diretoria Administrativa
Carlos Tavares
Ivan Vieira de Araújo
Pedro Vinícius Lopes dos Santos

Diretoria de Recursos Humanos
Ronald Nascimento de Jesus

Diretoria de Tecnologia da Informação
Lissandro Patrícius Gois Santos

Diretoria Financeira
Diego Soares Ribeiro

Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico
Givanilson Santos de Jesus

Divisão Administrativa do Fórum Gumersindo Bessa
Marcos Antônio de M. Santana

Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos
Celene Socorro de Moraes
Hebert da Silva Ferreira
Paulo José de Freitas Filho

Divisão de Controle Interno
Alberto Rodrigues C. da Silva

Divisão de Engenharia e Manutenção
Silvia Roberta Ferreira Tavares

Divisão de Material
Aline Ribeiro Ferreira dos Santos

Divisão de Patrimônio
Adlenio Marinho Araujo Andrade

Divisão de Perícia Contábil
José Marlúcio Monteiro Ferreira
Shirlane Barbosa Santos

Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos
Alessandra Souza de Santana
Erika Valéria Cabral Tavares Rezende

Divisão de Serviço Social
Mercedes Cabirta Dortas
Jacqueline Monte de Hollanda Fonseca

Escola Superior do Ministério Público
Conceição Fontes Félix Costa
João Ricardo Andrade Cortês

Gabinete de Segurança Institucional
Jorge Tavares de Jesus
Pedro Luiz Alves e Santos

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Amanda Maria Prado Lima
Rosenaldo Aragão Lima Júnior

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO
Danilo José Amaral Goulart

Grupo Nacional dos Direitos Humanos - GNDH
Michelangelo Carvalho Nabuco D' Ávila

Ouvidoria
Nelma Maria Lima Canuto Santiago

Perícia Técnica
José Edson Cardoso

Programa de Defesa Comunitária
José Soares de Aragão Brito

Secretaria-Geral
Márcio dos Santos Dória

Triagem Técnica
José de Faro Menezes Neto

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PEC 37

PEC DA IMPUNIDADE

MINISTÉRIO PÚBLICO

MP/SE

CORAL

VOZES DA CIDADANIA

Sensibilizar

O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM

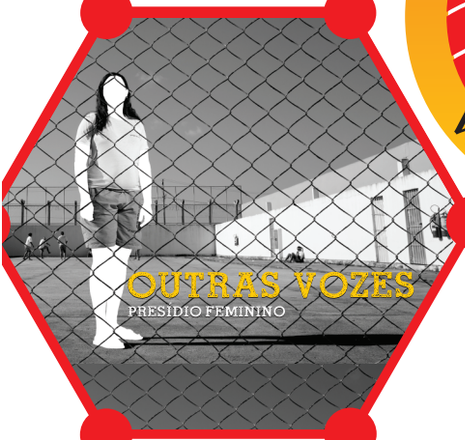
GNDH

GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

Bom Samaritano

O Ministério Público Incentivando a Solidariedade



MINISTÉRIO PÚBLICO

Itinerante

Movimento

Prática

Esportiva

Projeto

EVOLUÇÃO HUMANA

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA